

*Município de
Vila Verde*



*Grandes Opções do
Plano e Orçamento
2014/2017*



Grandes Opções do Plano e Orçamento
2014/2017



Município de Vila Verde
novembro de 2013

Índice

Proposta	6
I – PRIMEIRA PARTE	10
Introdução	10
Enquadramento legal	16
Desenvolvimento estrutural	17
Linhas estratégicas para o desenvolvimento estrutural	17
INTERVENÇÕES SETORIAIS	20
1. FUNÇÕES GERAIS	21
1.1- Administração geral	21
1.1.1- Modernização administrativa	21
1.1.2- Instalações Municipais	25
1.2- Segurança e ordem pública	26
1.3- Proteção civil e luta contra incêndios	27
2. FUNÇÕES SOCIAIS	30
2.1- Educação	30
2.2- Saúde	34
2.3- Ação social	35
2.4- HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	41
2.4.1- Habitação e serviços coletivos	41
2.4.2- Ordenamento do território	42
2.4.3- Águas residuais.....	46
2.4.4- Abastecimento público de água	47

2.4.5- Resíduos sólidos	49
2.4.6- Proteção do Meio Ambiente e conservação da Natureza	51
2.5- SERVIÇOS CULTURAIS E RECREATIVOS	53
2.5.1- Cultura	54
2.5.2- Desporto, recreio e lazer	61
 3. FUNÇÕES ECONÓMICAS	 63
3.1- Agricultura e pecuária	63
3.2- Indústria	66
3.3 - Comunicações e transportes	67
3.4 - Comércio e turismo	69
3.4.1- Mercados e feiras	69
3.4.2 - Turismo	71
3.5 - Outras funções económicas	75
3.5.1 - Inovação e Conhecimento	75
3.6. - OUTRAS FUNÇÕES	78
3.6.1- Recursos humanos	78
Nota final	80
 II – SEGUNDA PARTE	 81
1. ORÇAMENTO DA RECEITA	82
2. ORÇAMENTO DA DESPESA	88
3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO	102
3.1- Grandes Opções do Plano	103
3.2. - Distribuição do Investimento por Funções	120

3.3- Plano Plurianual de Investimentos	123
3.4- Atividades mais relevantes	134
3.5- Resumo Orçamental	147
4- NORMAS REGULAMENTARES DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2014	149
5. ANEXOS	160
ANEXO I – Resumo orçamental das Grandes Opções do Plano	161
ANEXO II – Orçamento por Capítulos	173
ANEXO III – Resumo da Despesa por Classificação Económica	175
ANEXO IV – Resumo da Despesa por Classificação Orgânica	180
ANEXO V – Passivos Financeiros	182
ANEXO VI – Mapa de Pessoal	188

PROPOSTA

Para cumprimento da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro apresentamos a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014/2017, a qual contém o Plano de Investimentos e as Opções Estratégicas que vamos concretizar nos próximos anos.

O contexto de crise que o País atravessa e as medidas de austeridade anunciadas pelo Governo, impostas pelos compromissos assumidos com a “Troika”, fazem antever um ano de 2014 de grandes dificuldades, o que vai obrigar a uma gestão municipal ainda mais rigorosa. Tal realidade determina que sejamos capazes de fazer opções criteriosas e de gerir os recursos disponíveis de acordo com o superior interesse público e procurando ir ao encontro dos interesses e expectativas dos cidadãos numa busca incessante para garantir crescentes níveis de bem-estar e de qualidade de vida.

Para tal, impõe-se, antes de mais, procurar promover o desenvolvimento sustentado do Concelho, pugnando por uma cada vez maior atratividade do território, buscando a atração de novos investimentos que possam contribuir para a criação de mais desenvolvimento económico e de novas oportunidades de emprego. Almejando ir ao encontro de uma visão estruturada das potencialidades da economia local, continuamos a apostar na valorização da agricultura e dos produtos locais, na dinamização da atividade turística e numa cada vez maior atratividade para o investimento industrial.

Ao mesmo tempo, não deixaremos de continuar a aprofundar outros importantes vetores de desenvolvimento indutores de progresso e de qualidade de vida como são as infraestruturas rodoviárias, o abastecimento de água e o saneamento básico, a recolha de resíduos e a requalificação dos espaços públicos, a educação, a cultura, o desporto, o ambiente e a inovação tecnológica. E porque no contexto atual só é possível projetar investimentos de maior vulto com recurso aos fundos comunitários, temos preparados os processos de candidatura para apresentar a financiamento logo que o novo quadro comunitário de apoio 2014-2020 esteja disponível.

Na conjuntura atual, a ação social emerge como um elemento fundamental para desenvolver políticas ativas de justiça e inclusão social, assumindo a autarquia um papel central na promoção do apoio solidário aos cidadãos desprotegidos e em situações de fragilidade, assim como na promoção de formas de diferenciação positiva. A concretização de uma estratégia de intervenção social será uma área essencial da nossa atuação, com destaque para os domínios do emprego e da habitação, sem esquecer outras políticas sociais de emergência e/ou inclusivas. Com este espírito, procuraremos envolver todas as instituições e a sociedade civil na busca de projetos comuns orientados para as crianças, os idosos e as famílias carenciadas e o fomento de relações intergeracionais e interculturais que promovam o combate a todo o tipo de discriminações.

O presente documento estabelece as orientações fundamentais da Câmara Municipal no que respeita à prestação de serviços e nas suas ações de apoio ao investimento, incentivando a parceria com terceiros (empresas, associações, clubes, projetos de desenvolvimento, etc.) visando a criação de emprego e a elevação da qualidade de vida dos cidadãos, orientando a gestão dos seus próprios recursos e serviços para a satisfação das necessidades dos Vilaverdenses, das empresas e de todas as instituições ambicionando, sempre, a afirmação de uma imagem positiva do território e de todas as suas potencialidades.

A incerteza quanto ao futuro próximo impõe, ao município de Vila Verde e à grande maioria dos municípios, limitações crescentes, pela diminuição das receitas próprias, pela redução das transferências do Estado, pela manutenção dos cortes à capacidade de endividamento e por todo um conjunto de medidas de restrição orçamental que, tendo em conta a crescente transferência de competências, vão exigir a adoção de soluções que constituam um novo paradigma na gestão autárquica, de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável do concelho e a manutenção da qualidade de vida dos munícipes.

Assim,

1. Com base nos documentos previsionais de gestão em anexo, elaborados nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), fica a Câmara Municipal autorizada a cobrar, no ano económico de 2014, os impostos diretos e indirectos, taxas, licenças, coimas e outras receitas previstas no Orçamento, para fazer face às despesas inscritas no mesmo.

2. O Orçamento para o ano de 2014 foi elaborado com as regras previsionais previstas no POCAL e com base numa estratégia de contenção de despesas de funcionamento e de desenvolvimento sustentado, com reflexos positivos no património da autarquia e no progresso económico e social que se preconiza para o Município.

3. As Grandes Opções do Plano (GOP 2014/2017) integram projetos, ações e investimentos a desenvolver pela autarquia, direta ou indiretamente, com financiamento assegurado no orçamento de exercício.

4. Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, acompanham a proposta de orçamento os **elementos relativos aos recursos humanos**, integrando o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, o respetivo Mapa de Pessoal e Organograma, que se encontram harmonizados com a estrutura dos serviços que melhor se adapta à consecução dos objetivos e ações previstos neste importante documento de planeamento e gestão da actividade municipal.

5. As receitas do Município para o ano económico de 2014 são estimadas em **€31.203.921,00 (trinta e um milhão, duzentos e três mil e novecentos e vinte e um euros)**, assim discriminados:

- **Receitas correntes: € 22.061.506,00**

- **Receitas de capital: € 9.142.415,00**

6. As despesas municipais para o ano económico de 2014 são fixadas em **€31.203.921,00 (trinta e um milhão, duzentos e três mil e novecentos e vinte e um euros)**, com a seguinte classificação:

- **Despesas correntes: € 19.172.967,00**

- **Despesas de capital: € 12.030.954**

7. Na angariação das receitas e na realização das despesas deverão observar-se as **Normas de Execução do Orçamento para o ano de 2014**, em anexo.

Nestes termos, e tendo em conta o definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que o Executivo aprove e delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal os documentos de gestão para o ano de 2014 que a seguir se discriminam:

- 1- **Orçamento para o ano de 2014;**
- 2- **Grandes Opções do Plano 2014/2017;**
- 3- **Normas Regulamentares da Execução do Orçamento;**
- 4- **Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e Mapa de Pessoal.**

Município de Vila Verde, 26 de novembro de 2013

O Presidente da Câmara,

António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela

I Parte



I- Primeira parte

Introdução

Este documento constitui um instrumento fundamental do planeamento da atividade do Município para o quadriénio 2014-2017 e tem como principal fio condutor a criação de condições para o **desenvolvimento sustentado do território concelhio**.

As Grandes Opções do Plano enquadram-se nas estratégias de **elevação dos índices de bem-estar e de qualidade de vida dos Vilaverdenses**, visando nudeamente o desenvolvimento da sociedade e da economia locais e a **alavancagem da atratividade e da competitividade** do território municipal.

Inseridas numa lógica de **consolidação orçamental**, de **equilíbrio financeiro** e de implementação de uma **gestão de rigor**, embora elaboradas num clima de incerteza económica e de indefinição no que diz respeito aos Fundos Comunitários, uma vez que ainda não são conhecidas as respetivas regras, não deixam contudo de se nortear em função de desígnios incontornáveis como a realização de transformações estruturais e a capacitação dos vários setores da vida concelhia.

As prioridades de investimento incidem em **três eixos fundamentais**: o **emprego** e o **desenvolvimento económico**; a **educação/formação** e a **ação social**; o **ambiente** e a **qualidade de vida**.

A elaboração do presente documento procurou espelhar o claro propósito de prosseguir com os esforços em ordem ao **equilíbrio financeiro**, mas, concomitantemente, a firme vontade de contribuir com a criação de condições para a **modernização dos setores produtivos locais**, incentivando o **empreendedorismo**, cativando investimentos internos e externos e **modernizando o território** concelhio, dotando-o de infraestruturas e equipamentos para o mundo empresarial beneficiar de uma forte dinamização.

O Município tem que potenciar a atração de **novos empreendimentos que gerem riqueza e emprego para os Vilaverdenses** e em especial para os nossos jovens. A dinamização da atividade económica, favorecida pela modernização da rede viária, pelo investimento em infraestruturas, equipamentos e serviços atrativos e pela mobilização dos agentes económicos e sociais deverá ajudar a alavancar a economia e a **criar postos de trabalhos indispensáveis para a fixação das pessoas** no território concelhio. A prossecução de uma **política fiscal atrativa**, proporcionando isenções e reduções nos impostos municipais, será também um dos vetores da intervenção do Executivo Municipal na área económica.

Estes estímulos à dinamização da economia serão complementados pela continuidade dos investimentos na **requalificação das vias de comunicação** e pelos esforços no sentido do avanço de vias estruturantes como a variante à sede concelhia e a variante de ligação da Vila de Prado ao parque industrial de Oleiros. Assim se consolidará o desenvolvimento destas importantes zonas de desenvolvimento da atividade industrial. Concomitantemente, serão propiciadas as condições necessárias para a **criação de novas áreas de desenvolvimento empresarial** fundamentais para a alavancagem da economia local, para o surgimento de novos postos de trabalho e para a fixação dos jovens no território concelhio, em resultado do **reforço da atratividade e**

da **competitividade** do mesmo.

O **incremento da atratividade do território** centrar-se-á numa clara aposta na fixação das pessoas nas suas freguesias, sobressaindo a isenção de taxas de construção em grande parte do território e para os casais jovens numa estratégia política de vincada **valorização das potencialidades endógenas** do concelho.

É nesta mesma linha que emerge o **desenvolvimento da atividade turística** como um fator de atratividade e de revitalização da economia local. A par das isenções de taxas de construção nos empreendimentos turísticos, o melhor aproveitamento das margens ribeirinhas para o lazer e para a prática desportiva, requalificando as praias fluviais e investindo na construção de ecovias/cidovias revelar-se-ão estratégicas.

A **educação** é, incontornavelmente, **estruturante no desenvolvimento de qualquer sociedade moderna**. Com a conclusão da reorganização do parque escolar, todas as crianças poderão beneficiar das mesmas oportunidades no acesso a um ensino de excelência. Ao mesmo tempo, o **ensino profissional** continuará a afirmar-se como uma vertente importante na formação dos jovens.

Mas um concelho moderno e competitivo não pode também deixar de atribuir um papel preponderante à vertente do desenvolvimento social, afirmando-se, cada vez mais, como um **concelho solidário** onde as famílias mais vulneráveis se sintam amparadas e onde os mais idosos se sintam sempre acarinhados e apoiados. Numa conjuntura em que a função social dos poderes públicos corre o risco de se ver secundarizada pelos ditames do rigore e da contenção orçamental, impõe-se dar sinais de uma efetiva **sensibilidade social** e da capacidade de mobilizar todos os parceiros sociais para projetos com um impacto positivo na vida das pessoas. Só assim se logrará continuar a encetar um trabalho planeado e consequente em torno da **dignificação e valorização das pessoas**. Assim, a **área social**, transversal a múltiplos objetivos deste documento, emerge como um dos principais pilares nesta estratégia de

consolidação do progresso e do bem-estar.

A **sustentabilidade do território** concelhio passa essencialmente pela aposta em medidas **políticas estratégicas no setor ambiental**, objetivo que só será atingido com a **progressiva universalização de serviços básicos como o abastecimento público de água e o tratamento de águas residuais**. O cumprimento deste desiderato exige a realização de investimentos crescentes em equipamentos e infraestruturas. Uma vez conduzida a instalação de interceptores, apostar-se-á decisivamente na colocação de ramais de ligação de saneamento à maioria das habitações do concelho.

Uma palavra também, em matéria de crescimento sustentável, para o desenvolvimento de uma estratégia de **crescimento ordenado do território** e de promoção e **valorização do mundo rural** inscrita nas principais opções feitas no processo de revisão do PDM que abre damente um ciclo de novas possibilidades de disseminação harmoniosa do tecido produtivo por todo o território concelhio, potenciando uma ocupação e povoamento mais equilibrados e passível de inverter a tendência de desertificação notada em algumas zonas mais periféricas.

O bem-estar e a qualidade de vida serão ainda promovidos com o desenvolvimento de **ações integradas na cultura, no desporto e no lazer**.

A **cultura** é a forma mais sublime de promover um povo, razão porque a defesa e projeção das tradições concelhias e a dinamização de iniciativas e projetos que estimulem a capacidade criativa dos diferentes atores - como a Bienal Internacional de Arte Jovem -, que incentivem a produção de trabalhos de cariz científico e que propiciem a animação cultural merecerão uma especial atenção.

A **prática desportiva**, além de concorrer para a adoção de hábitos e estilos de vida salutar, incrementa a interação social e assume um papel de relevo na formação de crianças e jovens, consubstanciando uma escola de valores e criando condições para o desenvolvimento de competências fundamentais para a inserção numa sociedade e

num mundo crescentemente desafiantes e competitivos. Prosseguirão, pois, o investimento na melhoria dos equipamentos desportivos e o apoio a projetos integrados de formação desportiva.

Concomitantemente, a criação de condições para **o lazer conhecerá um impulso significativo** com novos investimentos na requalificação de zonas ribeirinhas e com a aposta em ecovias/didovias.

Para a concretização destes projetos ambiciosos e indedináveis em várias áreas nucleares irá contribuir a aposta na **otimização do aproveitamento dos fundos do novo Quadro Comunitário de Apoio** que tem início em 2014.

Nesta altura em que várias freguesias vão agora iniciar uma nova experiência autárquica, em resultado das agregações, exige-se uma ainda maior aposta no desenvolvimento de efetivas **políticas de descentralização e de proximidade com os cidadãos**, delegando mais competências e meios que vão potenciar a capacidade dos nossos autarcas nas freguesias de intervir de forma mais eficaz para resolver os problemas que efetivamente interessam aos cidadãos. Uma outra medida potenciadora da prestação célere e eficiente de serviços essenciais aos Municípios será a **criação de Lojas do Município e de Espaços do Cidadão** em diferentes pontos do Concelho, numa lógica de **externalização dos serviços municipais** e de reforço de uma capacidade de intervenção que se pretende cada vez mais eficaz e com resultados efetivos na melhoria das condições de vida dos Vilaverdenses.

No nosso trabalho diário vamos privilegiar uma relação de grande proximidade com as pessoas. Contamos ainda com a nossa capacidade de **mobilização de todos os agentes locais** para a tarefa coletiva da alavancagem do desenvolvimento de todo o território concelhio. O **dinamismo das associações locais**, o **empreendedorismo das instituições concelhias** e a **gestão de proximidade das juntas de freguesia** são determinantes para o sucesso destas políticas delineadas exclusivamente a pensar no bem-estar de todos os Vilaverdenses.

Enquadramento legal

Em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A /2002, de 11 de janeiro, pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, conjugados com o estabelecido pela Lei n.º 12-A/2008, em matéria de gestão de pessoal, e ainda com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Órgão Executivo do Município de Vila Verde elabora e submete à aprovação os documentos previsionais de gestão, Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2014.

Desenvolvimento estrutural

Linhas estratégicas para o desenvolvimento estrutural

O presente documento encontra-se ancorado numa visão para o desenvolvimento estrutural e sustentado do Concelho de Vila Verde e tem em vista a prossecução da grande meta da modernização e elevação da atratividade e competitividade do território.

A afirmação de Vila Verde como um território de excelência para as famílias, para as empresas, para as associações, para as instituições e para todas as demais forças vivas locais é um desiderato ambicioso mas exequível se se conseguir congrega vontades e unir sinergias no sentido da concretização dos seguintes objetivos fundamentais:

- Dar continuidade aos esforços em ordem à modernização administrativa, tendo em vista facilitar continuamente a vida dos munícipes e de todos os investidores;
- Criar todas as condições para que o território concelhio beneficie de novos investimentos geradores de riqueza e postos de trabalho;
- Otimizar o aproveitamento dos fundos do novo Quadro Comunitário de Apoio no sentido da concretização de projetos estruturantes para o desenvolvimento sustentado do concelho;

- Cativar e incentivar o empreendedorismo, nomeadamente entre os jovens com elevada qualificação, preparados para utilizar o conhecimento e a inovação tecnológica na dinamização de novos projetos empresariais;
- Continuar a investir na melhoria da formação e da qualificação de todas as pessoas;
- Consolidar medidas de equilíbrio financeiro e de controlo das despesas;
- Projetar o território concelhio como um destino turístico de excelência;
- Promover a fixação das pessoas nas suas freguesias e a atrair novos habitantes;
- Divulgar e valorizar as potencialidades naturais e culturais do território, numa lógica de preservação do equilíbrio ambiental e da promoção do desenvolvimento sustentável do concelho.

A reorganização da administração local vem colocar a questão do desenvolvimento de políticas e adoção de medidas de proximidade com ainda maior acuidade, em virtude da criação de unidades administrativas e territoriais de maiores dimensões, fruto das agregações de freguesias. A necessidade cada vez maior de fazer com que as instâncias de poder não estejam muito afastadas das pessoas e de se apostar na descentralização administrativa é fundamental para a implantação de um paradigma de governação local alicerçado em princípios como a transparência, a eficiência e a eficácia na ação, patente na imediata disponibilização de meios logísticos e recursos financeiros promotores de desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental do território. Assim, a prevalência do princípio da subsidiariedade, refletido nos esforços em ordem à descentralização e reforma administrativa e desenvolvimento de um permanente trabalho de parceria com os principais agentes do desenvolvimento local, nomeadamente as Juntas de Freguesia, as Associações, as Instituições, os empresários, as direções das escolas e agrupamentos de escolas, serão determinantes para se conseguir alavancar a competitividade do território concelhio.

Os esforços permanentes do Município para lograr a otimização dos níveis de eficiência e para levar a bom termo políticas municipais que vão de encontro às reais necessidades da sociedade e da economia locais representam, novamente, um dos maiores desafios a enfrentar, exigindo-se para tanto, políticas proativas em áreas de nuclear importância, a saber: a educação, a cultura, o desporto e o lazer; a valorização do conhecimento e da inovação tecnológica; o planeamento e a gestão sustentada e sustentável do território; a requalificação urbanística; uma gestão financeira rigorosa; a defesa da qualidade ambiental e o desenvolvimento económico e social.

Na atual conjuntura económica, a potenciação do crescimento da economia local, cativando investidores através da adoção de políticas fiscais apelativas e com a aposta na modernização dos equipamentos e infraestruturas locais, assim como a promoção do emprego emergem como os dois grandes vetores da estratégia de desenvolvimento local plasmada neste documento. Os incentivos ao crescimento do empreendedorismo e a aposta no *know how*, no espírito inovador e na capacidade criativa dos empresários locais e dos Vilaverdenses revestem-se da maior importância na resposta aos grandes desafios e imensas tarefas que temos pela frente.

Intervenções Setoriais



INTERVENÇÕES SETORIAIS

1. – FUNÇÕES GERAIS

1.1. – Administração geral

1.1.1. – Modernização administrativa

O trabalho de proximidade da administração local tem que se pautar pelo reforço da capacidade para responder com celeridade e eficácia às múltiplas solicitações dos munícipes, dos empreendedores e de todos os agentes de dinamização da vida económica, social, cultural e desportiva.

Irão continuar as diligências no sentido de proporcionar serviços funcionais e eficazes e de prestar um atendimento célere e personalizado, sempre a pensar na melhoria gradual da capacidade de resposta para ir ao encontro das exigências de uma economia cada vez mais competitiva.

Para a consecução deste objetivo vai seguramente contribuir a instalação de **Lojas do Município** na Vila de Prado, na zona do Vade, na Ribeira do Neiva e no Vale do Homem, nesta altura em que o Município dispõe já de meios indispensáveis para a externalização dos serviços. Igualmente impulsionadora deste processo de descentralização, serão as diligências, junto do poder central, para a **criação de**

Espaços do Cidadão em Vila Verde e na Vila de Prado. Tendo o Município também já encetado os procedimentos em ordem à concretização deste projeto, irão ser desenvolvidos esforços, junto do Governo, no sentido da abertura destas duas Lojas, tendo em vista uma maior aproximação do processo de prestação de serviços essenciais aos cidadãos.

Para a concretização destes objetivos e numa lógica de diminuição dos custos de funcionamento dos serviços, serão encetadas as seguintes ações:

- **Prossecução dos esforços em ordem à redução dos custos de exploração** dos sistemas de informação municipais, substituindo, melhorando e ampliando os sistemas de informação através do desenvolvimento interno de aplicações de pequeno e médio porte;
- **Continuarão a ter lugar as atividades de verificação e monitorização**, nomeadamente reuniões e elaboração de relatórios de atividades e indicadores e monitorização dos processos e a aplicação das propostas de melhoria internas;
- **Alargamento do Âmbito do SGQ** através da reengenharia e certificação de processos (STAS, Ambiente, Obras Municipais), projeto centrado numa das actividades da Operação Intermunicipal “Cávaro Digital +” que visa alargar o âmbito do SGQ a serviços ainda não certificados, revitalizando o sistema e introduzindo novos desafios à mudança de mentalidades sempre em prol do munícipe e em linha com outras iniciativas de outras esferas da administração como o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC). Entre as acções a desenvolver neste projeto constam: realização de ações de sensibilização de forma a reforçar e renovar o conceito de melhoria contínua; análise e redefinição da estrutura documental, dos processos e especificamente do sistema de gestão da qualidade para passar a englobar novos

processos nomeadamente os serviços técnicos de abastecimento de água, a prestação de serviços de índole ambiental e as obras municipais; definição de objectivos críticos, construção de indicadores fiáveis e de utilidade inquestionável para focar os processos novos no município; revisões ao sistema e realização de auditorias.

- **Plataforma colaborativa permanente/rede de cooperação.** O Município de Vila Verde possui uma intranet municipal que inclui uma *wiki* capaz de congrega bastante informação útil aos serviços. Replicando esse modelo, esta acção financiada visa ampliar sucessivamente o mesmo à escala para mais esferas e entidades: comunidade educativa; MEC; INE; DGALE BdE.
- **Aplicação para *smartphones* e *tablets*** capaz de servir para comunicar eventos/ocorrências no território;
- **Interoperabilidade das aplicações informáticas municipais.** Devido a inúmeras medidas de implementação de sistemas e plataformas de origens bem diferentes surge agora a necessidade de tornar a informação acessível e comum. Esta necessidade implica que a informação deva ser explorada a partir de todos os sistemas embora seja recebida de fontes bem diferentes. Este projecto entronca ainda na inevitável criação de pontos únicos de atendimento nos serviços municipais que respondam ao encerramento ou transformação de outros. No âmbito deste projecto teremos como tarefas: a catalogação dos sistemas existentes; o levantamento de requisitos de interoperabilidade entre serviços, a interoperabilidade intramunicipal, a interoperabilidade intermunicipal e a interoperabilidade supramunicipal;

- **Sistema de Informação Territorial** (em parceria com restantes municípios do Vale do Cávado). O setor dos sistemas de informação onde mais recentemente se conduziu que pode haver economia de escala na sua implementação e exploração diz respeito aos sistemas de informação de base geográfica na sua vertente de informação territorial. Sendo assim, encontra-se prevista, como atividade do “Cávado Digital +”, a criação de um SIT que o Município de Vila Verde poderá utilizar alimentando-o, explorando-o como um webGIS;
- **Plataforma de Gestão de Equipamentos.** Também como ação financiada pela operação “Cávado Digital +”, o Município irá criar um conjunto de sensores e sistemas capazes de monitorizar à distância um conjunto de equipamentos cuja monitorização será feita através de uma plataforma específica carregada com os atributos necessários à gestão e alarmística necessária (ex. depósitos de água, instalações municipais...);
- **Sistema de Gestão de Desempenho Integrado.** Tendo em vista acolher para os modelos de gestão do Município uma cultura de indicadores é fundamental prosseguir o esforço de criação de um sistema de gestão de performance integrada, aprofundando a plataforma SIADAP123 até níveis mais maduros de gestão de desempenho capazes de levar a organização a um novo patamar de exigência.
- Prosseguir com a implementação de um sistema de **arquivo digital** que proporcione a guarda de documentos digitais em formatos abertos e a interoperabilidade com outros sistemas.

1.1.2. – Instalações municipais

A crescente melhoria da qualidade dos serviços prestados é uma exigência que se coloca a um Município que possui equipas preparadas para a realização de obras em diferentes áreas, mas requer a existência de instalações e espaços físicos adequados e com elevados índices de funcionalidade.

As instalações municipais proporcionam as condições indispensáveis para que os vários serviços técnicos possam estar preparados para responder com prontidão e eficácia às solicitações. Num concelho com uma área geográfica considerável e com elevado número de freguesias, as instalações e os respetivos serviços municipais têm que corresponder positivamente ao aturado trabalho de planeamento efetuado para que seja maximizado o aproveitamento dos meios técnicos e humanos existentes. As instalações municipais de Gême estão preparadas, em termos de espaço, de organização e de funcionalidade, para corresponder a estas exigências e para que os funcionários municipais continuem a realizar as tarefas com eficácia e prossigam na realização de um muito relevante trabalho de apoio às múltiplas obras e intervenções que decorrem em várias zonas do território concelhio.



1.2. – Segurança e ordem pública

A segurança e a ordem pública são dois valores incontornáveis numa sociedade organizada e que se pauta pela intransigente defesa do direito de todos os cidadãos a elevados níveis de bem-estar e de qualidade de vida.

A difícil conjuntura económica e social que Portugal atravessa potencia, indubitavelmente, a emergência de sinais de alguma insegurança e o risco de alguma proliferação de comportamentos desviantes, razão pela qual as autoridades e as entidades públicas têm que redobrar a atenção a estes fenómenos e encetar medidas com especial incidência em matéria de prevenção. O Município e os parceiros sociais locais vão, assim, continuar vigilantes e atuantes no sentido de apoiar as franjas da população mais vulneráveis e particularmente afetadas pelo desinvestimento estatal na área social, no sentido de ajudar a criar as condições necessárias para que todos vivam com o mínimo de dignidade.

Vai igualmente prosseguir o trabalho de cooperação com as entidades competentes na área da segurança e da ordem pública, no sentido de serem desenvolvidos todos os esforços em ordem à salvaguarda da integridade das pessoas e dos seus bens. A obra de **requalificação do quartel da GNR** da sede concelhia avultará no investimento que se impõe fazer para que as autoridades usufruam de condições físicas e logísticas para desenvolverem a sua ação de fundamental importância para o bem-estar de todos os Vilaverdenses e dos nossos visitantes.

Incrementar a coesão social e defender legítimos direitos dos cidadãos são também desideratos incontornáveis para conseguirmos elevar a atratividade do território concelhio e para logarmos cativar novos moradores e um crescente número de investidores.

1.3. – Proteção civil e luta contra incêndios

O insubstituível labor da Proteção Civil continuará assente num sempre profícuo planeamento e pautar-se-á pela aposta numa estratégia de estreita e sistemática cooperação entre as várias entidades competentes.

Defender as pessoas e os seus bens é uma tarefa cada vez mais exigente e que redama capacidade de intervenção pronta e eficaz só possível com um dado investimento em recursos humanos qualificados, em meios logísticos e em instalações dignas e devidamente apetrechadas dos equipamentos necessários e adequados.

No relevante capítulo da **defesa do património florestal**, o Município de Vila Verde continuará a valorizar o labor de técnicos especializados e no trabalho exemplar das equipas de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) – equipas de Sapadores Florestais permanentemente no ativo em resultado dos protocolos celebrados com a Associação Florestal do Cávado e uma equipa Agris que integra os serviços municipais.

A criação de áreas piloto, em diferentes zonas do território concelhio, visando a implementação de ações práticas centradas na salvaguarda do património ambiental, encetando iniciativas de reflorestação e atividades tendentes à **prevenção de fogos** florestais, voltarão a revelar-se prioritárias.

Entre as medidas concretas a encetar relevam-se as seguintes:

- Aplicação da técnica de **Fogo Controlado** para a realização de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) que criem descontinuidades e propiciem a proteção dos aglomerados populacionais e das zonas industriais;
- Continuidade do frutuoso trabalho de **cooperação com as Associações de Caçadores e com as Juntas de Freguesia** em matéria de definição das áreas prioritárias a intervir.

Os imprescindíveis cuidados em termos de equilíbrio financeiro também irão contemplar este sensível setor, numa perspetiva de racionalização e de otimização da eficiência na utilização dos recursos, mas de forma a não afetar a capacidade de ação tanto em matéria de prevenção como no tocante ao combate às calamidades naturais, como os fogos florestais; a saber:

- **Racionalizando o abastecimento de viaturas** com intervenção direta no combate aos incêndios florestais, concedendo primazia aos pontos de água mistos;
- **Cooperação com o CDOS e a AFN** na realização de ações de fogo controlado e continuidade da aposta na promoção de sessões informativas e de sensibilização das entidades envolvidas nesta área para uma comunhão de esforços em matéria de racionalização de meios;

- Aposta na realização de novas **sessões de formação** versando técnicas eficazes de combate aos fogos em contextos adversos;
- Aquisição de **equipamento específico** de apoio à **execução de Fogo Controlado/Queimadas** e de limpa-bermas reforçado para a acompanhamento das equipas de Sapadores Florestais, apoio a ações de Fogo Controlado e queimadas, execução de FGC e apoio a Associações de Caçadores;
- Conclusão da **“Área Piloto” de Prado S. Miguel**, em colaboração com a Junta de Freguesia de Prado S. Miguel e a Associação de Caça Monte São Miguel-o-Anjo;
- Construção e beneficiação de **Pontos de Água mistos** (Meios aéreos e terrestres) em locais estratégicos.

Neste âmbito continuaremos a apoiar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde, relevando também a necessidade de se incrementar a efetiva valorização da sempre renovada **formação dos bombeiros voluntários**, otimizando as possibilidades oferecidas pela Escola de Formação de Bombeiros, em Godinhaços.

Entre as medidas que o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) se propõe levar a bom termo merecem saliência as que se seguem:

- Iniciativas de **sensibilização** especialmente dirigidas à população escolar;
- Iniciativas de comemoração da Semana da Floresta Autóctone;
- Iniciativas de **comemoração do Dia Mundial da Proteção Civil**;
- Concretização de **exercícios/simulacros**;
- Colaboração na **elaboração de Planos** Prévios de Intervenção;
- Consolidação dos esforços em ordem à **formação dos elementos do SMPC**.

2. - FUNÇÕES SOCIAIS

2.1. – Educação

A educação é um dos pilares estruturantes da sociedade e uma peça fundamental do motor do desenvolvimento económico e social, razão pela qual continua a ser contemplada com uma importante fatia do orçamento municipal. Propiciar a todas as crianças e jovens o acesso ao conhecimento e a uma formação integral, em igualdade de condições e de oportunidades, é um objetivo prioritário.

Investir na modernização do ensino é essencial para incrementar a preparação e o desempenho da população enquanto cidadãos ativos e conscientes e profissionais qualificados.

Esta aposta na educação norteia-se pelo propósito fundamental de contribuir para que os estabelecimentos de ensino sejam espaços atrativos de indução, aprendizagem e partilha de experiências e de conhecimentos nas múltiplas áreas do saber.

Os objetivos e as orientações estratégicas definidos na **Carta Educativa** continuarão a ser cumpridos com o rigor e a dedicação que se impõem.

Uma vez mais, a educação é objeto da valorização e do investimento que lhe são devidos, mesmo numa altura em que as competências do poder local nesta matéria não cessam de crescer e em que não se verifica a correspondente disponibilização de recursos. Esta tendência, que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, exige um redobrado esforço financeiro da autarquia, mas a política educativa concelhia vai continuar na senda de uma forte aposta na educação como o grande desígnio de um concelho totalmente empenhado em continuar no trilho da modernidade. Nesta conformidade, terão lugar **investimentos na construção dos últimos centros escolares**

que irão contribuir para que o território concelhio fique coberto com uma rede de edifícios modernos e bem equipados para o desenvolvimento de uma atividade de ensino aprendizagem à altura das exigências do nosso tempo.

Relativamente à **rede de centros escolares** prevê-se a realização das seguintes intervenções:

- Conclusão do Centro Educativo de Turiz;
- Requalificação e ampliação dos estabelecimentos de ensino da Lage, Cervães e Soutelo;
- Prossecução dos esforços no sentido de que sejam criadas as condições necessárias para que avance o Ensino Secundário, na Vila de Prado;
- Reforço do projeto de desenvolvimento da Escola Profissional Amar Terra Verde.
- Fundação da Escola Superior de Gastronomia.

A reorganização do parque escolar definida na Carta Educativa deverá ficar conduzida, proporcionando a todas as crianças do concelho igualdade de oportunidades a um ensino de excelência que as capacitará para prosseguirem estudos. Uma vez mais se sublinha que a estratégia alicerçada numa lógica de proximidade entre os centros escolares e as escolas sede dos agrupamentos propicia o desenvolvimento de um ensino integrado e potencia uma relevante economia de meios.

Continuará também o investimento na **melhoria da rede de internet dos equipamentos e materiais didáticos** nos vários estabelecimentos de ensino concelhios.

Serão igualmente desenvolvidas as seguintes iniciativas e atividades:

- Continuação do programa de **promoção de hábitos alimentares saudáveis** através do Regime da Fruta Escolar que voltará a contemplar as crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico;

- Promoção de **ações de sensibilização** no âmbito da **educação ambiental** e da **educação para a saúde**;
- Continuidade do **projeto “Escola + Verde”** vocacionado para a adoção de comportamentos e atitudes em sintonia com o propósito da preservação e valorização do ambiente;
- Participação no projeto **“Rede de Cidades Educadoras”**, dando continuidade à partilha de práticas educativas modernas e desafiantes para os alunos;
- Continuidade do **projeto “Escola Mágica”**, dirigido aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico, centrado no aproveitamento das potencialidades das aplicações multimédia de ensino interativo.

No capítulo da **ação social escolar** prosseguirão as ações que se seguem:

- Serviço de **refeições** em todas as escolas dos ensinos pré-escolar e do 1.º Cido;
- **Comparticipação na aquisição de livros escolares** para os alunos do 1.º Cido integrados nos 1.º e 2.º escalões de rendimentos nos termos definidos na lei;
- Implementação da rede de **transportes** ajustada às necessidades de deslocação dos alunos do 1.º Cido e do Pré-Escolar para os respetivos estabelecimentos de ensino;
- Comparticipação, na totalidade, nos **passes escolares** dos alunos dos 2.º e 3.º cidos e, em 50%, nos passes dos alunos do ensino secundário;
- Atribuição de **bolsas de estudo** aos alunos do ensino superior do Concelho.

A **Escola Profissional Amar Terra Verde** é um estabelecimento de ensino de referência na região e em todo o norte de Portugal. Vai desenvolver todos os esforços para continuar a oferecer um ensino de elevada qualidade, a granjear reconhecimento e a suscitar uma procura crescente por parte de uma população escolar interessada em receber uma formação adequada e exigente que permita uma bem-sucedida inserção no mundo do trabalho e no sentido de diversificar a sua oferta e as suas áreas de intervenção.

O projeto de criação de uma unidade de **ensino superior no setor da Gastronomia** reflete a ambição de criar um novo polo de atração de estudantes muito relevante para a dinamização da economia local e, principalmente, para a preparação de jovens habilitados para o exercício de profissões que concorrem sobremaneira para a promoção e valorização da rica e multifacetada gastronomia local e regional, reconhecendo-se igualmente o elevado potencial turístico da mesma.



2.2. – Saúde

A promoção da saúde é condição fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população e esta é uma responsabilidade da administração central que, no entanto, não dispensa uma postura atenta e diligente da administração local no sentido de pugnar para que todos os munícipes tenham acesso aos cuidados primários de saúde em condições de elevada dignidade.

É fruto desta estratégia de defesa do direito a serviços de saúde de crescente qualidade que, atualmente, temos no território concelhio extensões de saúde modernas e com elevados índices de funcionalidade. Estas infraestruturas de saúde prestam aos utentes serviços de excelência e colocam o concelho de Vila Verde num patamar bastante elevado no que ao setor da saúde concerne.

Neste contexto, serão intensificados os esforços, junto da ARS Norte, no sentido da realização de investimentos na requalificação dos centros de saúde de Cervães, de Pico de Regalados e da Portela do Vade.

Terá lugar a consolidação do **programa de vacinação gratuito** que complementa o Programa Nacional de Vacinação (PNV), especialmente a **vacina contra o *Pneumococo***, preventiva de doenças como a sepsis, a meningite e as otites crónicas.



Impõe-se ainda pugnar pela melhoria da rede de cuidados continuados e apoiar a realização de campanhas de sensibilização e de educação para a saúde.

Uma nota também para a prossecução de todo o apoio possível ao trabalho de excelência realizado pelos Bombeiros Voluntários de Vila Verde, de modo a que tenham ao seu dispor os meios mais adequados para prestarem assistência às populações.

2.3. - Ação Social

O Município de Vila Verde continua a assumir o compromisso indelével da solidariedade e da criação de condições para que se caminhe, de forma determinada e consequente, no sentido da promoção da igualdade de direitos e de oportunidades para todos. A **construção de uma sociedade solidária e inclusiva** constitui um dos desígnios de uma política de intervenção local dirigida principalmente para as pessoas e para a defesa da dignidade de todo o ser humano. Este objetivo apenas será alcançado se continuarmos a desenvolver esforços em ordem ao reforço da coesão social e com a preocupação central de apoiar os mais vulneráveis.

O desenvolvimento e o progresso de uma comunidade jamais serão verdadeiramente alcançados se não se enveredar por políticas sociais de proximidade resultantes de um **diagnóstico que identifique as potencialidades e os recursos**, assim como as necessidades e constrangimentos, para então se definir as prioridades de intervenção social com o rigore com a objetividade possíveis.

Assim e com base nos elementos recolhidos, a política de ação social do Município deverá dirigir-se para as famílias afetadas pela complexa situação económico-financeira que o país enfrenta, procurando-se atuar na **prevenção e no combate de situações de pobreza e de exclusão social**. Este trabalho multifacetado exige o empenho e a intervenção concentrada de técnicos de diferentes áreas e de instituições com *know how* e experiência nesta área extremamente sensível, razão porque se continuará a **investir na consolidação do trabalho de parceria** e na aposta em projetos, iniciativas e atividades que, no âmbito da rede social, promovam a inclusão social e ajudem a proteger as pessoas de faixas etárias mais vulneráveis e/ou numa situação de iminente precariedade socioeconómica.

Importa igualmente equacionar políticas de desenvolvimento económico e social integradas, alicerçadas em projetos geradores de mais riqueza e emprego para os Vilaverdenses.

O desenvolvimento das políticas de ação social vai centrar-se na realização de medidas com um impacto positivo na vida das pessoas; a saber:

- Apoiar a construção e ou **requalificação de equipamentos sociais** de apoio à infância e à velhice;
- **Apoiar e cooperar com todas as instituições sociais e com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde** na implementação de medidas de inclusão social;

- Consolidar e ampliar a **rede de Lojas Sociais**;
- Apoiar a **autoconstrução**;
- Continuar a **isentar de taxas de construção** os jovens e as famílias carenciadas;
- Prosseguir com as **isenções para famílias carenciadas nas taxas de ligação de água e saneamento** públicos;
- Continuar a propor a manutenção do **IMI na taxa mínima** legalmente possível;
- Aplicar um **tarifário social** no fornecimento de água;
- Propiciar aos idosos o **acesso a atividades lúdico-recreativas e culturais**, designadamente
- **A Festa Concelhia do Idoso** que continuará a consubstanciar um espaço de lazer e de convívio social com uma vertente religiosa e de animação que proporciona o convívio entre os idosos institucionalizados e os idosos que participam no programa **“Séniores Ativos”**;
- A **Festa da Família** animada por atividades de animação especialmente dirigidas para as famílias, na Vila de Prado;
- O **projeto “Idade Maior”**, resultante de um levantamento do número de idosos que vivem isolados e sem retaguarda familiar, fruto da colaboração de vários parceiros sociais (GNR; Bombeiros Voluntários; Centro de Saúde e Unidade de Cuidados à Comunidade (UCC); Proteção Civil e Município de Vila Verde), destinado a melhorar a qualidade de vida das pessoas, através da promoção de iniciativas e atividades orientadas para o envelhecimento ativo, a solidariedade intergeracional e institucional e o combate ao isolamento;
- A implementação do **projecto GIRO**, na perspetiva da edificação de projetos de vida individual conducentes à valorização e *empowerment* pessoal, educacional e

profissional que atenua as consequências da reprodução geracional da pobreza e exclusão social;

- O **Cabaz de Natal** continuará a consubstanciar-se na aquisição de cabazes de bens alimentares de primeira necessidade para distribuir por agregados familiares em situação de comprova da fragilidade económica;
- O apoio nas **refeições e prolongamento de horário** que se destina a compartilhar a componente familiar nas despesas de refeições e prolongamento de horário das crianças que frequentam o ensino pré-escolar, oriundas de famílias sem capacidade económica;
- O **projeto “Com Cabeça, Mãos e Pés”** vai continuar a empenhar-se na promoção de atividades potenciadoras do desenvolvimento motor das crianças com necessidades educativas especiais integradas nas unidades de multideficiência, em contexto de piscina;
- O apoio à **frequência das piscinas municipais** continuará a assegurar o acesso gratuito às piscinas municipais por crianças e jovens com multideficiências ou comprovados problemas de saúde;
- Continuação do **projeto “Qualidade em Rede”** destinado a sensibilizar as IPSS para a importância da aplicação do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ);
- Implementação do **projeto “Igualdade na Diferença”** consubstanciado no Plano Municipal para a Igualdade no Concelho de Vila Verde;
- Continuidade da promoção de **campanhas de solidariedade** visando assegurar a doação e distribuição de alimentos e apoio com equipamentos domésticos para famílias desfavorecidas.

A **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** de Vila Verde, que constitui, indiscutivelmente e cada vez mais, um grande valor acrescentado em matéria de ação social, propõe-se continuar a encetar um trabalho de **articulação com os vários agrupamentos de escolas e instituições** concelhias, desenvolvendo principalmente as ações que se passa a elencar:

- Diagnóstico das situações de risco/perigo e acompanhamento e apoio a todas as situações;
- Realização de atendimentos, visitas domiciliárias, reuniões com diferentes entidades e organismos parceiros no acompanhamento familiar;
- Definição da Medida de Execução a aplicar e o respetivo Acordo de Promoção e Proteção e acompanhamento da medida em execução;

A atividade da CPCJ concretizar-se-á ainda em outras ações muito concretas e devidamente focalizadas, designadamente:

- A implementação do **projeto “(Re)Construir Vidas”**, em torno do desenvolvimento de competências pessoais e sociais de famílias sinalizadas pela Comissão;
- **Ações de formação** dirigidas a agregados familiares em acompanhamento;
- Realização de **sessões com docentes dos Agrupamentos de Escolas** do Concelho, explicando o funcionamento da CPCJ e esclarecendo sobre matérias como a identificação de situações de risco, a respetiva sinalização e a definição de estratégias e procedimentos a implementar;
- **Encaminhamento de situações de absentismo e abandono escolar** para o PIEC (Plano para a Inclusão e Cidadania);
- Comemoração do **Dia Mundial da Criança** com a realização de múltiplas atividades lúdico-recreativas;

- **Acompanhamento psicológico** individualizado de menores e respetivas famílias, através de consultas de psicologia clínica;
- Realização de **consultas de PLA (Problemas Ligados ao Álcool)** para pais dos menores em acompanhamento na CPCJ.

A atual conjuntura socioeconómica exige uma intervenção de cariz social cada vez mais sistemática e consequente, razão pela qual o **Gabinete de Inserção Profissional do Serviço de Qualificação e Inserção Profissional** do Município (SQIP), irá consolidar estratégias, iniciativas e medidas que respondam com celeridade e efetividade aos problemas sociais que mais diretamente afligem as pessoas desempregadas, nomeadamente:

- **Orientar no sentido de uma eficiente participação em ações e entrevistas** da iniciativa do Instituto de Emprego e Formação Profissional e ou de entidades empregadoras;
- Inscrição na **base de dados** informática de pessoas à procura de trabalho e ou de formação;
- Preparação para uma eficaz implementação de **técnicas de procura de emprego**;
- Apoio na **prospecção de ofertas de emprego** e encaminhamento de candidatos;
- **Elaboração de candidaturas** a programas de incentivo ao empreendedorismo e ao emprego;
- **Articulação com entidades da região** (IPSS, associações, Segurança Social, juntas de freguesia, entidades formadores, empreendedores locais e regionais...).



2.4. – HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS

2.4.1. Habitação e serviços coletivos

O acesso a uma habitação condigna é um direito fundamental, pelo que as famílias carenciadas continuarão a beneficiar de apoios ao nível da autoconstrução, através do fornecimento de ajuda técnica e de materiais de construção, de modo a que consigam requalificar as suas casas e conferir-lhes condições dignas de habitabilidade. A aposta na construção/reabilitação de habitações sociais é uma outra resposta necessária para fazer face às necessidades neste importante setor.

Algumas das medidas a adotar centrar-se-ão no fator celeridade e no pragmatismo indispensável para que as pessoas sintam que existe capacidade efetiva de resposta aos seus problemas e que os mesmos serão solucionados em tempo útil; a saber:

- **Fornecimento de materiais de construção** para a realização de obras de requalificação de habitações insalubres e/ou em mau estado de conservação, em estrito cumprimento do “Regulamento Municipal de Apoio à Autoconstrução de Munícipes e Famílias Carenciadas”;
- **Dinamização de um Centro de Recursos para a Habitação** para a recolha de materiais de construção que possam ser cedidos por empresas do Concelho;
- Apresentação de **candidatura ao programa SOLARH**, tendo em vista a execução de obras de conservação das habitações próprias permanentes de famílias comprovadamente carenciadas;

- Apresentação de **candidatura ao PROHABITA** para a reconstrução de habitações devolutas e a integração habitacional de famílias em inequívoca situação de vulnerabilidade sócio/económica;
- Apresentação de **candidatura à Habitat** para recuperação de edifícios habitacionais;
- Prossecução do processo de **monitorização/requalificação do estado de conservação das habitações sociais**;
- **Incentivos aos mais jovens** para a construção de habitações no território concelhio, isentando de taxas de construção os casais com idade média inferior a 30 anos.

2.4.2. Ordenamento do território

Para afirmar Vila Verde como um território de excelência é necessário continuar a apostar num rigoroso trabalho de planeamento que promova um **adequado ordenamento do território** e uma **utilização sustentada do solo**. Esta é uma condição essencial para que o desenvolvimento urbano se faça de forma qualificada e ordenada e para que os principais centros urbanos e todas as freguesias alcancem ainda maiores índices de atratividade.

Serão, assim, redobrados os esforços no sentido de potenciar novos investimentos públicos e privados, mas que não se ponham em causa critérios rigorosos de ocupação do solo.

Os espaços públicos continuarão a receber o melhor tratamento no sentido de que se mantenham atrativos e vejam ampliada a sua função de centralidade e de locais por excelência de convívio e de vivência social, conferindo atividade e vivacidade às freguesias. A manutenção e embelezamento das praças, jardins e áreas de lazer serão a tônica dominante de um trabalho desenvolvido a pensar na dignificação dos espaços de frequência pública, atraindo pessoas e fazendo dinamizar o comércio local.

Prosseguirá o investimento na concretização de projetos integrados de **regeneração urbana** que concedam maior vida e atratividade às zonas centrais das freguesias, ajudando a revitalizar o comércio tradicional e os serviços. É nesta lógica de reabilitação urbana que vai ser executado o projeto de **requalificação do núcleo urbano da Vila de Prado**, uma obra de capital importância para o relançamento da economia local e para a dinamização sociocultural desta zona sul do concelho.

Além destes esforços no sentido de **qualificar e reforçar a atratividade dos centros cívicos das freguesias**, também enriquecidos com a requalificação de parque infantis e com a instalação de parques geriátricos, prosseguirão os investimentos na eliminação de todo o tipo de barreiras arquitetónicas nas vias e nos edifícios públicos.

O **PDM**, reformulado e ajustado às potencialidades e capacidade de crescimento sustentado do território, funcionará como um catalisador do desenvolvimento das diferentes zonas do concelho, permitindo alcançar ambiciosos e decisivos objetivos em matéria de crescimento económico, de fixação da população e de melhoria das condições para mais famílias se instalarem no concelho, designadamente os que se passa a enumerar:

- Promover o **ordenamento da ocupação do território**, adaptando a matriz ocupacional anterior a novas linhas de orientação estratégica e a diferentes lógicas e dinâmicas de desenvolvimento;
- Promover o **desenvolvimento de novas áreas urbanas**;
- Proporcionar a criação de **novas áreas de crescimento industrial** que produzam mais riqueza e criem novos empregos;
- **Reorganizar os perímetros das zonas extrativas** para facilitar a futura requalificação urbanística e compatibilizar o respetivo enquadramento paisagístico com as áreas urbanas contíguas;
- Valorizar a biodiversidade e a **diversidade ambiental**;
- Potenciar o aproveitamento das **potencialidades do turismo rural**;
- **Reforçar a coesão territorial** criando Polos de Desenvolvimento a serem dotados de infraestruturas, equipamentos e áreas de apoio funcional e empresarial às envolventes territoriais;
- **Promover a equidade territorial** consolidando o investimento em equipamentos e acessibilidades nas zonas mais periféricas;
- Ajudar a criar condições para a **sustentabilidade económica e ambiental das atividades tradicionais**, designadamente a agricultura, a pecuária e o artesanato;
- **Prevenir as situações de risco ambiental**;
- **Melhorar as acessibilidades.**

O PDM vai dar um relevante contributo para um ordenamento territorial pautado por critérios de rigor na defesa do equilíbrio ambiental, mas sem prejuízo da criação de condições para que o povoamento do território se intensifique, concorrendo para que as populações se fixem no território, aí vivam e aí desenvolvam atividades produtivas e serviços indispensáveis para a elevação da qualidade de vida das pessoas. Assim, este instrumento nuclear do planeamento da ocupação territorial, será um excelente contributo para:

- **Atenuar as assimetrias** territoriais;
- Potenciar o aparecimento de novas zonas com capacidade construtiva para ajudar a **debelar o flagelo da desertificação**;
- Fazer o **ajustamento dos perímetros urbanos** marcados para potenciar um crescimento equilibrado;
- Assegurar algum **equilíbrio** desejável **entre a oferta e a procura de terrenos**;
- Preservar e **valorizar o património natural e edificado**;
- Criar e/ou redefinir **áreas para indústrias e armazéns** e áreas para depósitos de sucatas;
- Delimitar e reservar **áreas para equipamentos** de apoio social e escolar;
- **Ajustar as manchas agrícolas e florestais à aptidão do solo.**

2.4.3. – Águas residuais

A promoção do desenvolvimento sustentável e a elevação da qualidade de vida são indissociáveis de um investimento determinado no **alargamento da rede de saneamento básico**.

O acesso de um número muito significativo de habitações a este serviço de basilar importância para o bem-estar da população e para a defesa do equilíbrio ambiental é um dos objetivos a alcançar nesta área de intervenção.

A ETAR de Cabanelas está pronta a funcionar e, depois de conduída a instalação dos interceptores, seguir-se-á um forte investimento nos ramais de ligação às habitações, visando servir um número crescente e significativo de munícipes.

Uma outra medida que deverá continuar a incentivar os munícipes a apostar no acesso a este serviço de basilar importância para a qualidade de vida é a **isenção do pagamento de tarifas de ligação** de saneamento básico **nos primeiros 30 dias** após a instalação de novas redes.

Medidas a implementar nesta área:

- Ampliação da rede de recolha de águas residuais domésticas nas diversas freguesias;
- Pôr em funcionamento todas as novas infraestruturas da rede de saneamento em alta;
- Manutenção das redes existentes e das estações elevatórias;
- Execução de empreitadas de ampliação de redes de saneamento.

2.4.4. - Abastecimento público de água

O serviço de abastecimento público de água serve já a grande maioria das habitações do concelho, mas os investimentos no reforço da rede e na consolidação da capacidade de responder às crescentes necessidades de consumo vão continuar, perspetivando-se o alargamento da rede a lugares que ainda se debatem com problemas a este nível, mormente zonas altas de algumas freguesias.

A prossecução da implementação do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), do controlo operacional dos Sistemas Locais de Abastecimento e de intervenções – beneficiação e manutenção – concorrerá para a gradual melhoria da qualidade da água distribuída, equalizando os caudais e implementando tecnologias para a desinfeção da água.

A água potável é um bem cada vez mais escasso e precioso que redama uma gestão rigorosa e a criação das condições necessárias para que o seu consumo obedeça a padrões de racionalidade e de moderação fundamentais para a sua preservação.

Para se conseguir alcançar estes objetivos e continuar a garantir aos munícipes o acesso a uma água para consumo humano de excelente qualidade, prosseguirão os esforços em ordem à realização das seguintes intervenções:



- **Construção de reservatórios, estações elevatórias e adutoras;**
- **Reforço do sistema de captação e tratamento de água em alta**, designadamente da ETA do rio Homem;
- Realização de obras de **ampliação de redes de água em baixa;**
- Execução de obras de substituição de tubos em fibrocimento por nova tubagem;
- Aplicação de **processos de tratamento de pequenos sistemas** locais de abastecimento de água;
- Requalificação das redes de distribuição e dos reservatórios dos pequenos sistemas;
- Construção de **novos depósitos de água**, para substituição de existentes, em fim de vida.
- **Investimento na construção de infraestruturas pluviais** que levem o efluente devidamente filtrado a reservatórios, proporcionando a aplicação da água não desperdiçada na rega de zonas ajardinadas, nas lavagens de arruamentos e no combate aos fogos florestais;
- Construção de **infraestruturas de recolha e armazenamento de águas pluviais** para sistema de rega de zonas verdes;
- Construção de **bacias de retenção de água ou poços de infiltração** para devolver a água ao solo nos solos com maior permeabilidade.

2.4.5. – Resíduos sólidos

Trabalhar e investir para assegurar a todos os Vila verdenses um concelho limpo, com uma imagem atrativa aos moradores e visitantes é um desiderato incontornável que merecerá todo o empenho e dedicação.

O serviço de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos abrange já a totalidade do território e a diversidade e frequência de percursos cresceu de forma bastante significativa nos últimos anos. No entanto, este serviço revela-se cada vez mais oneroso, redamando avultados investimentos em termos de manutenção dos veículos e no que tange à necessidade de renovação da frota e dos equipamentos inerentes à prestação de um serviço de qualidade. Assim, a externalização deste serviço, além de se revelar, em bom rigor, uma opção consentânea com as limitações financeiras e constrangimentos em termos de recursos humanos do Município, consubstancia uma opção proveitosa porque permite reestruturar este serviço de basilar importância no sentido de o modernizar e de aumentar os seus índices de funcionalidade. Na verdade, além de conferir maior eficiência e uma superior eficácia ao serviço de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, ao mesmo tempo que concorre para desonerar os cofres do Município num montante significativo, esta solução traz ganhos em matéria de aumento dos circuitos de recolha, de ampliação da natureza dos serviços prestados e investimento tecnológico, através da renovação da frota.

Esta opção vem ao encontro do objetivo de **aproximar a Recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos dos cidadãos** e de **aumentar os índices de eficácia** dos serviços municipais, traduzindo-se assim, em termos práticos, em mais e melhor serviço com menos custos.

A **intensificação da recolha seletiva de resíduos** conhecerá um renovado impulso com as seguintes ações:

- Promoção de novas **campanhas de sensibilização ambiental** no sentido de que os munícipes se empenhem ainda mais na realização quotidiana do processo de separação, deposição e recolha de resíduos recicláveis;
- Colocação de **mais ecopontos**;
- Criação de um **ecocentro** para recolha de “monstros”;
- Recolha de **óleos domésticos**.

A **melhoria do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU)** incidirá igualmente nas seguintes medidas:

- Instalação de **contentores subterrâneos** para resíduos domésticos indiferenciados;
- Reequacionamento e redefinição dos circuitos de recolha em função das necessidades emergentes.



2.4.6. – Proteção do Meio Ambiente e conservação da Natureza

A qualidade ambiental é um direito e uma obrigação de todos. Num território repleto de lindíssimas paisagens, cursos naturais de água e zonas ribeirinhas invejáveis, uma área de montanha de excelência e uma biodiversidade assinalável, tudo tem que ser feito para que a preservação do equilíbrio ambiental seja uma realidade e para que estas potencialidades se convertam em valor acrescentado no que à promoção e projeção de Vila Verde no exterior concerne.

A educação ambiental deve ser uma preocupação de todas as entidades públicas e o Município de Vila Verde propõe-se, em articulação e em cooperação com os estabelecimentos de ensino concelhios, encetar iniciativas e atividades potenciadoras de uma crescente valorização da natureza e da luta pela manutenção da qualidade ambiental, nomeadamente:

- Promoção de iniciativas como concursos, palestras, sessões de esdarecimento, ações de sensibilização em matéria de educação ambiental e fomento de apoio técnico;
- Implementação do **Projeto “Escola+Verde”** nas EB1, com vista a propiciar o aprofundamento da implementação de boas atitudes e práticas amigas do ambiente;
- Promoção e apoio de outras atividades de educação ambiental nas escolas: o **Projeto Rios**;
- Realização de um **passeio micológico e ambiental** que também contribui para a promoção do concelho e da gastronomia;

- **Monitorização** de espécies endémicas e de habitats prioritários;
- Estudo para a criação de um **parque ambiental** em área geográfica a determinar concebido de acordo com 3 pilares essenciais para a sustentabilidade: ambiente, desporto e turismo;
- Avaliação de todo o vale da cabra como um futuro equipamento ambiental nos moldes de um **parque biológico**;
- Criação da **zona de proteção ambiental da Veiga de Cabanelas**;
- Investimento em **projetos de requalificação das margens ribeirinhas**.
- Implementação de **sistemas de tratamento** – desinfeção e correção de pH em pequenos sistemas de abastecimento de água.

É consabido que a floresta encerra um património natural e uma fonte de recursos endógenos inestimável, razão porque tudo deve ser feito com o intuito de preservar e continuar as enormes potencialidades das amplas e ricas áreas florestais concelhias.

O notável trabalho realizado pelos Sapadores Florestais e pelos Bombeiros Voluntários de Vila Verde na defesa das florestas, mormente em matéria de prevenção e de combate aos incêndios que as assolam no período estival, é credor do mais vivo reconhecimento e aplauso de todos os Vila verdenses.

O investimento no **Canil Municipal** é uma resposta necessária à crescente tendência para o abandono de animais domésticos e poderá igualmente potenciar a aposta numa política de sensibilização das populações para a salvaguarda dos direitos dos animais.

2.5. SERVIÇOS CULTURAIS E RECREATIVOS

Os Vilaverdenses têm hoje uma maior consciência da relevância da defesa e valorização da sua identidade cultural e da necessidade de se investir cada vez mais e melhor na **apologia das nossas profundas e multifacetadas raízes histórico-culturais**.

Na verdade, a cultura é hoje seriamente encarada como uma componente fundamental da vida humana e da formação e desenvolvimento das pessoas e das sociedades. Representa um fator de coesão social, estimula a imaginação e a criatividade enquanto vetor e marca distintiva de um território, ao mesmo tempo que se constituiu como um catalisador da economia local.

Nesta conformidade, a afirmar sempre e mais Vila Verde como um pólo cultural de referência, dando continuidade a políticas culturais sólidas, consequentes e diversificadas, atraindo a atenção de novos públicos, cativando visitantes e turistas, será a imagem de marca de um concelho que não pára de se afirmar e de se projetar sempre pela positiva.

Temos todos imenso orgulho na nossa história e na nossa cultura que sabemos parte integrante e fundamental da nossa memória coletiva e um legado secular que reconhecemos e valorizamos cada vez mais.

As **atividades de animação e de lazer** encerram uma outra vertente importante da vida humana, sendo de destacar o excelente trabalho desenvolvido, nesta área, pelas instituições e associações concelhias que em muito concorrem para que os Vilaverdenses tenham momentos de recreio plenos de alegria e vivacidade.

2.5.1. – Cultura

O desenvolvimento cultural volta a merecer uma atenção especial e far-se-á sentir em várias modalidades de **dinamização e apoio do fomento da cultura** e das raízes identitárias do Concelho.

Por um lado, prosseguirão a promoção de iniciativas com grande impacto regional e nacional; por outro, serão dados mais passos firmes em ordem à projeção de tradições culturais seculares e no sentido da criação de condições para que, a par da valorização da cultura, se concorra para a sustentabilidade económica de atividades que, de outro modo, correrão o risco de extinção.

Esta linha de orientação na política cultural concelhia assentará na realização das iniciativas e atividades que se seguem:

- A edição do **Boletim Cultural de Vila Verde** continuará a constituir um marco de afirmação de Vila Verde no panorama cultural e editorial e continuar-se-á a comprometer investigadores categorizados na realização de ambiciosos estudos científico-culturais que também contribuem para construção da nossa identidade cultural;
- Elaboração e edição da **Agenda Cultural** com periodicidade trimestral para a divulgação e promoção das atividades culturais realizadas no Concelho pelas associações culturais, Câmara Municipal e outras coletividades concelhias;
- **Dinamização do Museu do Linho** com atividades lúdico-pedagógicas suscetíveis de atrair diversos públicos e edição do catálogo do mesmo Museu;

- Apostar na divulgação e projeção do CIPCVV instalado no Albergue de Peregrinos de S. Pedro de Goães;
- Criar **percursos patrimoniais temáticos**, como o percurso pedestre desde o Albergue de Peregrinos de Goães/CIPCVV até Duas Igrejas, propiciando o conhecimento e a interpretação dos locais de maior vivência de Sá de Miranda;
- Criar um Centro Interpretativo da Cítania de S. Julião, em colaboração com a Universidade do Minho – Unidade de Arqueologia;
- Criar, na Freguesia de Duas Igrejas, o **Museu da Ribeira do Neiva**, no sentido de promover a preservação e estudo do património imaterial e tangível do alto Vale do Neiva;
- Recuperar o antigo edifício dos Paços do Concelho da Vila de Prado, imóvel de grande interesse arquitetónico e histórico para o concelho de Vila Verde, situado na Vila de Prado, para implementar um centro de dinamização associado à indústria de barro, como a louça preta de Prado;
- Dar continuidade ao trabalho desenvolvido no percurso da **Via Romana XIX**, investindo na manutenção deste percurso através de limpeza dos troços que atravessam matas, da regularização da plataforma para encaminhamento das águas pluviais e da manutenção de toda a sinalética.
- Prosseguir com a realização da **Feira de Velharias e Colecionismo** de Vila Verde e da Feira de Produtos em Segunda Mão, no sentido de atrair mais visitantes e de estimular a atividade comercial local;



- Apostar na consolidação do evento **“Sá de Miranda por Terras de Vila Verde”**, como forma de projetar o nome do concelho de Vila Verde na região e no país, associado a um grande nome da cultura portuguesa que viveu neste concelho mais de vinte anos;
- Evento **Namorar Portugal**: realização do Concurso Internacional de Criadores de Moda, através do convite lançado às escolas de moda, estilistas e *designers* do país, assim como a nível internacional; organização da gala “Namorar Portugal” que compreende o desfile das peças a concurso e programa de animação musical.
- Programação **“Fevereiro, Mês do Romance”**: programa/roteiro com sugestões e atividades diversas que implica o envolvimento dos agentes locais: restauração, alojamento, empresas de animação, comércio local, prevendo-se a produção de diverso material promocional associado; criação e dinamização do espaço “Namorar Portugal”: exposição e venda de produtos da marca Namorar Portugal, complementado com programa de animação, a realizar durante o mês de fevereiro;
- Outras ações que integram o projeto **Centro de Dinamização Artesanal- Aliança Artesanal**, nomeadamente a criação de espaço expositivo “namorar Portugal” no edifício da Aliança Artesanal”, com o propósito de potenciar as vendas de artesanato, assim como contribuir para a criação de um produto turístico a partir do património material e imaterial;
- **Festas Concelhias em honra de St. António**: evento que tem vindo a conquistar um lugar de destaque enquanto cartaz de visita do concelho”, concentrando em si um conjunto de atividades que simbolizam o melhor da tradição e da cultura popular;
- Programação **Vila Verde Vila Criativa**: alicerçada na Bienal Internacional de Arte Jovem, entre março e julho de 2014, com o objetivo promover a criação artística,

formar novos públicos através do envolvimento das Escolas do concelho e da comunidade educativa; terá como parceiros a Associação D'Arte e o IPDJ e integrará um conjunto de exposições, workshops, ateliers e outras manifestações culturais, com destaque para a IV edição da Bienal na Escola

- **Bienal Internacional de Arte Jovem de Vila Verde:** VIII edição - mais do que um concurso de arte, constitui um evento cultural vivo, dinâmico e catalisador de um conjunto de iniciativas de promoção turística e do empreendedorismo cultural dos jovens do concelho e do país; contará com parceiros estratégicos como o Instituto Português do Desporto e da Juventude, da Associação D'Arte, diversas Fundações do País e representantes do sector empresarial;
- Programação **“Na Rota das Colheitas”**: iniciativa conjunta do Município de Vila Verde e das Juntas de Freguesia, numa parceria com as associações culturais, sociais e outras entidades, com o objetivo de promover a autenticidade da vida rural, a genuinidade das tradições e a riqueza da cultura popular do concelho de Vila Verde;
- **Festa das Colheitas** - XXIII Feira Mostra de Produtos Regionais: consubstancia uma feira-mostra das potencialidades económicas do concelho ao nível da agricultura, pecuária, do artesanato, da gastronomia, do folclore e, culturais e turísticas;
- A **Feira de Artesanato** concorre para a valorização do artesanato - nomeadamente Lenços dos Namorados, Bordados, Linho, Madeiras, Cestaria, Cerâmica, Tapeçarias, Croché, Bijuteria, Cantaria, Granitos -, promovendo a sua venda e contribuindo ainda para a dinamização económica da sede concelhia;



- O **Encontro de Reis** de Vila Verde é um importante contributo para a valorização das tradições culturais concelhias, promovendo a proteção da música tradicional de cariz popular e da vertente etnográfica;
- A **Feira de Natal** “Artesanato e Mel” contribui para o escoamento dos produtos rurais típicos e dinamiza a atividade artesanal;
- Continuação do trabalho de atualização dos conteúdos culturais da **página Web do Município**.

A **Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela** continuará a afirmar-se como um espaço interativo de incentivo à leitura e à escrita e de promoção do conhecimento e da cultura de excelência.

Uma biblioteca moderna e com capacidade para atrair novos e diversificados públicos tem que se abrir aos desafios da sociedade da informação e do conhecimento e desenvolver um sistemático trabalho de aproximação e articulação com os vários agentes educacionais e culturais do concelho, partilhando experiências e conhecimentos e dinamizando projetos de forte interesse cultural, educativo e científico. Esta tem sido a filosofia de atuação da Biblioteca Municipal e constitui o segredo do seu sucesso junto de públicos muito distintos.

O dinamismo da Biblioteca é amplamente reconhecido, salientando-se as seguintes atividades e iniciativas a desenvolver para continuar na senda de um profícuo trabalho em nome do saber e da cultura:

- Continuidade do **projeto “Sábado Especial”**, que proporciona o contacto com vários autores do mundo da cultura, especialmente dirigido para crianças e familiares interessados no contacto com o livro e com a leitura;

- Prossecução da atividade **“Hora do Conto”** e **encontros com escritores**;
- Continuação do **projeto “História Andarilha”**, apresentando um conto, de estabelecimento em estabelecimento de ensino (ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico), no decurso do ano letivo;
- Realização de **visitas guiadas** de familiarização de novos utentes com os espaços e valências da Biblioteca;
- Animação de secções/espacos, designadamente o **“Autor do mês”**;
- Apresentação de escaparates com **novidades e recomendações de leitura** e de montras versando diversas temáticas e a comemoração de efemérides;
- Promoção de **exposições**;
- **Apresentação de livros**;
- Aquisição de fundos bibliográficos e de outros recursos para **enriquecimento do acervo documental**;
- Realização de **publicações informativas** e culturais;
- Publicação de uma **brochura mensal** a endereçar às entidades culturais e educativas do Município;
- Prossecução da **iniciativa “Cinema Infantil”**, dirigida para grupos de crianças do ensino pré-escolar e dos 1.º e 2.º Ciclos;
- Continuação da **iniciativa “Terças Metragens”**, mediante a dinamização de ciclos cinematográficos em torno de certas temáticas;
- **Iniciativa “Cinema Especial”**, direcionada para utentes com deficiência;

- Continuidade do **projeto SELESE** (Serviço de Leitura em Suportes Especiais) dirigido para pessoas invisuais e/ou amblíopes, analfabetos e minorias étnicas, promovendo ações de formação para a utilização de tecnologias da informação com recurso a diversos instrumentos e técnicas indispensáveis à autonomia funcional individual;
- Continuidade da dinamização de **ateliers temáticos**: desenho, pintura, máscaras, música, ilustração, recitação, livros e leitura.

A criação de condições físicas para que a política cultural adquira uma crescente projeção intra e extra municipal, continuará a revelar-se também prioritária nos investimentos a realizar nesta área, razão porque prosseguirá a aposta na requalificação de edifícios como o Centro de Arte e Cultura, a Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela e a Adega Cultural.

A **gemmação** constitui uma faceta muito relevante de uma dinâmica de enriquecimento cultural também alicerçada no estreitamento das relações entre povos com diferentes matrizes culturais, numa lógica de partilha de conhecimentos e de experiências que se revela bastante frutuosa. Assim, continuar-se-á a apostar na **consolidação das gemmações** promovendo e aprofundando iniciativas de intercâmbio cultural, social e económico e de reforço dos laços de amizade e de cooperação entre povos.

O **Gabinete de Apoio às Comunidades** continuará a desenvolver todos os esforços no sentido de informar e de apoiar o número crescente de emigrantes que procuram no exterior a concretização dos seus objetivos de vida.

2.5.2. – Desporto, recreio e lazer

Dinamizar o desporto e promover nas pessoas das diferentes idades hábitos de prática desportiva são objetivos indispensáveis para se criar condições de bem-estar e qualidade de vida para todos os cidadãos. Assim, a política desportiva do Município tem que se pautar pela garantia das condições necessárias ao acesso das pessoas às atividades físicas e desportivas.

Existem, no concelho de Vila Verde, associações e clubes desportivos com uma dinâmica digna de relevo, dinamizando atividades e promovendo modalidades desportivas diversificadas, afirmando-se como verdadeiras escolas de formação e de valores que merecem todo o incentivo e apoio possível por parte do município. O Clube Náutico é um desses exemplos de uma aposta sólida e consistente no desenvolvimento desportivo, apresentando um percurso e um palmarés a todos os títulos inatécível, ajudando a projetar o nome de Vila Verde e da Vila de Prado bem longe no país e no mundo. O sucesso alcançado com a organização do Campeonato da Europa de Maratonas 2013, em Canoagem, numa parceria entre este prestigiado Clube, o Município e a Federação desta modalidade, e a excelência da intervenção realizada na praia fluvial do Faial, na Vila de Prado, motivam-nos a avançarmos com as diligências necessárias para a apresentação de uma **candidatura ao Campeonato do Mundo de maratona em canoagem**.



A política desportiva concelhia vai continuar a nortear-se por estes princípios, através da realização dos seguintes investimentos, iniciativas e atividades:

- Criação do **Complexo Desportivo e Zona de Lazer da Ribeira do Neiva**;
- Diligenciar no sentido da criação de um **Centro de Alto Rendimento Desportivo** na Vila de Prado;
- **Apoiar as associações e clubes desportivos, atribuindo-lhes apoios e/ou subsídios** para poderem concretizar os seus planos anuais de atividades;
- Terá continuidade o **Programa Seniores Ativos**, no âmbito da promoção da atividade física da população com mais de 65 anos de idade ou reformada;
- **Concluir a construção de polidesportivos e de novos pavilhões gimnodesportivos**, como os de Cervães e da Portela do Vade;
- Continuar a priorizar o **apoio a projetos de formação desportiva**;
- Prosseguir com investimentos na **manutenção e na melhoria das instalações e equipamentos** da Piscina da Vila de Prado e do Complexo de Lazer de Vila Verde;
- Proporcionar aos Vilaverdenses a frequência do **Complexo de Lazer de Vila Verde** e as **Piscinas Municipais da Vila de Prado**, dando continuidade a uma política de custos sociais.
- Colocar o **Estádio Municipal ao serviço do desporto** e dos clubes concelhios;
- Promover e apoiar a realização de **eventos desportivos**;



O dinamismo e a capacidade competitiva das associações e clubes concelhios só tem sido possível graças ao esforço, dedicação e mérito próprio de atletas, responsáveis técnicos, dirigentes e associados e simpatizantes e apoiantes em geral. Modalidades como o futebol – feminino e masculino –, o andebol, a canoagem, a pesca desportiva, o tiro, o trial e o BTT avultam no trabalho de excelência que tem vindo a ser levado a bom porto em competições regionais, nacionais e até internacionais.

3. FUNÇÕES ECONÓMICAS

O desenvolvimento económico é hoje um desígnio nacional e o concelho de Vila Verde não foge à regra, na medida em que se reconhece que o crescimento económico tem um papel preponderante no desenvolvimento social e é condição incontornável para o combate ao flagelo do desemprego. O Município de Vila Verde vai continuar a empenhar-se no sentido de criar todas as condições ao seu alcance para tornar o **território concelho ainda mais atrativo** e para ajudar a **alavancar os níveis de competitividade da economia local**.

3.1. – Agricultura e pecuária

A agricultura e a pecuária representam ainda hoje, no território concelho, atividades económicas de significativa importância para o desenvolvimento diversificado e garantem trabalho e fontes de rendimento a muitas famílias vila-verdenses. Consubstanciam atividades seculares, inscritas na memória coletiva do povo vila-verdense e, apesar das políticas de desvalorização de que foi alvo ao longo de

várias anos, começa agora, por circunstâncias várias, como a crise e o consequente problema do desemprego, a assistir-se a uma certa revalorização das mesmas.

A defesa do mundo rural passa também pela realização de importantes investimentos em infraestruturas e equipamentos passíveis de aumentar a sua atratividade e, bem assim, por uma clara aposta na **promoção de uma imagem positiva das áreas rurais**, divulgando e projetando as suas potencialidades naturais e culturais, a genuinidade dos métodos de produção agropecuária e a elevada qualidade dos produtos. Acresce sublinhar que a diversidade e a beleza paisagística, a ancestralidade das tradições, dos usos e dos costumes, a riqueza artesanal e a pureza do ambiente campestre representam hoje preciosidades ímpares que se impõe preservar e valorizar.

Assim, prosseguirão os investimentos na requalificação e ampliação das vias de comunicação, dos caminhos agrícolas e florestais, dos espaços centrais das freguesias, assim como uma firme aposta no gradual alargamento das redes de abastecimento público de água e de saneamento.

A manutenção das **isenções do pagamento de taxas para operações urbanísticas ligadas a empreendimentos agrícolas e florestais e mesmo de taxas de construção de habitações** encerram outros importantes tónicos para o efetivo desenvolvimento do mundo rural.

A prossecução da organização e dinamização de **eventos de promoção das atividades e produtos rurais**, mormente o já aludido programa da Rota das Colheitas revela-se igualmente relevante para aumentar a visibilidade das áreas e atividades rurais e para a sua catalisação.



Uma palavra também para a aposta na criação de uma “**bolsa de terras**” para produtores agrícolas poderem avançar com projetos de investimento e desenvolvimento rural.

Apoio a projetos de desenvolvimento agrícola que contemplem o investimento no setor dos pequenos frutos silvestres.

A continuidade do trabalho de colaboração com a ATAHCA, a quem justamente se reconhece um papel decisivo na revitalização do património rural e no avanço de projetos de valorização do mundo rural continuará a ser um dos vértices de uma política económica apostada em fazer das atividades e dos produtos rurais mais-valias para o concelho e para esta região.

Sublinha-se ainda o frutuoso trabalho encetado pela AMIBA, que é já uma referência em matéria de apuramento/purificação de raças e na criação de condições para a promoção e projeção da atividade pecuária na economia nacional e regional. Continua a preconizar-se a instalação de um Ecoparque na Quinta do Penedo, em Lanhas.

A aposta no desenvolvimento do mundo rural consubstanciar-se-á igualmente no reforço da atividade do **Gabinete de Apoio ao Agricultor**, com o objetivo de proporcionar aos agricultores do Concelho todo o apoio técnico necessário ao desenvolvimento da agricultura e à captação de fundos do próximo quadro comunitário de apoio 2014-2020.



3.2. - Indústria

A atividade industrial é um setor que tem vindo a sofrer particularmente com a conjuntura económica desfavorável que o país atravessa, mas é imperioso reconhecer que o tecido empresarial local se reveste da maior relevância para o desenvolvimento económico e social e principalmente no que tange à tão necessária produção de riqueza e criação de empregos.

O processo de revisão e atualização do PDM focalizou-se, entre outros vetores, na criação de novas zonas de instalação de indústrias de crucial importância para a elevação do dinamismo económico e para a emergência de âncoras indispensáveis à fixação das populações.

Os **parques industriais** existentes no concelho, nomeadamente o Parque Industrial de Gême e as áreas industriais da Vila de Prado, de Oleiros, Cervães, Cabanelas e Arcozelo redamam também uma atenção permanente e investimentos em ordem à ampliação e melhoria das infraestruturas de apoio, entre as quais as vias de acesso e rede de saneamento básico. Uma outra relevante faceta das intervenções a levar a cabo prende-se com a necessidade de apostar na atualização e **melhoria da sinalética** destes parques, investindo em modernos *moopies* de divulgação de informações sobre as empresas locais.

Impõe-se igualmente que o Município continue a investir no sucesso do Centro Empresarial e da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (IEMinho), porque é no setor das novas tecnologias e do conhecimento que reside uma boa parte do esforço empreendedor dos empresários e principalmente dos jovens empreendedores empenhados em enveredar por projetos mais arrojados em áreas de atividade industrial emergentes. A aposta no I9Park de Soutelo insere-se nesta linha de investimento em projetos alicerçados nas potencialidades da inovação tecnológica.

Incentivos fiscais como a isenção da Taxa de Derrama, representam também um bom tónico para a realização de investimentos na atividade industrial.

3.3. - Comunicações e Transportes

Um dos principais fatores de crescimento e dinamização da atividade económica é a existência de vias de comunicação rápidas e seguras que facilitem a circulação de pessoas, mercadorias e capitais e induzam maior competitividade às empresas.

Nos últimos anos, realizaram-se grandes investimentos na ampliação e modernização da rede viária que percorre todas as freguesias do concelho, mas este esforço terá continuidade em intervenções ao nível da manutenção e da requalificação das artérias por onde circulam a riqueza e as pessoas deste território.

Entre os investimentos prioritários encontram-se os que se passam a enumerar:

- Requalificação de vias estruturantes;
 - Estrada Municipal - EM 531-2, que liga Coudeiro a Sande;
 - Estrada Municipal - EM 537, de Pico de Regalados a Gomide;
 - Estrada Municipal - EM 566, que liga Loureira, Turiz e Lage;
 - Caminho Municipal - CM 1167, que liga Freiriz, Escariz S. Mamede e Parada de Gatin;
- Conservação/manutenção de estradas e caminhos municipais;
- Requalificação dos acessos às escolas e às zonas industriais do Concelho;
- Acesso ao Lar de Idosos de Escariz S. Martinho;
- Requalificação da *Estrada do Amor*, que liga a Vila de Prado a Oleiros;
- Repavimentação de algumas vias de comunicação no interior das freguesias;

- Continuação do investimento na colocação de sinalização vertical e horizontal (pintura de vias).

Terão ainda continuidade os esforços em ordem a que a administração central avance com a concretização de alguns projetos de crucial importância:

- A **variante à sede concelhia**, alternativa à EN 101, estruturante para a fluidez do trânsito rumo ao norte do concelho tendo em vista a necessária melhoria da acessibilidade ao Parque Industrial de Gême e perspectivando a aproximação entre os dois maiores centros urbanos concelhios – Vila Verde e a Vila de Prado;

- A construção de uma nova ligação entre a atual variante, na zona de Prado, e a zona industrial de Oleiros, com ligação a Cabanelas e Cervães, funcionando como variante à circulação rodoviária que atravessa o centro urbano da Vila de Prado e alternativa à ER 205.

A instalação da **iluminação cénica na filipina Ponte da Vila de Prado** é uma outra intervenção de relevante interesse em matéria de valorização deste importante monumento histórico e de reforço da comodidade e da segurança de todos os utentes.

Uma nota ainda para o objetivo de proceder à **elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária de Vila Verde**, visando combater a sinistralidade rodoviária e apontar medidas para a melhoria das infraestruturas e ordenamento do trânsito do concelho.

3.4. Comércio e turismo

3.4.1. Mercados e feiras

A tendência para a globalização da economia e para a formação de grandes grupos económicos que pretendem alcançar uma posição hegemónica na economia tem vindo a afetar sobremaneira a atividade comercial tradicional, situação que exige a assunção, por parte do pequeno comércio, de novas dinâmicas, nomeadamente a adoção de estratégias comuns de reforço da sua atratividade.

O comércio tradicional prima pela oferta de produtos de elevada qualidade, ajustados às necessidades e exigências dos consumidores e oferece um atendimento personalizado. Estas marcas distintivas, se potencializadas e redimensionadas, podem dar excelentes frutos e funcionar como um importante fator de atração de uma maior diversidade de consumidores.

A estas indiscutíveis mais-valias poder-se-á ainda acrescentar valor com campanhas de divulgação dos produtos, iniciativas de natureza lúdica e promocional, assim como medidas de incentivo fiscal, nomeadamente a **manutenção das taxas aplicadas à ocupação de** terrado nas feiras em valores convidativos e a prossecução, por exemplo, da venda ambulante de produtos locais no espaço exterior do edifício da Adega Cultural.

Terão ainda continuidade as intervenções no sentido da requalificação e melhoria urbanística, mormente nas zonas centrais dos principais núcleos urbanos, modernizando-as e conferindo-lhes ganhos em termos de apazibilidade e de atratividade.

O comércio conhecerá renovados impulsos e serão consolidadas algumas das iniciativas que têm alcançado maior sucesso, designadamente as que infra se enumera:

- A **Feira de Velharias e Colecionismo** que procura conciliar as dimensões cultural e económica, atraindo um público diversificado;
- A **Feira de Artesanato de Vila Verde**, uma importante âncora na preservação e promoção da atividade artesanal, divulgando e transacionando produtos inspirados nos motivos decorativos dos Lenços de Namorados, Bordados, Linho, Madeiras, Cestaria, Cerâmica, Tapeçarias, Croché, Bijuteria, Cantaria, Granitos...);
- A **Feira de Produtos em Segunda Mão** é uma importante resposta às dificuldades impostas pela atual conjuntura económico-social e uma forma de reaproveitar produtos ainda em bom estado;
- Os “**Fins de semana gastronómicos**” que catalisam o setor da restauração e promovem os produtos locais;
- A **Rota das Pastelarias** que, além de promover a excelente qualidade dos doces localmente confeccionados, constitui também um estímulo ao comércio tradicional.



É evidente que as dificuldades económicas e os problemas sociais emergentes suscitam também um novo olhar sobre as feiras tradicionais e o papel crescente que podem desempenhar em matéria de estímulo à produção agropecuária e ao artesanato.

3.4.2. – Turismo

O turismo é uma atividade de elevado potencial e com uma importância muito significativa, mas que exige um aturado trabalho de planeamento para que possam ser criadas efetivas e consequentes condições de atratividade no território. O **Plano Integrado de Desenvolvimento Estratégico do Turismo** é um instrumento basilar deste planeamento, definindo os principais vértices do desenvolvimento desta área de intervenção do Município.

O território concelhio, além da excelência das suas potencialidades naturais, apresentando uma riqueza e diversidade paisagísticas ímpares, está recheado de um património histórico-cultural multifacetado e é hoje percorrido por artérias modernas e funcionais que permitem percorrê-lo, de lés a lés, de forma fácil, segura, célere e cómoda.



O desenvolvimento da atividade turística vai continuar a fazer-se segundo uma linha estratégica bem definida e assentando num frutífero trabalho em rede consubstanciado em parcerias fortes entre as várias entidades e empresas vocacionadas para esta área de grande interesse estratégico que representa atualmente uma fatia significativa das receitas de um elevado número de países dos cinco continentes. É desta forma que o turismo caminha para níveis consideráveis de sustentabilidade e se projeta como uma atividade transversal e com impacto positivo nas dinâmicas de outros setores da vida económica e sociocultural. Umbilicalmente ligado ao lazer e ao desporto, o turismo constitui um setor de grande interesse estratégico para o crescimento da economia local e regional e apresenta-se como uma excelente alternativa a áreas de atividade económica bastante debilitadas pela contração económica a que temos vindo a assistir nos últimos anos.

Terá lugar a conclusão da construção do edifício onde irá funcionar a Loja Interativa do Turismo, tendo em vista a potenciação económica e social da região no seu todo, com base nas linhas orientadoras definidas no documento “Norte 2015”; a saber:

1. A optimização do acesso à informação;
2. A inovação;
3. A promoção dos distintos produtos estratégicos definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo associados à Região;
4. O desenvolvimento socioeconómico.

A Loja Interativa de Turismo possuirá um conjunto de valências tecnológicas que a transformarão num espaço de lazer/diversão, educativo, formativo e informativo, através da sua componente de interatividade vertida nos distintos conteúdos contemplados, nomeadamente: vídeos sobre o local turístico da loja e sobre o Porto e

Norte de Portugal; animações apelativas; mapas; textos e descrições; visitas virtuais; animação 3D; aplicações para SmartPhones e pintura virtual, entre outros, participando ativamente na valorização turística através das linhas orientadoras definidas nos eixos de “Marketing e Promoção Turística Regional” e de “Recursos e Infraestruturas de Suporte ao Turismo Regional”. De referir que, neste espaço, a transmissão de dados será realizada através da conceção de experiências únicas cuja intenção será apelar aos sentidos dos turistas, procurando simular uma “teletransportação” pelas cores e pelos odores. Para este efeito será necessário recorrer a um conjunto lato de áreas de intervenção, a prestar por entidades especializadas, com vista à integral implementação da operação.

Apresenta-se, seguidamente, um outro conjunto de projetos e iniciativas de fundamental importância para o desenvolvimento da atividade turística:

- Construção de Portal do Turismo de Vila Verde destinado a disponibilizar novos conteúdos relacionados com a informação turística, de uma forma mais atrativa, ao nível do alojamento, restauração, património cultural e espaços de lazer, bem como aumentar a interatividade com o visitante/turista.
- Criação e Edição de Guia e Mapa Turístico com tradução em 4 línguas que contemple conteúdos sobre o património cultural (material e imaterial), para além de outra informação complementar (alojamento, artesanato, gastronomia, percursos pedestres, história, etc.) preconizando-se a tradução deste material promocional para inglês, espanhol, francês e alemão (mercado de proximidade e mercados de países / cidades geminadas).

- Manutenção e Dinamização da Rede Municipal de Percursos pedestres (Percurso da Nóbrega, do Vade, do Fojo do Lobo e de Mixões da Serra), de BTT e Equestres e criação de novos percursos;
- Promoção de um plano municipal de sinalética turística;

Visando o reforço da qualificação do território vão igualmente ser implementadas as seguintes medidas de valorização da atividade turística:

- Valorização das margens ribeirinhas/requalificação de praias fluviais;
- Criação, no âmbito de uma projeto intermunicipal, da Ecovia do Homem e Cávado, com ligação a Esposende;
- Atividades de controlo da vegetação e de vigilância do estado dos percursos e do património envolvente;
- Realização de visitas guiadas;
- Realização de atividades/sessões de educação ambiental;
- Requalificação dos espaços e dos equipamentos de lazer em vários pontos, nomeadamente nas praias fluviais;
- Monitorização da qualidade da água dos rios;
- Isenções e/ou reduções de taxas de licenciamento de edificações e de projetos especialmente vocacionados para o aproveitamento das potencialidades do mundo rural;
- Isenções em todos os empreendimentos na área do turismo.

A Aliança Artesanal continuará a ser um parceiro privilegiado em matéria de preservação e valorização de atividades e produtos seculares, ajudando a promover tradições, usos e costumes ancestrais que fazem as delícias dos nossos visitantes e que contribuem para a consolidação da identidade histórico-cultural do concelho de Vila Verde.

3.5. – Outras funções económicas

Com o recrudescimento de uma série de problemas associados ao arefecimento da economia, nomeadamente a cessação de atividade de inúmeras empresas que não lograram enfrentar com sucesso os ditames de uma concorrência desenfreada e de uma competição avassaladora em múltiplos setores das atividades industrial e comercial e na área dos serviços, toma-se, mais do que nunca, necessário apontar baterias no sentido da aposta dada na qualificação das pessoas e na sua preparação para um modelo económico crescentemente liberal que exige dos profissionais versatilidade e capacidade de adaptação aos mais díspares e exigentes desafios e oportunidades.

3.5.1. - Inovação e conhecimento

A criatividade, a inovação, a aposta no conhecimento e a dinamização e apoio do empreendedorismo são fatores críticos para o reforço das condições económicas e sociais de uma região, para o seu desenvolvimento económico e social sustentado, bem como para o reforço das condições de atratividade inerentes.

A inovação tecnológica oferece um enorme potencial de desenvolvimento para a regeneração social e económica, mas também encerra em si o risco de exclusão social nesta era pós-industrial. As novas tecnologias oferecem oportunidades para a criação de novas formas de emprego, novos serviços e melhoria das condições de vida mas, em simultâneo, importa obviar o perigo inerente à exclusão, à perda de identidade e do não aproveitar das suas potencialidades para a inovação social e para a sustentabilidade.

Assim, a Casa do Conhecimento, um projeto inovador com um forte pendore nas tecnologias de informação, ao disponibilizar um conjunto de serviços que possibilitam o acesso a tecnologias de informação aplicadas em contextos do quotidiano, sejam estes de formação, cidadania, trabalho ou lazer, visa contribuir para o reforço das competências digitais das populações e para o incremento da sua inclusão e fluência digitais. Estarão assim garantidas as condições, pelo papel fulcral das tecnologias de informação na economia global e na sociedade em rede, para combater a exclusão digital e consequentemente a exclusão social.

Atividades a desenvolver no âmbito do projeto da Casa do Conhecimento:

- Gestão da parceria com a Universidade do Minho no que respeita à Presença Local da UMinho;
- Gestão da parceria no âmbito da Rede de Casas do Conhecimento;
- Gestão e dinamização de várias atividades e iniciativas no âmbito do projeto da Casa do Conhecimento (MobiCurtas; laboratório e teatro virtuais; MobiGeo Day...).
- Execução da candidatura “Constituição e Implementação da Rede de Casas do Conhecimento”;

- Gestão e execução da candidatura “Regeneração do Centro Urbano de Vila Verde – Casa do Conhecimento”;
- Implementação e acompanhamento dos processos de aquisição, do Teatro Virtual;
- Área de Exposição e Interação, CAVE/Sala Imersiva, Salas de Formação/Projeto, infraestrutura de comunicações e rede, infraestrutura de equipamentos, no âmbito da candidatura a “Parcerias para a Regeneração Urbana – operações isoladas”;
- Implementação e acompanhamento dos respetivos processos de aquisição, da infraestrutura de comunicações e rede da Praça *Wireless*;
- Instalação das Praças *Wi-Fi*;
- Laboratório aberto de Impressão 3D;
- Comemorações do Dia Mundial da Sociedade da Informação;
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas com o “*Graffiti Wall*”, “Bonecos de Papel Eletrónicos”, de Workshops orientadas para temáticas como a eletrónica criativa, robótica e interatividade;
- Planeamento, gestão e administração da presença Internet do município, da Casa do Conhecimento e da plataforma de apoio às reuniões do Executivo municipal, ao nível da infraestrutura de gestão lógica dos recursos, dos conteúdos e serviços *online*.

É ainda importante frisar que o **IEMinho**- Incubadora de Empresas Tecnológicas vai continuar a ter papel da maior relevância no incremento e modernização da economia local, incentivando à capacidade de iniciativa e ao gosto pelo risco controlado, assim como e sobretudo ao empreendedorismo e à inovação empresarial.

O Município, em matéria de inovação e de lançamento de Vila Verde no trilho da modernidade, dará continuidade aos esforços em ordem à consecução do projeto de instalação de uma rede que permita ligações e serviços em **banda larga suportada em fibra ótica**. Procura-se assim combater a info-exclusão, promovendo a igualdade de oportunidades e de acesso público à banda larga no território concelhio, corrigir assimetrias de acessibilidade a telecomunicações e viabilizar a iniciativa empresarial de base tecnológica e científica na região.

5.4. - OUTRAS FUNÇÕES

5.4.1. Recursos humanos

A boa gestão municipal e a elevação da qualidade dos serviços prestados aos munícipes devem fundar-se em determinados princípios incontornáveis, designadamente a proximidade, a transparência, a agilidade, a celeridade, a eficiência e a eficácia. A aposta na permanente formação e atualização dos recursos humanos e, bem assim, a sua preparação para se adaptarem aos sempre renovados desafios e exigências de um mundo extremamente competitivo e ávido de mudança emergem como desideratos fundamentais no presente objetivo.

Neste setor, as ações a encetar nortear-se-ão na perspetiva de concretizar os objetivos infra elencados:

- **Criação de uma comissão intermunicipal** para a promoção de boas práticas na Administração Local, apresentada no âmbito da preparação do QEC 2014-2020);
- Elaboração de um **código de conduta e de boas práticas intermunicipal** e

- a acompanhamento da sua aplicação;
- Avaliar e encaminhar as queixas dos cidadãos e dos trabalhadores nestas matérias;
 - Auxiliar os serviços a alcançarem os seus objetivos através de um acompanhamento sistemático e com adequados enfoques para a melhoria da eficácia dos processos e dos procedimentos;
 - Elaborar recomendações relativas a falhas ou deficiências detetadas na atividade dos serviços;
 - **Garantir ferramentas de otimização em sede de segurança e saúde no trabalho**, promovendo uma política sustentada em termos de segurança e saúde no trabalho, com vista à diminuição dos acidentes de trabalho, que englobe as seguintes dimensões: diagnóstico, plano de intervenção (formação, elaboração de conteúdos e ações no terreno) e avaliação dos resultados;
 - **Partilhar boas práticas: *benchmarking***; considerando que a partilha de conhecimento é fundamental, perspetiva-se a realização das segundas jornadas de modernização administrativa, com a abordagem de temas transversais a todas as unidades, de modo a promover a participação em bloco dos serviços;
 - Promover a qualidade dos serviços através da **formação profissional** e da criação de formadores internos; a formação profissional é uma peça chave e tem um papel primordial na condução das equipas para melhores resultados, nomeadamente a formação orientada para a resolução de problemas específicos da autarquia, assumindo-se ainda como fator estratégico o investimento numa bolsa de formadores internos.

Nota final

No contexto de incertezas e perplexidades quanto ao futuro que atravessam os vários setores da sociedade portuguesa, os desafios da governação de um concelho afiguram-se ainda mais exigentes e difíceis.

É, no entanto, nestes momentos que todos somos chamados a nos envolvemos ativa e empenhadamente nos esforços necessários para ultrapassar a adversidade e para lograr inverter o ciclo de desconfiança e de pessimismo que assalta os investidores e a população em geral.

Com união de vontades e congregação de esforços, com tenacidade e imbuídos de capacidade para valorizar o essencial em detrimento do acessório, seremos capazes de alavancar o concelho de Vila Verde e de o projetar na senda de um futuro de prosperidade.

Todos juntos - autarquias, instituições, associações, empreendedores, forças vivas e Vilaverdenses - iremos projetar este concelho para uma era de confiança e de crescimento inolvidáveis.

Com este espírito e com esta determinação vai ser possível continuar a promover o desenvolvimento sustentado de Vila Verde, realizando os projetos apresentados neste documento, gerando mais riqueza, criando novas oportunidades de emprego, reforçando a coesão social e criando as âncoras necessárias para fazer de Vila Verde um concelho moderno, atrativo e competitivo.

II Parte



Orçamento da Receita



Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	2.513.376
010203	Imposto único de circulação	984.308
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	694.766
010205	Derrama	299.957
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	100
01020702	Imposto municipal de sisa	200
01020799	Outros impostos abolidos	100
02	Impostos indirectos	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.locais	
02020602	Loteamentos e obras	
0202060201	Licenciamento de obras	24.002
0202060202	Serviços de urbanização	50
0202060203	Infraestruturas urbanísticas	16.197
0202060204	Vistorias	230
0202060205	Licença de utilização	1.514
0202060206	Apreciação	10.488
0202060209	Outros	2.770
02020603	Ocupação da via pública	6.503
02020604	Canídeos	50
02020605	Publicidade	20.286
02020606	Saneamento	
0202060601	Esgotos - taxa ligação	50
0202060602	Esgotos - taxa conservação	50
02020699	Outros	
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	50
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	50
0202069999	Outros	1.002
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	
0401230101	Ocupação de terrados	51.530
0401230103	Outras	139
04012302	Loteamentos e obras	

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
0401230201	Licenças de Edificação	81.119
0401230202	Licenças de utilização	18.287
0401230203	Infraestruturas urbanísticas	103.627
0401230204	Vistorias	100
0401230205	Apreciação	146.380
0401230209	Outros	31.895
04012303	Ocupação da via pública	2.376
04012305	Caça, uso e porte de arma	850
04012306	Saneamento	50
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	12
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	60
0401239999	Outras	28.676
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	1.305
040202	Juros compensatórios	17.066
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	46.367
040299	Multas e penalidades diversas	16.313
05	Rendimentos da propriedade	
0501	Juros-Sociedades e quase-socied.não financeiras	
050101	Públicas	50
050102	Privadas	50
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	1.841
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050701	Empresas públicas	50
050799	Outras	20.000
0510	Rendas	
051001	Terrenos	7.603
051002	Activos no subsolo	50
051003	Habitações	50
051004	Edifícios	50
051005	Bens de domínio público	5.000
051099	Outros	1.188.061
0511	Activos incorpóreos	50
06	Transferências correntes	
0603	Administração central	
060301	Estado	

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
06030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	9.165.968
06030102	Fundo Social Municipal	962.447
06030103	Participação fixa no IRS	577.028
06030199	Outras	
0603019901	Ministério da Educação	1.058.352
0603019902	Ministério da Agricultura	500
0603019905	DGAL-Direcção Geral das Autarquias Locais	224.758
0603019999	Outras	9.365
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030601	F.S.E.	28.836
06030603	ON2	10.162
06030699	Outras	500
060307	Serviços e fundos autónomos	
06030701	I.E.F.P.	119.526
06030702	Administração Eleitoral	3.300
06030703	IFAP	33.544
06030705	Instituto de Segurança Social	23.000
06030799	Outras	26.579
0607	Instituições sem fins lucrativos	
060701	Instituições sem fins lucrativos	1.000
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070105	Bens inutilizados	500
070107	Produtos alimentares e bebidas	22.737
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	
07011099	Outros	1.000
070111	Produtos acabados e intermédios	
07011102	Outros	
0701110201	Água	1.524.162
0701110202	Outros	500
070199	Outros	13.574
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	40.000
070203	Vistorias e ensaios	100
070204	Serviços de laboratório	100
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020801	Serviços sociais	25.188
07020802	Serviços recreativos	

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
0702080201	Turismo sénior	2.500
0702080299	Outros	1.000
07020803	Serviços culturais	
0702080399	Outros	2.647
07020804	Serviços desportivos	20.000
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020901	Saneamento	
0702090101	Saneamento- Ligação	9.575
0702090102	Saneamento - Conservação	244.043
0702090103	Reembolso de Despesas c/ Ramais de Saneamento	4.548
0702090104	Saneamento - Disponibilidade	222.352
07020902	Resíduos sólidos	583.399
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	
0702090302	Transportes escolares	51.063
0702090399	Outros	500
07020904	Trabalhos por conta de particulares	1.322
07020905	Cemitérios	5.854
07020906	Mercados e feiras	1.000
07020908	Parques de campismo	100
07020909	Canídeos	100
07020999	Outros	
0702099901	Reemb. despesas c/ ramais e colocação contadores	51.341
0702099902	Água - corte e reinstalação	3.169
0702099903	Água - disponibilidade	551.709
0702099999	Outros	233
070299	Outros	
07029901	Encargo de cobrança de receitas	50
07029999	Outros	16.745
0703	Rendas	
070301	Habitações	17.500
070302	Edifícios	24.500
070399	Outras	5.000
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	589
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	500
08019903	IVA reembolsado	100

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
08019999	Diversas	22.235
Total das Receitas Correntes:		22.061.506
09	Venda de bens de investimento	
0901	Terrenos	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	575.181
090110	Famílias	3.250
0902	Habitações	
090201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	250.000
090210	Famílias	5.000
0903	Edifícios	
090301	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1.000.000
090309	Instituições sem fins lucrativos	5.000
090310	Famílias	21.238
0904	Outros bens de investimento	
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09040101	Equipamento de transporte	1.000
09040103	Outros	1.000
090410	Famílias	
09041003	Outros	1.000
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.018.441
10030199	Outras	
1003019999	Outras	767.389
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	FEDER	
1003070104	O.N. 2	5.287.615
1003070199	Outros	100
100308	Serviços e fundos autónomos	
10030899	Outros	100
1005	Administração local	
100501	Continente	
10050101	Câmara Municipal de Terras de Bouro	190.000
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130101	Indemnizações	500

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
130199	Outras	500
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	15.101
Total das Receitas de Capital:		9.142.415
Total do Orçamento da Receita:		31.203.921

Orçamento da Despesa



Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
01	Administração Autárquica	
0101	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	
0101 03	Juros e outros encargos	
0101 0301	Juros da dívida pública	
0101 030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0101 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	345.587
0101 030105	Admin.pública-Admin.central-Estado	
0101 03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	235.288
0101 030106	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	
0101 03010602	Empréstimos de médio e longo prazos	3.853
0101 0303	Juros de locação financeira	
0101 030301	Terrenos	50
0101 030305	Material de transporte	50
0101 030308	Outros investimentos	50
0101 0305	Outros juros	
0101 030502	Outros	10.000
0101 0306	Outros encargos financeiros	
0101 030601	Outros encargos financeiros	100
Total das Despesas Correntes:		594.978
0101 10	Passivos financeiros	
0101 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
0101 100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	1.461.784
0101 100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	753.913
0101 100606	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	6.657
Total das Despesas de Capital:		2.222.354
Total da Divisão Orgânica 0101:		2.817.332
0102	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
0102 01	Despesas com o pessoal	
0102 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0102 010213	Outros suplementos e prémios	
0102 01021302	Outros	45.000
0102 02	Aquisição de bens e serviços	
0102 0201	Aquisição de bens	
0102 020108	Material de escritório	150
0102 020121	Outros bens	50
0102 0202	Aquisição de serviços	
0102 020213	Deslocações e estadas	50

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 020217	Publicidade	200
0102 020225	Outros serviços	50
Total das Despesas Correntes:		45.500
Total da Divisão Orgânica 0102:		45.500
0103	ÓRGÃOS DE AUTARQUIA	
0103 01	Despesas com o pessoal	
0103 0101	Remunerações certas e permanentes	
0103 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	135.000
0103 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
0103 01010401	Pessoal em funções	137.400
0103 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	11.100
0103 010109	Pessoal em qualquer outra situação	72.000
0103 010111	Representação	30.780
0103 010113	Subsidio de refeição	32.810
0103 010114	Subsidio de férias e de Natal	59.000
0103 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0103 010204	Ajudas de custo	1.000
0103 010213	Outros suplementos e prémios	
0103 01021302	Outros	22.140
0103 0103	Segurança social	
0103 010301	Encargos com a saúde	390.000
0103 010302	Outros encargos com a saúde	1.000
0103 010305	Contribuições para a segurança social	
0103 01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	100
0103 01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
0103 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	888.042
0103 0103050202	Regime Geral	171.058
0103 010309	Seguros	
0103 01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	72.943
0103 02	Aquisição de bens e serviços	
0103 0201	Aquisição de bens	
0103 020102	Combustíveis e lubrificantes	
0103 02010202	Gasóleo	1.000
0103 020104	Limpeza e higiene	15.000
0103 020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	100
0103 020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	17.000
0103 020108	Material de escritório	5.000

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0103 020115	Prémios, condecorações e ofertas	101.000
0103 020118	Livros e documentação técnica	250
0103 020119	Artigos honoríficos e de decoração	500
0103 020120	Material de educação, cultura e recreio	50
0103 020121	Outros bens	250.000
0103 0202	Aquisição de serviços	
0103 020201	Encargos das instalações	1.900.000
0103 020203	Conservação de bens	100
0103 020204	Locação de edifícios	8.000
0103 020205	Locação de material de informática	20.000
0103 020208	Locação de outros bens	8.800
0103 020209	Comunicações	140.000
0103 020210	Transportes	15.000
0103 020212	Seguros	78.000
0103 020213	Deslocações e estadas	4.000
0103 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	10.700
0103 020215	Formação	3.000
0103 020216	Seminários, exposições e similares	1.550
0103 020217	Publicidade	15.000
0103 020218	Vigilância e segurança	40.000
0103 020219	Assistência técnica	500
0103 020220	Outros trabalhos especializados	165.748
0103 020222	Serviços de saúde	9.500
0103 020224	Encargos de cobrança de receitas	120.000
0103 020225	Outros serviços	60.000
0103 04	Transferências correntes	
0103 0405	Administração local	
0103 040501	Continente	
0103 04050102	Freguesias	
0103 0405010201	Acordo de cooperação pré-escolar	424.000
0103 0405010202	Acordo de cooperação 1º ciclo	181.000
0103 0405010204	Outros	129.000
0103 04050104	Associações de municípios	31.000
0103 0407	Instituições sem fins lucrativos	
0103 040701	Instituições sem fins lucrativos	
0103 04070101	Associações - Actividades gerais	145.000
0103 04070102	Associações - Desporto	200.000
0103 04070104	Instituições	196.000

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
0103	04070105	Agrupamentos de Escolas	34.420
0103	04070106	Outros	30.000
0103	0408	Famílias	
0103	040802	Outras	55.000
0103	05	Subsídios	
0103	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
0103	050101	Públicas	
0103	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1.000
0103	05010102	Outras	37.500
0103	06	Outras despesas correntes	
0103	0602	Diversas	
0103	060201	Impostos e taxas	250
0103	060203	Outras	
0103	06020301	Outras restituições	90.000
0103	06020302	IVA pago	5.000
0103	06020304	Serviços bancários	15.000
0103	06020305	Outras	60.000
Total das Despesas Correntes:			6.648.341
0103	07	Aquisição de bens de capital	
0103	0701	Investimentos	
0103	070101	Terrenos	41.000
0103	070103	Edifícios	
0103	07010301	Instalações de serviços	70.000
0103	070106	Material de transporte	
0103	07010601	Recolha de resíduos	5.500
0103	07010602	Outro	33.000
0103	070107	Equipamento de informática	63.182
0103	070108	Software informático	73.730
0103	070109	Equipamento administrativo	57.645
0103	070110	Equipamento básico	
0103	07011002	Outro	29.000
0103	070111	Ferramentas e utensílios	7.500
0103	070112	Artigos e objectos de valor	500
0103	070113	Investimentos incorpóreos	18.500
0103	070115	Outros investimentos	23.320
0103	08	Transferências de capital	
0103	0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0103 080101	Públicas	
0103 08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1.000
0103 08010103	Outras	225.000
0103 0805	Administração local	
0103 080501	Continente	
0103 08050102	Freguesias	410.000
0103 0807	Instituições sem fins lucrativos	
0103 080701	Instituições sem fins lucrativos	219.000
0103 09	Activos financeiros	
0103 0907	Acções e outras participações	
0103 090702	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100.000
Total das Despesas de Capital:		1.377.877
Total da Divisão Orgânica 0103:		8.026.218
Total do Capítulo Orgânico 01:		10.889.050

02 ÁREA DE SUPORTE

02 01	Despesas com o pessoal	
02 0101	Remunerações certas e permanentes	
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02 01010401	Pessoal em funções	778.000
02 01010404	Recrutamento de pessoal novos postos de trabalho	100
02 010106	Pessoal contratado a termo	
02 01010601	Pessoal em funções	50
02 01010604	Recrutamento pessoal novos postos trabalho	100
02 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	30.000
02 010108	Pessoal aguardando aposentação	50
02 010109	Pessoal em qualquer outra situação	28.959
02 010111	Representação	6.515
02 010113	Subsidio de refeição	61.700
02 010114	Subsídio de férias e de Natal	136.000
02 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	5.000
02 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02 010202	Horas extraordinárias	100
02 010204	Ajudas de custo	100
02 010205	Abono para falhas	10.000
02 0103	Segurança social	
02 010302	Outros encargos com a saúde	21.000
02 010303	Subsídio familiar a criança e jovens	9.000

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	010304	Outras prestações familiares	2.000
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	1.000
02	020108	Material de escritório	30.000
02	020118	Livros e documentação técnica	270
02	020121	Outros bens	500
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020205	Locação de material de informática	5.000
02	020208	Locação de outros bens	100
02	020210	Transportes	50
02	020213	Deslocações e estadas	50
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	1.100
02	020215	Formação	3.500
02	020217	Publicidade	250
02	020220	Outros trabalhos especializados	1.000
02	020225	Outros serviços	22.398
Total das Despesas Correntes:			1.153.892
Total do Capítulo Orgânico 02:			1.153.892

03	ÁREA OPERACIONAL DE PLANEAMENTO		
03	01	Despesas com o pessoal	
03	0101	Remunerações certas e permanentes	
03	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
03	01010401	Pessoal em funções	546.000
03	01010404	Recrutamento de pessoal novos postos de trabalho	100
03	010106	Pessoal contratado a termo	
03	01010601	Pessoal em funções	50
03	01010604	Recrutamento pessoal novos postos trabalho	50
03	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	50
03	010108	Pessoal aguardando aposentação	50
03	010109	Pessoal em qualquer outra situação	28.960
03	010111	Representação	8.687
03	010113	Subsidio de refeição	4.020
03	010114	Subsídio de férias e de Natal	98.000
03	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
03	010202	Horas extraordinárias	2.000

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
03	010204	Ajudas de custo	500
03	010205	Abono para falhas	100
03	010212	Indemnizações por cessação de funções	1.000
03	0103	Segurança social	
03	010302	Outros encargos com a saúde	10.000
03	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	5.000
03	010304	Outras prestações familiares	1.000
03	02	Aquisição de bens e serviços	
03	0201	Aquisição de bens	
03	020102	Combustíveis e lubrificantes	
03	02010201	Gasolina	100
03	02010202	Gasóleo	100
03	02010299	Outros	300
03	020103	Munições, explosivos e artificios	50
03	020104	Limpeza e higiene	1.000
03	020107	Vestuário e artigos pessoais	500
03	020108	Material de escritório	4.000
03	020117	Ferramentas e utensílios	1.000
03	020118	Livros e documentação técnica	100
03	020121	Outros bens	11.000
03	0202	Aquisição de serviços	
03	020204	Locação de edifícios	100
03	020206	Locação de material de transporte	100
03	020208	Locação de outros bens	100
03	020210	Transportes	100
03	020213	Deslocações e estadas	100
03	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	11.000
03	020215	Formação	5.000
03	020217	Publicidade	50
03	020218	Vigilância e segurança	100
03	020219	Assistência técnica	100
03	020220	Outros trabalhos especializados	21.000
03	020225	Outros serviços	2.000
Total das Despesas Correntes:			763.467
03	07	Aquisição de bens de capital	
03	0701	Investimentos	
03	070103	Edifícios	

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
03	07010301	Instalações de serviços	40.000
03	07010302	Instalações desportivas e recreativas	16.250
03	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	5.000
03	07010305	Escolas	2.001.051
03	07010307	Outros	744.382
03	070104	Construções diversas	
03	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	77.250
03	07010406	Instalações desportivas e recreativas	37.500
03	07010408	Viação rural	462.249
03	07010409	Sinalização e trânsito	7.000
03	07010413	Outros	180.500
03	070115	Outros investimentos	6.000
Total das Despesas de Capital:			3.577.182
Total do Capítulo Orgânico 03:			4.340.649

04 ÁREA OPERACIONAL DE OBRAS E AMBIENTE

04	01	Despesas com o pessoal	
04	0101	Remunerações certas e permanentes	
04	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
04	01010401	Pessoal em funções	1.825.000
04	01010404	Recrutamento de pessoal novos postos de trabalho	46.560
04	010106	Pessoal contratado a termo	
04	01010601	Pessoal em funções	34.950
04	01010604	Recrutamento pessoal novos postos trabalho	50
04	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	50
04	010108	Pessoal aguardando aposentação	50
04	010111	Representação	2.172
04	010113	Subsidio de refeição	215.336
04	010114	Subsídio de férias e de Natal	319.640
04	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	50
04	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
04	010202	Horas extraordinárias	40.000
04	010204	Ajudas de custo	4.000
04	010205	Abono para falhas	6.000
04	0103	Segurança social	
04	010302	Outros encargos com a saúde	25.000
04	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	15.000

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
04	010304	Outras prestações familiares	4.000
04	02	Aquisição de bens e serviços	
04	0201	Aquisição de bens	
04	020102	Combustíveis e lubrificantes	
04	02010201	Gasolina	10.000
04	02010202	Gasóleo	350.000
04	02010299	Outros	5.000
04	020103	Munições, explosivos e artifícios	100
04	020104	Limpeza e higiene	18.000
04	020107	Vestuário e artigos pessoais	63.000
04	020108	Material de escritório	4.500
04	020117	Ferramentas e utensílios	15.000
04	020118	Livros e documentação técnica	100
04	020121	Outros bens	948.272
04	0202	Aquisição de serviços	
04	020203	Conservação de bens	100.000
04	020204	Locação de edifícios	100
04	020206	Locação de material de transporte	100
04	020208	Locação de outros bens	100
04	020210	Transportes	100
04	020213	Deslocações e estadas	100
04	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	57.500
04	020215	Formação	100
04	020217	Publicidade	3.800
04	020218	Vigilância e segurança	100
04	020219	Assistência técnica	100
04	020220	Outros trabalhos especializados	46.500
04	020225	Outros serviços	1.445.293
Total das Despesas Correntes:			5.605.723
04	07	Aquisição de bens de capital	
04	0701	Investimentos	
04	070104	Construções diversas	
04	07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	350.250
04	07010403	Estações de tratamento de águas residuais	27.750
04	07010404	Iluminação pública	21.500
04	07010407	Captação e distribuição de água	535.750
04	07010412	Cemitérios	5.000

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
04	07010413	Outros	25.000
04	070110	Equipamento básico	
04	07011002	Outro	38.500
04	070115	Outros investimentos	86.855

Total das Despesas de Capital: 1.090.605

Total do Capítulo Orgânico 04: 6.696.328

05 ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

05	01	Despesas com o pessoal	
05	0101	Remunerações certas e permanentes	
05	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
05	01010401	Pessoal em funções	820.000
05	01010404	Recrutamento de pessoal novos postos de trabalho	50
05	010106	Pessoal contratado a termo	
05	01010601	Pessoal em funções	50
05	01010604	Recrutamento pessoal novos postos trabalho	50
05	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	7.500
05	010108	Pessoal aguardando aposentação	50
05	010109	Pessoal em qualquer outra situação	50
05	010111	Representação	2.172
05	010113	Subsidio de refeição	76.000
05	010114	Subsídio de férias e de Natal	137.000
05	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	50
05	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
05	010202	Horas extraordinárias	10.000
05	010212	Indemnizações por cessação de funções	55.000
05	0103	Segurança social	
05	010302	Outros encargos com a saúde	10.000
05	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	5.000
05	010304	Outras prestações familiares	1.000
05	02	Aquisição de bens e serviços	
05	0201	Aquisição de bens	
05	020102	Combustíveis e lubrificantes	
05	02010201	Gasolina	100
05	02010202	Gasóleo	1.600
05	02010299	Outros	100
05	020104	Limpeza e higiene	9.000

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
05	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	424.057
05	020108	Material de escritório	10.000
05	020115	Prémios, condecorações e ofertas	36.460
05	020121	Outros bens	132.108
05	0202	Aquisição de serviços	
05	020202	Limpeza e higiene	100
05	020204	Locação de edifícios	100
05	020205	Locação de material de informática	20.000
05	020206	Locação de material de transporte	100
05	020208	Locação de outros bens	123.174
05	020209	Comunicações	5.500
05	020210	Transportes	1.315.500
05	020213	Deslocações e estadas	100
05	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	7.184
05	020215	Formação	100
05	020217	Publicidade	65.650
05	020218	Vigilância e segurança	3.600
05	020219	Assistência técnica	1.000
05	020220	Outros trabalhos especializados	425.461
05	020225	Outros serviços	386.100
05	04	Transferências correntes	
05	0408	Famílias	
05	040802	Outras	270.000
Total das Despesas Correntes:			4.361.066
05	07	Aquisição de bens de capital	
05	0701	Investimentos	
05	070102	Habitações	
05	07010201	Construção	7.500
05	070103	Edifícios	
05	07010301	Instalações de serviços	1.128.873
05	07010302	Instalações desportivas e recreativas	800.000
05	07010305	Escolas	603.238
05	070104	Construções diversas	
05	07010406	Instalações desportivas e recreativas	37.700
05	070107	Equipamento de informática	777.126
05	070108	Software informático	39.840
05	070109	Equipamento administrativo	252.557

Município de Vila Verde

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
05	070110	Equipamento básico	
05	07011002	Outro	12.200
05	070115	Outros investimentos	103.902
Total das Despesas de Capital:			3.762.936
Total do Capítulo Orgânico 05:			8.124.002
Total do Orçamento da Despesa:			31.203.921

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Grandes Opções do Plano



Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014				Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)		
1				Funções Gerais																			
1	1.1			Administração geral																			
1	1.1	2011/7		e-participation																			
1	1.1	2011/7	2	Estudos, projetos e consultadoria	02 020214	O		15	85	0103	01/2011	12/2017			1.000	1.000		7.500	7.500	7.500		23.500	
1	1.1	2014/1		Cávado Digital +																			
1	1.1	2014/1	1	Hardware	0103 070107	O		15	85	0103	01/2014	12/2015			18.451	2.768	15.683	7.500				25.951	
1	1.1	2014/1	2	Software	0103 070108	O		15	85	0103	01/2014	12/2017			74.865	11.230	63.635	137.435	45.000	45.000		302.300	
1	1.1	2014/1	3	Estudos, projetos e consultadoria	0103 020214	O		15	85	0103	01/2014	12/2017			10.000	1.500	8.500	10.000	10.000	10.000		40.000	
1	1.1	2014/1	4	Serviços	02 020225	O		15	85	0103	01/2014	12/2017			102.651	15.398	87.253	10.000	10.000	10.000		132.651	
1	1.1	2014/2		Aquisição/reparação de imobilizado																			
1	1.1	2014/2	1	Equipamento de transporte - outro	0103 07010602	O				0103	01/2014	12/2017			33.000	33.000		80.000	80.000	75.000		268.000	
1	1.1	2014/2	2	Equipamento de transporte - recolha de resíduos	0103 07010601	O				0103	01/2014	12/2017			5.500	5.500		2.500	2.500	2.500		13.000	
1	1.1	2014/2	3	Equipamento básico	0103 07011002	O				0103	01/2014	12/2017			29.000	29.000		150.000	180.000	180.000		539.000	
1	1.1	2014/2	4	Equipamento administrativo	0103 070109	O				0103	01/2014	12/2017			4.500	4.500		17.000	15.000	20.000		56.500	
1	1.1	2014/2	5	Ferramentas e utensílios	0103 070111	O				0103	01/2014	12/2017			7.500	7.500		12.000	12.000	15.000		46.500	
1	1.1	2014/2	6	Outros investimentos	0103 070115	O				0103	01/2014	12/2017			9.000	9.000		15.000	22.000	35.000		81.000	
1	1.1	2014/2	7	Artigos objetos de valor	0103 070112	O				0103	01/2014	12/2014			500	500						500	
1	1.1	2014/2	8	Investimentos incorpóreos	0103 070113	O				0103	01/2014	12/2017			18.500	18.500		20.000	20.000	20.000		78.500	
1	1.1	2014/2	9	Software informático	0103 070108	O				0103	01/2014	12/2017			50.000	50.000		50.000	55.000	55.000		210.000	
1	1.1	2014/2	10	Hardware	0103 070107	O				0103	01/2014	12/2017			28.000	28.000		39.000	41.000	55.000		163.000	
1	1.1	2014/2	11	Construção/reparação - serviços	04 020203	O				04	01/2014	12/2017			100.000	100.000		150.000	175.000	170.000		595.000	
1	1.1	2014/2	12	Construção / reparação - empreitada	03 07010301	E				03	01/2014	12/2017			27.500	27.500		35.000	35.000	65.000		162.500	
1	1.1	2014/2	13	Aquisição de bens	0103 020121	O				0103	01/2014	12/2017			100.000	100.000		100.000	180.000	175.000		555.000	
1	1.1	2014/3		Aquisição de terrenos	0103 070101	O				0103	01/2014	12/2017			10.000	10.000		125.000	125.000	100.000		360.000	
1	1.1	2014/4		Estudos, projetos e consultadoria	0103 020214	O				0103	01/2014	12/2017			7.500	7.500		27.000	21.000	20.000		75.500	
1	1.1	2014/5		Construção do arquivo municipal	0103 07010301	E				0103	01/2014	12/2017			152.500	2.500	150.000	80.000	80.000	120.000		432.500	
1	1.1	2014/6		Conclusão do edifício dos Paços do Concelho	0103 07010301	E				0103	01/2014	12/2016			67.500	67.500		40.000	45.000		152.500		
1	1.1	2014/7		Auditoria, inquéritos e outros serviços necessários ao sistema de gestão da qualidade	0103 020220	O				0103	01/2014	12/2017			6.400	6.400		8.800	9.200	7.500		31.900	
1	1.1	2014/8		Divulgação de suporte a jornadas	0103 020216	O				0103	01/2014	12/2017			1.500	1.500		5.500	5.800	5.500		18.300	
1	1.1	2014/9		Requalificação / ampliação do quartel da GNR																			
1	1.1	2014/9	1	Equipamento informático	0103 070107	O	100			03	01/2014	12/2015			32.414	32.414		15.000				47.414	
1	1.1	2014/9	2	Equipamento administrativo	0103 070109	O	100			03	01/2014	12/2015			53.145	53.145		17.500				70.645	

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)	
1		Funções Gerais																				
1	1.1	Administração geral																				
1	1.1	2014/9	3	Serviços especializados	0103 020220	O	100			03	01/2014	12/2015			8.348	8.348		5.000				13.348
1	1.1	2014/9	4	Construção/Ampliação do quartel da GNR	03 07010307	E	100			03	01/2014	12/2015			673.382	673.382		80.000				753.382
1	1.1	2014/10		Modernização administrativa do Município de Vila Verde																		
1	1.1	2014/10	1	Lojas do Município	0103 070115	O				0103	01/2014	12/2016			88.800	13.320	75.480	40.000	40.000			168.800
1	1.1	2014/10	2	Software	0103 070108	O				0103	01/2014	12/2017			12.500	12.500		90.000	15.000	45.000		162.500
1	1.1	2014/10	3	Serviços	0103 020220	O				0103	01/2014	12/2015			1.000	1.000		1.000				2.000
1	1.1	2014/10	4	Espaço Cidadão	0103 070115	O				0103	01/2014	12/2016			16.000	1.000	15.000	7.000	7.500			30.500
Totais do Programa 1.1:															1.750.956	1.335.405	415.551	1.384.735	1.238.500	1.238.000		5.612.191
1	2.1	Protecção civil e luta contra incêndios																				
1	2.1	2014/11		Aquisição de equipamento operacional de protecção civil	04 07011002	O				04	01/2014	12/2017			12.500	12.500		12.000	10.000	15.000		49.500
1	2.1	2014/12		Serviço municipal de protecção civil																		
1	2.1	2014/12	1	Bens	04 020121	O				04	01/2014	12/2017			13.500	13.500		6.000	4.000	6.000		29.500
1	2.1	2014/12	2	Vestuário	04 020107	O				04	01/2014	12/2017			8.000	8.000		12.000	12.000	8.000		40.000
1	2.1	2014/12	3	Serviços	04 020225	O				04	01/2014	12/2017			22.305	22.305		18.000	18.000	20.000		78.305
1	2.1	2014/12	4	Instituições humanitárias	0103 04070104	T				0103	01/2014	12/2017			45.000	45.000		45.000	45.000	45.000		180.000
1	2.1	2014/13		Protecção florestal																		
1	2.1	2014/13	1	Ferramentas e utensílios	04 020117	O				04	01/2014	12/2017			7.500	7.500		8.000	8.000	10.000		33.500
1	2.1	2014/13	2	Sapadores florestais	0103 04070104	T				0103	01/2014	12/2017			60.000	60.000		55.000	55.000	55.000		225.000
1	2.1	2014/13	3	Vestuário	04 020107	O				04	01/2014	12/2016			5.000	5.000		5.000	7.500			17.500
1	2.1	2014/14		Infraestruturas florestais																		
1	2.1	2014/14	1	Caminhos e pontos de água	04 07010413	E				04	01/2014	12/2017			13.500	13.500		30.000	30.000	30.000		103.500
1	2.1	2014/14	2	Caminhos e pontos de água - bens	04 020121	A				04	01/2014	12/2017			6.500	6.500		15.000	15.000	15.000		51.500
1	2.1	2014/14	3	Caminhos e pontos de água - serviços	04 020225	A				04	01/2014	12/2017			12.500	12.500		35.000	35.000	30.000		112.500
1	2.1	2014/15		Operações de silvicultura	04 020220	O				04	01/2014	12/2017			4.500	4.500		7.500	7.500	7.500		27.000
1	2.1	2014/16		Estudos, projetos e consultadoria	04 020214	O				04	01/2014	12/2016			1.000	1.000		1.000	1.000			3.000
1	2.1	2014/17		Planeamento e gestão de riscos naturais e tecnológicos																		
1	2.1	2014/17	1	Serviços especializados	04 020220	O				04	01/2014	12/2017			1.000	1.000		15.000	15.000	15.000		46.000
1	2.1	2014/17	2	Publicidade	04 020217	O				04	01/2014	12/2017			2.800	2.800		4.000	4.000	4.000		14.800

Grandes Opções do Plano do ano 2014

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	Anos seguintes											
													2014			2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)					
1		Funções Gerais																						
1	2.1	Protecção civil e luta contra incêndios																						
1	2.1	2014/17	3	Aquisição de equipamento operacional de protecção civil	04	07011002	O				04	01/2014	12/2017		2.000	2.000		2.000	2.000	2.000		8.000		
Totais do Programa 2.1:															217.605	217.605		270.500	269.000	262.500		1.019.605		
Totais do Objetivo 1:															0	1.968.561	1.553.010	415.551	1.655.235	1.507.500	1.500.500		0	6.631.796
2		Funções Sociais																						
2	1.1	Ensino não superior																						
2	1.1	2011/18		Ensino Básico																				
2	1.1	2011/18	8	Ampliação do centro educativo de Turiz																				
2	1.1	2011/18	8/1	Material didático-pedagógico	05	070115	O		15	85	05	01/2011	12/2015		12.551	12.551		5.000			17.551			
2	1.1	2011/18	8/2	Equipamento informático - hardware	05	070107	O		15	85	05	01/2011	12/2015		10.161	10.161		7.500			17.661			
2	1.1	2011/18	8/3	Equipamento administrativo	05	070109	O		15	85	05	01/2011	12/2015		13.507	13.507		8.000			21.507			
2	1.1	2011/18	8/4	Ampliação do centro educativo de Turiz	05	07010305	E		15	85	05	01/2011	12/2015		558.238	558.238		60.000			618.238			
2	1.1	2011/18	14	Plano tecnológico da educação do Vale do Cávado																				
2	1.1	2011/18	14/1	Equipamento informático - Hardware	05	070107	O		15	85	05	01/2011	12/2014		1.000	1.000					1.000			
2	1.1	2011/18	14/2	Outro equipamento	05	07011002	O		15	85	05	01/2011	12/2014		1.000	1.000					1.000			
2	1.1	2013/20		Centro educativo de Soutelo																				
2	1.1	2013/20	1	Material didático-pedagógico	05	070115	O		15	85	05	01/2013	12/2015		500	500		10.580			11.080			
2	1.1	2013/20	2	Hardware	05	070107	O		15	85	05	01/2013	12/2015		500	500		9.100			9.600			
2	1.1	2013/20	3	Equipamento administrativo	05	070109	O		15	85	05	01/2013	12/2015		500	500		22.820			23.320			
2	1.1	2013/20	4	Centro educativo de Soutelo	03	07010305	E		15	85	03	01/2013	12/2015		582.250	582.250		239.645			821.895			
2	1.1	2013/21		Centro educativo da Lage																				
2	1.1	2013/21	1	Material didático-pedagógico	05	070115	O		15	85	05	01/2013	12/2015		500	500		21.400			21.900			
2	1.1	2013/21	2	Hardware	05	070107	O		15	85	05	01/2013	12/2015		500	500		18.156			18.656			
2	1.1	2013/21	3	Equipamento administrativo	05	070109	O		15	85	05	01/2013	12/2015		500	500		29.300			29.800			
2	1.1	2013/21	4	Centro educativo da Lage	03	07010305	E		15	85	03	01/2013	12/2015		782.000	782.000		192.567			974.567			
2	1.1	2013/22		Centro educativo de Cervães																				
2	1.1	2013/22	1	Material didático-pedagógico	05	070115	O																	

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014			Anos seguintes						
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)			
2 Funções Sociais																								
2 1.1		Ensino não superior																						
2 1.1		Pré-escolar																						
2	1.1	2014/18																						
2	1.1	2014/18	1		Ampliação e conservação de jardins de infância	04	020121	A				05	01/2014	12/2017			36.490	36.490		50.000	50.000	50.000		186.490
2	1.1	2014/18	2		Construção e reconstrução de edifícios	03	07010305	E				05	01/2014	12/2017			16.301	16.301		45.000	45.000	20.000		126.301
2	1.1	2014/18	3		Aquisição de equipamento	05	07011002	O				05	01/2014	12/2017			5.200	5.200		10.000	10.000	10.000		35.200
2	1.1	2014/18	4		Equipamento informático	05	070107	O				05	01/2014	12/2017			4.500	4.500		15.000	7.500	10.000		37.000
2	1.1	2014/18	5		Material didático-pedagógico	05	070115	O				05	01/2014	12/2017			2.500	2.500		5.000	5.000	5.000		17.500
2	1.1	2014/18	6		Funcionamento de jardins de infância	0103	0405010201	T				05	01/2014	12/2014			295.000	295.000						295.000
2	1.1	2014/18	7		Parques infantis																			
2	1.1	2014/18	7/1		Parques infantis - aquisição	05	07010406	O				05	01/2014	12/2017			5.200	5.200		45.000	45.000	45.000		140.200
2	1.1	2014/18	7/2		Parques infantis - bens	04	020121	O				05	01/2014	12/2014			3.750	3.750						3.750
2	1.1	2014/18	7/3		Parques infantis - serviços	04	020225	O				05	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000
2	1.1	2014/19			Ensino Básico																			
2	1.1	2014/19	1		Complexos escolares educativos	05	07010305	E				05	01/2014	12/2017			45.000	45.000		125.000	120.000	120.000		410.000
2	1.1	2014/19	2		Ampliação / conservação de edifícios	04	020121	A				04	01/2014	12/2017			54.500	54.500		80.000	75.000	75.000		284.500
2	1.1	2014/19	3		Equipamento para escolas	05	07011002	O				05	01/2014	12/2017			6.000	6.000		25.000	15.000	20.000		66.000
2	1.1	2014/19	4		Equipamento informático	05	070107	O				05	01/2014	12/2017			5.000	5.000		25.000	25.000	15.000		70.000
2	1.1	2014/20			Geral																			
2	1.1	2014/20	1		Aquisição de Terrenos	0103	070101	O				0103	01/2014	12/2016			19.000	19.000		30.000	30.000			79.000
2	1.1	2014/20	2		Apoio a atividades gerais de instituições	0103	04070104	T				0103	01/2014	12/2017			7.500	7.500		15.000	15.000	10.000		47.500
2	1.1	2014/20	3		Funcionamento dos agrupamentos	0103	04070105	T				0103	01/2014	12/2016			34.420	34.420		50.000	50.000			134.420
2	1.1	2014/20	4		Estudos, Projetos e consultadoria	05	020214	O				05	01/2014	12/2016			2.000	2.000		10.000	8.000			20.000
2	1.1	2014/20	5		Sociedade Amar Terra Verde, Lda																			
2	1.1	2014/20	5/1		Transferências de capital	0103	08010103	T				0103	01/2014	12/2015			225.000	225.000		250.000				475.000
2	1.1	2014/20	5/2		Transferências correntes	0103	05010102	T				0103	01/2014	12/2015			37.500	37.500		60.000				97.500
Totais do Programa 1.1:															3.391.568	3.391.568		1.596.208	500.500	380.000		5.868.276		
2 1.2 Serviços auxiliares de ensino																								
2	1.2	2014/21			Transportes escolares																			
2	1.2	2014/21	1		Pré-escolar	05	020210	O				05	01/2014	12/2017			71.000	71.000		90.000	90.000	85.000		336.000
2	1.2	2014/21	2		1º ciclo	05	020210	O				05	01/2014	12/2017			345.000	345.000		350.000	350.000	330.000		1.375.000
2	1.2	2014/21	3		2º, 3º ciclo e secundário	05	020210	O				05	01/2014	12/2017			789.000	789.000		850.000	850.000	750.000		3.239.000

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado	Despesas								Total previsto
		2014														Anos seguintes								
		Total	Financiam. definido													Financiam. não definido	2015	2016	2017	Outros				
		Ano / Nº	Ação			AC	AA	FC			Início	Fim			(b)=(c)+(d)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
2				Funções Sociais																				
2	1.2			Serviços auxiliares de ensino																				
2	1.2	2014/21	4	Componente de apoio à família	05	020210	O				05	01/2014	12/2016		13.500	13.500		25.000	25.000		63.500			
2	1.2	2014/21	5	PIEF - programa integrado de educação e formação	05	020210	T				05	01/2014	12/2014		7.000	7.000					7.000			
2	1.2	2014/22		Cantinas escolares																				
2	1.2	2014/22	1	Pré-escolar	0103	0405010201	T				0103	01/2014	12/2017		129.000	129.000		160.000	160.000	150.000	599.000			
2	1.2	2014/22	2	Pré-escolar - refeições confeccionadas	05	020105	O				05	01/2014	12/2017		112.057	112.057		125.000	130.000	130.000	497.057			
2	1.2	2014/22	3	Ensino básico - juntas de freguesia	0103	0405010202	T				0103	01/2014	12/2017		181.000	181.000		250.000	240.000	220.000	891.000			
2	1.2	2014/22	4	Ensino básico - Instituições	0103	04070104	T				0103	01/2014	12/2017		66.000	66.000		45.000	60.000	60.000	231.000			
2	1.2	2014/22	5	Ensino básico - serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2014		1.000	1.000					1.000			
2	1.2	2014/22	6	Ensino básico - refeições confeccionadas	05	020105	O				05	01/2014	12/2017		289.000	289.000		170.000	170.000	160.000	789.000			
2	1.2	2014/23		Regime de fruta escolar	05	020105	O				05	01/2014	12/2017		23.000	23.000		35.000	35.000	25.000	118.000			
2	1.2	2014/24		Apoio às juntas de freguesia para despesas de funcionamento das EB1 e JI	0103	0405010204	T				0103	01/2014	12/2014		7.000	7.000					7.000			
Totais do Programa 1.2:															2.033.557	2.033.557		2.100.000	2.110.000	1.910.000		8.153.557		
2	2.1			Serviços Individuais de Saúde																				
2	2.1	2014/25		Compparticipação na construção de novos centros de saúde	0103	08050102	T				0103	01/2014	12/2017		5.000	5.000		75.000	100.000	75.000	255.000			
Totais do Programa 2.1:															5.000	5.000		75.000	100.000	75.000		255.000		
2	3.2			Acção Social																				
2	3.2	2014/26		Igualdade na diferença																				
2	3.2	2014/26	1	Encargos com pessoal afeto ao projeto	05	010107	O				05	01/2014	12/2015		8.000	500	7.500	2.500			10.500			
2	3.2	2014/26	2	Encargos diretos com preparação projeto	05	020225	O				05	01/2014	12/2015		5.500	500	5.000	2.500			8.000			
2	3.2	2014/26	3	Encargos gerais do projeto	05	020214	O				05	01/2014	12/2015		3.000	500	2.500	2.500			5.500			
2	3.2	2014/26	4	Encargos com a promoção de seminários temáticos	05	020217	O				05	01/2014	12/2015		3.500	500	3.000	2.500			6.000			
2	3.2	2014/26	5	Rendas e alugueres	05	020208	O				05	01/2014	12/2015		2.000	500	1.500	2.500			4.500			
2	3.2	2014/26	6	Encargos com destinatários diretos	05	020225	O				05	01/2014	12/2015		2.500	500	2.000	2.500						

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2014			Anos seguintes											
									Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2015 (e)			2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)					
2																							
2	3.2																						
2	3.2	2014/29																					
2	3.2	2014/29	1			05	020225		O		05	01/2014	12/2017			20.500	20.500		25.000	25.000	25.000		95.500
2	3.2	2014/29	2			05	020210		O		05	01/2014	12/2014			28.000	28.000						28.000
2	3.2	2014/30																					
2	3.2	2014/30	1			0103	080701		T		0103	01/2014	12/2017			144.000	144.000		120.000	120.000	110.000		494.000
2	3.2	2014/30	2			0103	04070104		T		0103	01/2014	12/2017			17.500	17.500		25.000	20.000	20.000		82.500
2	3.2	2014/31				05	020115		O		05	01/2014	12/2017			8.000	8.000		10.000	10.000	10.000		38.000
2	3.2	2014/90				05	040802		T		05	01/2014	12/2015			175.000	175.000		140.000				315.000
2	3.2	2014/91				05	040802		T		05	01/2014	12/2017			48.000	48.000		55.000	55.000	55.000		213.000
2	3.2	2014/92				05	040802		T		05	01/2014	12/2017			47.000	47.000		60.000	55.000	50.000		212.000
2	3.2	2014/157				0103	040802		O		0103	01/2014	12/2014			55.000	55.000						55.000
Totais do Programa 3.2:																632.500	611.000	21.500	565.000	397.500	384.500		1.979.500
2	4.1																						
2	4.1	2014/32				05	07010201		E		05	01/2014	12/2017			7.500	7.500		30.000	30.000	40.000		107.500
2	4.1	2014/33				04	020121		A		04	01/2014	12/2017			32.500	32.500		40.000	40.000	40.000		152.500
Totais do Programa 4.1:																40.000	40.000		70.000	70.000	80.000		260.000
2	4.2																						
2	4.2	2014/34																					
2	4.2	2014/34	1			03	020220		O		03	01/2014	12/2017			5.000	5.000		10.000	10.000	12.000		37.000
2	4.2	2014/34	2			03	020220		O		03	01/2014	12/2016			1.000	1.000		1.000	2.000			4.000
2	4.2	2014/34	3			03	020220		O		03	01/2014	12/2016			2.000	2.000		2.000	2.000			6.000
2	4.2	2014/34	4			03	020220		O		03	01/2014	12/2016			1.000	1.000		1.000	1.000			3.000
2	4.2	2014/34	5			03	020220		O		03	01/2014	12/2016			2.000	2.000		2.000	2.000			6.000
2	4.2	2014/35																					
2	4.2	2014/35	1			03	07010401		E		03	01/2014	12/2017			323.500	26.000	297.500	150.000	150.000	150.000		773.500
2	4.2	2014/35	2			04	020121		A		04	01/2014	12/2017			17.500	17.500		90.000	90.000	75.000		272.500
2	4.2	2014/35	3			03	070115		O		03	01/2014	12/2017			6.000	6.000		12.000	10.000	8.000		36.000
2	4.2	2014/35	4			03	07010401		E		03	01/2014	12/2017			190.000	10.000	180.000	250.000	125.000	75.000		640.000
2	4.2	2014/35	5			03	07010413		E		03	01/2014	12/2016			7.500	7.500		175.000	120.000			302.500

Grandes Opções do Plano do ano 2014

Pág. 7/17

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	Anos seguintes											
													2015 (e)			2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)						
2				Funções Sociais																				
2	4.3			Saneamento																				
2	4.3	2014/53	2	Ramais domiciliários - bens	04	020121	A				04	01/2014	12/2017			17.500	17.500		25.000	25.000	30.000		97.500	
2	4.3	2014/54		Ampliação das redes de saneamento	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			225.000	33.750	191.250	150.000	175.000	125.000		675.000	
2	4.3	2014/55		Ligação das redes de saneamento em baixa aos interceptores e ETAR's	04	07010403	E				04	01/2014	12/2017			185.000	27.750	157.250	100.000	150.000	75.000		510.000	
2	4.3	2014/56		Lamas de depuração de efluentes	04	020225	O				04	01/2014	12/2014			424.488	424.488						424.488	
2	4.3	2014/57		Aquisição de terrenos	0103	070101	O				0103	01/2014	12/2017			2.500	2.500		30.000	25.000	20.000		77.500	
2	4.3	2014/58		Estudos, projetos e consultadoria	04	020214	O				04	01/2014	12/2017			2.500	2.500		20.000	15.000	15.000		52.500	
2	4.3	2014/59		Obra de recolha/armazenam. de águas pluviais p/ sist. rega de jardins	04	07010413	E				04	01/2014	12/2017			2.500	2.500		80.000	80.000	75.000		237.500	
2	4.3	2014/60		Obra de recolha/armazenam. de águas pluviais p/ sist. rega de jardins	04	020121	A				04	01/2014	12/2017			7.500	7.500		50.000	50.000	60.000		167.500	
Totais do Programa 4.3:																3.943.845	946.488	2.997.357	3.360.000	2.578.000	1.695.000		11.576.845	
2	4.4			Abastecimento de água																				
2	4.4	2014/61		Recup., captações e implem. tratamento peq. sist. locais abastec. água	04	07010407	E				04	01/2014	12/2017			65.000	65.000		45.000	25.000	35.000		170.000	
2	4.4	2014/62		Construção reservatório da Lage/Turiz e conduta adutora e distribuidora	04	07010407	E				04	01/2014	12/2015			105.000	5.000	100.000	50.000				155.000	
2	4.4	2014/63		Construção do reservatório de água em Godinhaços	04	07010407	E				04	01/2014	12/2016			155.000	19.000	136.000	150.000	10.000			315.000	
2	4.4	2014/64		Reservatório em Godinhaços, estação elevatória e adutora	04	020121	A				04	01/2014	12/2015			14.500	14.500		100.000				114.500	
2	4.4	2014/65		Construção do reservatório de água em Covas	04	07010407	E				04	01/2014	12/2016			7.500	7.500		40.000	40.000			87.500	
2	4.4	2014/66		Construção do reservatório de água em Gondíães	04	07010407	E				04	01/2014	12/2015			70.000	20.000	50.000	60.000				130.000	
2	4.4	2014/67		Const. reserv. M. Santa, central elevat. Gême, condutas adutoras e distribuidoras	04	07010407	E				04	01/2014	12/2016			305.000	5.000	300.000	175.000	160.000			640.000	
2	4.4	2014/68		Reservatórios dos pequenos sistemas	04	07010407	E				04	01/2014	12/2016			85.000	10.000	75.000	200.000	75.000			360.000	
2	4.4	2014/69		Reservatórios dos pequenos sistemas	04	020121	A				04	01/2014	12/2016			25.000	25.000		100.000	75.000			200.000	
2	4.4	2014/70		Depósitos pré-fabricados	04	070115	O				04	01/2014	12/2015			19.500	19.500		60.000				79.500	
2	4.4	2014/71		Substituição de condutas da rede de abastecimento de água municipal	04	07010407	E				04	01/2014	12/2016			170.000	170.000		70.000	75.000			315.000	
2	4.4	2014/72		Prolongamento e reforço da rede de abastecimento de água municipal	04	07010407	E				04	01/2014	12/2016			195.000	29.250	165.750	200.000	150.000			545.000	
2	4.4	2014/73		Construção/ampliação/beneficiação de depósitos existentes	04	07010407	E				04	01/2014	12/2017			85.000	5.000	80.000	100.000	25.000	50.000		260.000	
2	4.4	2014/74		Abastec.água-P. Cabras, Carreiras S.Miguel/S. Tiago, Nevogilde e Dossãos	04	07010407	E				04	01/2014	12/2016			310.000	10.000	300.000	200.000	100.000			610.000	
2	4.4	2014/75		Sist. abastec. de água Aboim da Nóbrega	04	07010407	E				04	01/2014	12/2016			85.000	10.000	75.000	100.000	75.000			260.000	

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2014			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)		2017 (g)	Outros (h)											
2				Funções Sociais																			
2	4.4			Abastecimento de água																			
2	4.4	2014/76		Ampliação da estação de captação e tratamento de água do rio Homem	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016		155.000	19.000	136.000	200.000	100.000			455.000		
2	4.4	2014/77		Abastecimento de água à freguesia de Covas	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016		102.000	17.000	85.000	90.000	80.000			272.000		
2	4.4	2014/78		Implementação de tratamento de pequenos sist. locais de abastecimento de água	04	020225	O			04	01/2014	12/2016		16.500	16.500		70.000	80.000			166.500		
2	4.4	2014/79		Execução de ramais	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016		19.000	19.000		12.000	12.000			43.000		
2	4.4	2014/80		Execução de ramais domiciliários de abastecimento de água	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016		62.500	62.500		50.000	75.000			187.500		
2	4.4	2014/81		Obras de abastecimento de água																			
2	4.4	2014/81	1	Abastecimento de água - empreitada	04	07010407	E			04	01/2014	12/2017		187.500	62.500	125.000	425.000	325.000	275.000		1.212.500		
2	4.4	2014/81	2	Abastecimento de água - bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2017		82.000	82.000		100.000	75.000	75.000		332.000		
2	4.4	2014/81	3	Abastecimento de água - serviços	04	020225	A			04	01/2014	12/2016		39.500	32.000	7.500	10.000	10.000			59.500		
2	4.4	2014/82		Contadores volumétricos	04	07011002	O			04	01/2014	12/2016		24.000	24.000		50.000	40.000			114.000		
2	4.4	2014/83		Estudos, projetos e consultadoria	04	020214	O			04	01/2014	12/2016		2.000	2.000		5.000	5.000			12.000		
2	4.4	2014/84		Aquisição de terrenos	0103	070101	O			0103	01/2014	12/2016		1.000	1.000		75.000	5.000			81.000		
2	4.4	2014/85		Prospecção de água do GESTAL	04	020214	O			04	01/2014	12/2016		1.000	1.000		75.000	25.000			101.000		
Totais do Programa 4.4:															2.388.500	753.250	1.635.250	2.812.000	1.642.000	435.000		7.277.500	
2	4.5			Resíduos sólidos																			
2	4.5	2014/86		Resíduos sólidos urbanos	04	020225	O			04	01/2014	12/2017		630.000	630.000		350.000	350.000	350.000		1.680.000		
2	4.5	2014/87		Ecopontos	04	070115	O			04	01/2014	12/2016		5.000	5.000		60.000	60.000			125.000		
2	4.5	2014/88		Colocação/construção de pontos de recolha de RSU-bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2016		1.000	1.000		55.000	55.000			111.000		
2	4.5	2014/89		Colocação de pontos de recolha de RSU-serviços	04	020225	O			04	01/2014	12/2016		1.000	1.000		1.000	1.000			3.000		
Totais do Programa 4.5:															637.000	637.000		466.000	466.000	350.000		1.919.000	
2	4.6			Protecção do meio ambiente e conservação da natureza																			
2	4.6	2014/93		Cemitérios																			
2	4.6	2014/93	1	Obras de ampliação e conservação	04	07010412	E			04	01/2014	12/2016		5.000	5.000		5.000	60.000			70.000		
2	4.6	2014/93	2	Obras de ampliação e conservação - bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2016		9.000	9.000		15.000	30.000			54.000		
2	4.6	2014/93	3	Ampliação/conservação de cemitérios - freguesias	0103	08050102	T			0103	01/2014	12/2017		110.000	110.000		150.000	75.000	150.000		485.000		
2	4.6	2014/93	4	Aquisição de terrenos	0103	070101	O			0103	01/2014	12/2015		2.000	2.000		1.500				3.500		
2	4.6	2014/94		Requalificação ambiental - serviços	04	020220	O			04	01/2014	12/2015		1.000	1.000		1.000				2.000		
2	4.6	2014/95		Preservação/recuperação e valorização ambiental	04	07010413	E			04	01/2014	12/2017		79.000	4.000	75.000	75.000	125.000	120.000		399.000		

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2014	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	Anos seguintes										
													Total (b)=(c)+(d)			2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)				
2				Funções Sociais																			
2	4.6			Protecção do meio ambiente e conservação da natureza																			
2	4.6	2014/96		Jardins e espaços verdes																			
2	4.6	2014/96	1	Serviços jardins	04	020225	O				04	01/2014	12/2016			12.500	12.500		15.000	20.000			47.500
2	4.6	2014/96	2	Bens - jardins	04	020121	O				04	01/2014	12/2016			19.500	19.500		20.000	20.000			59.500
2	4.6	2014/96	3	Ferramentas e utensílios - jardins	04	020117	O				04	01/2014	12/2016			4.000	4.000		10.000	20.000			34.000
2	4.6	2014/97		Estudos, projetos e consultadoria	04	020214	O				04	01/2014	12/2016			8.500	8.500		10.000	7.500			26.000
Totais do Programa 4.6:															250.500	175.500	75.000	302.500	357.500	270.000		1.180.500	
2	5.1			Cultura																			
2	5.1	2011/60		Regeneração do centro urbano de Vila Verde																			
2	5.1	2011/60	1	Construção da Casa do Conhecimento	05	07010301	E	15	85	05	01/2011	12/2015				702.839	702.839		35.000				737.839
2	5.1	2011/60	2	Hardware	05	070107	O	15	85	05	01/2011	12/2015				734.005	734.005		75.000				809.005
2	5.1	2011/60	3	Software	05	070108	O	15	85	05	01/2011	12/2015				39.840	39.840		30.000				69.840
2	5.1	2011/60	4	Serviços especializados	05	020220	O	15	85	05	01/2011	12/2015				123.491	123.491		70.000				193.491
2	5.1	2011/60	5	Equipamento administrativo	05	070109	O	15	85	05	01/2011	12/2015				237.550	237.550		20.000				257.550
2	5.1	2011/61		Constituição e implementação da rede de Casas do Conhecimento																			
2	5.1	2011/61	1	Hardware	05	070107	O	15	85	05	01/2011	12/2015				20.960	20.960		15.000				35.960
2	5.1	2011/61	2	Serviços especializados	05	020220	O	15	85	05	01/2011	12/2015				36.570	36.570		7.500				44.070
2	5.1	2011/61	3	Comunicações	05	020210	O	15	85	05	01/2011	12/2015				4.000	4.000		2.500				6.500
2	5.1	2011/61	4	Estudos e pareceres	05	020214	O	15	85	05	01/2011	12/2015				2.584	2.584		1.000				3.584
2	5.1	2012/76		Centro de dinamização artesanal - Aliança artesanal																			
2	5.1	2012/76	1	Recuperação / ampliação do edifício da aliança artesanal	05	07010301	E	15	85	05	01/2012	12/2015				301.251	301.251		30.125				331.376
2	5.1	2012/76	2	Aquisição de bens	05	020121	O	15	85	05	01/2012	12/2015				308	308		1.500				1.808
2	5.1	2012/76	4	Publicidade	05	020217	O	15	85	05	01/2012	12/2015				23.000	23.000		7.500				30.500
2	5.1	2012/76	5	Prémios, condecorações e ofertas	05	020115	O	15	85	05	01/2012	12/2015				460	460		1.500				1.960
2	5.1	2012/76	6	Locação de outros bens	05	020208	O	15	85	05	01/2012	12/2015				3.174	3.174		35.000				38.174
2	5.1	2012/76	8	Trabalhos especializados	05	020220	O	15	85	05	01/2012	12/2015				233.400	233.400		35.000				268.400
2	5.1	2014/98		Rede de comunicações eletrónicas de alta velocidade de Vila Verde	03	07010413	E			03	01/2014	12/2015				71.000	11.000	60.000	15.000				86.000
2	5.1	2014/99		Biblioteca Prof. Machado Vilela																			
2	5.1	2014/99	1	Fundos bibliográficos	05	070115	O			05	01/2014	12/2016				7.500	7.500		17.000	20.000			44.500
2	5.1	2014/99	2	Atividades da biblioteca																			

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2014			Anos seguintes											
												Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)			
2				Funções Sociais																			
2	5.1			Cultura																			
2	5.1	2014/99	2/1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2016			7.500	7.500		25.000	15.000			47.500
2	5.1	2014/99	2/2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2016			5.000	5.000		7.500	7.500			20.000
2	5.1	2014/100		Recuperação do edifício da Biblioteca																			
2	5.1	2014/100	1	Recuperação do edifício - empreitada	03	07010301	E				03	01/2014	12/2016			5.000	5.000		75.000	75.000			155.000
2	5.1	2014/100	2	Aquisição de bens	04	020121	A				04	01/2014	12/2015			25.000	25.000		25.000				50.000
2	5.1	2014/100	3	Aquisição de serviços	04	020225	A				04	01/2014	12/2016			7.500	7.500		15.000	35.000			57.500
2	5.1	2014/101		Casa da Cultura																			
2	5.1	2014/101	1	Recuperação do edifício da Casa da Cultura - empreitada	03	07010301	E				03	01/2014	12/2016			7.500	7.500		30.000	20.000			57.500
2	5.1	2014/101	2	Recuperação do edifício - bens	04	020121	A				04	01/2014	12/2015			7.500	7.500		100.000				107.500
2	5.1	2014/101	3	Recuperação do edifício - serviços	04	020225	A				04	01/2014	12/2014			2.000	2.000						2.000
2	5.1	2014/102		Centro Interpretativo da Ribeira do Neiva - observatório cultural do Minho																			
2	5.1	2014/102	1	Centro interpretativo - empreitada	03	07010307	E				03	01/2014	12/2016			8.000	8.000		200.000	50.000			258.000
2	5.1	2014/103		Museu de Linho em Marrancos	03	07010307	E				03	01/2014	12/2015			5.000	5.000		5.000				10.000
2	5.1	2014/104		Centro Interpretativo de artesanato em Cerâmica - Vila de Prado	03	07010307	E				03	01/2014	12/2016			111.000	9.000	102.000	110.000	50.000			271.000
2	5.1	2014/105		Recuperação do edifício da adega cooperativa	03	07010307	E				03	01/2014	12/2015			140.000	21.000	119.000	70.000				210.000
2	5.1	2014/106		Geminação																			
2	5.1	2014/106	1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2015			3.000	3.000		3.000				6.000
2	5.1	2014/106	2	Transportes	05	020210	O				05	01/2014	12/2015			15.000	15.000		17.500				32.500
2	5.1	2014/106	3	Serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2015			8.000	8.000		10.000				18.000
2	5.1	2014/106	4	Ofertas	05	020115	O				05	01/2014	12/2015			1.000	1.000		1.000				2.000
2	5.1	2014/106	5	Gasóleo	05	02010202	O				05	01/2014	12/2015			1.500	1.500		1.000				2.500
2	5.1	2014/107		Festas concelhias																			
2	5.1	2014/107	1	Festa concelhia de Santo António																			
2	5.1	2014/107	1/1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2017			80.000	80.000		90.000	90.000	90.000		350.000
2	5.1	2014/107	1/2	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2016			9.000	9.000		3.000	3.000			15.000
2	5.1	2014/107	1/3	Aluguer	05	020208	O				05	01/2014	12/2016			21.000	21.000		13.000	13.000			47.000
2	5.1	2014/107	1/4	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2014	12/2016			2.500	2.500		1.000	1.000			4.500
2	5.1	2014/107	1/5	Vigilância e segurança	05	020218	O				05	01/2014	12/2016			3.500	3.500		3.500	3.500			10.500
2	5.1	2014/107	2	Namorar Portugal																			

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2014			Anos seguintes											
												Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)			
2				Funções Sociais																			
2	5.1			Cultura																			
2	5.1	2014/107	2/1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2016			71.000	71.000		80.000	80.000			231.000
2	5.1	2014/107	2/2	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2016			2.000	2.000		2.000	2.000			6.000
2	5.1	2014/107	2/3	Atribuição de prémios de concurso	05	020115	O				05	01/2014	12/2016			3.000	3.000		3.000	3.000			9.000
2	5.1	2014/107	2/4	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2014	12/2016			5.000	5.000		8.000	8.000			21.000
2	5.1	2014/107	3	"Fevereiro - mês do romance"																			
2	5.1	2014/107	3/1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			35.000	35.000						35.000
2	5.1	2014/107	3/2	Ações de dinamização	05	020121	O				05	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000
2	5.1	2014/107	3/3	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2014	12/2014			7.000	7.000						7.000
2	5.1	2014/107	3/4	Atribuição de prémios	05	020115	O				05	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000
2	5.1	2014/107	4	Festa das Colheitas																			
2	5.1	2014/107	4/1	Espectáculos e atividades de animação	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			16.500	16.500						16.500
2	5.1	2014/107	4/2	Atribuição de prémios de concurso	05	020115	O				05	01/2014	12/2014			6.500	6.500						6.500
2	5.1	2014/107	4/3	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2014	12/2014			8.500	8.500						8.500
2	5.1	2014/107	4/4	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			45.000	45.000						45.000
2	5.1	2014/107	4/5	Aluguer	05	020208	O				05	01/2014	12/2016			66.000	66.000		45.000	45.000			156.000
2	5.1	2014/107	4/6	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2016			11.000	11.000		2.500	2.500			16.000
2	5.1	2014/107	5	Vila Verde - Vila Verde criativa / Bienal de arte																			
2	5.1	2014/107	5/1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2017			5.000	5.000			5.000			10.000
2	5.1	2014/107	5/2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2017			10.000	10.000			10.000			20.000
2	5.1	2014/107	5/3	Atribuição de prémios de concurso	05	020115	O				05	01/2014	12/2017			2.500	2.500			2.500			5.000
2	5.1	2014/107	5/4	Aluguer	05	020208	O				05	01/2014	12/2017			5.000	5.000			5.000			10.000
2	5.1	2014/107	5/5	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2014	12/2017			1.500	1.500			1.500			3.000
2	5.1	2014/107	6	Feira mensal de artesanato																			
2	5.1	2014/107	6/1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000
2	5.1	2014/107	7	Feira de Natal																			
2	5.1	2014/107	7/1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			1.500	1.500						1.500
2	5.1	2014/107	8	Encontro de Reis																			
2	5.1	2014/107	8/1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2014			2.800	2.800						2.800
2	5.1	2014/107	8/2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			6.600	6.600						6.600
2	5.1	2014/107	8/3	Atribuição de prémios	05	020115	O				05	01/2014	12/2014			3.500	3.500						3.500
2	5.1	2014/107	9	Iniciativa "Sá de Miranda por Terras de Vila Verde"																			

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	Início	Fim		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	Anos seguintes						
																	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)			
2 Funções Sociais																							
2 5.1		Cultura																					
2	5.1	2014/107	9/1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2017					1.000		1.000		2.000	
2	5.1	2014/107	9/2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2017					1.000		1.000		2.000	
2	5.1	2014/107	9/3	Publicações municipais	05	020217	O				05	01/2014	12/2017					1.000		1.000		2.000	
2	5.1	2014/107	9/4	Aluguer	05	020208	O				05	01/2014	12/2017					1.000		1.000		2.000	
2	5.1	2014/107	10	Espaço Museológico dedicado ao linho																			
2	5.1	2014/107	10/1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2014			500	500					500	
2	5.1	2014/107	10/2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			1.000	1.000					1.000	
2	5.1	2014/107	11	Aquisição de material honorífico																			
2	5.1	2014/107	11/1	Material honorífico	0103	020119	O				0103	01/2014	12/2014			500	500					500	
2	5.1	2014/107	11/2	Material honorífico para oferta	0103	020115	O				0103	01/2014	12/2014			1.000	1.000					1.000	
2	5.1	2014/107	12	Subsídio às associações culturais e recreativas	0103	04070101	T				0103	01/2014	12/2014			131.000	131.000					131.000	
Totais do Programa 5.1:															3.469.332	3.188.332	281.000	1.348.625	547.500	94.000		5.459.457	
2 5.2 Desporto, recreio e lazer																							
2	5.2	2011/95		Pavilhão gimnodesportivo de Vade	05	07010302	E	15	85	05	01/2011	12/2015			300.000	300.000		378.369				678.369	
2	5.2	2011/96		Pavilhão gimnodesportivo de Cervães	05	07010302	E	15	85	05	01/2011	12/2015			500.000	500.000		306.839				806.839	
2	5.2	2014/108		Complexo desportivo da Ribeira do Neiva	03	07010302	E			03	01/2014	12/2017			165.000	16.250	148.750	210.000	125.000	50.000		550.000	
2	5.2	2014/109		Construção e manutenção de infraestruturas desportivas	03	07010406	E			03	01/2014	12/2016			37.500	37.500		60.000	25.000			122.500	
2	5.2	2014/110		Construção e manutenção de infraestruturas desportivas - bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2016			7.200	7.200		10.000	7.500			24.700	
2	5.2	2014/111		Parques infantis	05	07010406	O			05	01/2014	12/2017			32.500	32.500		50.000	60.000	60.000		202.500	
2	5.2	2014/112		Campeonato do mundo canoagem																			
2	5.2	2014/112	1	Aquisição de serviços	05	020225	O			05	01/2014	12/2017			10.000	10.000		10.000	20.000	125.000		165.000	
2	5.2	2014/112	2	Aquisição de bens	05	020121	O			05	01/2014	12/2014			500	500						500	
2	5.2	2014/112	3	Prémios, ofertas	05	020115	O			05	01/2014	12/2014			500	500						500	
2	5.2	2014/113		Praias fluviais																			
2	5.2	2014/113	1	Aquisição de bens	05	020121	O			05	01/2014	12/2015			7.500	7.500		15.000				22.500	
2	5.2	2014/113	2	Aquisição de serviços	05	020225	O			05	01/2014	12/2015			2.000	2.000		5.000				7.000	
2	5.2	2014/113	3	Vigilância das praias	05	010107	O			05	01/2014	12/2014			7.000	7.000						7.000	
2	5.2	2014/114		Pista de pesca - margem do Cávado	03	07010413	E			03	01/2014	12/2016			85.000	10.000	75.000	75.000	80.000		240.000		
2	5.2	2014/115		Construção de ciclovia do Cávado - fase I	03	07010413	E			03	01/2014	12/2016			198.750	7.500	191.250	80.000	80.000		358.750		

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)									Financiam. não definido (d)	Anos seguintes										
								2014	2015 (e)	2016 (f)			2017 (g)			Outros (h)							
2 Funções Sociais																							
2	5.2	Desporto, recreio e lazer																					
2	5.2	2014/116		Construção de ciclovia do Homem - fase I	03	07010413	E			03	01/2014	12/2015			80.000	5.000	75.000	150.000				230.000	
2	5.2	2014/117		Construção de ciclovia de Vila Verde - fase I	03	07010413	E			03	01/2014	12/2016			55.000	5.000	50.000	75.000	45.000			175.000	
2	5.2	2014/118		Recuperação de margens ribeirinhas																			
2	5.2	2014/118	1	Valorização da praia fluvial do Faial	03	07010413	E			03	01/2014	12/2016			105.000	45.000	60.000	150.000	125.000			380.000	
2	5.2	2014/118	2	Edifícios de apoio	03	07010307	E			03	01/2014	12/2016			57.500	27.500	30.000	80.000	20.000			157.500	
2	5.2	2014/118	3	Construções diversas	03	07010413	E			03	01/2014	12/2016			17.500	17.500		75.000	50.000			142.500	
2	5.2	2014/118	4	Requalificação - bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2016			7.832	7.832		15.000	20.000			42.832	
2	5.2	2014/118	5	Requalificação - serviços	04	020225	A			04	01/2014	12/2014			10.500	10.500						10.500	
2	5.2	2014/118	6	Execução de projetos	05	020214	O			05	01/2014	12/2014			2.000	2.000						2.000	
2	5.2	2014/119		Programa sénior ativo																			
2	5.2	2014/119	1	Aquisição de bens	05	020121	O			05	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000	
2	5.2	2014/119	2	Aquisição de serviços	05	020225	O			05	01/2014	12/2014			2.500	2.500						2.500	
2	5.2	2014/119	3	Transportes	05	020210	O			05	01/2014	12/2014			3.000	3.000						3.000	
2	5.2	2014/120		Protocolos com freguesias	0103	08050102	T			0103	01/2014	12/2017			90.000	90.000		150.000	250.000	250.000		740.000	
2	5.2	2014/121		Protocolos com instituições	0103	080701	T			0103	01/2014	12/2014			75.000	75.000						75.000	
2	5.2	2014/122		Subsídios para atividades desportivas	0103	04070102	T			0103	01/2014	12/2014			200.000	200.000						200.000	
2	5.2	2014/123		Aquisição de terrenos	0103	070101	O			0103	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000	
Totais do Programa 5.2:															2.061.282	1.431.282	630.000	1.895.208	907.500	485.000			5.348.990
Totais do Objetivo 2:															0	19.691.084	13.339.727	6.351.357	15.603.541	10.388.500	6.573.500	0	52.256.625
3 Funções Económicas																							
3	1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca																					
3	1.0	2014/124		Caminhos agrícolas																			
3	1.0	2014/124	1	Abertura e conservação - bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2017			58.000	13.000	45.000	15.000	15.000	15.000		103.000	
3	1.0	2014/124	2	Abertura e conservação - serviços	04	020225	A			04	01/2014	12/2017			46.000	16.000	30.000	25.000	15.000	15.000		101.000	
3	1.0	2014/124	3	Caminhos agrícolas - empreitadas	03	07010408	E			03	01/2014	12/2017			189.000	19.000	170.000	130.000	120.000	130.000		569.000	
3	1.0	2014/125		Dinamização do tecido agro-florestal																			
3	1.0	2014/125	1	Projetos	04	020214	O			04	01/2014	12/2015			10.000	2.500	7.500	2.500				12.500	
3	1.0	2014/125	2	Investimento	04	07010413	E			04	01/2014	12/2015			20.000	5.000	15.000	5.000				25.000	
3	1.0	2014/125	3	Aquisição de bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2015			20.000	5.000	15.000	5.000				25.000	

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		2014														Anos seguintes									
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)		2017 (g)	Outros (h)												
3				Funções Económicas																					
3	1.0			Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca																					
3	1.0	2014/126		Caminhos rurais	03	07010408	E				03	01/2014	12/2015			7.500	7.500		7.500					15.000	
3	1.0	2014/127		Subsídio a associações	0103	04070101	T				0103	01/2014	12/2014			14.000	14.000							14.000	
															Totais do Programa 1.0:			364.500	82.000	282.500	190.000	150.000	160.000		864.500
3	2.0			Indústria e Energia																					
3	2.0	2014/128		Loteamento industrial de Gême - fase II	03	07010413	E				03	01/2014	12/2016			170.000	17.000	153.000	75.000	50.000				295.000	
3	2.0	2014/129		Conservação de parques industriais	04	020121	A				04	01/2014	12/2016			110.000	20.000	90.000	30.000	45.000				185.000	
3	2.0	2014/130		Acesso ao parque industrial de Gême	03	07010408	E				03	01/2014	12/2016			10.000	10.000		75.000	85.000				170.000	
3	2.0	2014/131		Outras infraestruturas de loteamentos industriais	03	07010413	E				03	01/2014	12/2016			40.000	40.000		90.000	90.000				220.000	
3	2.0	2014/132		Parque de inovação e conhecimento																					
3	2.0	2014/132 1		Investimentos	03	07010307	E				03	01/2014	12/2014			500	500							500	
3	2.0	2014/132 2		Aquisição de terrenos	0103	070101	O				0103	01/2014	12/2014			500	500							500	
3	2.0	2014/132 3		Projetos	03	020214	O				03	01/2014	12/2014			500	500							500	
3	2.0	2014/133		Iluminação pública																					
3	2.0	2014/133 1		Iluminação pública - construções diversas	04	07010404	E				04	01/2014	12/2014			1.000	1.000							1.000	
3	2.0	2014/133 2		Iluminação pública - ramais	04	07010404	O				04	01/2014	12/2016			20.500	20.500		45.000	45.000				110.500	
3	2.0	2014/133 3		Iluminação pública - bens	04	020121	O				04	01/2014	12/2014			3.500	3.500							3.500	
3	2.0	2014/134		POVT, no âmbito do projeto "Mais Eficiência na IP do Cávado"	04	070115	O				04	01/2014	12/2016			415.703	62.355	353.348	75.000	75.000				565.703	
3	2.0	2014/135		Aquisição de terrenos para criação de zonas industriais	0103	070101	O				0103	01/2014	12/2015			5.000	5.000		150.000					155.000	
															Totais do Programa 2.0:			777.203	180.855	596.348	540.000	390.000		1.707.203	
3	3.1			Transportes rodoviários																					
3	3.1	2011/115		Via intermunicipal Homem-Lima	03	07010408	E				03	01/2011	12/2014			5.400	5.400							5.400	
3	3.1	2012/112		Requalificação do arruamento da ER 205 à igreja de Cabanelas	03	07010408	E				03	01/2012	12/2014			77.349	77.349							77.349	
3	3.1	2014/136		Variante à ER 205 - Vila de Prado - Oleiros	03	07010408	E				03	01/2014	12/2016			160.000	15.500	144.500	130.000	150.000				440.000	
3	3.1	2014/137		Requalificação da rua Luís Vaz de Camões	03	07010408	E				03	01/2014	12/2016			82.500	7.500	75.000	120.000	100.000				302.500	
3	3.1	2014/138		Acesso ao lar de idosos de Escariz S. Martinho	03	07010408	E				03	01/2014	12/2014			112.500	112.500							112.500	
3	3.1	2014/139		Acesso ao lar de idosos de Escariz S. Martinho	04	020121	A				04	01/2014	12/2014			1.000	1.000							1.000	
3	3.1	2014/140		Acesso ao centro escolar de Vila Verde - 2ª fase	03	07010408	E				03	01/2014	12/2016			155.000	35.000	120.000	200.000	150.000				505.000	
3	3.1	2014/141		Ligação entre o bairro do Sol e o lugar das Cruzes - Pico de Regalados	03	07010408	E				03	01/2014	12/2016			5.000	5.000		75.000	120.000				200.000	

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
																2014			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)		2017 (g)	Outros (h)											
3		Funções Económicas																						
3	3.1	Transportes rodoviários																						
3	3.1	2014/142	Construção e reparação de abrigos de passageiros	03	07010413	E			03	01/2014	12/2016			15.000	15.000		20.000	15.000			50.000			
3	3.1	2014/143	Requalificação da EM 566-2 (Loureira-Lage)	03	07010408	E			03	01/2014	12/2016			122.500	12.500	110.000	150.000	20.000			292.500			
3	3.1	2014/144	Requalificação da EM Coucieiro-Sande-Pico S. Cristóvão	03	07010408	E			03	01/2014	12/2017			117.500	12.500	105.000	250.000	175.000	75.000		617.500			
3	3.1	2014/145	Requalificação do CM 1179-1 - Freiriz-Parada de Gatim	03	07010408	E			03	01/2014	12/2017			117.500	12.500	105.000	180.000	80.000	65.000		442.500			
3	3.1	2014/146	Sinalização e segurança rodoviária																					
3	3.1	2014/146 1	Sinalização e segurança	03	07010409	O			03	01/2014	12/2016			7.000	7.000		60.000	50.000			117.000			
3	3.1	2014/146 2	Aquisição de bens	03	020121	O			03	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000			
3	3.1	2014/147	Vias de comunicação																					
3	3.1	2014/147 1	Vias - empreitada	03	07010408	E			03	01/2014	12/2016			310.000	130.000	180.000	300.000	250.000			860.000			
3	3.1	2014/147 2	Modernização e construção de vias - bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2016			390.000	390.000		120.000	150.000			660.000			
3	3.1	2014/147 3	Modernização e construção de vias - serviços	04	020225	A			04	01/2014	12/2014			197.000	197.000						197.000			
3	3.1	2014/148	Transferências para juntas de freguesias																					
3	3.1	2014/148 1	Comparticipação de despesas correntes	0103	0405010204	T			0103	01/2014	12/2016			110.000	110.000		120.000	130.000			360.000			
3	3.1	2014/148 2	Comparticipação de despesas de capital	0103	08050102	T			0103	01/2014	12/2016			75.000	75.000		80.000	75.000			230.000			
3	3.1	2014/149	Estudos, projetos e consultadoria	03	020214	O			03	01/2014	12/2015			2.000	2.000		4.000				6.000			
Totais do Programa 3.1:															2.063.249	1.223.749	839.500	1.809.000	1.465.000	140.000		5.477.249		
3	4.1	Mercados e feiras																						
3	4.1	2014/150	Conservação do espaço da feira																					
3	4.1	2014/150 1	Aquisição de bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2015			1.000	1.000		10.000				11.000			
3	4.1	2014/150 2	Aquisição de serviços	04	020225	A			04	01/2014	12/2015			5.000	5.000		1.500				6.500			
3	4.1	2014/151	Mercado municipal	03	07010303	E			03	01/2014	12/2016			110.000	5.000	105.000	180.000	120.000			410.000			
3	4.1	2014/152	Subsídio para dinamização de feiras	0103	04070106	T			0103	01/2014	12/2016			10.000	10.000		7.500	7.500			25.000			
Totais do Programa 4.1:															126.000	21.000	105.000	199.000	127.500			452.500		
3	4.2	Turismo																						
3	4.2	2011/145	Loja de turismo																					
3	4.2	2011/145 1	Publicidade	05	020217	O	15	85	05	01/2011	12/2015			6.150	6.150		7.500				13.650			
3	4.2	2011/145 2	Locação de bens	05	020208	O	15	85	05	01/2011	12/2015			5.500	5.500		5.000				10.500			
3	4.2	2011/145 3	Trabalhos especializados	05	020220	O	15	85	05	01/2011	12/2015			27.000	27.000		15.000				42.000			
3	4.2	2011/145 4	Outros serviços	05	020225	O	15	85	05	01/2011	12/2015			5.000	5.000		2.500				7.500			

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação												2014			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)		
3				Funções Económicas																			
3 4.2				Turismo																			
3	4.2	2011/145	5	Aquisição de bens	05 020121	O		15	85	05	01/2011	12/2015			500	500		500					1.000
3	4.2	2011/145	6	Imobilizado	05 070115	O		15	85	05	01/2011	12/2015			79.851	79.851		30.000					109.851
3	4.2	2011/145	7	Loja interativa do turismo	05 07010301	E		15	85	05	01/2011	12/2015			124.783	124.783		55.000					179.783
3	4.2	2014/153		Programa municipal do Turismo																			
3	4.2	2014/153	1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2014	12/2015			7.000	7.000		10.000					17.000
3	4.2	2014/153	2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2014	12/2015			2.000	2.000		7.500					9.500
3	4.2	2014/153	3	Aluguer	05 020208	O				05	01/2014	12/2015			2.000	2.000		2.500					4.500
3	4.2	2014/154		Promoção turística	05 020217	O				05	01/2014	12/2015			6.500	6.500		10.000					16.500
Totais do Programa 4.2:															266.284	266.284		145.500					411.784
Totais do Objetivo 3:															0	3.597.236	1.773.888	1.823.348	2.883.500	2.132.500	300.000	0	8.913.236
4				Outras Funções																			
4 2.0				Transferências entre administrações																			
4	2.0	2014/155		Transferências para juntas de freguesia	0103 08050102	T					0103	01/2014	12/2017		130.000	130.000		130.000	130.000	130.000			520.000
4	2.0	2014/156		Proviver, E.M. de Vila Verde																			
4	2.0	2014/156	1	Transferências correntes	0103 05010101	T					0103	01/2014	12/2014		1.000	1.000							1.000
4	2.0	2014/156	2	Transferências de capital	0103 08010101	T					0103	01/2014	12/2014		1.000	1.000							1.000
Totais do Programa 2.0:															132.000	132.000		130.000	130.000	130.000		522.000	
Totais do Objetivo 4:															0	132.000	132.000	0	130.000	130.000	130.000	0	522.000
Total Geral:															0	25.388.881	16.798.625	8.590.256	20.272.276	14.158.500	8.504.000	0	68.323.657

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

Grandes Opções do Plano

Distribuição do Investimento por Funções



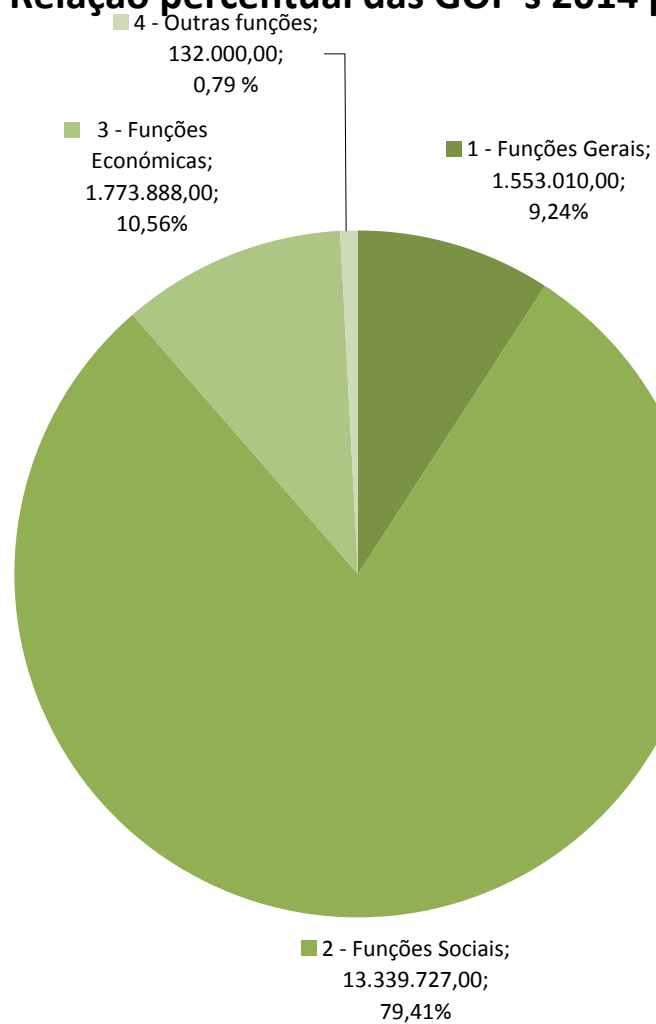
Distribuição das Grandes Opções do Plano de 2014 por Funções:

Unidade monetária: Euro

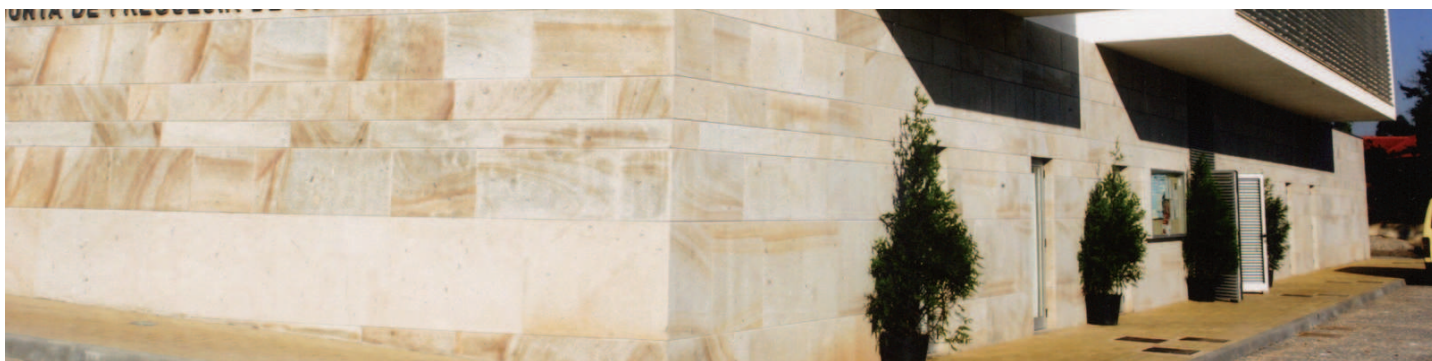
Tipo de Funções	Investimento	%
1 - Funções Gerais	1.553.010,00	9,24%
2 - Funções Sociais	13.339.727,00	79,41%
3 - Funções Económicas	1.773.888,00	10,56%
4 - Outras funções	132.000,00	0,79%
TOTAL	16.798.625,00	100,00%

Grandes Opções do Plano e Orçamento - 2014

Relação percentual das GOP's 2014 por Funções



Plano Plurianual de Investimento



Município de Vila Verde

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes												
											2014	2015 (e)			2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)						
							AC	AA	FC		Início	Fim											
1				Funções Gerais																			
1	1.1			Administração geral																			
1	1.1	2014/1		Cávado Digital +																			
1	1.1	2014/1	1	Hardware	0103 070107	O		15	85	0103	01/2014	12/2015			18.451	2.768	15.683	7.500				25.951	
1	1.1	2014/1	2	Software	0103 070108	O		15	85	0103	01/2014	12/2017			74.865	11.230	63.635	137.435	45.000	45.000		302.300	
1	1.1	2014/2		Aquisição/reparação de imobilizado																			
1	1.1	2014/2	1	Equipamento de transporte - outro	0103 07010602	O				0103	01/2014	12/2017			33.000	33.000		80.000	80.000	75.000		268.000	
1	1.1	2014/2	2	Equipamento de transporte - recolha de resíduos	0103 07010601	O				0103	01/2014	12/2017			5.500	5.500		2.500	2.500	2.500		13.000	
1	1.1	2014/2	3	Equipamento básico	0103 07011002	O				0103	01/2014	12/2017			29.000	29.000		150.000	180.000	180.000		539.000	
1	1.1	2014/2	4	Equipamento administrativo	0103 070109	O				0103	01/2014	12/2017			4.500	4.500		17.000	15.000	20.000		56.500	
1	1.1	2014/2	5	Ferramentas e utensílios	0103 070111	O				0103	01/2014	12/2017			7.500	7.500		12.000	12.000	15.000		46.500	
1	1.1	2014/2	6	Outros investimentos	0103 070115	O				0103	01/2014	12/2017			9.000	9.000		15.000	22.000	35.000		81.000	
1	1.1	2014/2	7	Artigos objetos de valor	0103 070112	O				0103	01/2014	12/2014			500	500						500	
1	1.1	2014/2	8	Investimentos incorpóreos	0103 070113	O				0103	01/2014	12/2017			18.500	18.500		20.000	20.000	20.000		78.500	
1	1.1	2014/2	9	Software informático	0103 070108	O				0103	01/2014	12/2017			50.000	50.000		50.000	55.000	55.000		210.000	
1	1.1	2014/2	10	Hardware	0103 070107	O				0103	01/2014	12/2017			28.000	28.000		39.000	41.000	55.000		163.000	
1	1.1	2014/2	12	Construção / reparação - empreitada	03 07010301	E				03	01/2014	12/2017			27.500	27.500		35.000	35.000	65.000		162.500	
1	1.1	2014/3		Aquisição de terrenos	0103 070101	O				0103	01/2014	12/2017			10.000	10.000		125.000	125.000	100.000		360.000	
1	1.1	2014/5		Construção do arquivo municipal	0103 07010301	E				0103	01/2014	12/2017			152.500	2.500	150.000	80.000	80.000	120.000		432.500	
1	1.1	2014/6		Conclusão do edifício dos Paços do Concelho	0103 07010301	E				0103	01/2014	12/2016			67.500	67.500		40.000	45.000			152.500	
1	1.1	2014/9		Requalificação / ampliação do quartel da GNR																			
1	1.1	2014/9	1	Equipamento informático	0103 070107	O	100			03	01/2014	12/2015			32.414	32.414		15.000				47.414	
1	1.1	2014/9	2	Equipamento administrativo	0103 070109	O	100			03	01/2014	12/2015			53.145	53.145		17.500				70.645	
1	1.1	2014/9	4	Construção/Ampliação do quartel da GNR	03 07010307	E	100			03	01/2014	12/2015			673.382	673.382		80.000				753.382	
1	1.1	2014/10		Modernização administrativa do Município de Vila Verde																			
1	1.1	2014/10	1	Lojas do Municípe	0103 070115	O				0103	01/2014	12/2016			88.800	13.320	75.480	40.000	40.000			168.800	
1	1.1	2014/10	2	Software	0103 070108	O				0103	01/2014	12/2017			12.500	12.500		90.000	15.000	45.000		162.500	
1	1.1	2014/10	4	Espaço Cidadão	0103 070115	O				0103	01/2014	12/2016			16.000	1.000	15.000	7.000	7.500			30.500	
Totais do Programa 1.1:														0	1.412.557	1.092.759	319.798	1.059.935	820.000	832.500	0	4.124.992	
1	2.1			Protecção civil e luta contra incêndios																			
1	2.1	2014/11		Aquisição de equipamento operacional de proteção civil	04 07011002	O				04	01/2014	12/2017			12.500	12.500		12.000	10.000	15.000		49.500	

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

Pág. 2/9

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	Anos seguintes											
													2015 (e)			2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)						
2				Funções Sociais																				
2	1.1			Ensino não superior																				
2	1.1	2013/22	1	Material didático-pedagógico	05	070115	O		15	85	05	01/2013	12/2015			500	500		7.700				8.200	
2	1.1	2013/22	2	Hardware	05	070107	O		15	85	05	01/2013	12/2015			500	500		6.400				6.900	
2	1.1	2013/22	3	Equipamento administrativo	05	070109	O		15	85	05	01/2013	12/2015			500	500		18.040				18.540	
2	1.1	2013/22	4	Centro educativo de Cervães	03	07010305	E		15	85	03	01/2013	12/2015			620.500	620.500		100.000				720.500	
2	1.1	2014/18		Pré-escolar																				
2	1.1	2014/18	2	Construção e reconstrução de edifícios	03	07010305	E				05	01/2014	12/2017			16.301	16.301		45.000	45.000	20.000		126.301	
2	1.1	2014/18	3	Aquisição de equipamento	05	07011002	O				05	01/2014	12/2017			5.200	5.200		10.000	10.000	10.000		35.200	
2	1.1	2014/18	4	Equipamento informático	05	070107	O				05	01/2014	12/2017			4.500	4.500		15.000	7.500	10.000		37.000	
2	1.1	2014/18	5	Material didático-pedagógico	05	070115	O				05	01/2014	12/2017			2.500	2.500		5.000	5.000	5.000		17.500	
2	1.1	2014/18	7	Parques infantis																				
2	1.1	2014/18	7/1	Parques infantis - aquisição	05	07010406	O				05	01/2014	12/2017			5.200	5.200		45.000	45.000	45.000		140.200	
2	1.1	2014/19		Ensino Básico																				
2	1.1	2014/19	1	Complexos escolares educativos	05	07010305	E				05	01/2014	12/2017			45.000	45.000		125.000	120.000	120.000		410.000	
2	1.1	2014/19	3	Equipamento para escolas	05	07011002	O				05	01/2014	12/2017			6.000	6.000		25.000	15.000	20.000		66.000	
2	1.1	2014/19	4	Equipamento informático	05	070107	O				05	01/2014	12/2017			5.000	5.000		25.000	25.000	15.000		70.000	
2	1.1	2014/20		Geral																				
2	1.1	2014/20	1	Aquisição de Terrenos	0103	070101	O				0103	01/2014	12/2016			19.000	19.000		30.000	30.000			79.000	
Totais do Programa 1.1:															0	2.694.408	2.694.408	0	1.081.208	302.500	245.000	0	4.323.116	
2	4.1			Habitação																				
2	4.1	2014/32		Habitações sociais	05	07010201	E				05	01/2014	12/2017			7.500	7.500		30.000	30.000	40.000		107.500	
Totais do Programa 4.1:															0	7.500	7.500	0	30.000	30.000	40.000	0	107.500	
2	4.2			Ordenamento do território																				
2	4.2	2014/35		Urbanização																				
2	4.2	2014/35	1	Revitalização de centros urbanos	03	07010401	E				03	01/2014	12/2017			323.500	26.000	297.500	150.000	150.000	150.000		773.500	
2	4.2	2014/35	3	Mobiliário Urbano	03	070115	O				03	01/2014	12/2017			6.000	6.000		12.000	10.000	8.000		36.000	
2	4.2	2014/35	4	Parque urbano de Vila Verde	03	07010401	E				03	01/2014	12/2017			190.000	10.000	180.000	250.000	125.000	75.000		640.000	
2	4.2	2014/35	5	Execução de Plano de Pormenor	03	07010413	E				03	01/2014	12/2016			7.500	7.500		175.000	120.000			302.500	
2	4.2	2014/35	6	Requalificação urbana do largo de S. Sebastião da Vila de Prado	03	07010401	E				03	01/2014	12/2017			275.000	41.250	233.750	300.000	180.000	75.000		830.000	
Totais do Programa 4.2:															0	802.000	90.750	711.250	887.000	585.000	308.000	0	2.582.000	

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2014	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	Anos seguintes											
													Total (b)=(c)+(d)			2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)					
2				Funções Sociais																				
2	4.3			Saneamento																				
2	4.3	2014/37		Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais							04	01/2014	12/2017			426.000	43.500	382.500	200.000	200.000	180.000	1.006.000		
2	4.3	2014/37	1	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - empreitada	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			159.750	19.750	140.000	250.000	75.000		484.750		
2	4.3	2014/38		Rede de saneamento na freguesia de Cabanelas	04	07010402	E				04	01/2014	12/2016			140.000	15.000	125.000	100.000	130.000	80.000	450.000		
2	4.3	2014/39		Rede de saneamento da Ribeira do Porão (Parada de Gatim, Cervães, Escariz S. Martinho, S.Mamede e Freiriz)	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			233.000	29.000	204.000	200.000	150.000	150.000	733.000		
2	4.3	2014/41		Rede de saneamento na freguesia de Esqueiros	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			158.000	22.000	136.000	100.000	100.000	50.000	408.000		
2	4.3	2014/42		Rede de saneamento de Turiz	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			180.000	10.000	170.000	160.000	70.000	70.000	480.000		
2	4.3	2014/43		Rede de saneamento da Lage	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			206.000	19.000	187.000	100.000	120.000	20.000	446.000		
2	4.3	2014/44		Rede de saneamento de Moure	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			172.107	17.000	155.107	170.000	120.000	20.000	482.107		
2	4.3	2014/45		Rede de saneamento de Marrancos e Arcozelo	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			105.000	7.250	97.750	200.000	150.000	25.000	480.000		
2	4.3	2014/46		Rede de saneamento de Sabariz, Lanhas, Coucieiro e Ponte S. Vicente	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			115.000	8.750	106.250	150.000	175.000	25.000	465.000		
2	4.3	2014/47		Rede sanea. de Gondíães, Mós, Pico de Regalados, Pico S. Crist. e Gême	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			125.000	10.250	114.750	150.000	75.000	75.000	425.000		
2	4.3	2014/48		Rede san. R. Neiva(Azões, Rio Mau, Goães, D. Igrejas, Pedregais e Godinhaços)	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			133.000	8.000	125.000	240.000	150.000	120.000	643.000		
2	4.3	2014/49		Rede de saneamento de Oleiros e Atiães	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			145.000	13.250	131.750	150.000	50.000	50.000	395.000		
2	4.3	2014/50		Rede de saneamento do Vade	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			162.500	18.000	144.500	150.000	50.000	50.000	412.500		
2	4.3	2014/51		Rede de saneamento na Vila de Prado	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			185.000	27.750	157.250	150.000	75.000	75.000	485.000		
2	4.3	2014/52		Rede de saneamento da Loureira	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			115.000	17.250	97.750	175.000	60.000	70.000	420.000		
2	4.3	2014/53		Rede de saneamento																				
2	4.3	2014/53	1	Ramais domiciliários - empreitada	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			205.000	30.750	174.250	100.000	100.000	75.000	480.000		
2	4.3	2014/54		Ampliação das redes de saneamento	04	07010402	E				04	01/2014	12/2017			225.000	33.750	191.250	150.000	175.000	125.000	675.000		
2	4.3	2014/55		Ligação das redes de saneamento em baixa aos interceptores e ETAR's	04	07010403	E				04	01/2014	12/2017			185.000	27.750	157.250	100.000	150.000	75.000	510.000		
2	4.3	2014/57		Aquisição de terrenos	0103	070101	O				0103	01/2014	12/2017			2.500	2.500		30.000	25.000	20.000	77.500		
2	4.3	2014/59		Obra de recolha/armazenam. de águas pluviais p/ sist. rega de jardins	04	07010413	E				04	01/2014	12/2017			2.500	2.500		80.000	80.000	75.000	237.500		
Totais do Programa 4.3:															0	3.380.357	383.000	2.997.357	3.105.000	2.280.000	1.430.000	0	10.195.357	
2	4.4			Abastecimento de água																				
2	4.4	2014/61		Recup.,captações e implem. tratamento peq. sist. locais abastec. água	04	07010407	E				04	01/2014	12/2017			65.000	65.000		45.000	25.000	35.000	170.000		

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2014	Anos seguintes														
										Total (b)=(c)+(d)		Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)			2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)					
2				Funções Sociais																				
2	4.4			Abastecimento de água																				
2	4.4	2014/62		Construção reservatório da Lage/Turiz e conduta adutora e distribuidora	04	07010407	E			04	01/2014	12/2015			105.000	5.000	100.000	50.000					155.000	
2	4.4	2014/63		Construção do reservatório de água em Godinhaços	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016			155.000	19.000	136.000	150.000	10.000				315.000	
2	4.4	2014/65		Construção do reservatório de água em Covas	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016			7.500	7.500		40.000	40.000				87.500	
2	4.4	2014/66		Construção do reservatório de água em Gondíães	04	07010407	E			04	01/2014	12/2015			70.000	20.000	50.000	60.000					130.000	
2	4.4	2014/67		Const. reserv. M. Santa, central elevat. Gême, condutas adutoras e distribuidoras	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016			305.000	5.000	300.000	175.000	160.000				640.000	
2	4.4	2014/68		Reservatórios dos pequenos sistemas	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016			85.000	10.000	75.000	200.000	75.000				360.000	
2	4.4	2014/70		Depósitos pré-fabricados	04	070115	O			04	01/2014	12/2015			19.500	19.500		60.000					79.500	
2	4.4	2014/71		Substituição de condutas da rede de abastecimento de água municipal	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016			170.000	170.000		70.000	75.000				315.000	
2	4.4	2014/72		Prolongamento e reforço da rede de abastecimento de água municipal	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016			195.000	29.250	165.750	200.000	150.000				545.000	
2	4.4	2014/73		Construção/ampliação/beneficiação de depósitos existentes	04	07010407	E			04	01/2014	12/2017			85.000	5.000	80.000	100.000	25.000	50.000			260.000	
2	4.4	2014/74		Abastec.água-P. Cabras, Carreiras S.Miguel/S. Tiago, Nevogilde e Dossãos	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016			310.000	10.000	300.000	200.000	100.000				610.000	
2	4.4	2014/75		Sist. abastec. de água Aboim da Nóbrega	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016			85.000	10.000	75.000	100.000	75.000				260.000	
2	4.4	2014/76		Ampliação da estação de captação e tratamento de água do rio Homem	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016			155.000	19.000	136.000	200.000	100.000				455.000	
2	4.4	2014/77		Abastecimento de água à freguesia de Covas	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016			102.000	17.000	85.000	90.000	80.000				272.000	
2	4.4	2014/79		Execução de ramais	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016			19.000	19.000		12.000	12.000				43.000	
2	4.4	2014/80		Execução de ramais domiciliários de abastecimento de água	04	07010407	E			04	01/2014	12/2016			62.500	62.500		50.000	75.000				187.500	
2	4.4	2014/81		Obras de abastecimento de água																				
2	4.4	2014/81	1	Abastecimento de água - empreitada	04	07010407	E			04	01/2014	12/2017			187.500	62.500	125.000	425.000	325.000	275.000			1.212.500	
2	4.4	2014/82		Contadores volumétricos	04	07011002	O			04	01/2014	12/2016			24.000	24.000		50.000	40.000				114.000	
2	4.4	2014/84		Aquisição de terrenos	0103	070101	O			0103	01/2014	12/2016			1.000	1.000		75.000	5.000				81.000	
Totais do Programa 4.4:															0	2.208.000	580.250	1.627.750	2.352.000	1.372.000	360.000	0	6.292.000	
2	4.5			Resíduos sólidos																				
2	4.5	2014/87		Ecopontos	04	070115	O			04	01/2014	12/2016			5.000	5.000		60.000	60.000				125.000	
Totais do Programa 4.5:															0	5.000	5.000	0	60.000	60.000	0	0	125.000	
2	4.6			Protecção do meio ambiente e conservação da natureza																				
2	4.6	2014/93		Cemitérios																				

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
																2014			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)		2017 (g)	Outros (h)											
2		Funções Sociais																						
2	4.6	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza																						
2	4.6	2014/93	1	Obras de ampliação e conservação	04	07010412	E				04	01/2014	12/2016			5.000	5.000		5.000	60.000			70.000	
2	4.6	2014/93	4	Aquisição de terrenos	0103	070101	O				0103	01/2014	12/2015			2.000	2.000		1.500				3.500	
2	4.6	2014/95		Preservação/recuperação e valorização ambiental	04	07010413	E				04	01/2014	12/2017			79.000	4.000	75.000	75.000	125.000	120.000		399.000	
Totais do Programa 4.6:															0	86.000	11.000	75.000	81.500	185.000	120.000	0	472.500	
2	5.1	Cultura																						
2	5.1	2011/60		Regeneração do centro urbano de Vila Verde																				
2	5.1	2011/60	1	Construção da Casa do Conhecimento	05	07010301	E		15	85	05	01/2011	12/2015			702.839	702.839		35.000				737.839	
2	5.1	2011/60	2	Hardware	05	070107	O		15	85	05	01/2011	12/2015			734.005	734.005		75.000				809.005	
2	5.1	2011/60	3	Software	05	070108	O		15	85	05	01/2011	12/2015			39.840	39.840		30.000				69.840	
2	5.1	2011/60	5	Equipamento administrativo	05	070109	O		15	85	05	01/2011	12/2015			237.550	237.550		20.000				257.550	
2	5.1	2011/61		Constituição e implementação da rede de Casas do Conhecimento																				
2	5.1	2011/61	1	Hardware	05	070107	O		15	85	05	01/2011	12/2015			20.960	20.960		15.000				35.960	
2	5.1	2012/76		Centro de dinamização artesanal - Aliança artesanal																				
2	5.1	2012/76	1	Recuperação / ampliação do edifício da aliança artesanal	05	07010301	E		15	85	05	01/2012	12/2015			301.251	301.251		30.125				331.376	
2	5.1	2014/98		Rede de comunicações eletrónicas de alta velocidade de Vila Verde	03	07010413	E				03	01/2014	12/2015			71.000	11.000	60.000	15.000				86.000	
2	5.1	2014/99		Biblioteca Prof. Machado Vilela																				
2	5.1	2014/99	1	Fundos bibliográficos	05	070115	O				05	01/2014	12/2016			7.500	7.500		17.000	20.000			44.500	
2	5.1	2014/100		Recuperação do edifício da Biblioteca																				
2	5.1	2014/100	1	Recuperação do edifício - empreitada	03	07010301	E				03	01/2014	12/2016			5.000	5.000		75.000	75.000			155.000	
2	5.1	2014/101		Casa da Cultura																				
2	5.1	2014/101	1	Recuperação do edifício da Casa da Cultura - empreitada	03	07010301	E				03	01/2014	12/2016			7.500	7.500		30.000	20.000			57.500	
2	5.1	2014/102		Centro Interpretativo da Ribeira do Neiva - observatório cultural do Minho																				
2	5.1	2014/102	1	Centro interpretativo - empreitada	03	07010307	E				03	01/2014	12/2016			8.000	8.000		200.000	50.000			258.000	
2	5.1	2014/103		Museu de Linho em Marrancos	03	07010307	E				03	01/2014	12/2015			5.000	5.000		5.000				10.000	
2	5.1	2014/104		Centro Interpretativo de artesanato em Cerâmica - Vila de Prado	03	07010307	E				03	01/2014	12/2016			111.000	9.000	102.000	110.000	50.000			271.000	
2	5.1	2014/105		Recuperação do edifício da adega cooperativa	03	07010307	E				03	01/2014	12/2015			140.000	21.000	119.000	70.000				210.000	
Totais do Programa 5.1:															0	2.391.445	2.110.445	281.000	727.125	215.000	0	0	3.333.570	

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	Início	Fim		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	Anos seguintes						
																	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)			
2 Funções Sociais																							
2 5.2		Desporto, recreio e lazer																					
2	5.2	2011/95		Pavilhão gimnodesportivo de Vade	05	07010302	E		15	85	05	01/2011	12/2015			300.000	300.000		378.369				678.369
2	5.2	2011/96		Pavilhão gimnodesportivo de Cervães	05	07010302	E		15	85	05	01/2011	12/2015			500.000	500.000		306.839				806.839
2	5.2	2014/108		Complexo desportivo da Ribeira do Neiva	03	07010302	E				03	01/2014	12/2017			165.000	16.250	148.750	210.000	125.000	50.000		550.000
2	5.2	2014/109		Construção e manutenção de infraestruturas desportivas	03	07010406	E				03	01/2014	12/2016			37.500	37.500		60.000	25.000			122.500
2	5.2	2014/111		Parques infantis	05	07010406	O				05	01/2014	12/2017			32.500	32.500		50.000	60.000	60.000		202.500
2	5.2	2014/114		Pista de pesca - margem do Cávado	03	07010413	E				03	01/2014	12/2016			85.000	10.000	75.000	75.000	80.000			240.000
2	5.2	2014/115		Construção de ciclovia do Cávado - fase I	03	07010413	E				03	01/2014	12/2016			198.750	7.500	191.250	80.000	80.000			358.750
2	5.2	2014/116		Construção de ciclovia do Homem - fase I	03	07010413	E				03	01/2014	12/2015			80.000	5.000	75.000	150.000				230.000
2	5.2	2014/117		Construção de ciclovia de Vila Verde - fase I	03	07010413	E				03	01/2014	12/2016			55.000	5.000	50.000	75.000	45.000			175.000
2	5.2	2014/118		Recuperação de margens ribeirinhas																			
2	5.2	2014/118 1		Valorização da praia fluvial do Faial	03	07010413	E				03	01/2014	12/2016			105.000	45.000	60.000	150.000	125.000			380.000
2	5.2	2014/118 2		Edifícios de apoio	03	07010307	E				03	01/2014	12/2016			57.500	27.500	30.000	80.000	20.000			157.500
2	5.2	2014/118 3		Construções diversas	03	07010413	E				03	01/2014	12/2016			17.500	17.500		75.000	50.000			142.500
2	5.2	2014/123		Aquisição de terrenos	0103	070101	O				0103	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000
Totais do Programa 5.2:															0	1.634.750	1.004.750	630.000	1.690.208	610.000	110.000	0	4.044.958
Totais do Objetivo 2:															0	13.209.460	6.887.103	6.322.357	10.014.041	5.639.500	2.613.000	0	31.476.001
3 Funções Económicas																							
3 1.0		Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca																					
3	1.0	2014/124		Caminhos agrícolas																			
3	1.0	2014/124 3		Caminhos agrícolas - empreitadas	03	07010408	E				03	01/2014	12/2017			189.000	19.000	170.000	130.000	120.000	130.000		569.000
3	1.0	2014/125		Dinamização do tecido agro-florestal																			
3	1.0	2014/125 2		Investimento	04	07010413	E				04	01/2014	12/2015			20.000	5.000	15.000	5.000				25.000
3	1.0	2014/126		Caminhos rurais	03	07010408	E				03	01/2014	12/2015			7.500	7.500		7.500				15.000
Totais do Programa 1.0:															0	216.500	31.500	185.000	142.500	120.000	130.000	0	609.000
3 2.0 Indústria e Energia																							
3	2.0	2014/128		Loteamento industrial de Gême - fase II	03	07010413	E				03	01/2014	12/2016			170.000	17.000	153.000	75.000	50.000			295.000
3	2.0	2014/130		Acesso ao parque industrial de Gême	03	07010408	E				03	01/2014	12/2016			10.000	10.000		75.000	85.000			170.000
3	2.0	2014/131		Outras infraestruturas de loteamentos industriais	03	07010413	E				03	01/2014	12/2016			40.000	40.000		90.000	90.000			220.000

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	Anos seguintes											
													2015 (e)			2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)						
3				Funções Económicas																				
3	2.0			Indústria e Energia																				
3	2.0	2014/132		Parque de inovação e conhecimento																				
3	2.0	2014/132	1	Investimentos	03	07010307	E				03	01/2014	12/2014			500	500						500	
3	2.0	2014/132	2	Aquisição de terrenos	0103	070101	O				0103	01/2014	12/2014			500	500						500	
3	2.0	2014/133		Iluminação pública																				
3	2.0	2014/133	1	Iluminação pública - construções diversas	04	07010404	E				04	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000	
3	2.0	2014/133	2	Iluminação pública - ramais	04	07010404	O				04	01/2014	12/2016			20.500	20.500		45.000	45.000			110.500	
3	2.0	2014/134		POVT, no âmbito do projeto "Mais Eficiência na IP do Cávado"	04	070115	O				04	01/2014	12/2016			415.703	62.355	353.348	75.000	75.000			565.703	
3	2.0	2014/135		Aquisição de terrenos para criação de zonas industriais	0103	070101	O				0103	01/2014	12/2015			5.000	5.000		150.000				155.000	
															0	663.203	156.855	506.348	510.000	345.000	0	0	1.518.203	
3	3.1			Transportes rodoviários																				
3	3.1	2011/115		Via intermunicipal Homem-Lima	03	07010408	E				03	01/2011	12/2014			5.400	5.400						5.400	
3	3.1	2012/112		Requalificação do arruamento da ER 205 à igreja de Cabanelas	03	07010408	E				03	01/2012	12/2014			77.349	77.349						77.349	
3	3.1	2014/136		Variante à ER 205 - Vila de Prado - Oleiros	03	07010408	E				03	01/2014	12/2016			160.000	15.500	144.500	130.000	150.000			440.000	
3	3.1	2014/137		Requalificação da rua Luís Vaz de Camões	03	07010408	E				03	01/2014	12/2016			82.500	7.500	75.000	120.000	100.000			302.500	
3	3.1	2014/138		Acesso ao lar de idosos de Escariz S. Martinho	03	07010408	E				03	01/2014	12/2014			112.500	112.500						112.500	
3	3.1	2014/140		Acesso ao centro escolar de Vila Verde - 2ª fase	03	07010408	E				03	01/2014	12/2016			155.000	35.000	120.000	200.000	150.000			505.000	
3	3.1	2014/141		Ligação entre o bairro do Sol e o lugar das Cruzes - Pico de Regalados	03	07010408	E				03	01/2014	12/2016			5.000	5.000		75.000	120.000			200.000	
3	3.1	2014/142		Construção e reparação de abrigos de passageiros	03	07010413	E				03	01/2014	12/2016			15.000	15.000		20.000	15.000			50.000	
3	3.1	2014/143		Requalificação da EM 566-2 (Loureira-Lage)	03	07010408	E				03	01/2014	12/2016			122.500	12.500	110.000	150.000	20.000			292.500	
3	3.1	2014/144		Requalificação da EM Coucieiro-Sande-Pico S. Cristóvão	03	07010408	E				03	01/2014	12/2017			117.500	12.500	105.000	250.000	175.000	75.000		617.500	
3	3.1	2014/145		Requalificação do CM 1179-1 - Freiriz-Parada de Gatim	03	07010408	E				03	01/2014	12/2017			117.500	12.500	105.000	180.000	80.000	65.000		442.500	
3	3.1	2014/146		Sinalização e segurança rodoviária																				
3	3.1	2014/146	1	Sinalização e segurança	03	07010409	O				03	01/2014	12/2016			7.000	7.000		60.000	50.000			117.000	
3	3.1	2014/147		Vias de comunicação																				
3	3.1	2014/147	1	Vias - empreitada	03	07010408	E				03	01/2014	12/2016			310.000	130.000	180.000	300.000	250.000			860.000	
															0	1.287.249	447.749	839.500	1.485.000	1.110.000	140.000	0	4.022.249	

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes					
																		2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)		
3 Funções Económicas																							
3 4.1		3 Mercados e feiras																					
3	4.1	2014/151	Mercado municipal		03	07010303	E			03	01/2014	12/2016			110.000	5.000	105.000	180.000	120.000			410.000	
Totais do Programa 4.1:														0	110.000	5.000	105.000	180.000	120.000		0	0	410.000
3 4.2 Turismo																							
3	4.2	2011/145	Loja de turismo																				
3	4.2	2011/145 6	Imobilizado		05	070115	O	15	85	05	01/2011	12/2015			79.851	79.851		30.000				109.851	
3	4.2	2011/145 7	Loja interativa do turismo		05	07010301	E	15	85	05	01/2011	12/2015			124.783	124.783		55.000				179.783	
Totais do Programa 4.2:														0	204.634	204.634	0	85.000	0	0	0	0	289.634
Totais do Objetivo 3:														0	2.481.586	845.738	1.635.848	2.402.500	1.695.000	270.000		0	6.849.086
Total Geral:														0	17.131.603	8.853.600	8.278.003	13.520.476	8.196.500	3.762.500		0	42.611.079

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Atividades Mais Relevantes



Atividades mais Relevantes do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)				
															2014			Anos seguintes									
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)												Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)								
Ano / Nº	Ação	AC	AA				FC	Início	Fim																		
1 Funções Gerais																											
1 1.1		Administração geral																									
1 1.1		2011/7		e-participation																							
1	1.1	2011/7	2	Estudos, projetos e consultadoria	02	020214	O	15	85	0103	01/2011	12/2017	1.000	1.000	7.500	7.500	7.500	23.500									
1	1.1	2014/1		Cávado Digital +																							
1	1.1	2014/1	3	Estudos, projetos e consultadoria	0103	020214	O	15	85	0103	01/2014	12/2017	10.000	1.500	8.500	10.000	10.000	10.000	40.000								
1	1.1	2014/1	4	Serviços	02	020225	O	15	85	0103	01/2014	12/2017	102.651	15.398	87.253	10.000	10.000	10.000	132.651								
1	1.1	2014/2		Aquisição/reparação de imobilizado																							
1	1.1	2014/2	11	Construção/reparação - serviços	04	020203	O			04	01/2014	12/2017	100.000	100.000	150.000	175.000	170.000	595.000									
1	1.1	2014/2	13	Aquisição de bens	0103	020121	O			0103	01/2014	12/2017	100.000	100.000	100.000	180.000	175.000	555.000									
1	1.1	2014/4		Estudos, projetos e consultadoria	0103	020214	O			0103	01/2014	12/2017	7.500	7.500	27.000	21.000	20.000	75.500									
1	1.1	2014/7		Auditoria, inquéritos e outros serviços necessários ao sistema de gestão da qualidade	0103	020220	O			0103	01/2014	12/2017	6.400	6.400	8.800	9.200	7.500	31.900									
1	1.1	2014/8		Divulgação de suporte a jornadas	0103	020216	O			0103	01/2014	12/2017	1.500	1.500	5.500	5.800	5.500	18.300									
1	1.1	2014/9		Requalificação / ampliação do quartel da GNR																							
1	1.1	2014/9	3	Serviços especializados	0103	020220	O	100		03	01/2014	12/2015	8.348	8.348	5.000			13.348									
1	1.1	2014/10		Modernização administrativa do Município de Vila Verde																							
1	1.1	2014/10	3	Serviços	0103	020220	O			0103	01/2014	12/2015	1.000	1.000	1.000			2.000									
Totais do Programa 1.1:														0	338.399	242.646	95.753	324.800	418.500	405.500	0	1.487.199					
1 2.1 Protecção civil e luta contra incêndios																											
1 2.1		2014/12		Serviço municipal de protecção civil																							
1	2.1	2014/12	1	Bens	04	020121	O			04	01/2014	12/2017	13.500	13.500	6.000	4.000	6.000	29.500									
1	2.1	2014/12	2	Vestuário	04	020107	O			04	01/2014	12/2017	8.000	8.000	12.000	12.000	8.000	40.000									
1	2.1	2014/12	3	Serviços	04	020225	O			04	01/2014	12/2017	22.305	22.305	18.000	18.000	20.000	78.305									
1	2.1	2014/12	4	Instituições humanitárias	0103	04070104	T			0103	01/2014	12/2017	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	180.000									
1	2.1	2014/13		Proteção florestal																							
1	2.1	2014/13	1	Ferramentas e utensílios	04	020117	O			04	01/2014	12/2017	7.500	7.500	8.000	8.000	10.000	33.500									
1	2.1	2014/13	2	Sapadores florestais	0103	04070104	T			0103	01/2014	12/2017	60.000	60.000	55.000	55.000	55.000	225.000									
1	2.1	2014/13	3	Vestuário	04	020107	O			04	01/2014	12/2016	5.000	5.000	5.000	7.500		17.500									
1	2.1	2014/14		Infraestruturas florestais																							
1	2.1	2014/14	2	Caminhos e pontos de água - bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2017	6.500	6.500	15.000	15.000	15.000	51.500									
1	2.1	2014/14	3	Caminhos e pontos de água - serviços	04	020225	A			04	01/2014	12/2017	12.500	12.500	35.000	35.000	30.000	112.500									

Atividades mais Relevantes do ano 2014

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	Total (b)=(c)+(d)			2014				Anos seguintes								
												Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)			2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)					
		Ano / Nº	Ação																					
1		Funções Gerais																						
1	2.1	Protecção civil e luta contra incêndios																						
1	2.1	2014/15		Operações de silvicultura	04	020220	O			04	01/2014	12/2017			4.500	4.500		7.500	7.500	7.500	27.000			
1	2.1	2014/16		Estudos, projetos e consultadoria	04	020214	O			04	01/2014	12/2016			1.000	1.000		1.000	1.000		3.000			
1	2.1	2014/17		Planeamento e gestão de riscos naturais e tecnológicos																				
1	2.1	2014/17	1	Serviços especializados	04	020220	O			04	01/2014	12/2017			1.000	1.000		15.000	15.000	15.000	46.000			
1	2.1	2014/17	2	Publicidade	04	020217	O			04	01/2014	12/2017			2.800	2.800		4.000	4.000	4.000	14.800			
Totais do Programa 2.1:															0	189.605	189.605	0	226.500	227.000	215.500	0	858.605	
Totais do Objetivo 1:															0	528.004	432.251	95.753	551.300	645.500	621.000	0	2.345.804	
2		Funções Sociais																						
2	1.1	Ensino não superior																						
2	1.1	2014/18		Pré-escolar																				
2	1.1	2014/18	1	Ampliação e conservação de jardins de infância	04	020121	A			05	01/2014	12/2017			36.490	36.490		50.000	50.000	50.000	186.490			
2	1.1	2014/18	6	Funcionamento de jardins de infância	0103	0405010201	T			05	01/2014	12/2014			295.000	295.000					295.000			
2	1.1	2014/18	7	Parques infantis																				
2	1.1	2014/18	7/2	Parques infantis - bens	04	020121	O			05	01/2014	12/2014			3.750	3.750					3.750			
2	1.1	2014/18	7/3	Parques infantis - serviços	04	020225	O			05	01/2014	12/2014			1.000	1.000					1.000			
2	1.1	2014/19		Ensino Básico																				
2	1.1	2014/19	2	Ampliação / conservação de edificios	04	020121	A			04	01/2014	12/2017			54.500	54.500		80.000	75.000	75.000	284.500			
2	1.1	2014/20		Geral																				
2	1.1	2014/20	2	Apoio a atividades gerais de instituições	0103	04070104	T			0103	01/2014	12/2017			7.500	7.500		15.000	15.000	10.000	47.500			
2	1.1	2014/20	3	Funcionamento dos agrupamentos	0103	04070105	T			0103	01/2014	12/2016			34.420	34.420		50.000	50.000		134.420			
2	1.1	2014/20	4	Estudos, Projetos e consultadoria	05	020214	O			05	01/2014	12/2016			2.000	2.000		10.000	8.000		20.000			
2	1.1	2014/20	5	Sociedade Amar Terra Verde, Lda																				
2	1.1	2014/20	5/1	Transferências de capital	0103	08010103	T			0103	01/2014	12/2015			225.000	225.000		250.000			475.000			
2	1.1	2014/20	5/2	Transferências correntes	0103	05010102	T			0103	01/2014	12/2015			37.500	37.500		60.000			97.500			
Totais do Programa 1.1:															0	697.160	697.160	0	515.000	198.000	135.000	0	1.545.160	
2	1.2	Serviços aux																						

Atividades mais Relevantes do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
																2014			Anos seguintes					
		Ano / Nº	Ação					AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)		
2				Funções Sociais																				
2	1.2			Serviços auxiliares de ensino																				
2	1.2	2014/21	2	1º ciclo	05	020210	O			05	01/2014	12/2017			345.000	345.000		350.000	350.000	330.000		1.375.000		
2	1.2	2014/21	3	2º, 3º ciclo e secundário	05	020210	O			05	01/2014	12/2017			789.000	789.000		850.000	850.000	750.000		3.239.000		
2	1.2	2014/21	4	Componente de apoio à família	05	020210	O			05	01/2014	12/2016			13.500	13.500		25.000	25.000			63.500		
2	1.2	2014/21	5	PIEF - programa integrado de educação e formação	05	020210	T			05	01/2014	12/2014			7.000	7.000						7.000		
2	1.2	2014/22		Cantinas escolares																				
2	1.2	2014/22	1	Pré-escolar	0103	0405010201	T			0103	01/2014	12/2017			129.000	129.000		160.000	160.000	150.000		599.000		
2	1.2	2014/22	2	Pré-escolar - refeições confeccionadas	05	020105	O			05	01/2014	12/2017			112.057	112.057		125.000	130.000	130.000		497.057		
2	1.2	2014/22	3	Ensino básico - juntas de freguesia	0103	0405010202	T			0103	01/2014	12/2017			181.000	181.000		250.000	240.000	220.000		891.000		
2	1.2	2014/22	4	Ensino básico - Instituições	0103	04070104	T			0103	01/2014	12/2017			66.000	66.000		45.000	60.000	60.000		231.000		
2	1.2	2014/22	5	Ensino básico - serviços	05	020225	O			05	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000		
2	1.2	2014/22	6	Ensino básico - refeições confeccionadas	05	020105	O			05	01/2014	12/2017			289.000	289.000		170.000	170.000	160.000		789.000		
2	1.2	2014/23		Regime de fruta escolar	05	020105	O			05	01/2014	12/2017			23.000	23.000		35.000	35.000	25.000		118.000		
2	1.2	2014/24		Apoio às juntas de freguesia para despesas de funcionamento das EB1 e JI	0103	0405010204	T			0103	01/2014	12/2014			7.000	7.000						7.000		
Totais do Programa 1.2:															0	2.033.557	2.033.557	0	2.100.000	2.110.000	1.910.000	0	8.153.557	
2	2.1			Serviços Individuais de Saúde																				
2	2.1	2014/25		Comparticipação na construção de novos centros de saúde	0103	08050102	T			0103	01/2014	12/2017			5.000	5.000		75.000	100.000	75.000		255.000		
Totais do Programa 2.1:															0	5.000	5.000	0	75.000	100.000	75.000	0	255.000	
2	3.2			Ação Social																				
2	3.2	2014/26		Igualdade na diferença																				
2	3.2	2014/26	1	Encargos com pessoal afeto ao projeto	05	010107	O			05	01/2014	12/2015			8.000	500	7.500	2.500				10.500		
2	3.2	2014/26	2	Encargos diretos com preparação projeto	05	020225	O			05	01/2014	12/2015			5.500	500	5.000	2.500				8.000		
2	3.2	2014/26	3	Encargos gerais do projeto	05	020214	O			05	01/2014	12/2015			3.000	500	2.500	2.500				5.500		
2	3.2	2014/26	4	Encargos com a promoção de seminários temáticos	05	020217	O			05	01/2014	12/2015			3.500	500	3.000	2.500				6.000		
2	3.2	2014/26	5	Rendas e alugueres	05	020208	O			05	01/2014	12/2015			2.000	500	1.500	2.500				4.500		
2	3.2	2014/26	6	Encargos com destinatários diretos	05	020225	O			05	01/2014	12/2015			2.500	500	2.000	2.500				5.000		
2	3.2	2014/27		Implementar lojas sociais																				
2	3.2	2014/27	1	Aquisição de bens	05	020121	O			05	01/2014	12/2017			9.500	9.500		7.500	7.500	7.500		32.000		
2	3.2	2014/27	2	Aquisição de serviços	05	020225	O			05	01/2014	12/2017			4.000	4.000		7.500	5.000	5.000		21.500		
2	3.2	2014/28		Apoio à habitação de famílias carenciadas																				

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2014			Anos seguintes												
												Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)				
2		Funções Sociais																						
2	3.2	Acção Social																						
2	3.2	2014/28	1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2017		44.000	44.000		90.000	90.000	90.000		314.000		
2	3.2	2014/28	2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2017		7.500	7.500		10.000	10.000	12.000		39.500		
2	3.2	2014/29		Festa do Idoso																				
2	3.2	2014/29	1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2017		20.500	20.500		25.000	25.000	25.000		95.500		
2	3.2	2014/29	2	Transporte	05	020210	O				05	01/2014	12/2014		28.000	28.000						28.000		
2	3.2	2014/30		Apoio a Instituições de Solidariedade Social																				
2	3.2	2014/30	1	Transferências de capital	0103	080701	T				0103	01/2014	12/2017		144.000	144.000		120.000	120.000	110.000		494.000		
2	3.2	2014/30	2	Transferências correntes	0103	04070104	T				0103	01/2014	12/2017		17.500	17.500		25.000	20.000	20.000		82.500		
2	3.2	2014/31		Cabaz de Natal - apoio a famílias carenciadas	05	020115	O				05	01/2014	12/2017		8.000	8.000		10.000	10.000	10.000		38.000		
2	3.2	2014/90		Programa Estágio/CEI	05	040802	T				05	01/2014	12/2015		175.000	175.000		140.000				315.000		
2	3.2	2014/91		Concessão de bolsas de estudo	05	040802	T				05	01/2014	12/2017		48.000	48.000		55.000	55.000	55.000		213.000		
2	3.2	2014/92		Apoio a estratos sociais desfavorecidos	05	040802	T				05	01/2014	12/2017		47.000	47.000		60.000	55.000	50.000		212.000		
2	3.2	2014/157		Vacinas	0103	040802	O				0103	01/2014	12/2014		55.000	55.000						55.000		
Totais do Programa 3.2:															0	632.500	611.000	21.500	565.000	397.500	384.500	0	1.979.500	
2	4.1	Habitação																						
2	4.1	2014/33		Recuperação de habitações sociais	04	020121	A				04	01/2014	12/2017		32.500	32.500		40.000	40.000	40.000		152.500		
Totais do Programa 4.1:															0	32.500	32.500	0	40.000	40.000	40.000	0	152.500	
2	4.2	Ordenamento do território																						
2	4.2	2014/34		Urbanismo																				
2	4.2	2014/34	1	PDM, PU e Planos de Pormenor	03	020220	O				03	01/2014	12/2017		5.000	5.000		10.000	10.000	12.000		37.000		
2	4.2	2014/34	2	Execução de cartografia de base e sua homologação	03	020220	O				03	01/2014	12/2016		1.000	1.000		1.000	2.000			4.000		
2	4.2	2014/34	3	Serviços especializados para revisão de PDM	03	020220	O				03	01/2014	12/2016		2.000	2.000		2.000	2.000			6.000		
2	4.2	2014/34	4	Aquisição de ortofotomapas de todo o concelho	03	020220	O				03	01/2014	12/2016		1.000	1.000		1.000	1.000			3.000		
2	4.2	2014/34	5	Elaboração do Plano de redução de ruído para o Concelho	03	020220	O				03	01/2014												

Atividades mais Relevantes do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA				FC	2014			Anos seguintes												
								Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2015 (e)			2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)						
2				Funções Sociais																			
2		4.2		Ordenamento do território																			
2	4.2	2014/36	1	Estudos, projetos e consultadoria	03	020214	O			03	01/2014	12/2017			7.500	7.500		20.000	20.000	20.000		67.500	
Totais do Programa 4.2:														0	36.000	36.000	0	126.000	127.000	107.000	0	396.000	
2		4.3		Saneamento																			
2	4.3	2014/37		Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais																			
2	4.3	2014/37	2	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - Bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2017			76.500	76.500		150.000	200.000	150.000		576.500	
2	4.3	2014/37	3	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - serviços	04	020225	A			04	01/2014	12/2017			35.000	35.000		10.000	8.000	10.000		63.000	
2	4.3	2014/53		Rede de saneamento																			
2	4.3	2014/53	2	Ramais domiciliários - bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2017			17.500	17.500		25.000	25.000	30.000		97.500	
2	4.3	2014/56		Lamas de depuração de efluentes	04	020225	O			04	01/2014	12/2014			424.488	424.488						424.488	
2	4.3	2014/58		Estudos, projetos e consultadoria	04	020214	O			04	01/2014	12/2017			2.500	2.500		20.000	15.000	15.000		52.500	
2	4.3	2014/60		Obra de recolha/armazenam. de águas pluviais p/ sist. rega de jardins	04	020121	A			04	01/2014	12/2017			7.500	7.500		50.000	50.000	60.000		167.500	
Totais do Programa 4.3:														0	563.488	563.488	0	255.000	298.000	265.000	0	1.381.488	
2		4.4		Abastecimento de água																			
2	4.4	2014/64		Reservatório em Godinhaços, estação elevatória e adutora	04	020121	A			04	01/2014	12/2015			14.500	14.500		100.000				114.500	
2	4.4	2014/69		Reservatórios dos pequenos sistemas	04	020121	A			04	01/2014	12/2016			25.000	25.000		100.000	75.000			200.000	
2	4.4	2014/78		Implementação de tratamento de pequenos sist. locais de abastecimento de água	04	020225	O			04	01/2014	12/2016			16.500	16.500		70.000	80.000			166.500	
2	4.4	2014/81		Obras de abastecimento de água																			
2	4.4	2014/81	2	Abastecimento de água - bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2017			82.000	82.000		100.000	75.000	75.000		332.000	
2	4.4	2014/81	3	Abastecimento de água - serviços	04	020225	A			04	01/2014	12/2016			39.500	32.000	7.500	10.000	10.000			59.500	
2	4.4	2014/83		Estudos, projetos e consultadoria	04	020214	O			04	01/2014	12/2016			2.000	2.000		5.000	5.000			12.000	
2	4.4	2014/85		Prospecção de água do GESTAL	04	020214	O			04	01/2014	12/2016			1.000	1.000		75.000	25.000			101.000	
Totais do Programa 4.4:														0	180.500	173.000	7.500	460.000	270.000	75.000	0	985.500	
2		4.5		Resíduos sólidos																			
2	4.5	2014/86		Resíduos sólidos urbanos	04	020225	O			04	01/2014	12/2017			630.000	630.000		350.000	350.000	350.000		1.680.000	
2	4.5	2014/88		Colocação/construção de pontos de recolha de RSU-bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2016			1.000	1.000		55.000	55.000			111.000	

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	Anos seguintes											
													2015 (e)			2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)						
2		Ano / Nº	Ação																					
2				Funções Sociais																				
2	4.5			Resíduos sólidos																				
2	4.5	2014/89		Colocação de pontos de recolha de RSU-serviços	04	020225	O				04	01/2014	12/2016			1.000	1.000		1.000	1.000		3.000		
Totais do Programa 4.5:															0	632.000	632.000	0	406.000	406.000	350.000	0	1.794.000	
2	4.6			Protecção do meio ambiente e conservação da natureza																				
2	4.6	2014/93		Cemitérios																				
2	4.6	2014/93	2	Obras de ampliação e conservação - bens	04	020121	A				04	01/2014	12/2016			9.000	9.000		15.000	30.000		54.000		
2	4.6	2014/93	3	Ampliação/conservação de cemitérios - freguesias	0103	08050102	T				0103	01/2014	12/2017			110.000	110.000		150.000	75.000	150.000	485.000		
2	4.6	2014/94		Requalificação ambiental - serviços	04	020220	O				04	01/2014	12/2015			1.000	1.000		1.000			2.000		
2	4.6	2014/96		Jardins e espaços verdes																				
2	4.6	2014/96	1	Serviços jardins	04	020225	O				04	01/2014	12/2016			12.500	12.500		15.000	20.000		47.500		
2	4.6	2014/96	2	Bens - jardins	04	020121	O				04	01/2014	12/2016			19.500	19.500		20.000	20.000		59.500		
2	4.6	2014/96	3	Ferramentas e utensílios - jardins	04	020117	O				04	01/2014	12/2016			4.000	4.000		10.000	20.000		34.000		
2	4.6	2014/97		Estudos, projetos e consultadoria	04	020214	O				04	01/2014	12/2016			8.500	8.500		10.000	7.500		26.000		
Totais do Programa 4.6:															0	164.500	164.500	0	221.000	172.500	150.000	0	708.000	
2	5.1			Cultura																				
2	5.1	2011/60		Regeneração do centro urbano de Vila Verde																				
2	5.1	2011/60	4	Serviços especializados	05	020220	O		15	85	05	01/2011	12/2015			123.491	123.491		70.000			193.491		
2	5.1	2011/61		Constituição e implementação da rede de Casas do Conhecimento																				
2	5.1	2011/61	2	Serviços especializados	05	020220	O		15	85	05	01/2011	12/2015			36.570	36.570		7.500			44.070		
2	5.1	2011/61	3	Comunicações	05	020210	O		15	85	05	01/2011	12/2015			4.000	4.000		2.500			6.500		
2	5.1	2011/61	4	Estudos e pareceres	05	020214	O		15	85	05	01/2011	12/2015			2.584	2.584		1.000			3.584		
2	5.1	2012/76		Centro de dinamização artesanal - Aliança artesanal																				
2	5.1	2012/76	2	Aquisição de bens	05	020121	O		15	85	05	01/2012	12/2015			308	308		1.500			1.808		
2	5.1	2012/76	4	Publicidade	05	020217	O		15	85	05	01/2012	12/2015			23.000	23.000		7.500			30.500		
2	5.1	2012/76	5	Prémios, condecorações e ofertas	05	020115	O		15	85	05	01/2012	12/2015			460	460		1.500	</				

Atividades mais Relevantes do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2014			Anos seguintes												
									Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2015 (e)			2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)						
2				Funções Sociais																				
2	5.1			Cultura																				
2	5.1	2014/99	2/2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2016			5.000	5.000		7.500	7.500			20.000	
2	5.1	2014/100		Recuperação do edifício da Biblioteca																				
2	5.1	2014/100	2	Aquisição de bens	04	020121	A				04	01/2014	12/2015			25.000	25.000		25.000				50.000	
2	5.1	2014/100	3	Aquisição de serviços	04	020225	A				04	01/2014	12/2016			7.500	7.500		15.000	35.000			57.500	
2	5.1	2014/101		Casa da Cultura																				
2	5.1	2014/101	2	Recuperação do edifício - bens	04	020121	A				04	01/2014	12/2015			7.500	7.500		100.000				107.500	
2	5.1	2014/101	3	Recuperação do edifício - serviços	04	020225	A				04	01/2014	12/2014			2.000	2.000						2.000	
2	5.1	2014/106		Geminação																				
2	5.1	2014/106	1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2015			3.000	3.000		3.000				6.000	
2	5.1	2014/106	2	Transportes	05	020210	O				05	01/2014	12/2015			15.000	15.000		17.500				32.500	
2	5.1	2014/106	3	Serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2015			8.000	8.000		10.000				18.000	
2	5.1	2014/106	4	Ofertas	05	020115	O				05	01/2014	12/2015			1.000	1.000		1.000				2.000	
2	5.1	2014/106	5	Gasóleo	05	02010202	O				05	01/2014	12/2015			1.500	1.500		1.000				2.500	
2	5.1	2014/107		Festas concelhias																				
2	5.1	2014/107	1	Festa concelhia de Santo António																				
2	5.1	2014/107	1/1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2017			80.000	80.000		90.000	90.000	90.000		350.000	
2	5.1	2014/107	1/2	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2016			9.000	9.000		3.000	3.000			15.000	
2	5.1	2014/107	1/3	Aluguer	05	020208	O				05	01/2014	12/2016			21.000	21.000		13.000	13.000			47.000	
2	5.1	2014/107	1/4	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2014	12/2016			2.500	2.500		1.000	1.000			4.500	
2	5.1	2014/107	1/5	Vigilância e segurança	05	020218	O				05	01/2014	12/2016			3.500	3.500		3.500	3.500			10.500	
2	5.1	2014/107	2	Namorar Portugal																				
2	5.1	2014/107	2/1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2016			71.000	71.000		80.000	80.000			231.000	
2	5.1	2014/107	2/2	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2016			2.000	2.000		2.000	2.000			6.000	
2	5.1	2014/107	2/3	Atribuição de prémios de concurso	05	020115	O				05	01/2014	12/2016			3.000	3.000		3.000	3.000			9.000	
2	5.1	2014/107	2/4	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2014	12/2016			5.000	5.000		8.000	8.000			21.000	
2	5.1	2014/107	3	"Fevereiro - mês do romance"																				
2	5.1	2014/107	3/1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			35.000	35.000						35.000	
2	5.1	2014/107	3/2	Ações de dinamização	05	020121	O				05	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000	
2	5.1	2014/107	3/3	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2014	12/2014			7.000	7.000						7.000	
2	5.1	2014/107	3/4	Atribuição de prémios	05	020115	O				05	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000	
2	5.1	2014/107	4	Festa das Colheitas																				

Atividades mais Relevantes do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2014			Anos seguintes											
									Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2015 (e)			2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)					
2 Funções Sociais																							
2 5.1		Cultura																					
2	5.1	2014/107	4/1	Espetáculos e atividades de animação	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			16.500	16.500						16.500
2	5.1	2014/107	4/2	Atribuição de prémios de concurso	05	020115	O				05	01/2014	12/2014			6.500	6.500						6.500
2	5.1	2014/107	4/3	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2014	12/2014			8.500	8.500						8.500
2	5.1	2014/107	4/4	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			45.000	45.000						45.000
2	5.1	2014/107	4/5	Aluguer	05	020208	O				05	01/2014	12/2016			66.000	66.000	45.000	45.000				156.000
2	5.1	2014/107	4/6	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2016			11.000	11.000	2.500	2.500				16.000
2	5.1	2014/107	5	Vila Verde - Vila Verde criativa / Bienal de arte																			
2	5.1	2014/107	5/1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2017			5.000	5.000		5.000				10.000
2	5.1	2014/107	5/2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2017			10.000	10.000		10.000				20.000
2	5.1	2014/107	5/3	Atribuição de prémios de concurso	05	020115	O				05	01/2014	12/2017			2.500	2.500		2.500				5.000
2	5.1	2014/107	5/4	Aluguer	05	020208	O				05	01/2014	12/2017			5.000	5.000		5.000				10.000
2	5.1	2014/107	5/5	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2014	12/2017			1.500	1.500		1.500				3.000
2	5.1	2014/107	6	Feira mensal de artesanato																			
2	5.1	2014/107	6/1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000
2	5.1	2014/107	7	Feira de Natal																			
2	5.1	2014/107	7/1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			1.500	1.500						1.500
2	5.1	2014/107	8	Encontro de Reis																			
2	5.1	2014/107	8/1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2014			2.800	2.800						2.800
2	5.1	2014/107	8/2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			6.600	6.600						6.600
2	5.1	2014/107	8/3	Atribuição de prémios	05	020115	O				05	01/2014	12/2014			3.500	3.500						3.500
2	5.1	2014/107	9	Iniciativa "Sá de Miranda por Terras de Vila Verde"																			
2	5.1	2014/107	9/1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2017					1.000		1.000			2.000
2	5.1	2014/107	9/2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2017					1.000		1.000			2.000
2	5.1	2014/107	9/3	Publicações municipais	05	020217	O				05	01/2014	12/2017					1.000		1.000			2.000
2	5.1	2014/107	9/4	Aluguer	05	020208	O				05	01/2014	12/2017					1.000		1.000			2.000
2	5.1	2014/107	10	Espaço Museológico dedicado ao linho																			
2	5.1	2014/107	10/1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2014	12/2014			500	500						500
2	5.1	2014/107	10/2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000
2	5.1	2014/107	11	Aquisição de material honorífico																			
2	5.1	2014/107	11/1	Material honorífico	0103	020119	O				0103	01/2014	12/2014			500	500						500
2	5.1	2014/107	11/2	Material honorífico para oferta	0103	020115	O				0103	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000

Atividades mais Relevantes do ano 2014

Pág. 9/11

Atividades mais Relevantes do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes												
											2014	2015 (e)			2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)						
3				Funções Económicas																			
3	1.0			Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca																			
3	1.0	2014/124	1	Abertura e conservação - bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2017			58.000	13.000	45.000	15.000	15.000	15.000		103.000	
3	1.0	2014/124	2	Abertura e conservação - serviços	04	020225	A			04	01/2014	12/2017			46.000	16.000	30.000	25.000	15.000	15.000		101.000	
3	1.0	2014/125		Dinamização do tecido agro-florestal																			
3	1.0	2014/125	1	Projetos	04	020214	O			04	01/2014	12/2015			10.000	2.500	7.500	2.500				12.500	
3	1.0	2014/125	3	Aquisição de bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2015			20.000	5.000	15.000	5.000				25.000	
3	1.0	2014/127		Subsídio a associações	0103	04070101	T			0103	01/2014	12/2014			14.000	14.000						14.000	
														Totais do Programa 1.0:	0	148.000	50.500	97.500	47.500	30.000	30.000	0	255.500
3	2.0			Indústria e Energia																			
3	2.0	2014/129		Conservação de parques industriais	04	020121	A			04	01/2014	12/2016			110.000	20.000	90.000	30.000	45.000			185.000	
3	2.0	2014/132		Parque de inovação e conhecimento																			
3	2.0	2014/132	3	Projetos	03	020214	O			03	01/2014	12/2014			500	500						500	
3	2.0	2014/133		Iluminação pública																			
3	2.0	2014/133	3	Iluminação pública - bens	04	020121	O			04	01/2014	12/2014			3.500	3.500						3.500	
														Totais do Programa 2.0:	0	114.000	24.000	90.000	30.000	45.000	0	0	189.000
3	3.1			Transportes rodoviários																			
3	3.1	2014/139		Acesso ao lar de idosos de Escariz S. Martinho	04	020121	A			04	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000	
3	3.1	2014/146		Sinalização e segurança rodoviária																			
3	3.1	2014/146	2	Aquisição de bens	03	020121	O			03	01/2014	12/2014			1.000	1.000						1.000	
3	3.1	2014/147		Vias de comunicação																			
3	3.1	2014/147	2	Modernização e construção de vias - bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2016			390.000	390.000		120.000	150.000			660.000	
3	3.1	2014/147	3	Modernização e construção de vias - serviços	04	020225	A			04	01/2014	12/2014			197.000	197.000						197.000	
3	3.1	2014/148		Transferências para juntas de freguesias																			
3	3.1	2014/148	1	Comparticipação de despesas correntes	0103	0405010204	T			0103	01/2014	12/2016			110.000	110.000		120.000	130.000			360.000	
3	3.1	2014/148	2	Comparticipação de despesas de capital	0103	08050102	T			0103	01/2014	12/2016			75.000	75.000		80.000	75.000			230.000	
3	3.1	2014/149		Estudos, projetos e consultadoria	03	020214	O			03	01/2014	12/2015			2.000	2.000		4.000				6.000	
														Totais do Programa 3.1:	0	776.000	776.000	0	324.000	355.000	0	0	1.455.000
3	4.1			Mercados e feiras																			
3	4.1	2014/150		Conservação do espaço da feira																			
3	4.1	2014/150	1	Aquisição de bens	04	020121	A			04	01/2014	12/2015			1.000	1.000		10.000				11.000	

Atividades mais Relevantes do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação												2014			Anos seguintes						
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)			
3		Funções Económicas																						
3 4.1		Mercados e feiras																						
3	4.1	2014/150	2	Aquisição de serviços	04 020225	A				04	01/2014	12/2015			5.000	5.000		1.500					6.500	
3	4.1	2014/152		Subsídio para dinamização de feiras	0103 04070106	T				0103	01/2014	12/2016			10.000	10.000		7.500	7.500				25.000	
														0	16.000	16.000	0	19.000	7.500	0	0	42.500		
3 4.2		Turismo																						
3	4.2	2011/145		Loja de turismo																				
3	4.2	2011/145	1	Publicidade	05 020217	O		15	85	05	01/2011	12/2015			6.150	6.150		7.500					13.650	
3	4.2	2011/145	2	Locação de bens	05 020208	O		15	85	05	01/2011	12/2015			5.500	5.500		5.000					10.500	
3	4.2	2011/145	3	Trabalhos especializados	05 020220	O		15	85	05	01/2011	12/2015			27.000	27.000		15.000					42.000	
3	4.2	2011/145	4	Outros serviços	05 020225	O		15	85	05	01/2011	12/2015			5.000	5.000		2.500					7.500	
3	4.2	2011/145	5	Aquisição de bens	05 020121	O		15	85	05	01/2011	12/2015			500	500		500					1.000	
3	4.2	2014/153		Programa municipal do Turismo																				
3	4.2	2014/153	1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2014	12/2015			7.000	7.000		10.000					17.000	
3	4.2	2014/153	2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2014	12/2015			2.000	2.000		7.500					9.500	
3	4.2	2014/153	3	Aluguer	05 020208	O				05	01/2014	12/2015			2.000	2.000		2.500					4.500	
3	4.2	2014/154		Promoção turística	05 020217	O				05	01/2014	12/2015			6.500	6.500		10.000					16.500	
														0	61.650	61.650	0	60.500	0	0	0	122.150		
Totais do Programa 4.2:														0	61.650	61.650	0	60.500	0	0	0	122.150		
Totais do Objetivo 3:														0	1.115.650	928.150	187.500	481.000	437.500	30.000	0	2.064.150		
4		Outras Funções																						
4 2.0		Transferências entre administrações																						
4	2.0	2014/155		Transferências para juntas de freguesia	0103 08050102	T				0103	01/2014	12/2017			130.000	130.000		130.000	130.000	130.000			520.000	
4	2.0	2014/156		Proviver, E.M. de Vila Verde																				
4	2.0	2014/156	1	Transferências correntes	0103 05010101	T				0103	01/2014	12/2014			1.000	1.000							1.000	
4	2.0	2014/156	2	Transferências de capital	0103 08010101	T				0103	01/2014	12/2014			1.000	1.000							1.000	
														0	132.000	132.000	0	130.000	130.000	130.000	0	522.000		
Totais do Programa 2.0:														0	132.000	132.000	0	130.000	130.000	130.000	0	522.000		
Totais do Objetivo 4:														0	132.000	132.000	0	130.000	130.000	130.000	0	522.000		
Total Geral:														0	8.257.278	7.945.025	312.253	6.751.800	5.962.000	4.741.500	0	25.712.578		

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

Resumo Orçamental



Município de Vila Verde

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2014

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	22.061.506		Correntes	19.172.967	
Capital	9.142.415		Capital	12.030.954	
Total:		31.203.921	Total:		31.203.921
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		31.203.921	Total Geral:		31.203.921

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Normas Regulamentares para Execução do Orçamento



NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2014

CAPÍTULO I

ARTIGO 1º DEFINIÇÃO E OBJECTO

1. As presentes normas estabelecem regras e procedimentos aplicáveis à execução do orçamento do município, de modo a garantir o cumprimento dos princípios orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.
2. É objecto deste documento a criação de condições para a integração da atividade financeira desenvolvida pelos serviços municipais, numa contabilidade pública moderna conjugando a contabilidade orçamental com a contabilidade patrimonial.
3. A contabilidade da autarquia executar-se-á nos termos contidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e demais legislação aplicável.

ARTIGO 2º EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1. O Executivo, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades colectivas, com o menor custo financeiro.
2. Na execução dos documentos previsionais deverá ser tido sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo os princípios de utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
3. Deverá ser assegurado e implementado durante o ano de 2014 o sistema de controlo interno, com vista ao reforço do controlo financeiro, com o objectivo de garantir o rigor na execução orçamental e evitar a má utilização dos recursos autárquicos.

4. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afectos às respectivas áreas de actividade, e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, em obediência às medidas de contenção de despesas e de gestão orçamental definidas pelo executivo municipal.

ARTIGO 3º REGISTO CONTABILÍSTICO

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta arrecadação da receita e pela realização da despesa, bem como pela entrega atempada, junto dos respectivos serviços, dos correspondentes documentos justificativos.
2. O registo da Receita, da Despesa e dos respetivos movimentos contabilísticos serão efetuados em documentos próprios, pelos serviços competentes.
3. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, serão os constantes do Regulamento do Controlo Interno, aprovado nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.

ARTIGO 4º GESTÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DA AUTARQUIA.

- 1.- A Gestão do Património Municipal executar – se - á nos termos do Regulamento do Cadastro e Inventário dos bens da autarquia.
- 2.- O Município goza do direito de preferência na aquisição de bens imóveis, situados na área territorial concelhia, pertencentes ao Estado ou organismos públicos, nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2014.

ARTIGO 5º DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS

1. Durante o ano de 2014, a Câmara Municipal, no âmbito da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, fica autorizada a proceder à transferência de atribuições e competências para as Freguesias, nos seguintes domínios:

- a) Educação:
Gestão de Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo;
Conservação e reparação de edifícios dos Jardins de Infância e pequenas obras de reparação nas Escolas do 1º Ciclo;
 - b) Desporto e Tempos Livres:
Fomento do desporto nas escolas do ensino básico – 1º ciclo e gestão e manutenção dos parques infantis;
 - c) Ambiente, Arruamentos e Trânsito:
Gestão e manutenção de jardins e espaços ajardinados;
 - d) Higiene Pública e Serviços de Actividades Económicas;
 - e) Gestão e conservação dos lavadouros e de mercados da freguesia.
2. A Câmara Municipal fica autorizada a estabelecer acordos de execução e contratos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para a realização de obras ou de outras actividades, nos termos da lei.

CAPÍTULO II

ARTIGO 6º RECURSOS HUMANOS

- 1.- Os encargos de pessoal, que deverão ser aprovados pela Assembleia Municipal, integram a proposta do orçamento para o ano económico de 2014.
- 2.- Os mapas de pessoal contêm a indicação do número de postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades, tendo em conta o disposto no artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, diploma que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.
- 3.- Os mapas de pessoal detêm características dinâmicas, podendo ser mantidos ou alterados, consoante as necessidades dos órgãos executivos, dentro dos parâmetros definidos pela Lei nº 12-A de 27 de fevereiro; pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e pela Lei do Orçamento de Estado para 2014, evitando eventuais aumentos de despesa.

ARTIGO 7º CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS

- 1.- Face aos mapas de pessoal, se se encontrarem trabalhadores em número insuficiente, o Município pode promover o recrutamento dos necessários à ocupação dos postos de trabalho em causa.
- 2.- O recrutamento referido no número anterior, para ocupação dos postos necessários à execução das actividades, opera-se com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado.
- 3.- Poderá recorrer-se à constituição de relações públicas de emprego público por tempo determinado ou determinável, quando o recrutamento se destina à satisfação de necessidades de natureza temporária ou transitória.
- 4.- A abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público encontra-se sujeita à observância do disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2014.

ARTIGO 8º CARREIRAS

- 1.- Os trabalhadores contratados por tempo indeterminado exercem as suas funções integrados em carreiras.
- 2.- As carreiras são unicategoriais ou pluricategoriais, correspondendo a cada uma um conteúdo funcional.
- 3.- Os trabalhadores têm direito à percepção da remuneração base, respetivos suplementos e, quando a lei o não suspender ou permitir, à atribuição de prémios de desempenho, a processar de acordo com o disposto nos artigos 74º a 76º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

ARTIGO 9º PUBLICIDADE

1.- Os mapas de pessoal aprovados e/ou alterados são tornados públicos por afixação em locais apropriados dos serviços e inseridos na página eletrónica do Município.

2.- A publicitação das modalidades de vinculação são as determinadas nos artigos 37º e 38º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

ARTIGO 10º DESPESAS

1.- As despesas com pessoal deverão respeitar o estatuído no artigo 19º do presente diploma, bem como os normativos aplicáveis da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, da Lei nº 64-B/2011, de 31 de dezembro, e ainda as normas do Orçamento de Estado para 2014.

2.- As despesas a que se reporta o número anterior inserem-se na categoria de despesas correntes, devendo ser pagas pelas correspondentes rúbricas orçamentais.

ARTIGO 11º EMPRESAS MUNICIPAIS

1.- Na execução do Orçamento da Autarquia para o ano 2014 o executivo, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº 40/2011 e da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, analisará as estruturas do SEL – Sector Empresarial Local, mediante critérios decorrentes do setor de atividade, das utilidades geradas em sede de serviço público, da sustentabilidade financeira, da composição orçamental e da estrutura de receitas próprias e proporá a continuação ou reestruturação das entidades do setor empresarial local.

2.- A manutenção em atividade da empresa municipal permitirá a celebração de contratos de variada índole, a outorgar com as entidades necessárias à prossecução dos respetivos objetivos.

3.- A Câmara Municipal fica autorizada a diligenciar pela adesão a formas de associativismo municipal, quer se trate de associações de fins múltiplos ou de fins específicos, dentro do quadro normativo resultante da Lei nº 45/2008, de 27 de agosto.

ARTIGO 12º OUTRAS ENTIDADES

1. A subscrição, por parte do Município, de candidaturas aos fundos comunitários cuja execução física fique a cargo de terceiras entidades, deverá ser precedida de elaboração do respectivo Contrato-Programa.

2. A transferência de verba para terceiros, correspondentes à contrapartida nacional a cargo do Município, nas candidaturas referidas no ponto 1, somente poderá ser disponibilizada após a homologação das respectivas comparticipações externas.

ARTIGO 13º CANDIDATURAS A FUNDOS COMUNITÁRIOS E OUTRAS COMPARTICIPAÇÕES

Os serviços serão responsáveis pela apresentação atempada de todas as candidaturas e programas de apoio ao desenvolvimento de atividades relevantes, nomeadamente as que se reportam a Fundos Comunitários.

ARTIGO 14º MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO E AO PPI

1. A modificação ao Orçamento, decorrente da aplicação de receitas legalmente consignadas, só pode ser considerada com a efetiva atribuição (homologação) pela entidade respetiva.

2. As importâncias provenientes de empréstimos só poderão ser consideradas no Orçamento, com a sua efetiva contratação.

3. O executivo é autorizado a contrair e a inscrever no respectivo Orçamento, empréstimos até aos limites consignados na lei.

CAPÍTULO III RECEITA ORÇAMENTAL

ARTIGO 15º PRINCÍPIOS GERAIS PARA A ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A arrecadação de receitas será efectuada com base no regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais e respetiva tabela de taxas e licenças, que integra o anexo I do citado regulamento e demais instrumentos em vigor.

ARTIGO 16º

ENTREGA DE RECEITAS

COBRADAS

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações, mediante guias de receita a imitar pelo serviço a que as mesmas digam respeito, pelo responsável pelo serviço que as cobrar.
2. Quando se trate de cobranças feitas por entidade diversa do tesoureiro (posto de cobrança), a receita poderá ainda ser depositada diariamente pelos serviços na agência bancária mais próxima do local da cobrança, sendo o número da conta indicado pela Tesouraria.
3. No caso do referido no número anterior, deverão os serviços municipais remeter de imediato à Tesouraria, a guia resumo referente às cobranças acompanhada de cada uma das guias de receita que lhe deu origem e os talões comprovativos do depósito bancário correspondente.
4. Poderá a receita ser liquidada e arrecadada, nas diversas unidades orgânicas, sempre que daí resulte vantagem para o utente, bem como eficácia e celeridade para os serviços.
5. As receitas cobradas nos termos do número anterior deverão, depois de conferidas, ser entregues na tesouraria municipal, no próprio dia do recebimento.

6. A entrega da receita na tesouraria deverá ser acompanhada pelo guia resumo referente às cobranças e das guias de receita que lhe deram origem.

ARTIGO 17º

ENTREGA DE VALORES

TITULADOS

1. As importâncias a depositar no cofre municipal, a título de caução ou garantia de qualquer responsabilidade ou obrigação, deverão ser entregues com observância do disposto no presente regulamento.
2. Os serviços por onde correr o expediente relativo a prestação de garantias de execução de infra-estruturas ou quaisquer outras obras, deverão remeter esse expediente ou dar notícia do mesmo, de imediato, à Divisão de Administração e Finanças, para proceder ao competente registo.
3. Na Divisão de Administração e Finanças, serão criadas contas-correntes, a fim de poder ser exercida a necessária fiscalização do movimento dos respectivos depósitos e sua restituição, quando para tal estiverem cumpridas e documentadas as correspondentes situações.
4. As garantias referidas no ponto 2 anterior ficarão à guarda da tesouraria.

ARTIGO 18º

DOCUMENTOS DE RECEITA

1. É da exclusiva competência da Divisão de Administração e Finanças a gestão e controlo de todos os documentos necessários ao registo e cobrança das receitas municipais.
2. A conceção ou criação de documentos de receita a utilizar pelos serviços, deverá ser objeto de parecer prévio da Divisão de Administração e Finanças.
3. A emissão dos documentos de suporte ao registo da receita são da responsabilidade da Divisão de Administração e Finanças, que efectuará a respectiva distribuição pelos diferentes serviços.

4. Em cada serviço municipal deverá existir, quando necessário, uma conta corrente com todo o movimento de receita contabilizado nesse serviço, sendo o lançamento informático elaborado posteriormente pela Divisão de Administração e Finanças.

CAPÍTULO IV DESPESA ORÇAMENTAL

ARTIGO 19º PRINCÍPIOS GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS

1. Na execução do orçamento da despesa, devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, nomeadamente:
 - 1.1 As despesas só podem ser cativadas assumidas, autorizadas e pagas, se para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e no PPI, no caso dos investimentos, com dotação igual ou superior ao cabimento e compromisso, respetivamente;
 - 1.2 As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização.
 - 1.3 As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de Dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até essa data ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte, nas seguintes condições:
 - a) O credor pode requerer o pagamento dos encargos, no prazo improrrogável de três anos a contar de 31 de dezembro, do ano a que respeita o crédito.
 - b) Os serviços, no prazo improrrogável definido na alínea anterior, devem tomar a iniciativa de satisfazer os encargos assumidos e não pagos, sempre que não seja imputável ao credor a razão do não pagamento.
2. A autorização para a realização de despesas será concedida pela entidade com competência própria ou delegada para o efeito, exarada sobre a requisição numerada ou documento equivalente, previamente cabimentada pela Divisão de Administração e Finanças, que também apreciará a adequação às regras e princípios a aplicar na realização das despesas.

3. Em caso de reconhecida necessidade, poderá ser autorizada pelo órgão executivo ou pelo Presidente da Câmara, a constituição de fundos de maneo por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
4. Cada um dos fundos referidos no ponto anterior, tem de ser regularizado no fim de cada mês, num único título e saldado no fim do ano, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.
5. Sem prejuízo do consignado nos números e alíneas anteriores, as matérias relativas à cabimentação e assunção de compromissos deverão observar a imperatividade das normas do Orçamento Geral do Estado para 2014, e respetiva portaria de regulamentação.

ARTIGO 20º AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS

1. As competências para autorizar despesas no âmbito da contratação pública – empreitadas de obras públicas, concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços – constam dos artigos 16º a 22º e 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho.
2. A alienação de bens móveis que se tornam dispensáveis é da competência do órgão executivo, nos termos do disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, devendo recorrer-se à hasta pública, quando aplicável, para a alienação de bens imóveis, em conformidade com o prescrito no Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto.
3. A atribuição de subsídios e/ou transferências de verbas para outras entidades, sem contrapartida em serviços prestados, carecem sempre de autorização da Câmara Municipal.
4. Igualmente, os encargos a assumir para anos financeiros seguintes, independentemente do seu valor, carecem sempre de autorização do Órgão Executivo, exceto quando se verifique alguma das seguintes situações:

- 4.1 A despesa não exceda o limite de 99.759,57 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não ultrapasse três anos;
- 4.2 A despesa resulte de adjudicação, efetuada nos 60 dias anteriores ao fim do ano económico, de qualquer aquisição de serviços ou bens, ou de celebração de contratos de arrendamento a efetuar no começo do ano económico imediato e cuja finalidade corresponde à satisfação de necessidades certas e absolutamente indispensáveis;
- 4.3 A despesa resulte da impossibilidade de satisfação de encargos cabimentados e comprometidos em anos anteriores, ou em curso;
- 4.4 Qualquer encargo resultante da aplicação do disposto nas alíneas anteriores, só poderá ser assumido desde que previamente registado o compromisso da importância correspondente à despesa a realizar no ano em curso.
 - a) A delegação e subdelegação pelo presidente nos vereadores e dirigentes municipais será restrita à autorização de despesas em contratos de empreitada e de aquisição de bens e serviços, no âmbito de atos de administração ordinária, nos termos do n.º 2 do art.º 35º do Código do Procedimento Administrativo.
5. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento as seguintes despesas: vencimentos e salários, subsídio familiar a crianças e jovens, gratificações, pensões de aposentação e outras, encargos de empréstimos, rendas, contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes, água, luz, energia elétrica, telefones, prémios de seguros, taxas de conservação de saneamento, prémios de transferência e quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados, bem como o pagamento a diversas entidades por operação de tesouraria.

ARTIGO 21.º

PROCEDIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA

1. Os procedimentos para a formação de contratos, devem adoptar, por escolha e dentro dos limites impostos por lei, as modalidades de ajuste direto, concurso público, concurso limitado por prévia qualificação, procedimento de negociação e diálogo concorrencial, procedimentos estes previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. Os limiares comunitários fixados no âmbito da contratação pública, a que se reporta o artigo 2º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, aplicáveis para o corrente ano, constam do Regulamento (CE) n.º 1177/2009 da Comissão Europeia, que alterou as Directivas n.ºs 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE.
3. Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontram afetadas por qualquer dos impedimentos referidos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
4. A divisão em lotes de prestações do mesmo tipo, suscetíveis de constituírem objeto de um único contrato, em contratos separados, é regulada pelo artigo 22º do citado Código.
5. Os processos de formalização e respetivos contratos, bem como os procedimentos a adotar para a realização das respetivas despesas com empreitadas de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação ou aquisição de bens móveis, aquisição de serviços e sociedade, regem-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.
6. As normas previstas no Código dos Contratos Públicos relativas à formação de contratos de empreitada de obras públicas, são também aplicáveis no caso de formação de empreitada celebradas por entidades não referidas no artigo 2º ou no n.º 1 do artigo 7º, desde que:

- a) Sejam financiados diretamente em mais de 50% por qualquer das entidades adjudicantes referidas no artigo 2º, e;
 - b) O respetivo preço contratual seja igual ou superior ao valor referido na alínea b) do artigo 19º do C.C.P.
7. As normas previstas no Código dos Contratos Públicos relativas à formação de contratos de aquisição de serviços, são também aplicáveis no caso de formação de contratos de aquisição de serviços celebrados por entidades não referidas no artigo 2º ou no nº 1 do artigo 7º, desde que:
- a) Sejam financiados directamente em mais de 50% por qualquer das entidades adjudicantes referidas no artigo 2º;
 - b) O respetivo preço contratual seja igual ou superior ao valor referido na alínea b) do nº 1 do artigo 20º do C.C.P., e;
 - c) Sejam complementares, dependentes ou se encontrem, por qualquer forma, relacionados com o objeto de um contrato de empreitada a cuja formação é aplicável o C.C.P., nos termos do número anterior.
8. As reposições de vencimentos e abonos indevidamente pagos, deverão obedecer aos seguintes procedimentos:
- a) Os reembolsos e reposições de dinheiros do Município, só podem efetuar-se por meio de guia de receita ou reposição abatida no pagamento.
 - b) Os reembolsos e reposições, devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.
 - c) Em casos especiais, devidamente informados pela Divisão de Administração e Finanças, poderá o Presidente autorizar a reposição em prestações mensais, cujo número será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido.
 - d) Não serão permitidas as reposições ou reembolsos em prestações, quando se trate de importâncias indevidamente abonadas há mais de um ano, ou quando tenham sido recebidas em duplicado.
9. Cada serviço que tenha a seu cargo a execução de obras, deverá ter uma conta corrente da obra, de forma a que, em qualquer momento se possa conhecer o seu custo.
10. As despesas relativas a encargos de representação e a aquisição de bens para oferta no âmbito daquela, que ultrapassem os 250 euros mensais, despendidos de uma só vez, ou fraçionadamente, carecem de autorização do Presidente da Câmara. As de valor inferior, carecem de autorização do respetivo Vereador do pelouro.
11. Todos os processos de operações de tesouraria serão organizados pela Divisão de Administração e Finanças.

ARTIGO 22º

CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

1. A celebração de contrato escrito é obrigatória, salvo nas seguintes situações:
- a) Quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços, cujo preço contratual não exceda € 10.000,00;
 - b) Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou serviços ao abrigo de um contrato público de aprovisionamento;
 - c) Quando se trate de locar ou adquirir bens móveis ou serviços nos termos constantes das alíneas i), ii) e iii) do nº 1 do artigo 95º do Código dos Contratos Públicos;
 - d) Quando se trate de contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15.000,00.
2. A redução do contrato a escrito pode ser dispensada, mediante decisão, quando:
- a) A segurança pública interna ou externa o justifique;
 - b) Seja adoptado um concurso público urgente, ou;

- c) Por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante, seja necessário dar imediata execução do contrato.
3. A competência para a dispensa de contrato escrito impende sobre o órgão competente para a decisão de contratar, mediante decisão fundamentada.
4. Os contratos administrativos, no âmbito dos diplomas supra referidos, deverão ser formalizados e celebrados na Divisão de Administração e Finanças, cabendo ao Presidente da Câmara nos termos da Lei, nomear o oficial público encarregue da respetiva exaração.
5. Os contratos a celebrar no âmbito da contratação pública, deverão ser precedidos da elaboração da competente minuta, que deverá ser notificada ao co-contratante.
6. Todos os contratos exarados no âmbito do Código dos Contratos Públicos, deverão ser numerados, registados e arquivados em livro próprio.
- 7.- A celebração de contratos de prestação de serviços, nas modalidades de contrato de tarefa e de avença, incluindo a respetiva renovação, encontra-se sujeita à observância do disposto nos artigos 26º, 46º e 65º da Lei do Orçamento de Estado para 2012 e futuro Orçamento de Estado para 2014.
- a) Para o efeito, deverão os serviços exarar informação, onde conste, de forma fundamentada, a necessidade de contratação ou renovação, com reporte para as respetivas normas permissivas, sobre a qual recairá despacho autorizador, para imediata remessa à Divisão de Administração e Finanças.
- b) Após a verificação de todos os requisitos legais permissivos da contratação, nomeadamente a nota de cabimentação e findo o procedimento concursal, deverá ser exarada a competente minuta contratual e o respetivo contrato definitivo.
8. Em todos os contratos deverá constar a cláusula que obrigue à emissão das respetivas faturas em nome da Câmara Municipal de Vila Verde, ao cuidado da

Divisão de Administração e Finanças, com indicação do serviço responsável pela correspondente contratação e referência aos documentos que lhe deram origem.

9. De todos os contratos celebrados, no âmbito do Código dos Contratos Públicos, deverão ser extraídas fotocópias e remetidas à Divisão de Administração e Finanças para inserção no correspondente processo.
10. Os contratos de prestação de serviços, nas modalidades de avença e tarefa, deverão ser registados, numerados e arquivados, também, na Divisão de Administração e Finanças.

ARTIGO 23º

FISCALIZAÇÃO PRÉVIA

1. Devem ser remetidos ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, os documentos que representem, titulem ou dêem execução aos atos e contratos celebrados pelo Município, nos termos do artigo 46º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto com a abrangência da nova redação introduzida pela lei n.º 48/2006, de 29 de agosto.
2. São dispensados de fiscalização prévia, os contratos cujo valor contratual não exceda o montante de 350.000 euros estipulado no artigo 145º da Lei do Orçamento do Estado para 2013, por força do disposto no artigo 48º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.
3. Nenhum ato, contrato ou instrumento poderá começar a produzir efeitos financeiros, em data anterior à do Visto do Tribunal de Contas, exceto se verificado o circunstancialismo constante do artigo 45º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.
4. Visado um contrato de obra pública e havendo necessidade de trabalhos a mais, deverá ser formalizado o respetivo documento nos termos do artigo 375º do Código dos Contratos Públicos e remetido ao Tribunal de Contas, no prazo de quinze dias, a contar do início da sua execução, nos termos consignados no n.º 2 do artigo 47º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação que lhe foi introduzida pela Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto.

5. Decorrido o prazo de 30 dias da remessa ao Tribunal de Contas dos processos para visto prévio, ficarão os mesmos tacitamente visados se não tiverem sido devolvidos nesse período de tempo, podendo iniciar-se a execução dos atos e contratos se, decorridos 5 dias úteis sobre o termo daquele prazo, não tiverem recebido qualquer comunicação.
6. Os processos submetidos à apreciação do Tribunal de Contas obedecerão às instruções a que se refere a Lei nº 98/97 de 26 de agosto e às Resoluções nº7/98/MAI. 19/1ª S/PL, de 26 de junho, e 14/2011, de 16 de agosto.

ARTIGO 24º

RESPONSABILIDADES NA REALIZAÇÃO DA DESPESA

1. As despesas relativas a abonos do pessoal serão processadas através da DAF, de acordo com as normas e instruções em vigor.
2. Deverão acompanhar as folhas de remunerações, a remeter à DAF, as guias de entrega de parte dos vencimentos ou abonos penhorados, as relações dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, e os documentos relativos a pensões de alimentos, ou outras descontados nas mesmas folhas.
3. O valor anual dos contratos de prestação de serviços, efectuados ao abrigo do artigo 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, será equivalente ao das categorias de admissão para os quais os prestadores de serviços tenham as necessárias qualificações.
- 3.1 Poderá ser estabelecida uma remuneração de categoria imediatamente superior, quando haja experiência profissional com suficiente relevância.
- 3.2 Só serão praticados valores superiores aos mencionados no ponto anterior, para categorias profissionais de difícil recrutamento, ou em situações excepcionais em que a natureza das tarefas a desempenhar aconselhe o recurso a maior experiência profissional.
4. As despesas decorrentes de deslocações, em serviço no País, carecem de autorização prévia, dos responsáveis máximos de cada setor. A utilização de viatura própria e o transporte aéreo, carece sempre de autorização prévia do Presidente da Câmara.
5. As deslocações ao estrangeiro, seja qual for o montante das despesas decorrentes e/ou a sua duração, carecem de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara.
6. Os trabalhadores abonados de ajudas de custo e de verbas para deslocação no país ou no estrangeiro ficam obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 10 dias, contados da data do seu regresso ao serviço.
7. Se dentro do prazo referido no número anterior, os documentos em apreço não tiverem sido entregues, deverá esta emitir guias de receita para reposição dos abonos concedidos.
8. A adjudicação, em contratação pública, deverá ser precedida de análise das propostas, nos seus atributos, representados pelos factores e subfactores que justificam aquela mesma adjudicação, conduzida por um júri nomeado pelo órgão com competência para a decisão de contratar.
9. A comunicação da adjudicação deverá ser feita pela Divisão de Administração e Finanças até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, conforme decorre do artigo 76º do Código dos Contratos Públicos.
10. Os dirigentes ou equiparados que assumam compromissos ou emitam notas de encomenda ou documentos análogos que não exibam o número de cabimento incorrem em responsabilidade disciplinar, financeira, civil e criminal, nos termos da Lei do Orçamento de Estado.

ARTIGO 25º

CONFERÊNCIA, VERIFICAÇÃO E REGISTO DE DESPESA

1. A conferência, verificação e registo inerentes à realização de despesas efectuadas pelos serviços municipais, deverá obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis de um modo geral (Lei nº 98/97, de 26 de agosto; Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e demais dispositivos legais e regulamentares), bem como Instruções e Resoluções do Tribunal de Contas.

2. A conferência, verificação e registo referidos no número anterior serão efectuados, consoante a especificidade e a fase da realização da despesa, pela DAF e abrangerá o seguinte: registo das operações de cabimento, compromisso, tratamento de faturas e liquidação de despesas.

3. A Divisão dos Recursos Humanos assegura o processamento das folhas de despesas com pessoal, devendo os respetivos processos dar entrada na Divisão de Administração e Finanças, até ao dia 23 de cada mês.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 26º

CONSULTA DE PROCESSOS

A Divisão de Administração e Finanças poderá consultar nos Departamentos e Divisões, ou requisitar, para exame e verificação, toda a documentação relacionada com a arrecadação da receita e a realização da despesa, devolvendo-a depois de consultada.

ARTIGO 27º

DÚVIDAS SOBRE A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação destas normas , serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara.

Vila Verde, Novembro de 2013

Anexos



Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano

AnexoI



Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's					Dotação
0103	020115	Prémios, condecorações e ofertas					
		2	5.1	2014/107	11	Material honorífico para oferta	1.000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					1.000,00
		Total da Classificação Orçamental:					101.000,00
0103	020119	Artigos honoríficos e de decoração					
		2	5.1	2014/107	11	Material honorífico	500,00
		Total dos Projetos de GOP's:					500,00
		Total da Classificação Orçamental:					500,00
0103	020121	Outros bens					
		1	1.1	2014/2	13	Aquisição de bens	100.000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					100.000,00
		Total da Classificação Orçamental:					250.000,00
0103	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria					
		1	1.1	2014/1	3	Estudos, projetos e consultadoria	1.500,00
		1	1.1	2014/4		Estudos, projetos e consultadoria	7.500,00
		Total dos Projetos de GOP's:					9.000,00
		Total da Classificação Orçamental:					10.700,00
0103	020216	Seminários, exposições e similares					
		1	1.1	2014/8		Divulgação de suporte a jornadas	1.500,00
		Total dos Projetos de GOP's:					1.500,00
		Total da Classificação Orçamental:					1.550,00
0103	020220	Outros trabalhos especializados					
		1	1.1	2014/7		Auditoria, inquéritos e outros serviços necessários ao sistema de gestão da qualidade	6.400,00
		1	1.1	2014/9	3	Serviços especializados	8.348,00
		1	1.1	2014/10	3	Serviços	1.000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					15.748,00
0103	0405010201	Acordo de cooperação pré-escolar					
		2	1.1	2014/18	6	Funcionamento de jardins de infância	295.000,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's					Dotação
		2	1.2	2014/22	1	Pré-escolar	129.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	424.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	424.000,00
0103	0405010202	Acordo de cooperação 1º ciclo					
		2	1.2	2014/22	3	Ensino básico - juntas de freguesia	181.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	181.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	181.000,00
0103	0405010204	Outros					
		2	1.2	2014/24		Apoio às juntas de freguesia para despesas de funcionamento das EB1 e JI	7.000,00
		3	3.1	2014/148	1	Comparticipação de despesas correntes	110.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	117.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	129.000,00
0103	04070101	Associações - Actividades gerais					
		2	5.1	2014/107	12	Subsídio às associações culturais e recreativas	131.000,00
		3	1.0	2014/127		Subsídio a associações	14.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	145.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	145.000,00
0103	04070102	Associações - Desporto					
		2	5.2	2014/122		Subsídios para atividades desportivas	200.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	200.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	200.000,00
0103	04070104	Instituições					
		1	2.1	2014/12	4	Instituições humanitárias	45.000,00
		1	2.1	2014/13	2	Sapadores florestais	60.000,00
		2	1.1	2014/20	2	Apoio a atividades gerais de instituições	7.500,00
		2	1.2	2014/22	4	Ensino básico - Instituições	66.000,00
		2	3.2	2014/30	2	Transferências correntes	17.500,00
						Total dos Projetos de GOP's:	196.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	196.000,00
0103	04070105	Agrupamentos de Escolas					

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental			Projeto de GOP's			Dotação
	2	1.1	2014/20	3	Funcionamento dos agrupamentos	34.420,00
					Total dos Projetos de GOP's:	34.420,00
					Total da Classificação Orçamental:	34.420,00
0103	04070106	Outros				
	3	4.1	2014/152		Subsídio para dinamização de feiras	10.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	10.000,00
					Total da Classificação Orçamental:	30.000,00
0103	040802	Outras				
	2	3.2	2014/157		Vacinas	55.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	55.000,00
					Total da Classificação Orçamental:	55.000,00
0103	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais				
	4	2.0	2014/156	1	Transferências correntes	1.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	1.000,00
					Total da Classificação Orçamental:	1.000,00
0103	05010102	Outras				
	2	1.1	2014/20	5	Transferências correntes	37.500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	37.500,00
					Total da Classificação Orçamental:	37.500,00
0103	070101	Terrenos				
	1	1.1	2014/3		Aquisição de terrenos	10.000,00
	2	1.1	2014/20	1	Aquisição de Terrenos	19.000,00
	2	4.3	2014/57		Aquisição de terrenos	2.500,00
	2	4.4	2014/84		Aquisição de terrenos	1.000,00
	2	4.6	2014/93	4	Aquisição de terrenos	2.000,00
	2	5.2	2014/123		Aquisição de terrenos	1.000,00
	3	2.0	2014/132	2	Aquisição de terrenos	500,00
	3	2.0	2014/135		Aquisição de terrenos para criação de zonas industriais	5.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	41.000,00
					Total da Classificação Orçamental:	41.000,00
0103	07010301	Instalações de serviços				
	1	1.1	2014/5		Construção do arquivo municipal	2.500,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental				Projeto de GOP's	Dotação
	1	1.1	2014/6	Conclusão do edifício dos Paços do Concelho	67.500,00
				Total dos Projetos de GOP's:	70.000,00
				Total da Classificação Orçamental:	70.000,00
0103	07010601	Recolha de resíduos			
	1	1.1	2014/2	2 Equipamento de transporte - recolha de resíduos	5.500,00
				Total dos Projetos de GOP's:	5.500,00
				Total da Classificação Orçamental:	5.500,00
0103	07010602	Outro			
	1	1.1	2014/2	1 Equipamento de transporte - outro	33.000,00
				Total dos Projetos de GOP's:	33.000,00
				Total da Classificação Orçamental:	33.000,00
0103	070107	Equipamento de informática			
	1	1.1	2014/1	1 Hardware	2.768,00
	1	1.1	2014/2	10 Hardware	28.000,00
	1	1.1	2014/9	1 Equipamento informático	32.414,00
				Total dos Projetos de GOP's:	63.182,00
				Total da Classificação Orçamental:	63.182,00
0103	070108	Software informático			
	1	1.1	2014/1	2 Software	11.230,00
	1	1.1	2014/2	9 Software informático	50.000,00
	1	1.1	2014/10	2 Software	12.500,00
				Total dos Projetos de GOP's:	73.730,00
				Total da Classificação Orçamental:	73.730,00
0103	070109	Equipamento administrativo			
	1	1.1	2014/2	4 Equipamento administrativo	4.500,00
	1	1.1	2014/9	2 Equipamento administrativo	53.145,00
				Total dos Projetos de GOP's:	57.645,00
				Total da Classificação Orçamental:	57.645,00
0103	07011002	Outro			

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental				Projeto de GOP's		Dotação
	1	1.1	2014/2	3	Equipamento básico	29.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	29.000,00
					Total da Classificação Orçamental:	29.000,00
0103	070111	Ferramentas e utensílios				
	1	1.1	2014/2	5	Ferramentas e utensílios	7.500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	7.500,00
					Total da Classificação Orçamental:	7.500,00
0103	070112	Artigos e objectos de valor				
	1	1.1	2014/2	7	Artigos objetos de valor	500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	500,00
					Total da Classificação Orçamental:	500,00
0103	070113	Investimentos incorpóreos				
	1	1.1	2014/2	8	Investimentos incorpóreos	18.500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	18.500,00
					Total da Classificação Orçamental:	18.500,00
0103	070115	Outros investimentos				
	1	1.1	2014/2	6	Outros investimentos	9.000,00
	1	1.1	2014/10	1	Lojas do Município	13.320,00
	1	1.1	2014/10	4	Espaço Cidadão	1.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	23.320,00
					Total da Classificação Orçamental:	23.320,00
0103	08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais				
	4	2.0	2014/156	2	Transferências de capital	1.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	1.000,00
					Total da Classificação Orçamental:	1.000,00
0103	08010103	Outras				
	2	1.1	2014/20	5	Transferências de capital	225.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	225.000,00
					Total da Classificação Orçamental:	225.000,00
0103	08050102	Freguesias				
	2	2.1	2014/25		Comparticipação na construção de novos centros de saúde	5.000,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's					Dotação
		2	4.6	2014/93	3	Ampliação/conservação de cemitérios - freguesias	110.000,00
		2	5.2	2014/120		Protocolos com freguesias	90.000,00
		3	3.1	2014/148	2	Comparticipação de despesas de capital	75.000,00
		4	2.0	2014/155		Transferências para juntas de freguesia	130.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	410.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	410.000,00
0103	080701	Instituições sem fins lucrativos					
		2	3.2	2014/30	1	Transferências de capital	144.000,00
		2	5.2	2014/121		Protocolos com instituições	75.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	219.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	219.000,00
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria					
		1	1.1	2011/7	2	Estudos, projetos e consultadoria	1.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	1.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	1.100,00
02	020225	Outros serviços					
		1	1.1	2014/1	4	Serviços	15.398,00
						Total dos Projetos de GOP's:	15.398,00
						Total da Classificação Orçamental:	22.398,00
03	020121	Outros bens					
		3	3.1	2014/146	2	Aquisição de bens	1.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	1.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	11.000,00
03	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria					
		2	4.2	2014/36	1	Estudos, projetos e consultadoria	7.500,00
		3	2.0	2014/132	3	Projetos	500,00
		3	3.1	2014/149		Estudos, projetos e consultadoria	2.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	10.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	11.000,00
03	020220	Outros trabalhos especializados					
		2	4.2	2014/34	1	PDM, PU e Planos de Pormenor	5.000,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental				Projeto de GOP's		Dotação
	2	4.2	2014/34	2	Execução de cartografia de base e sua homologação	1.000,00
	2	4.2	2014/34	3	Serviços especializados para revisão de PDM	2.000,00
	2	4.2	2014/34	4	Aquisição de ortofotomapas de todo o concelho	1.000,00
	2	4.2	2014/34	5	Elaboração do Plano de redução de ruído para o Concelho	2.000,00
Total dos Projetos de GOP's:						11.000,00
Total da Classificação Orçamental:						21.000,00
03	07010301	Instalações de serviços				
	1	1.1	2014/2	12	Construção / reparação - empreitada	27.500,00
	2	5.1	2014/100	1	Recuperação do edifício - empreitada	5.000,00
	2	5.1	2014/101	1	Recuperação do edifício da Casa da Cultura - empreitada	7.500,00
Total dos Projetos de GOP's:						40.000,00
Total da Classificação Orçamental:						40.000,00
03	07010302	Instalações desportivas e recreativas				
	2	5.2	2014/108		Complexo desportivo da Ribeira do Neiva	16.250,00
Total dos Projetos de GOP's:						16.250,00
Total da Classificação Orçamental:						16.250,00
03	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária				
	3	4.1	2014/151		Mercado municipal	5.000,00
Total dos Projetos de GOP's:						5.000,00
Total da Classificação Orçamental:						5.000,00
03	07010305	Escolas				
	2	1.1	2013/20	4	Centro educativo de Soutelo	582.250,00
	2	1.1	2013/21	4	Centro educativo da Lage	782.000,00
	2	1.1	2013/22	4	Centro educativo de Cervães	620.500,00
	2	1.1	2014/18	2	Construção e reconstrução de edifícios	16.301,00
Total dos Projetos de GOP's:						2.001.051,00
Total da Classificação Orçamental:						2.001.051,00
03	07010307	Outros				
	1	1.1	2014/9	4	Construção/Ampliação do quartel da GNR	673.382,00
	2	5.1	2014/102	1	Centro interpretativo - empreitada	8.000,00
	2	5.1	2014/103		Museu de Linho em Marrancos	5.000,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental				Projeto de GOP's	Dotação
2	5.1	2014/104		Centro Interpretativo de artesanato em Cerâmica - Vila de Prado	9.000,00
2	5.1	2014/105		Recuperação do edifício da adega cooperativa	21.000,00
2	5.2	2014/118	2	Edifícios de apoio	27.500,00
3	2.0	2014/132	1	Investimentos	500,00
Total dos Projetos de GOP's:					744.382,00
Total da Classificação Orçamental:					744.382,00
03	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares			
2	4.2	2014/35	1	Revitalização de centros urbanos	26.000,00
2	4.2	2014/35	4	Parque urbano de Vila Verde	10.000,00
2	4.2	2014/35	6	Requalificação urbana do largo de S. Sebastião da Vila de Prado	41.250,00
Total dos Projetos de GOP's:					77.250,00
Total da Classificação Orçamental:					77.250,00
03	07010406	Instalações desportivas e recreativas			
2	5.2	2014/109		Construção e manutenção de infraestruturas desportivas	37.500,00
Total dos Projetos de GOP's:					37.500,00
Total da Classificação Orçamental:					37.500,00
03	07010408	Viação rural			
3	1.0	2014/124	3	Caminhos agrícolas - empreitadas	19.000,00
3	1.0	2014/126		Caminhos rurais	7.500,00
3	2.0	2014/130		Acesso ao parque industrial de Gême	10.000,00
3	3.1	2011/115		Via intermunicipal Homem-Lima	5.400,00
3	3.1	2012/112		Requalificação do arruamento da ER 205 à igreja de Cabanelas	77.349,00
3	3.1	2014/136		Variante à ER 205 - Vila de Prado - Oleiros	15.500,00
3	3.1	2014/137		Requalificação da rua Luís Vaz de Camões	7.500,00
3	3.1	2014/138		Acesso ao lar de idosos de Escariz S. Martinho	112.500,00
3	3.1	2014/140		Acesso ao centro escolar de Vila Verde - 2ª fase	35.000,00
3	3.1	2014/141		Ligação entre o bairro do Sol e o lugar das Cruzes - Pico de Regalados	5.000,00
3	3.1	2014/143		Requalificação da EM 566-2 (Loureira-Lage)	12.500,00
3	3.1	2014/144		Requalificação da EM Coucieiro-Sande-Pico S. Cristóvão	12.500,00
3	3.1	2014/145		Requalificação do CM 1179-1 - Freiriz-Parada de Gatim	12.500,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		3	3.1	2014/147	1	Vias - empreitada	130.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	462.249,00
						Total da Classificação Orçamental:	462.249,00
03	07010409	Sinalização e trânsito					
		3	3.1	2014/146	1	Sinalização e segurança	7.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	7.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	7.000,00
03	07010413	Outros					
		2	4.2	2014/35	5	Execução de Plano de Pormenor	7.500,00
		2	5.1	2014/98		Rede de comunicações eletrónicas de alta velocidade de Vila Verde	11.000,00
		2	5.2	2014/114		Pista de pesca - margem do Cávado	10.000,00
		2	5.2	2014/115		Construção de ciclovia do Cávado - fase I	7.500,00
		2	5.2	2014/116		Construção de ciclovia do Homem - fase I	5.000,00
		2	5.2	2014/117		Construção de ciclovia de Vila Verde - fase I	5.000,00
		2	5.2	2014/118	1	Valorização da praia fluvial do Faial	45.000,00
		2	5.2	2014/118	3	Construções diversas	17.500,00
		3	2.0	2014/128		Loteamento industrial de Gême - fase II	17.000,00
		3	2.0	2014/131		Outras infraestruturas de loteamentos industriais	40.000,00
		3	3.1	2014/142		Construção e reparação de abrigos de passageiros	15.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	180.500,00
						Total da Classificação Orçamental:	180.500,00
03	070115	Outros investimentos					
		2	4.2	2014/35	3	Mobiliário Urbano	6.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	6.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	6.000,00
04	020107	Vestuário e artigos pessoais					
		1	2.1	2014/12	2	Vestuário	8.000,00
		1	2.1	2014/13	3	Vestuário	5.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	13.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	63.000,00
04	020117	Ferramentas e utensílios					
		1	2.1	2014/13	1	Ferramentas e utensílios	7.500,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental	Projeto de GOP's					Dotação
2	4.6	2014/96	3	Ferramentas e utensílios - jardins		4.000,00
Total dos Projetos de GOP's:						11.500,00
Total da Classificação Orçamental:						15.000,00

04 020121

Outros bens

1	2.1	2014/12	1	Bens	13.500,00
1	2.1	2014/14	2	Caminhos e pontos de água - bens	6.500,00
2	1.1	2014/18	1	Ampliação e conservação de jardins de infância	36.490,00
2	1.1	2014/18	7	Parques infantis - bens	3.750,00
2	1.1	2014/19	2	Ampliação / conservação de edifícios	54.500,00
2	4.1	2014/33		Recuperação de habitações sociais	32.500,00
2	4.2	2014/35	2	Revitalização de centros urbanos - bens	17.500,00
2	4.3	2014/37	2	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - Bens	76.500,00
2	4.3	2014/53	2	Ramais domiciliários - bens	17.500,00
2	4.3	2014/60		Obra de recolha/armazenam. de águas pluviais p/ sist. rega de jardins	7.500,00
2	4.4	2014/64		Reservatório em Godinhaços, estação elevatória e adutora	14.500,00
2	4.4	2014/69		Reservatórios dos pequenos sistemas	25.000,00
2	4.4	2014/81	2	Abastecimento de água - bens	82.000,00
2	4.5	2014/88		Colocação/construção de pontos de recolha de RSU-bens	1.000,00
2	4.6	2014/93	2	Obras de ampliação e conservação - bens	9.000,00
2	4.6	2014/96	2	Bens - jardins	19.500,00
2	5.1	2014/100	2	Aquisição de bens	25.000,00
2	5.1	2014/101	2	Recuperação do edifício - bens	7.500,00
2	5.2	2014/110		Construção e manutenção de infraestruturas desportivas - bens	7.200,00
2	5.2	2014/118	4	Requalificação - bens	7.832,00
3	1.0	2014/124	1	Abertura e conservação - bens	13.000,00
3	1.0	2014/125	3	Aquisição de bens	5.000,00
3	2.0	2014/129		Conservação de parques industriais	20.000,00
3	2.0	2014/133	3	Iluminação pública - bens	3.500,00
3	3.1	2014/139		Acesso ao lar de idosos de Escariz S. Martinho	1.000,00
3	3.1	2014/147	2	Modernização e construção de vias - bens	390.000,00
3	4.1	2014/150	1	Aquisição de bens	1.000,00
Total dos Projetos de GOP's:					898.272,00
Total da Classificação Orçamental:					948.272,00

04 020203

Conservação de bens

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		1	1.1	2014/2	11	Construção/reparação - serviços	100.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	100.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	100.000,00
04	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria					
		1	2.1	2014/16		Estudos, projetos e consultadoria	1.000,00
		2	4.3	2014/58		Estudos, projetos e consultadoria	2.500,00
		2	4.4	2014/83		Estudos, projetos e consultadoria	2.000,00
		2	4.4	2014/85		Prospecção de água do GESTAL	1.000,00
		2	4.6	2014/97		Estudos, projetos e consultadoria	8.500,00
		3	1.0	2014/125	1	Projetos	2.500,00
						Total dos Projetos de GOP's:	17.500,00
						Total da Classificação Orçamental:	57.500,00
04	020217	Publicidade					
		1	2.1	2014/17	2	Publicidade	2.800,00
						Total dos Projetos de GOP's:	2.800,00
						Total da Classificação Orçamental:	3.800,00
04	020220	Outros trabalhos especializados					
		1	2.1	2014/15		Operações de silvicultura	4.500,00
		1	2.1	2014/17	1	Serviços especializados	1.000,00
		2	4.6	2014/94		Requalificação ambiental - serviços	1.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	6.500,00
						Total da Classificação Orçamental:	46.500,00
04	020225	Outros serviços					
		1	2.1	2014/12	3	Serviços	22.305,00
		1	2.1	2014/14	3	Caminhos e pontos de água - serviços	12.500,00
		2	1.1	2014/18	7	Parques infantis - serviços	1.000,00
		2	4.3	2014/37	3	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - serviços	35.000,00
		2	4.3	2014/56		Lamas de depuração de efluentes	424.488,00
		2	4.4	2014/78		Implementação de tratamento de pequenos sist. locais de abastecimento de água	16.500,00
		2	4.4	2014/81	3	Abastecimento de água - serviços	32.000,00
		2	4.5	2014/86		Resíduos sólidos urbanos	630.000,00
		2	4.5	2014/89		Colocação de pontos de recolha de RSU-serviços	1.000,00
		2	4.6	2014/96	1	Serviços jardins	12.500,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental	Projeto de GOP's					Dotação
	2	5.1	2014/100	3	Aquisição de serviços	7.500,00
	2	5.1	2014/101	3	Recuperação do edifício - serviços	2.000,00
	2	5.2	2014/118	5	Requalificação - serviços	10.500,00
	3	1.0	2014/124	2	Abertura e conservação - serviços	16.000,00
	3	3.1	2014/147	3	Modernização e construção de vias - serviços	197.000,00
	3	4.1	2014/150	2	Aquisição de serviços	5.000,00
Total dos Projetos de GOP's:						1.425.293,00
Total da Classificação Orçamental:						1.445.293,00

04 07010402

Sistemas de drenagem de águas residuais

2	4.3	2014/37	1	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - empreitada	43.500,00
2	4.3	2014/38		Rede de saneamento na freguesia de Cabanelas	19.750,00
2	4.3	2014/39		Rede de saneamento da Ribeira do Poriço (Parada de Gatim, Cervães, Escariz S. Martinho, S.Mamede e Freiriz)	15.000,00
2	4.3	2014/40		Rede de saneamento na freguesia de Soutelo	29.000,00
2	4.3	2014/41		Rede de saneamento na freguesia de Esqueiros	22.000,00
2	4.3	2014/42		Rede de saneamento de Turiz	10.000,00
2	4.3	2014/43		Rede de saneamento da Lage	19.000,00
2	4.3	2014/44		Rede de saneamento de Moure	17.000,00
2	4.3	2014/45		Rede de saneamento de Marrancos e Arcozelo	7.250,00
2	4.3	2014/46		Rede de saneamento de Sabariz, Lanhas, Coucieiro e Ponte S. Vicente	8.750,00
2	4.3	2014/47		Rede sanea. de Gondíães, Mós, Pico de Regalados, Pico S. Crist. e Gême	10.250,00
2	4.3	2014/48		Rede san. R. Neiva(Azões, Rio Mau, Goães, D. Igrejas, Pedregais e Godinhaços)	8.000,00
2	4.3	2014/49		Rede de saneamento de Oleiros e Atiães	13.250,00
2	4.3	2014/50		Rede de saneamento do Vade	18.000,00
2	4.3	2014/51		Rede de saneamento na Vila de Prado	27.750,00
2	4.3	2014/52		Rede de saneamento da Loureira	17.250,00
2	4.3	2014/53	1	Ramais domiciliários - empreitada	30.750,00
2	4.3	2014/54		Ampliação das redes de saneamento	33.750,00
Total dos Projetos de GOP's:					350.250,00
Total da Classificação Orçamental:					350.250,00

04 07010403

Estações de tratamento de águas residuais

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental			Projeto de GOP's		Dotação
	2	4.3	2014/55	Ligação das redes de saneamento em baixa aos interceptores e ETAR's	27.750,00
				Total dos Projetos de GOP's:	27.750,00
				Total da Classificação Orçamental:	27.750,00
04	07010404	Iluminação pública			
	3	2.0	2014/133	1 Iluminação pública - construções diversas	1.000,00
	3	2.0	2014/133	2 Iluminação pública - ramais	20.500,00
				Total dos Projetos de GOP's:	21.500,00
				Total da Classificação Orçamental:	21.500,00
04	07010407	Captação e distribuição de água			
	2	4.4	2014/61	Recup.,captações e implem. tratamento peq. sist. locais abastec. água	65.000,00
	2	4.4	2014/62	Construção reservatório da Lage/Turiz e conduta adutora e distribuidora	5.000,00
	2	4.4	2014/63	Construção do reservatório de água em Godinhaços	19.000,00
	2	4.4	2014/65	Construção do reservatório de água em Covas	7.500,00
	2	4.4	2014/66	Construção do reservatório de água em Gondiaes	20.000,00
	2	4.4	2014/67	Const. reserv. M. Santa, central elevat. Gême, condutas adutoras e distribuidoras	5.000,00
	2	4.4	2014/68	Reservatórios dos pequenos sistemas	10.000,00
	2	4.4	2014/71	Substituição de condutas da rede de abastecimento de água municipal	170.000,00
	2	4.4	2014/72	Prolongamento e reforço da rede de abastecimento de água municipal	29.250,00
	2	4.4	2014/73	Construção/ampliação/beneficiação de depósitos existentes	5.000,00
	2	4.4	2014/74	Abastec.água-P. Cabras, Carreiras S.Miguel/S. Tiago, Nevogilde e Dossãos	10.000,00
	2	4.4	2014/75	Sist. abastec. de água Aboim da Nóbrega	10.000,00
	2	4.4	2014/76	Ampliação da estação de captação e tratamento de água do rio Homem	19.000,00
	2	4.4	2014/77	Abastecimento de água à freguesia de Covas	17.000,00
	2	4.4	2014/79	Execução de ramais	19.000,00
	2	4.4	2014/80	Execução de ramais domiciliários de abastecimento de água	62.500,00
	2	4.4	2014/81	1 Abastecimento de água - empreitada	62.500,00
				Total dos Projetos de GOP's:	535.750,00
				Total da Classificação Orçamental:	535.750,00
04	07010412	Cemitérios			

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		2	4.6	2014/93	1	Obras de ampliação e conservação	5.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	5.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	5.000,00
04	07010413	Outros					
		1	2.1	2014/14	1	Caminhos e pontos de água	13.500,00
		2	4.3	2014/59		Obra de recolha/armazenam. de águas pluviais p/ sist. rega de jardins	2.500,00
		2	4.6	2014/95		Preservação/recuperação e valorização ambiental	4.000,00
		3	1.0	2014/125	2	Investimento	5.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	25.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	25.000,00
04	07011002	Outro					
		1	2.1	2014/11		Aquisição de equipamento operacional de proteção civil	12.500,00
		1	2.1	2014/17	3	Aquisição de equipamento operacional de proteção civil	2.000,00
		2	4.4	2014/82		Contadores volumétricos	24.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	38.500,00
						Total da Classificação Orçamental:	38.500,00
04	070115	Outros investimentos					
		2	4.4	2014/70		Depósitos pré-fabricados	19.500,00
		2	4.5	2014/87		Ecopontos	5.000,00
		3	2.0	2014/134		POVT, no âmbito do projeto “Mais Eficiência na IP do Cávado”	62.355,00
						Total dos Projetos de GOP's:	86.855,00
						Total da Classificação Orçamental:	86.855,00
05	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença					
		2	3.2	2014/26	1	Encargos com pessoal afeto ao projeto	500,00
		2	5.2	2014/113	3	Vigilância das praias	7.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	7.500,00
						Total da Classificação Orçamental:	7.500,00
05	02010202	Gasóleo					
		2	5.1	2014/106	5	Gasóleo	1.500,00
						Total dos Projetos de GOP's:	1.500,00
						Total da Classificação Orçamental:	1.600,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's					Dotação	
05	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas						
		2	1.2	2014/22	2	Pré-escolar - refeições confeccionadas		112.057,00
		2	1.2	2014/22	6	Ensino básico - refeições confeccionadas		289.000,00
		2	1.2	2014/23		Regime de fruta escolar		23.000,00
Total dos Projetos de GOP's:								424.057,00
Total da Classificação Orçamental:								424.057,00
05	020115	Prémios, condecorações e ofertas						
		2	3.2	2014/31		Cabaz de Natal - apoio a famílias carenciadas		8.000,00
		2	5.1	2012/76	5	Prémios, condecorações e ofertas		460,00
		2	5.1	2014/106	4	Ofertas		1.000,00
		2	5.1	2014/107	2	Atribuição de prémios de concurso		3.000,00
		2	5.1	2014/107	3	Atribuição de prémios		1.000,00
		2	5.1	2014/107	4	Atribuição de prémios de concurso		6.500,00
		2	5.1	2014/107	5	Atribuição de prémios de concurso		2.500,00
		2	5.1	2014/107	8	Atribuição de prémios		3.500,00
		2	5.2	2014/112	3	Prémios, ofertas		500,00
Total dos Projetos de GOP's:								26.460,00
Total da Classificação Orçamental:								36.460,00
05	020121	Outros bens						
		2	3.2	2014/27	1	Aquisição de bens		9.500,00
		2	3.2	2014/28	1	Aquisição de bens		44.000,00
		2	5.1	2012/76	2	Aquisição de bens		308,00
		2	5.1	2014/99	2	Aquisição de bens		7.500,00
		2	5.1	2014/106	1	Aquisição de bens		3.000,00
		2	5.1	2014/107	1	Aquisição de bens		9.000,00
		2	5.1	2014/107	2	Aquisição de bens		2.000,00
		2	5.1	2014/107	3	Ações de dinamização		1.000,00
		2	5.1	2014/107	4	Aquisição de bens		11.000,00
		2	5.1	2014/107	5	Aquisição de bens		5.000,00
		2	5.1	2014/107	8	Aquisição de bens		2.800,00
		2	5.1	2014/107	9	Aquisição de bens		0,00
		2	5.1	2014/107	10	Aquisição de bens		500,00
		2	5.2	2014/112	2	Aquisição de bens		500,00
		2	5.2	2014/113	1	Aquisição de bens		7.500,00
		2	5.2	2014/119	1	Aquisição de bens		1.000,00
		3	4.2	2011/145	5	Aquisição de bens		500,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		3	4.2	2014/153	1	Aquisição de bens	7.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	112.108,00
						Total da Classificação Orçamental:	132.108,00
05	020208	Locação de outros bens					
		2	3.2	2014/26	5	Rendas e alugueres	500,00
		2	5.1	2012/76	6	Locação de outros bens	3.174,00
		2	5.1	2014/107	1	Aluguer	21.000,00
		2	5.1	2014/107	4	Aluguer	66.000,00
		2	5.1	2014/107	5	Aluguer	5.000,00
		2	5.1	2014/107	9	Aluguer	0,00
		3	4.2	2011/145	2	Locação de bens	5.500,00
		3	4.2	2014/153	3	Aluguer	2.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	103.174,00
						Total da Classificação Orçamental:	123.174,00
05	020210	Transportes					
		2	1.2	2014/21	1	Pré-escolar	71.000,00
		2	1.2	2014/21	2	1º ciclo	345.000,00
		2	1.2	2014/21	3	2º, 3º ciclo e secundário	789.000,00
		2	1.2	2014/21	4	Componente de apoio à família	13.500,00
		2	1.2	2014/21	5	PIEF - programa integrado de educação e formação	7.000,00
		2	3.2	2014/29	2	Transporte	28.000,00
		2	5.1	2011/61	3	Comunicações	4.000,00
		2	5.1	2014/106	2	Transportes	15.000,00
		2	5.2	2014/119	3	Transportes	3.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	1.275.500,00
						Total da Classificação Orçamental:	1.315.500,00
05	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria					
		2	1.1	2014/20	4	Estudos, Projetos e consultadoria	2.000,00
		2	3.2	2014/26	3	Encargos gerais do projeto	500,00
		2	5.1	2011/61	4	Estudos e pareceres	2.584,00
		2	5.2	2014/118	6	Execução de projetos	2.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	7.084,00
						Total da Classificação Orçamental:	7.184,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's					Dotação
05	020217	Publicidade					
		2	3.2	2014/26	4	Encargos com a promoção de seminários temáticos	500,00
		2	5.1	2012/76	4	Publicidade	23.000,00
		2	5.1	2014/107	1	Promoção e divulgação	2.500,00
		2	5.1	2014/107	2	Promoção e divulgação	5.000,00
		2	5.1	2014/107	3	Promoção e divulgação	7.000,00
		2	5.1	2014/107	4	Promoção e divulgação	8.500,00
		2	5.1	2014/107	5	Promoção e divulgação	1.500,00
		2	5.1	2014/107	9	Publicações municipais	0,00
		3	4.2	2011/145	1	Publicidade	6.150,00
		3	4.2	2014/154		Promoção turística	6.500,00
Total dos Projetos de GOP's:							60.650,00
Total da Classificação Orçamental:							65.650,00
05	020218	Vigilância e segurança					
		2	5.1	2014/107	1	Vigilância e segurança	3.500,00
Total dos Projetos de GOP's:							3.500,00
Total da Classificação Orçamental:							3.600,00
05	020220	Outros trabalhos especializados					
		2	5.1	2011/60	4	Serviços especializados	123.491,00
		2	5.1	2011/61	2	Serviços especializados	36.570,00
		2	5.1	2012/76	8	Trabalhos especializados	233.400,00
		3	4.2	2011/145	3	Trabalhos especializados	27.000,00
Total dos Projetos de GOP's:							420.461,00
Total da Classificação Orçamental:							425.461,00
05	020225	Outros serviços					
		2	1.2	2014/22	5	Ensino básico - serviços	1.000,00
		2	3.2	2014/26	2	Encargos diretos com preparação projeto	500,00
		2	3.2	2014/26	6	Encargos com destinatários diretos	500,00
		2	3.2	2014/27	2	Aquisição de serviços	4.000,00
		2	3.2	2014/28	2	Aquisição de serviços	7.500,00
		2	3.2	2014/29	1	Aquisição de serviços	20.500,00
		2	5.1	2014/99	2	Aquisição de serviços	5.000,00
		2	5.1	2014/106	3	Serviços	8.000,00
		2	5.1	2014/107	1	Aquisição de serviços	80.000,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental				Projeto de GOP's		Dotação
	2	5.1	2014/107	2	Aquisição de serviços	71.000,00
	2	5.1	2014/107	3	Aquisição de serviços	35.000,00
	2	5.1	2014/107	4	Aquisição de serviços	45.000,00
	2	5.1	2014/107	4	Espetáculos e atividades de animação	16.500,00
	2	5.1	2014/107	5	Aquisição de serviços	10.000,00
	2	5.1	2014/107	6	Aquisição de serviços	1.000,00
	2	5.1	2014/107	7	Aquisição de serviços	1.500,00
	2	5.1	2014/107	8	Aquisição de serviços	6.600,00
	2	5.1	2014/107	9	Aquisição de serviços	0,00
	2	5.1	2014/107	10	Aquisição de serviços	1.000,00
	2	5.2	2014/112	1	Aquisição de serviços	10.000,00
	2	5.2	2014/113	2	Aquisição de serviços	2.000,00
	2	5.2	2014/119	2	Aquisição de serviços	2.500,00
	3	4.2	2011/145	4	Outros serviços	5.000,00
	3	4.2	2014/153	2	Aquisição de serviços	2.000,00
Total dos Projetos de GOP's:						336.100,00
Total da Classificação Orçamental:						386.100,00
05	040802	Outras				
	2	3.2	2014/90		Programa Estágio/CEI	175.000,00
	2	3.2	2014/91		Concessão de bolsas de estudo	48.000,00
	2	3.2	2014/92		Apoio a estratos sociais desfavorecidos	47.000,00
Total dos Projetos de GOP's:						270.000,00
Total da Classificação Orçamental:						270.000,00
05	07010201	Construção				
	2	4.1	2014/32		Habitações sociais	7.500,00
Total dos Projetos de GOP's:						7.500,00
Total da Classificação Orçamental:						7.500,00
05	07010301	Instalações de serviços				
	2	5.1	2011/60	1	Construção da Casa do Conhecimento	702.839,00
	2	5.1	2012/76	1	Recuperação / ampliação do edifício da aliança artesanal	301.251,00
	3	4.2	2011/145	7	Loja interativa do turismo	124.783,00
Total dos Projetos de GOP's:						1.128.873,00
Total da Classificação Orçamental:						1.128.873,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação
05	07010302	Instalações desportivas e recreativas				
		2	5.2	2011/95	Pavilhão gimnodesportivo de Vade	300.000,00
		2	5.2	2011/96	Pavilhão gimnodesportivo de Cervães	500.000,00
		Total dos Projetos de GOP's:				800.000,00
		Total da Classificação Orçamental:				800.000,00
05	07010305	Escolas				
		2	1.1	2011/18	8 Ampliação do centro educativo de Turiz	558.238,00
		2	1.1	2014/19	1 Complexos escolares educativos	45.000,00
		Total dos Projetos de GOP's:				603.238,00
		Total da Classificação Orçamental:				603.238,00
05	07010406	Instalações desportivas e recreativas				
		2	1.1	2014/18	7 Parques infantis - aquisição	5.200,00
		2	5.2	2014/111	Parques infantis	32.500,00
		Total dos Projetos de GOP's:				37.700,00
		Total da Classificação Orçamental:				37.700,00
05	070107	Equipamento de informática				
		2	1.1	2011/18	8 Equipamento informático - hardware	10.161,00
		2	1.1	2011/18	14 Equipamento informático - Hardware	1.000,00
		2	1.1	2013/20	2 Hardware	500,00
		2	1.1	2013/21	2 Hardware	500,00
		2	1.1	2013/22	2 Hardware	500,00
		2	1.1	2014/18	4 Equipamento informático	4.500,00
		2	1.1	2014/19	4 Equipamento informático	5.000,00
		2	5.1	2011/60	2 Hardware	734.005,00
		2	5.1	2011/61	1 Hardware	20.960,00
		Total dos Projetos de GOP's:				777.126,00
		Total da Classificação Orçamental:				777.126,00
05	070108	Software informático				
		2	5.1	2011/60	3 Software	39.840,00
		Total dos Projetos de GOP's:				39.840,00
		Total da Classificação Orçamental:				39.840,00
05	070109	Equipamento administrativo				
		2	1.1	2011/18	8 Equipamento administrativo	13.507,00

Município de Vila Verde
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2014

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação
		2	1.1	2013/20	3 Equipamento administrativo	500,00
		2	1.1	2013/21	3 Equipamento administrativo	500,00
		2	1.1	2013/22	3 Equipamento administrativo	500,00
		2	5.1	2011/60	5 Equipamento administrativo	237.550,00
					Total dos Projetos de GOP's:	252.557,00
					Total da Classificação Orçamental:	252.557,00
05	07011002				Outro	
		2	1.1	2011/18	14 Outro equipamento	1.000,00
		2	1.1	2014/18	3 Aquisição de equipamento	5.200,00
		2	1.1	2014/19	3 Equipamento para escolas	6.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	12.200,00
					Total da Classificação Orçamental:	12.200,00
05	070115				Outros investimentos	
		2	1.1	2011/18	8 Material didático-pedagógico	12.551,00
		2	1.1	2013/20	1 Material didático-pedagógico	500,00
		2	1.1	2013/21	1 Material didático-pedagógico	500,00
		2	1.1	2013/22	1 Material didático-pedagógico	500,00
		2	1.1	2014/18	5 Material didático-pedagógico	2.500,00
		2	5.1	2014/99	1 Fundos bibliográficos	7.500,00
		3	4.2	2011/145	6 Imobilizado	79.851,00
					Total dos Projetos de GOP's:	103.902,00
					Total da Classificação Orçamental:	103.902,00

Orçamento por Capítulos para 2014

AnexoII



Resumo do orçamento por Capítulo para 2014

Receitas	Montante
01 Impostos directos	4.492.807
02 Impostos indirectos	83.292
03 Contribuições para Seg.Social,Cx.G.Aposent. e ADSE	
04 Taxas, multas e outras penalidades	546.152
05 Rendimentos da propriedade	1.222.855
06 Transferências correntes	12.244.865
07 Venda de bens e serviços correntes	3.448.111
08 Outras receitas correntes	23.424
Total das Receitas Correntes	22.061.506
09 Venda de bens de investimento	1.862.669
10 Transferências de capital	7.263.645
11 Activos financeiros	
12 Passivos financeiros	
13 Outras receitas de capital	1.000
14 Recursos próprios comunitários	
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	15.101
16 Saldo da gerência anterior	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Receitas Capital	9.142.415

Despesas	Montante
01 Despesas com o pessoal	7.525.444
02 Aquisição de bens e serviços	9.148.375
03 Juros e outros encargos	594.978
04 Transferências correntes	1.695.420
05 Subsídios	38.500
06 Outras despesas correntes	170.250
Total das Despesas Correntes	19.172.967
07 Aquisição de bens de capital	8.853.600
08 Transferências de capital	855.000
09 Activos financeiros	100.000
10 Passivos financeiros	2.222.354
11 Outras despesas de capital	
12 Operações extra-orçamentais	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Despesas de Capital	12.030.954

Total das Receitas: 31.203.921

Total das Despesas: 31.203.921

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

Resumo da Despesa Por Classificação Económica

AnexoIII



Município de Vila Verde
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2014)

Económica	Designação	Dotação
01	Despesas com o pessoal	7.525.444,00
0101	Remunerações certas e permanentes	5.697.361,00
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	135.000,00
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	4.153.210,00
01010401	Pessoal em funções	4.106.400,00
01010404	Recrutamento de pessoal novos postos de trabalho	46.810,00
010106	Pessoal contratado a termo	35.350,00
01010601	Pessoal em funções	35.100,00
01010604	Recrutamento pessoal novos postos trabalho	250,00
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	48.700,00
010108	Pessoal aguardando aposentação	200,00
010109	Pessoal em qualquer outra situação	129.969,00
010111	Representação	50.326,00
010113	Subsidio de refeição	389.866,00
010114	Subsídio de férias e de Natal	749.640,00
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	5.100,00
0102	Abonos variáveis ou eventuais	196.940,00
010202	Horas extraordinárias	52.100,00
010204	Ajudas de custo	5.600,00
010205	Abono para falhas	16.100,00
010212	Indemnizações por cessação de funções	56.000,00
010213	Outros suplementos e prémios	67.140,00
01021302	Outros	67.140,00
0103	Segurança social	1.631.143,00
010301	Encargos com a saúde	390.000,00
010302	Outros encargos com a saúde	67.000,00
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	34.000,00
010304	Outras prestações familiares	8.000,00
010305	Contribuições para a segurança social	1.059.200,00
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	100,00
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	1.059.100,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	888.042,00
0103050202	Regime Geral	171.058,00
010309	Seguros	72.943,00
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	72.943,00
02	Aquisição de bens e serviços	9.148.375,00
0201	Aquisição de bens	2.467.417,00
020102	Combustíveis e lubrificantes	368.300,00
02010201	Gasolina	10.200,00
02010202	Gasóleo	352.700,00
02010299	Outros	5.400,00
020103	Munições, explosivos e artifícios	150,00
020104	Limpeza e higiene	43.000,00
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	424.157,00
020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	17.000,00
020107	Vestuário e artigos pessoais	64.500,00
020108	Material de escritório	53.650,00

Município de Vila Verde
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2014)

Económica	Designação	Dotação
020115	Prémios, condecorações e ofertas	137.460,00
020117	Ferramentas e utensílios	16.000,00
020118	Livros e documentação técnica	720,00
020119	Artigos honoríficos e de decoração	500,00
020120	Material de educação, cultura e recreio	50,00
020121	Outros bens	1.341.930,00
0202	Aquisição de serviços	6.680.958,00
020201	Encargos das instalações	1.900.000,00
020202	Limpeza e higiene	100,00
020203	Conservação de bens	100.100,00
020204	Locação de edifícios	8.300,00
020205	Locação de material de informática	45.000,00
020206	Locação de material de transporte	300,00
020208	Locação de outros bens	132.274,00
020209	Comunicações	145.500,00
020210	Transportes	1.330.750,00
020212	Seguros	78.000,00
020213	Deslocações e estadas	4.400,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	87.484,00
020215	Formação	11.700,00
020216	Seminários, exposições e similares	1.550,00
020217	Publicidade	84.950,00
020218	Vigilância e segurança	43.800,00
020219	Assistência técnica	1.700,00
020220	Outros trabalhos especializados	659.709,00
020222	Serviços de saúde	9.500,00
020224	Encargos de cobrança de receitas	120.000,00
020225	Outros serviços	1.915.841,00
03	Juros e outros encargos	594.978,00
0301	Juros da dívida pública	584.728,00
030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	345.587,00
03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	345.587,00
030105	Admin.pública-Admin.central-Estado	235.288,00
03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	235.288,00
030106	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	3.853,00
03010602	Empréstimos de médio e longo prazos	3.853,00
0303	Juros de locação financeira	150,00
030301	Terrenos	50,00
030305	Material de transporte	50,00
030308	Outros investimentos	50,00
0305	Outros juros	10.000,00
030502	Outros	10.000,00
0306	Outros encargos financeiros	100,00
030601	Outros encargos financeiros	100,00
04	Transferências correntes	1.695.420,00
0405	Administração local	765.000,00
040501	Continente	765.000,00

Município de Vila Verde
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2014)

Económica	Designação	Dotação
04050102	Freguesias	734.000,00
0405010201	Acordo de cooperação pré-escolar	424.000,00
0405010202	Acordo de cooperação 1º ciclo	181.000,00
0405010204	Outros	129.000,00
04050104	Associações de municípios	31.000,00
0407	Instituições sem fins lucrativos	605.420,00
040701	Instituições sem fins lucrativos	605.420,00
04070101	Associações - Actividades gerais	145.000,00
04070102	Associações - Desporto	200.000,00
04070104	Instituições	196.000,00
04070105	Agrupamentos de Escolas	34.420,00
04070106	Outros	30.000,00
0408	Famílias	325.000,00
040802	Outras	325.000,00
05	Subsídios	38.500,00
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	38.500,00
050101	Públicas	38.500,00
05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1.000,00
05010102	Outras	37.500,00
06	Outras despesas correntes	170.250,00
0602	Diversas	170.250,00
060201	Impostos e taxas	250,00
060203	Outras	170.000,00
06020301	Outras restituições	90.000,00
06020302	IVA pago	5.000,00
06020304	Serviços bancários	15.000,00
06020305	Outras	60.000,00
Total das Despesas Correntes:		19.172.967,00
07	Aquisição de bens de capital	8.853.600,00
0701	Investimentos	8.853.600,00
070101	Terrenos	41.000,00
070102	Habitacões	7.500,00
07010201	Construção	7.500,00
070103	Edifícios	5.408.794,00
07010301	Instalações de serviços	1.238.873,00
07010302	Instalações desportivas e recreativas	816.250,00
07010303	Mercados e instalações de fiscalizaçao sanitária	5.000,00
07010305	Escolas	2.604.289,00
07010307	Outros	744.382,00
070104	Construções diversas	1.767.449,00
07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	77.250,00
07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	350.250,00
07010403	Estações de tratamento de águas residuais	27.750,00
07010404	Iluminação pública	21.500,00
07010406	Instalações desportivas e recreativas	75.200,00
07010407	Captação e distribuição de água	535.750,00
07010408	Viação rural	462.249,00

Município de Vila Verde
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2014)

Económica	Designação	Dotação
07010409	Sinalização e trânsito	7.000,00
07010412	Cemitérios	5.000,00
07010413	Outros	205.500,00
070106	Material de transporte	38.500,00
07010601	Recolha de resíduos	5.500,00
07010602	Outro	33.000,00
070107	Equipamento de informática	840.308,00
070108	Software informático	113.570,00
070109	Equipamento administrativo	310.202,00
070110	Equipamento básico	79.700,00
07011002	Outro	79.700,00
070111	Ferramentas e utensílios	7.500,00
070112	Artigos e objectos de valor	500,00
070113	Investimentos incorpóreos	18.500,00
070115	Outros investimentos	220.077,00
08	Transferências de capital	855.000,00
0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	226.000,00
080101	Públicas	226.000,00
08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1.000,00
08010103	Outras	225.000,00
0805	Administração local	410.000,00
080501	Continente	410.000,00
08050102	Freguesias	410.000,00
0807	Instituições sem fins lucrativos	219.000,00
080701	Instituições sem fins lucrativos	219.000,00
09	Activos financeiros	100.000,00
0907	Acções e outras participações	100.000,00
090702	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100.000,00
10	Passivos financeiros	2.222.354,00
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	2.222.354,00
100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	1.461.784,00
100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	753.913,00
100606	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	6.657,00
Total das Despesas de Capital:		12.030.954,00
Total do Orçamento da Despesa:		31.203.921,00

Resumo da Despesa por Classificação Orgânica

AnexoIV



Município de Vila Verde
Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2014)

Orgânica	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
0101 OPERAÇÕES FINANCEIRAS	594.978,00	2.222.354,00	2.817.332,00
0102 ASSEMBLEIA MUNICIPAL	45.500,00	0,00	45.500,00
0103 ÓRGÃOS DE AUTARQUIA	6.648.341,00	1.377.877,00	8.026.218,00
02 ÁREA DE SUPORTE	1.153.892,00	0,00	1.153.892,00
03 ÁREA OPERACIONAL DE PLANEAMENTO	763.467,00	3.577.182,00	4.340.649,00
04 ÁREA OPERACIONAL DE OBRAS E AMBIENTE	5.605.723,00	1.090.605,00	6.696.328,00
05 ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO	4.361.066,00	3.762.936,00	8.124.002,00
Total Geral:	19.172.967,00	12.030.954,00	31.203.921,00

Passivos Financeiros

Anexo V



MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	Ponto 8.3.6.1
---	---------------

MUNICÍPIO DE VILA VERDE

MAPA PREVISIONAL DOS ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS EM 2014

Data de aprovação na Assembleia Municipal	Data da contratação do empréstimo	Prazo do Contrato	Anos decorridos	VISTO DO T.C.		Finalidade do empréstimo	CAPITAL		TAXA DE JURO		ENCARGOS DO ANO				Encargos do ano vencidos e não pagos	Dívida em 1 de Janeiro de 2014	Dívida em 31 de Dezembro de 2014	BANCO
				N.º do registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização*	Juros *	Total	Juros de Mora				
									(%)	(%)								
98/02/21	99/12/30	15	14	624	00/05/15	Loteamento industrial de Gême I	210.243,10	210.243,10	3,52%	2,19%	18.679,36	296,18	18.975,54	----	----	18.679,36	0,00	C.G.D.
98/02/21	99/12/30	15	14	625	00/05/15	Repavimentação da E.M. 531 I	172.085,27	172.085,27	3,52%	2,19%	15.289,16	242,43	15.531,59	----	----	15.289,16	0,00	C.G.D.
98/02/21	99/12/30	15	14	626	00/05/15	R1 - R2 e Abastº Água a Freiriz,Escariz S.M.,Escariz S.M.Parada Gatim I	173.032,99	173.032,99	3,52%	2,19%	15.373,37	243,77	15.617,14	----	----	15.373,37	0,00	C.G.D.
99/12/27	00/02/07	17	13	616	00/03/30	INVESTIMENTOS I	1.496.393,69	1.496.393,69	3,49%	0,21%	92.385,60	592,30	92.977,90	----	----	307.951,80	215.566,20	C.G.D.
99/12/27	00/02/07	17	13	627	00/03/30	INVESTIMENTOS I	1.496.393,69	1.496.393,69	3,54%	0,222%	99.759,48	754,23	100.513,71	----	----	390.724,63	290.965,15	B.P.I.
02/04/26	02/05/24	20	11	1143	02/05/31	INVESTIMENTOS N	3.000.000,00	3.000.000,00	4,31822%	1,54%	173.031,86	24.149,56	197.181,42	----	----	1.561.927,10	1.388.895,24	C.G.D.
02/04/26	02/05/06	20	11	1145	02/05/31	INVESTIMENTOS N	2.000.000,00	1.972.223,00	4,58740%	1,86%	111.108,00	16.650,36	127.758,36	----	----	953.733,00	842.625,00	B.E.S.
02/04/26	02/05/09	20	11	1146	02/05/31	INVESTIMENTOS N	4.964.000,00	4.649.953,85	4,47940%	1,115%	258.330,72	24.003,12	282.333,84	----	----	2.238.866,24	1.980.535,52	B.P.I.
02/04/26	02/10/20	15	11	2504	02/10/17	E.M.531-Conclusão I	258.172,80	245.264,00	1,00%	1,20%	18.208,52	829,63	19.038,15	----	----	72.834,12	54.625,60	C.G.D.
02/04/26	02/10/20	15	11	2502	02/10/17	E.M.532 e E.M. 532-1 I	351.253,48	351.253,48	1,00%	1,20%	25.740,16	1.172,79	26.912,95	----	----	102.960,68	77.220,52	C.G.D.
02/04/26	02/10/20	15	11	2503	02/10/17	E.M. 566-2 e 1184-1 e Vias Convergentes I	324.318,39	308.102,00	1,00%	1,20%	22.578,00	1.028,71	23.606,71	----	----	90.311,96	67.733,96	C.G.D.

02/04/26	02/10/20	12	11	3429	03/01/09	Requalificação Urbana de Vila Verde I	160.613,92	141.620,64	1,00%	1,19%	14.162,07	213,06	14.375,13	----	----	21.243,11	7.081,04	C.G.D.
02/04/26	02/10/20	12	11	3430	03/01/09	Requalificação Urbanística de Vila de Prado I	152.387,50	144.768,00	1,00%	1,19%	14.476,80	217,81	14.694,61	----	----	21.715,20	7.238,40	C.G.D.
02/04/26	02/04/22	15	11	3517	03/01/16	Revitalização do Centro Urbano de Vila Verde I	973.749,26	891.662,20	1,00%	1,82%	67.589,40	3.528,93	71.118,33	----	----	335.972,68	268.383,28	B.E.S.
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Empº 82823 N Req. EM 548	5.000.000,00	540.944,71	4,47530%	1,455%	29.997,60	6.191,64	36.189,24	----	----	266.032,00	236.034,40	Santander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 82831 N Req. EM 541	" "	1.427.744,63	4,47530%	1,455%	78.867,84	16.666,32	95.534,16	----	----	625.084,96	546.217,12	Santander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 82849 N Caminho S. Bartolomeu	" "	84.023,00	4,47530%	1,455%	4.659,36	961,80	5.621,16	----	----	36.662,84	32.003,48	Santander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 82856 N C. Cardal	" "	110.104,34	4,47530%	1,455%	6.105,72	1.260,24	7.365,96	----	----	54.147,40	48.041,68	Santander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 82864 N Req. Rua Chelo	" "	18.300,00	4,47530%	1,455%	1.014,72	209,52	1.224,24	----	----	9.000,40	7.985,68	Santander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 82914 N Mod. CM 1142	" "	65.805,50	4,47530%	1,455%	3.649,20	753,12	4.402,32	----	----	32.363,00	28.713,80	Santander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 83508 N Inf. EB 2,3 Moure	" "	387.412,80	4,47530%	1,455%	21.483,60	4.434,36	25.917,96	----	----	169.041,40	147.557,80	Santander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 83516 N Âng.40-Ermida	" "	1.240.706,16	4,47530%	1,455%	68.802,36	14.201,16	83.003,52	----	----	610.167,20	541.364,84	Santander Totta

02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 83524 N Sinal. Ind. VVD	" "	67.031,84	4,47530%	1,455%	3.717,24	767,16	4.484,40	----	----	32.964,80	29.247,56	Sanlander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 83532 N Com. Dom. Peixoto	" "	58.985,67	4,47530%	1,455%	3.270,96	675,12	3.946,08	----	----	29.004,20	25.733,24	Sanlander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 83540 N Ramais água Prado/Lage	" "	45.553,14	4,47530%	1,455%	2.526,00	521,52	3.047,52	----	----	22.403,00	19.877,00	Sanlander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 83557 N Rect. Acessos Miseric.	" "	31.601,78	4,47530%	1,455%	1.752,36	361,80	2.114,16	----	----	15.542,20	13.789,84	Sanlander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 83565 N Garag. Hab.Soc.Barbudo	" "	5.179,84	4,47530%	1,455%	287,16	59,28	346,44	----	----	2.548,20	2.261,04	Sanlander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 83995 N Rect. EM 539/40	" "	223.877,37	4,47530%	1,455%	12.414,96	2.562,48	14.977,44	----	----	97.685,24	85.270,28	Sanlander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 84001 N Barreiras p/ peões	" "	19.982,43	4,47530%	1,455%	1.108,08	228,72	1.336,80	----	----	9.827,60	8.719,52	Sanlander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 84019 N Ref. Águas Cabanelas	" "	30.663,50	4,47530%	1,455%	1.700,40	351,00	2.051,40	----	----	15.092,00	13.391,60	Sanlander Totta
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 84761 N Mod. CM 1141	" "	195.822,42	4,47530%	1,455%	10.859,04	2.241,48	13.100,52	----	----	96.303,80	85.444,76	Sanlander Totta

02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 84779 N Dren. Águas res. EM 566	" "	97.600,03	4,47530%	1,455%	5.412,24	1.117,20	6.529,44	----	----	47.998,80	42.586,56	Sanlander Tolda	
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 84787 N Dren.águas Coturela	" "	41.246,89	4,47530%	1,455%	2.287,32	472,08	2.759,40	----	----	20.284,40	17.997,08	Sanlander Tolda	
02-04-26	02-05-06	20	10	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 84795 N Rede águas Ramalha	" "	86.424,17	4,47530%	1,455%	4.792,56	989,16	5.781,72	----	----	42.505,20	37.712,64	Sanlander Tolda	
10-12-15	11-07-21	25	2	665	04-08-2011	6 Habitações Sociais em Parada de Gatim N	185.284,00	185.284,00	1,22%	1,50%	6.656,24	3.852,46	10.508,70	----	----	172.559,67	165.903,43	I.H.R.U.	
26-11-2012	28-01-2013	14	1	1645/2012	27-02-2013	PAEL - C.M. VILA VERDE - PROGRAMA II	7.307.148,30	7.307.148,30	2,35%	2,35%	521.939,16	158.532,50	680.471,66	----	----	6.785.209,14	6.263.269,98	Direção- Geral do Tesouro e Finanças	
						PAEL - C.M. VILA VERDE - PROGRAMA II	3.131.634,98	3.131.634,98	2,56%	2,56%	231.972,96	76.755,22	308.728,18	----	----	3.015.648,50	2.783.675,54	Direção- Geral do Tesouro e Finanças	
26-11-2012	22-02-2013	12	1	10/2013	20-03-2013	SANEAMENTO FINANCEIRO	3.867.273,13	3.867.273,13	6,195%	6,195%	245.362,09	212.638,55	458.000,64	----	----	3.749.853,05	3.504.490,96	C.C.A.M.	
xxxxxx	xxxxxx	Total.....						35.223.984,50	34.523.346,54	xxxxx	xxxxxx	2.217.351,67	580.726,77	2.798.078,44	xxx	xxxx	22.105.511,41	19.888.159,74	xxx
EMPRÉSTIMOS EXCEPCIONADOS DO CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO																	988.814,15		
LIMITE DE ENDIVIDAMENTO 2013																	14.759.118,00		

Mapa de Pessoal / Organograma

Anexo VI





**REGULAMENTO DA
ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
MUNICIPAIS**

ÍNDICE

<i>Preâmbulo</i>	6
Capítulo I	
Disposições gerais.....	8
Artigo 1.º	
Âmbito de aplicação	8
Artigo 2.º	
Superintendência.....	8
Artigo 3.º	
Objetivos gerais	8
Artigo 4.º	
Princípios orientadores	9
Artigo 5.º	
Princípio do planeamento	9
Artigo 6.º	
Modelo de estrutura orgânica	10
Artigo 7.º	
Princípios deontológicos.....	10
Artigo 8.º	
Macroestrutura	10
Artigo 9.º	
Serviços enquadrados por legislação específica	10
Artigo 10.º	
Anexos	11
Artigo 11.º	
Dirigentes e Chefias.....	11
Artigo 12.º	
Competências dos titulares de direção intermédia.....	11
Artigo 13.º	
Despesas de representação.....	13
Capítulo II	
Disposições finais	13
Artigo 14.º	
Regulamentos internos.....	13
Artigo 15.º	
Afetação e mobilidade do pessoal.....	14
Artigo 16.º	
Unidades e subunidades orgânicas	14
Artigo 17.º	
Lacunas e omissões.....	14
Artigo 18.º	
Norma revogatória	14
Artigo 19.º	
Entrada em vigor.....	14
ANEXO I – Estrutura flexível	15
Artigo 1.º	

Composição da estrutura flexível.....	15
Capítulo I	
Gabinetes	17
Artigo 2.º	
Gabinete de Apoio à Presidência	17
Artigo 3.º	
Gabinete de Apoio à Vereação	17
Artigo 4.º	
Gabinete de Assessoria Técnica.....	18
Artigo 5.º	
Gabinete Municipal de Proteção Civil	18
Capítulo II	
Divisões	20
Artigo 6.º	
Divisão de Recursos Humanos	20
Artigo 7.º	
Serviço de Expediente e Saúde no Trabalho.....	21
Artigo 8.º	
Serviço de Recrutamento, Formação e Avaliação do Desempenho	22
Artigo 9.º	
Serviço de Remunerações e Cadastro	22
Artigo 10.º	
Divisão Jurídica	23
Artigo 11.º	
Serviço de Consultadoria e Apoio Jurídico-Administrativo.....	24
Artigo 12.º	
Serviço de Expropriações e Notariado.....	25
Artigo 13.º	
Serviço de Execuções Fiscais	25
Artigo 14.º	
Serviço de Contraordenações.....	25
Artigo 15.º	
Divisão de Administração e Finanças.....	26
Artigo 16.º	
Secção de Administrativa	28
Artigo 17.º	
Secção de Atendimento e Apoio ao Munícipe.....	28
Artigo 18.º	
Serviço de Arquivo	30
Artigo 19.º	
Serviço de Contabilidade	31
Artigo 20.º	
Serviço de Aprovisionamento e Contratação Pública.....	32
Artigo 21.º	
Serviço de Tesouraria	33
Artigo 22.º	
Divisão de Educação e Promoção Social.....	33
Artigo 23.º	
Serviço de Educação e Ação Social.....	34
Artigo 24.º	

Serviço de Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística	38
Artigo 25.º	
Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela	42
Artigo 26.º	
Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Vila Verde	43
Artigo 27.º	
Serviço de Relações Públicas e Comunicação	44
Artigo 28.º	
Serviço de Apoio às Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas	45
Artigo 29.º	
Serviço de Qualificação e Inserção Profissional.....	45
Artigo 30.º	
Divisão de Ambiente e Obras	46
Artigo 31.º	
Serviço de Apoio Técnico e Segurança no Trabalho.....	48
Artigo 32.º	
Serviço de Higiene, Limpeza e Espaços Verdes.....	49
Artigo 33.º	
Serviço Agroflorestal.....	50
Artigo 34.º	
Serviço de Construção	56
Artigo 35.º	
Serviço de Logística.....	59
Artigo 36.º	
Divisão de Águas e Saneamento.....	60
Artigo 37.º	
Secção Administrativa	61
Artigo 38.º	
Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento.....	62
Artigo 39.º	
Serviço de Leitura de Consumos e Cobrança de Água.....	62
Artigo 40.º	
Serviço de Análise da Água.....	63
Artigo 41.º	
Divisão 1de Urbanização e Edificação	63
Artigo 42.º	
Secção Administrativa	64
Artigo 43.º	
Serviço de Apreciação Liminar	66
Artigo 44.º	
Serviço de Apreciação Técnica.....	66
Artigo 45.º	
Serviço de Suporte à Gestão de Processos.....	66
Artigo 46.º	
Divisão de Projetos e Obras	66
Artigo 47.º	
Serviço de Topografia.....	67
Artigo 48.º	
Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito	67
Artigo 49.º	

Serviço de Fiscalização e Vistorias	69
Artigo 50.º	
Serviço de Mobilidade e Trânsito	70
Capítulo III	
Unidades	71
Artigo 51.º	
Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade.....	71
Artigo 52.º	
Serviço de Apoio à Modernização Administrativa e Gestão Estratégica	72
Artigo 53.º	
Serviço de Gestão de Sistemas de Informação	72
Artigo 54.º	
Serviço de Infraestruturas e Plataformas Tecnológicas	73
Artigo 55.º	
Unidade de Ordenamento do Território	73
Artigo 56.º	
Unidade de Inovação e Conhecimento	75
ANEXO II – Sucessão das unidades orgânicas flexíveis e manutenção das comissões de serviço	77
ANEXO III – Regulamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau.....	78
Artigo 1.º	
Objeto e âmbito.....	78
Artigo 2.º	
Cargos de direção intermédia	78
Artigo 3.º	
Missão	78
Artigo 4.º	
Princípios gerais de ética	78
Artigo 5.º	
Princípios de gestão	79
Artigo 6.º	
Competências dos dirigentes intermédios.....	79
Artigo 7.º	
Recrutamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau	81
Artigo 8.º	
Seleção e provimento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau	81
Artigo 9.º	
Decisão de renovação da comissão de serviço de 3.º grau	82
Artigo 10.º	
Cessação da comissão de serviço de 3.º grau	82
Artigo 11.º	
Estatuto remuneratório dos dirigentes intermédios de 3.º grau	82
Artigo 12.º	
Responsabilidade dos dirigentes intermédios de 3.º grau	82
Artigo 13.º	
Apoio judiciário	82
ANEXO IV – Organograma	83
ANEXO V – Mapa de Pessoal para 2014.....	84

Preâmbulo

A consolidação da autonomia do poder local democrático nas últimas décadas, traduzida numa forte aposta na descentralização de atribuições, em diversos domínios, para as Autarquias Locais, pressupõe uma organização dos serviços autárquicos em padrões que lhes permitam dar uma melhor e mais rápida resposta às solicitações decorrentes da delimitação de novas atribuições e competências, aproximando-a dos cidadãos e das suas necessidades e potenciando o desenvolvimento local.

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro veio reforçar a necessidade de uma organização dos órgãos e serviços autárquicos em moldes que lhe permitam dar uma melhor resposta às solicitações decorrentes das suas novas atribuições e competências.

Posteriormente foi publicada a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procedeu à adaptação à administração local o Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

Esta lei veio estabelecer limites para o provimento dos lugares dirigentes das autarquias locais, os quais se baseiam em critérios geográficos (população do concelho), financeiros (participação no total dos fundos a que se refere o artigo 19.º, n.º 1 da Lei das Finanças Locais) e turístico (numero de dormidas).

Pela aplicação de tais critérios, o total do número de cargos dirigentes que podem ser providos nos serviços da Câmara Municipal de Vila Verde são os seguintes: dois diretores de departamento, setes chefes de divisão e dois dirigentes de 3.º grau, num total de 11 dirigentes.

Por outro lado, sob a epígrafe «mecanismos de flexibilidade», determina o artigo 21.º da Lei n.º 49/2012 que os municípios podem prover um número de chefes de divisão superior ao resultante da aplicação dos critérios e limites previstos na presente lei, desde que tal implique o não provimento, em igual número, de diretores de departamento.

Perante estes dados, o Município de Vila Verde poderia prover dois lugares de diretores de departamento. Contudo, com o intuito de simplificar a estrutura orgânica numa lógica geradora

de sinergias e assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e de otimização dos recursos, tendo em conta a programação e o controlo criteriosos dos custos e resultados, apenas foram criadas estruturas flexíveis, pelo que, estes dois lugares reverteram para provimento de dois chefes de divisão.

Não obstante, a necessidade de assegurar continuamente os serviços de abastecimento de água e de saneamento em todo o Concelho, com sustentabilidade económica, eficiência e sentido de responsabilidade social, aconselha a criação de mais uma unidade orgânica flexível, possibilidade prevista no n.º1, do artigo 21.º da Lei n.º 49/2012.

Com efeito, e por forma a assegurar flexibilidade organizativa nas câmaras municipais, e sem comprometer os limites dos dirigentes efetivamente providos, é dada a possibilidade aos municípios de preverem nas suas estruturas orgânicas cargos dirigentes em número superior ao dos dirigentes a prover, assegurando, assim, que eventuais ajustamentos na organização não careçam de uma alteração formal da estrutura interna do município.

Nesta conformidade, optou-se por criar mais uma unidade de 3.º grau uma vez que o serviço de água e saneamento passa a ser considerado como uma unidade a ser provido por dirigente de 2.º grau.

Esta nova alteração orgânica mantém nos seus princípios basilares uma melhor resposta aos cidadãos cumprindo o grande desígnio que é servir o público. Pretende-se, por conseguinte, conceber um modelo de funcionamento e repartição de competências que supere os estrangulamentos diagnosticados e apetreche a instituição para responder com zelo, solicitude e eficiência ao catálogo de atribuições que perfazem o seu âmbito de intervenção.

O presente Regulamento é elaborado nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas m) e o), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1. O presente regulamento define os objetivos, a organização e os níveis de atuação dos serviços da Câmara Municipal de Vila Verde, bem como, os princípios que os regem, e estabelece os níveis de direção e de hierarquia que articulam os serviços municipais dentro da Câmara bem como o respetivo funcionamento, nos termos e respeito pela legislação em vigor.
2. O presente regulamento aplica-se a todos os serviços da Câmara Municipal de Vila Verde, mesmo quando desconcentrados.

Artigo 2.º

Superintendência

1. A superintendência e a coordenação dos serviços competem ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos da legislação em vigor.
2. Os Vereadores terão nesta matéria os poderes que lhe forem delegados pelo Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 3.º

Objetivos gerais

No desempenho das suas atribuições e competências, os serviços municipais prosseguem os seguintes objetivos:

1. Alargar e melhorar as respostas às necessidades e aspirações da comunidade, através da obtenção de índices sempre crescentes da prestação de serviços às populações.
2. Realizar plena, oportuna e eficientemente as ações e tarefas definidas no sentido do desenvolvimento socioeconómico do Concelho, designadamente as constantes dos planos estratégicos de investimento, dos planos municipais de ordenamento do território, das grandes opções do plano e dos objetivos estratégicas plurianuais.
3. Maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis, no quadro de uma gestão racionalizada e moderna.
4. Obter os melhores padrões de qualidade nos serviços prestados às populações.

5. Promover a participação organizada e empenhada dos agentes sociais e económicos e da população em geral na atividade municipal.
6. Dignificar e valorizar profissionalmente os trabalhadores municipais.

Artigo 4.º

Princípios orientadores

Os serviços municipais regem-se pelos seguintes princípios:

1. Da prossecução do interesse público.
2. Da administração aberta, permitindo e incentivando a participação dos munícipes através do conhecimento dos processos e procedimentos que lhes digam respeito.
3. Da eficácia e da eficiência.
4. Da desburocratização, de forma a tornar célere o procedimento e, desta forma, satisfazer em tempo útil as necessidades das populações.
5. Do sentido do serviço à população em geral.
6. Do respeito absoluto pela legalidade, pela igualdade de tratamento de todos os cidadãos e pelos direitos e interesses destes, protegidos por lei.
7. Da transparência, diálogo e participação expressos numa atitude permanente de interação com as populações.
8. Da qualidade, quer na procura contínua de procedimentos inovadores, racionais e desburocratizantes, quer na gestão assente em critérios técnicos, económicos e financeiros perfeitamente eficazes e eficientes potenciadores de uma maior solidariedade social.

Artigo 5.º

Princípio do planeamento

1. A atividade dos serviços municipais será referenciada a planos globais ou sectoriais, definidos pelos órgãos autárquicos, em função da necessidade de promover a melhoria das condições de vida das populações e o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho.
2. Os serviços colaborarão com os órgãos municipais na formulação dos diferentes instrumentos de planeamento e programação que, uma vez aprovados, assumem carácter vinculativo.

Artigo 6.º

Modelo de estrutura orgânica

A organização interna dos serviços municipais adota o modelo de estrutura hierarquizada, constituída por:

- Unidades orgânicas flexíveis;
- Subunidades orgânicas.

Artigo 7.º

Princípios deontológicos

Os trabalhadores municipais exercem a sua atividade profissional, em obediência aos preceitos constitucionais e aos princípios gerais da atividade administrativa.

Artigo 8.º

Macroestrutura

Ao nível da macroestrutura, os serviços do Município de Vila Verde organizam-se em unidades orgânicas estruturais, a saber:

1. Divisão – unidade orgânica de carácter flexível com atribuições de âmbito operativo e instrumental integradas numa mesma área funcional, constituindo-se fundamentalmente como unidade técnica de organização, execução e controlo de recursos e atividades, liderada por dirigente intermédio de 2.º grau.
2. Unidade – unidade orgânica de carácter flexível com atribuições de âmbito operativo e instrumental, liderada por dirigente intermédio de 3.º grau.
3. Secção – subunidade orgânica de carácter técnico-administrativo e logístico que agrega atividades instrumentais nas áreas do sistema de gestão municipal, de secretariado, tratamento de documentos, administração e de apoio logístico, liderada por pessoal com funções de coordenação.
4. Gabinete – unidade de apoio e assessoria aos órgãos municipais.
5. Serviço – unidade orgânica de carácter funcional que agrega atividades operativas e instrumentais, coordenada preferencialmente por técnico superior.

Artigo 9.º

Serviços enquadrados por legislação específica

1. São serviços enquadrados por legislação específica os seguintes gabinetes a saber:

- a) Gabinete de Apoio à Presidência;
 - b) Gabinete de Apoio à Vereação;
 - c) Gabinete Municipal de Proteção Civil.
2. Estes serviços não concorrem para o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a sua criação está sujeita a regras especiais.

Artigo 10.º

Anexos

1. O Anexo I define a estrutura flexível dos serviços municipais e a competência das respetivas unidades orgânicas e gabinetes.
2. O Anexo II apresenta a sucessão das unidades orgânicas flexíveis e a manutenção das comissões de serviço.
3. O Anexo III estabelece a área, requisitos de recrutamento, competências e estatuto remuneratório dos dirigentes intermédios de 3.º grau.
4. O Anexo IV apresenta o organograma da estrutura organizacional do Município.
5. O Anexo V define o mapa de pessoal para o ano 2014.

Artigo 11.º

Dirigentes e chefias

1. As divisões são dirigidas por pessoal dirigente provido, nos termos da lei, pelo Presidente da Câmara Municipal.
2. As restantes unidades orgânicas de carácter flexível são dirigidas por cargos de direção intermédia providos pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos do regulamento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau, constante do Anexo III.
3. Os cargos de coordenador técnico serão exercidos por titulares da respetiva categoria, nos termos da lei.
4. Aos titulares dos cargos de direção e chefia são atribuídos os poderes necessários ao pleno exercício das funções executivas atribuídas à unidade orgânica ou subunidade orgânica, de acordo com a lei e com as decisões e deliberações dos órgãos municipais.

Artigo 12.º

Competências dos titulares dos cargos de direção intermédia

1. Os titulares dos cargos de direção exercem, na respetiva unidade orgânica, as seguintes competências:

- a) Submeter a despacho do presidente da câmara, devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução;
- b) Receber a fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente;
- c) Propor ao presidente da câmara tudo o que seja do interesse do órgão;
- d) Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional e dos relatórios de contas;
- e) Estudar os problemas de que sejam encarregados pelo presidente do órgão executivo e propor as soluções adequadas;
- f) Promover a execução das decisões do presidente e das deliberações do órgão executivo nas matérias que interessam à respetiva unidade orgânica que dirige.

2. Compete ainda aos titulares de cargos de direção:

- a) Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos;
- b) Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar;
- c) Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência;
- d) Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos;
- e) Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários;
- f) Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os trabalhadores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar;
- g) Divulgar junto dos trabalhadores os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a

desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos trabalhadores;

- h) Proceder de forma objetiva à avaliação do mérito dos trabalhadores, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa;
- i) Identificar as necessidades de formação específica dos trabalhadores da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação;
- j) Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos trabalhadores da sua unidade orgânica;
- k) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.

Artigo 13.º

Despesas de representação

Aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau serão abonadas despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais.

Capítulo II

Disposições finais

Artigo 14.º

Regulamentos internos

Para além das competências e atribuições atrás enumeradas, a Câmara Municipal de Vila Verde poderá elaborar regulamentos internos e manuais de procedimentos para cada serviço, os quais, em estrita observância ao disposto no presente regulamento, pormenorizarão as respetivas tarefas e responsabilidades.

Artigo 15.º

Afetação e mobilidade de pessoal

A afetação e a mobilidade de pessoal aos serviços serão determinadas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Vereador com competência delegada para o efeito, nos termos dos lugares existentes no mapa de pessoal.

Artigo 16.º

Unidades e subunidades orgânicas

1. Ao Presidente da Câmara Municipal compete a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas, nos termos da lei.
2. Compete à Câmara Municipal de Vila Verde, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal de Vila Verde, criar, alterar ou extinguir unidades orgânicas flexíveis.
3. Compete à Assembleia Municipal de Vila Verde criar, alterar ou extinguir unidades orgânicas nucleares.

Artigo 17.º

Lacunas e omissões

As lacunas e omissões deste Regulamento serão resolvidas, nos termos gerais do direito, pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde.

Artigo 18.º

Norma revogatória

Com a publicação do presente regulamento fica expressamente revogado o anterior regulamento, publicado na 2ª Série, n.º 9, do Diário da República, em 14 de janeiro de 2013.

Artigo 19.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, nos termos legais.

ANEXO I

Estrutura flexível dos serviços municipais, atribuições e competência das respetivas unidades orgânicas, subunidades e gabinetes

Artigo 1.º

Composição da estrutura flexível

A estrutura flexível tem a seguinte composição:

1. Gabinete de Apoio à Presidência.
2. Gabinete de Apoio à Vereação.
3. Gabinete de Assessoria Técnica.
4. Gabinete Municipal de Proteção Civil.
5. Divisão de Recursos Humanos:
 - 5.1. Serviço de Expediente e Saúde no Trabalho;
 - 5.2. Serviço Recrutamento, Formação e Avaliação do Desempenho;
 - 5.3. Serviço de Remunerações e Cadastro.
6. Divisão Jurídica:
 - 6.1. Serviço de Consultadoria e Apoio Jurídico-Administrativo;
 - 6.2. Serviço de Expropriações e Notariado;
 - 6.3. Serviço de Execuções Fiscais;
 - 6.4. Serviço de Contraordenações.
7. Divisão de Administração e Finanças:
 - 7.1. Secção Administrativa;
 - 7.2. Secção de Atendimento e Apoio ao Munícipe;
 - 7.3. Serviço de Arquivo;
 - 7.4. Serviço de Contabilidade;
 - 7.5. Serviço de Aprovisionamento e Contratação Pública;
 - 7.6. Serviço de Tesouraria.
8. Divisão de Educação e Promoção Social:
 - 8.1. Serviço de Educação e Ação Social;
 - 8.2. Serviço de Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística;
 - 8.3. Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela;
 - 8.4. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde;
 - 8.5. Serviço de Relações Públicas e Comunicação;

- 8.6. Serviço de Apoio às Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas;
- 8.7. Serviço de Qualificação e Inserção Profissional.
- 9. Divisão de Ambiente e Obras:
 - 9.1. Serviço de Apoio Técnico e Segurança no Trabalho;
 - 9.2. Serviço de Higiene, Limpeza e Espaços Verdes;
 - 9.3. Serviço Agroflorestal;
 - 9.4. Serviço de Construção;
 - 9.5. Serviço de Logística.
- 10. Divisão de Águas e Saneamento:
 - 10.1. Secção Administrativa;
 - 10.2. Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento;
 - 10.3. Serviço de Leitura de Consumos e Cobrança de Água;
 - 10.4. Serviço de Análise da Água.
- 11. Divisão de Urbanização e Edificação:
 - 11.1. Secção Administrativa;
 - 11.2. Serviço de Apreciação Liminar;
 - 11.3. Serviço de Apreciação Técnica;
 - 11.4. Serviço de Suporte à Gestão de Processos.
- 12. Divisão de Projetos e Obras:
 - 12.1. Serviço de Topografia.
- 13. Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito:
 - 13.1. Serviço de Fiscalização e Vistorias;
 - 13.2. Serviço de Mobilidade e Trânsito.
- 14. Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade:
 - 14.1. Serviço de Apoio à Modernização Administrativa e Gestão Estratégica;
 - 14.2. Serviço de Gestão de Sistemas de Informação;
 - 14.3. Serviço de Infraestruturas e Plataformas Tecnológicas.
- 15. Unidade de Ordenamento do Território.
- 16. Unidade de Inovação e Conhecimento.

Capítulo I

Gabinetes

Artigo 2.º

Gabinete de Apoio à Presidência

No âmbito das suas atribuições, ao Gabinete de Apoio à Presidência compete:

1. Coadjuvar o Presidente da Câmara Municipal nos domínios da preparação da sua intervenção política e administrativa, coligindo e tratando os elementos necessários para a rentabilização das propostas por si subscritas a submeter aos órgãos do Município de Vila Verde ou para a tomada de decisão no âmbito dos seus poderes próprios ou delegados.
2. Secretariar o Presidente da Câmara Municipal no que se refere ao atendimento do público e marcação de contactos com entidades externas.
3. Preparar contactos exteriores do Presidente da Câmara Municipal, fornecendo os elementos que permitam a sua documentação prévia.
4. Estabelecer os contactos institucionais da presidência com outras entidades articulando com o Serviço de Relações Públicas e Comunicação as questões relacionadas com o protocolo.
5. Apoiar o Presidente da Câmara Municipal no relacionamento com os órgãos de comunicação social.
6. Elaborar e encaminhar o expediente organizando o arquivo sectorial da presidência.
7. Registar e promover a divulgação dos despachos, ordens de serviço e outras decisões do Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 3.º

Gabinete de Apoio à Vereação

No âmbito das suas atribuições, ao Gabinete de Apoio à Vereação compete:

1. Secretariar os Vereadores com Pelouro atribuído no que se refere ao atendimento do público e marcação de contactos com entidades externas.
2. Preparar contactos exteriores da vereação, fornecendo os elementos que permitam a sua documentação prévia.
3. Assegurar as tarefas que lhe sejam cometidas pelos Vereadores.
4. Elaborar e encaminhar o expediente organizando o arquivo sectorial da vereação.

5. Registrar e promover a divulgação dos despachos, ordens de serviço e outras decisões da vereação.

Artigo 4.º

Gabinete de Assessoria Técnica

No âmbito das suas atribuições, ao Gabinete de Assessoria Técnica compete:

1. Prestar assessoria técnica ao Executivo Municipal.
2. Emitir pareceres técnicos.
3. Definir estratégias para promover o bom aproveitamento de fundos comunitários.
4. Coordenar e acompanhar processos relacionados com candidaturas a fundos comunitários.
5. Garantir a prestação da informação técnico-jurídica sobre quaisquer questões ou processos que lhe sejam submetidos pela Câmara Municipal ou pelo Presidente da Câmara Municipal.
6. Prestar apoio técnico-administrativo e esclarecimentos aos órgãos das freguesias.
7. Elaborar, organizar, acompanhar e controlar todos os instrumentos de colaboração ou delegação nas Juntas de Freguesia, nomeadamente, protocolos e acordos de colaboração.
8. Assegurar, em articulação com o Gabinete de Apoio à Presidência, o atendimento e todos os contactos e relações institucionais com os órgãos das Juntas de Freguesia.
9. Articular, com as demais estruturas, o apoio necessário ao suporte de trabalhos e iniciativas das Juntas de Freguesia.

Artigo 5.º

Gabinete Municipal de Proteção Civil

1. O Gabinete Municipal de Proteção Civil tem como missão a coordenação das operações de prevenção, socorro e assistência, em situações de catástrofe e de calamidade pública.
2. Nos domínios de planeamento e operações, ao Gabinete Municipal de Proteção Civil compete:
 - a) Acompanhar a elaboração e atualizar o plano municipal de emergência e os planos especiais, quando estes existam;
 - b) Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do Gabinete Municipal de Proteção Civil;

- c) Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para o Gabinete Municipal de Proteção Civil;
 - d) Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, quando possível, a sua manifestação e a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;
 - e) Manter informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adotadas para fazer face às respetivas consequências e às conclusões sobre o êxito ou insucesso das ações empreendidas em cada caso;
 - f) Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência;
 - g) Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em situação de emergência;
 - h) Elaborar planos prévios de intervenção e preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil;
 - i) Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas.
3. Nos domínios da prevenção e segurança, ao Gabinete Municipal de Proteção Civil compete:
- a) Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados;
 - b) Colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros;
 - c) Elaborar projetos de regulamentação de prevenção e segurança;
 - d) Realizar ações de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis;
 - e) Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas, dirigidas a segmentos específicos da população alvo, ou sobre riscos específicos em cenários prováveis previamente definidos;
 - f) Fomentar o voluntariado em proteção civil;
 - g) Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que entenda mais adequadas.

4. No domínio da informação pública, ao Gabinete Municipal de Proteção Civil compete:
 - a) Assegurar a pesquisa, análise, seleção e difusão da documentação com importância para a proteção civil;
 - b) Divulgar a missão e estrutura do Gabinete Municipal de Proteção Civil;
 - c) Divulgar informação relativa a medidas preventivas ou situações de catástrofe;
 - d) Promover e incentivar ações de divulgação sobre proteção civil junto dos munícipes com vista à adoção de medidas de autoproteção;
 - e) Indicar, na eminência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações, medidas preventivas e procedimentos a ter pela população para fazer face à situação;
 - f) Dar seguimento a outros procedimentos, por determinação do Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com competências delegadas.

Capítulo II

Divisões

Artigo 6.º

Divisão de Recursos Humanos

1. A Divisão de Recursos Humanos tem como missão:
 - a) Atrair, reter e desenvolver pessoas, designadamente, através de um sistema de recrutamento, acolhimento e integração, de mobilidade eficiente e eficaz e de uma correta gestão da carreira profissional, tendo em vista a prestação de um serviço de qualidade;
 - b) Conseguir melhor desempenho dos trabalhadores, nomeadamente, procedendo ao diagnóstico de necessidades de formação orientada para as competências de cada trabalhador, com vista a uma prestação eficaz e eficiente dos serviços, tendo como finalidade a satisfação do cliente interno e externo;
 - c) Planear e monitorizar a formação ministrada e avaliar o desempenho do colaborador dentro da sua área de atuação.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Recursos Humanos compete:
 - a) Coordenar os Serviços de: Expediente e Saúde no Trabalho; Recrutamento, Formação e Avaliação do Desempenho; e, Remunerações e Cadastro;
 - b) Garantir o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade;

- c) Conceber, propor e incrementar um sistema integrado de Gestão de Recursos Humanos;
- d) Gerir a organização dos serviços e o mapa de pessoal;
- e) Assegurar, na parte que lhe compete, as operações relacionadas com a avaliação de desempenho;
- f) Gerir um adequado sistema de formação profissional;
- g) Acompanhar a evolução das despesas com pessoal da autarquia;
- h) Promover, em articulação com os restantes serviços, uma adequada afetação dos Recursos Humanos, tendo em vista os objetivos definidos e o perfil de competências profissionais;
- i) Gerir o sistema de assiduidade;
- j) Elaborar o Plano e o Relatório de Atividades da DRH;
- k) Proceder à estimativa anual das verbas a orçamentar em despesas com pessoal.

Artigo 7.º

Serviço de Expediente e Saúde no Trabalho

Ao Serviço de Expediente e Saúde no Trabalho compete:

1. Informar pedidos dos trabalhadores para decisão superior.
2. Colaborar no acompanhamento da evolução das despesas da Autarquia.
3. Prestar atendimento aos colaboradores na parte que lhe compete.
4. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos e requerimentos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.
5. Instruir os procedimentos relativos à mobilidade e cedência de interesse público.
6. Instruir os procedimentos de aposentação e cessação de funções dos trabalhadores.
7. Participar os acidentes de trabalho à companhia seguradora.
8. Assegurar a medicina no trabalho aos trabalhadores.
9. Assegurar as operações de registo de documentos, informar irregularidades e proceder ao encaminhamento dos respetivos documentos.
10. Assegurar o controlo da assiduidade dos trabalhadores para efeitos de vencimentos, registo digital e respetivo cartão de identificação.
11. Prestar atendimento aos colaboradores na parte que lhe compete.
12. Proceder ao arquivo (físico e informático) dos documentos que lhe competem.

Artigo 8.º

Serviço de Recrutamento, Formação e Avaliação do Desempenho

Ao Serviço de Recrutamento, Formação e Avaliação do Desempenho compete:

1. Assegurar os procedimentos relativos ao recrutamento dos trabalhadores.
2. Apoiar técnica e administrativamente o processo de avaliação de desempenho, bem como o processo de indigitação e eleição da comissão paritária.
3. Colaborar no procedimento de formação profissional: levantamento de necessidades de formação; elaboração da proposta ou plano de formação; elaboração de relatórios semestrais das ações de formação desenvolvidas; preparação dos dossiers técnico-pedagógicos; avaliação da eficácia da formação.
4. Assegurar os procedimentos relacionados com o programa de estágios profissionais na administração local (PEPAL).
5. Colaborar na organização e alteração dos mapas de pessoal e regulamento dos serviços municipais.
6. Colaborar no acompanhamento da evolução das despesas com pessoal da Autarquia.
7. Informar pedidos dos trabalhadores para decisão superior.
8. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos e requerimentos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.
9. Prestar atendimento aos colaboradores na parte que lhe compete.
10. Proceder ao arquivo (físico e informático) dos documentos que lhe competem.

Artigo 9.º

Serviço de Remunerações e Cadastro

Ao Serviço de Remunerações e Cadastro compete:

1. Processar e atualizar as remunerações, abonos e proteção social dos trabalhadores (ADSE), horas extraordinárias e outros suplementos.
2. Colaborar na gestão de carreiras em função das avaliações de desempenho.
3. Elaborar o expediente relativo a seguros com pessoal.
4. Elaborar o balanço social e enviar às entidades competentes.
5. Informar pedidos dos trabalhadores para decisão superior.
6. Colaborar no acompanhamento da evolução das despesas com pessoal da Autarquia.
7. Instruir todos os processos referentes a prestações sociais (abono de família, ADSE, segurança social).

8. Organizar e manter atualizado o cadastro dos trabalhadores do Município (físico e informático).
9. Elaborar e conferir os mapas e relações de descontos, facultativos ou obrigatórios, processados nos vencimentos e remete-los às entidades destinatárias nos prazos legais.
10. Prestar atendimento aos colaboradores na parte que lhe compete.
11. Proceder ao arquivo (físico e informático) dos documentos que lhe competem.
12. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos e requerimentos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.
13. Reportar à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) informação referente aos recursos humanos.

Artigo 10.º

Divisão Jurídica

1. A Divisão Jurídica tem como missão assegurar o suporte jurídico e a legalidade na atuação no Município de Vila Verde, garantindo o reconhecimento e prestígio da função e contribuindo para a agilização e simplificação do Regime Jurídico Autárquico, nas diversas áreas da sua competência, por forma a garantir a segurança jurídica na atuação dos diversos serviços do Município de Vila Verde.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão Jurídica compete:
 - a) Coordenar os Serviços de: Consultadoria e Apoio Jurídico-Administrativo; Expropriações e Notariado; Execuções Fiscais; e, Contraordenações;
 - b) Prestar assessoria jurídica aos Órgãos e Serviços Municipais;
 - c) Organizar e assegurar a instrução dos processos de contraordenação;
 - d) Instruir processos de execução fiscal;
 - e) Dar execução material aos despachos superiores, bem como às deliberações dos Órgãos do Município de Vila Verde, de acordo com as atribuições da divisão;
 - f) Organizar os processos respeitantes à aquisição e alienação de bens imóveis;
 - g) Praticar o expediente necessário ao registo predial e à inscrição na matriz e propriedade imobiliária e respetivo ónus, articulando essas ações com o solicitador ao serviço do Município de Vila Verde;
 - h) Instruir e acompanhar os processos de expropriação e de desafetação do domínio público;
 - i) Coordenar e acompanhar a elaboração e atualização de Regulamentos e Posturas Municipais;

- j) Instruir processos disciplinares, de averiguações, de inquérito e de sindicância;
- k) Assegurar o arquivo de todos os documentos adstritos a estes serviços, mantendo sempre atualizado o arquivo corrente;
- l) Elaborar os procedimentos no âmbito da certificação dos serviços da unidade orgânica;
- m) Administrar os bens de consumo corrente existentes na divisão e proceder à sua distribuição pelos trabalhadores, propondo medidas tendentes a racionalizar as aquisições de material e os consumos;
- n) Garantir o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.

Artigo 11.º

Serviço de Consultadoria e Apoio Jurídico-Administrativo

Ao Serviço de Consultadoria e Apoio Jurídico-Administrativo compete:

1. Emitir pareceres de natureza jurídica sobre matérias respeitantes aos serviços Municipais.
2. Acompanhar os processos de contencioso administrativo.
3. Proceder à seleção, distribuição e classificação de legislação, com vista a habilitar os Serviços à boa execução das leis e à uniformidade da sua interpretação.
4. Prestar apoio técnico-jurídico aos órgãos do Município de Vila Verde e Juntas de Freguesia.
5. Coordenar e acompanhar a elaboração e atualização de posturas e regulamentos municipais.
6. Instruir processos disciplinares, de averiguações, de inquérito e de sindicância, bem como emitir pareceres quanto à regularidade formal dos processos, existência material dos factos, qualificação dos mesmos como infração disciplinar, circunstâncias dirimentes, gravidade da infração e pena aplicável.
7. Formular junto do Ministério Público participações, quando haja indícios da prática de crime.
8. Tratamento de reclamações apresentadas perante o Município de Vila Verde relativamente a atribuições concedidas da divisão.
9. Organizar os processos de desafetação de domínio público municipal.

Artigo 12.º

Serviço de Expropriações e Notariado

Ao Serviço de Expropriações e Notariado compete:

1. Preparar e acompanhar todos os atos e contratos em que o Município de Vila Verde seja outorgante, bem como outros atos formais, mesmo aqueles para os quais não é exigida a forma de documento autêntico, organizando os processos respetivos.
2. Instruir os processos respeitantes à declaração de utilidade pública para expropriação, intervindo nas fases subsequentes, designadamente posse administrativa, se for caso disso, expropriação amigável ou litigiosa, constituição e funcionamento da arbitragem, indemnizações e recurso.
3. Assegurar todo o expediente e arquivo do notariado.
4. Extrair fotocópias e passar certidões de escrituras, de registos e de outros documentos notariais.

Artigo 13.º

Serviço de Execuções Fiscais

Ao Serviço de Execuções Fiscais compete:

1. Promover a cobrança coerciva através da instauração dos competentes processos de execução fiscal, executando todo o expediente necessário ao exercício da competência e das funções cometidas pelo Código de Procedimento e Processo Tributário e demais legislação conexa, na parte aplicável aos Municípios.
2. Assegurar a emissão de guias referentes ao pagamento das dívidas exequendas e respetivas custas fiscais.
3. Prestar informações na sequência das citações para reclamação de créditos.

Artigo 14.º

Serviço de Contraordenações

Ao Serviço de Contraordenações compete:

1. Instruir e acompanhar os processos de contraordenação respeitantes a contraordenações decorrentes da violação de posturas e regulamentos municipais, bem como, de normativos legais que atribuam a competência para a aplicação de coimas às Câmaras Municipais.
2. Prestar informações sobre as impugnações judiciais apresentadas no âmbito dos processos de contraordenação.

3. Informar e encaminhar para o Ministério Público os processos de contraordenação, tendo em vista a cobrança coerciva das coimas e das custas.
4. Emitir as guias para pagamento de coimas e de custas.
5. Iniciar e organizar os processos de contraordenação de trânsito e encaminhá-los para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.
6. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.
7. Assegurar a gestão operacional do Sistema de Gestão da Qualidade, no âmbito das atribuições da Divisão Jurídica, executando todas as atividades desenvolvidas nos processos nele contemplados.

Artigo 15.º

Divisão de Administração e Finanças

1. A Divisão de Administração e Finanças tem como missão assegurar a prestação de todos os serviços de apoio que garantam o regular funcionamento da atividade municipal, garantir o cumprimento das linhas estratégicas da gestão financeira, económica e orçamental do Município de Vila Verde, assim como da gestão do património, da contratação de bens e serviços e de incentivo a candidaturas a programas de financiamento.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Administração e Finanças compete:
 - a) Coordenar os Serviços de: Secção Administrativa; Secção de Atendimento e Apoio ao Munícipe; Contabilidade; Aprovisionamento e Contratação Pública; e, Tesouraria;
 - b) Prestar o apoio técnico-administrativo às atividades desenvolvidas pelos órgãos e serviços do Município de Vila Verde;
 - c) Executar as tarefas inerentes à receção, registo, expediente e arquivo da documentação;
 - d) Instruir processos de licenciamento que sejam da sua competência, emitir as respetivas licenças e liquidar as competentes taxas;
 - e) Coordenar a elaboração e a apresentação dos documentos previsionais e de prestação de contas e do relatório de gestão do Município de Vila Verde;
 - f) Elaborar as Grandes Opções do Plano e do Orçamento, respetivas alterações e revisões, bem como, controlar a sua execução;
 - g) Elaborar o relatório de Prestação de Contas;

- h) Elaborar as propostas para a recolha de impostos e outras receitas municipais;
- i) Adotar procedimentos de controlo que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável;
- j) Acompanhar os limites ao endividamento municipal;
- k) Elaborar estudos e relatórios diversos da sua especialidade, designadamente sobre evolução da situação financeira municipal;
- l) Controlar o grau de utilização da capacidade legal de endividamento municipal;
- m) Elaborar reconciliações bancárias, planos de pagamentos e processar ordens de pagamento;
- n) Elaborar a proposta de revisão anual da tabela de taxas e licenças;
- o) Gerir a carteira de seguros e garantias bancárias;
- p) Assegurar os processos relativos à contratação pública de bens e serviços, locação e apoio burocrático nas empreitadas;
- q) Proceder ao inventário de bens móveis e imóveis, mantendo-o devidamente atualizado;
- r) Assegurar todo o expediente relativo à aquisição e alienação de bens do Município;
- s) Proceder ao pagamento, através das instituições bancárias, de vencimentos e outros abonos de pessoal, bem como das remunerações devidas por serviços prestados;
- t) Promover a regularização das despesas superiormente autorizadas e das receitas legalmente devidas;
- u) Proceder à escrituração do IVA, processar juros e amortizações de empréstimos contraídos pela Autarquia;
- v) Remeter às entidades competentes toda a informação relativa à situação económica e financeira do Município de Vila Verde;
- w) Contabilizar a receita diária e apuramento do saldo diário de caixa e bancos;
- x) Proceder à reconciliação de custos na contabilidade analítica;
- y) Executar o cadastro do imobilizado.

Artigo 16.º

Secção Administrativa

À Secção Administrativa compete:

1. Gerir o expediente relacionado com as reuniões camarárias, nelas incluindo-se a exarcação de minutas e atas.
2. Transmitir aos serviços as deliberações tomadas com interesse para o Município de Vila Verde.
3. Apoiar as tarefas necessárias ao recenseamento eleitoral e à realização de censos e inquéritos.
4. Elaborar e registar avisos, anúncios e editais, bem como promover a sua publicação.
5. Registar e distribuir o correio e demais expediente, promovendo a desmaterialização, e estabelecer o encaminhamento para tratamento nos diversos serviços.
6. Suportar a gestão dos processos relativos ao licenciamento de automóveis ligeiros de passageiros de aluguer, bem como as atividades diversas, previstas nas alíneas a), b) e c) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, republicado pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, nomeadamente: guarda-noturno; venda ambulante de lotarias; e arrumador de automóveis.
7. Assegurar o encaminhamento dos pedidos relativos às cartas de caçador para a entidade competente.
8. Gerir a informação afixada no espaço de receção, no sentido de garantir a sua atualização.

Artigo 17.º

Secção de Atendimento e Apoio ao Município

1. A Secção de Atendimento e Apoio ao Município destina-se a apoiar os cidadãos no seu relacionamento com o Município de Vila Verde ao nível do atendimento e informação geral e no que se refere ao tratamento de assuntos do seu interesse. Tem como missão prosseguir o princípio de satisfação total do munícipe, através do desenvolvimento da política da qualidade no atendimento presencial, telefónico e eletrónico, no sentido da aproximação e facilitação da relação com o cidadão. Integra as áreas de receção, atendimento único presencial, atendimento telefónico, manutenção e limpeza das instalações, as quais no âmbito das suas atribuições, compete coordenar.
2. A esta secção em matéria de atendimento em regime de balcão único incumbem as seguintes funções:

- a) Atender, informar e orientar os munícipes sobre os serviços prestados pelo Município de Vila Verde, presencial ou telefonicamente;
 - b) Diligenciar junto dos serviços municipais as informações necessárias, no sentido de garantir o direito à informação, sobre o estado e andamento dos processos;
 - c) Tratar as solicitações que possam ser efetuadas no imediato, no sentido da rápida e adequada satisfação dos munícipes;
 - d) Assegurar o atendimento personalizado, fornecendo requerimentos, formulários e modelos e prestando apoio no seu preenchimento;
 - e) Receber, conferir, registar e encaminhar os requerimentos e documentos dos munícipes, para os respetivos serviços;
 - f) Registar e encaminhar todas as reclamações, com vista à sua rápida resolução;
 - g) Auxiliar à referenciação na emissão de plantas de localização;
 - h) Emitir e entregar documentos (guias de receita, contratos de fornecimento de água, comprovativos de entrega, licenças diversas, alvarás, cartões, certidões, atestados, avisos, plantas, e demais documentação que deva ser entregue ao munícipe presencialmente);
 - i) Receber dos munícipes as liquidações de taxas, tarifas ou outros pagamentos;
 - j) Propor e dinamizar, em articulação com o serviço de modernização administrativa, medidas de correção e de melhoria do serviço de atendimento prestado que se revelem necessárias à satisfação dos munícipes;
 - k) Disponibilizar o acesso mediado ao Balcão do Empreendedor, para a submissão dos formulários eletrónicos, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 48/2011.
3. Compete também a esta secção providenciar o atendimento telefónico e colaborar na manutenção das instalações, nomeadamente cumprindo as seguintes funções:
- a) Receber, informar e agendar os pedidos de marcação de atendimento técnico específico;
 - b) Encaminhar, telefónica ou presencialmente os cidadãos para as respetivas áreas mediante os assuntos em causa;
 - c) Efetuar e registar as chamadas telefónicas para o exterior, solicitadas pelos diversos serviços;
 - d) Receber e encaminhar as sugestões e opiniões depositadas na receção;
 - e) Identificar, registar e promover a resolução das anomalias de funcionamento das instalações em articulação com a Divisão de Ambiente e Obras;

- f) Gerir e controlar o chaveiro do edifício, bem como o acesso de pessoas externas aos serviços;
 - g) Garantir o permanente funcionamento das câmaras de vigilância, no sentido da promoção da segurança do edifício;
 - h) Manter atualizada a lista de contactos internos.
4. Esta secção é ainda responsável por garantir o adequado estado de limpeza e higiene das instalações, zelando pela arrumação dos espaços comuns e integridade do mobiliário e dos equipamentos.

Artigo 18.º

Serviço de Arquivo

1. O Serviço de Arquivo está organizado em 3 setores:
- a) Gestão Documental – exerce a sua atividade numa dupla missão: prestação dos serviços aos clientes externos (municípios) – Atendimento e prestação de serviços aos clientes internos (outras unidades orgânicas), tendo por base a implementação do Sistema Integrado de Gestão de Arquivos que tem por objetivo efetuar a gestão documental através do recenseamento e descrição e aplicação da tabela de temporalidade a todos os documentos, em formato papel ou digital, produzidos ou recebidos pela Câmara Municipal no âmbito das suas atividades.
 - b) Arquivo Histórico – exerce a sua atividade sobre toda a documentação que após o processo de seleção e avaliação documental nele é incorporada, procedendo, também, à recolha e tratamento de conjuntos documentais com valor patrimonial e histórico com interesse municipal pertencentes a outras entidades concelhias.
 - c) Serviço de Digitalização e Arquivo Digital – responsável pelo projeto de digitalização documental dos documentos produzidos e/ou recebidos pelo Município e a implementação do Arquivo Digital, tornando possível para todos os técnicos e administrativos, bem como aos municípios, o acesso aos seus processos em formato digital, reduzindo o consumo e circulação de documentos em suporte papel. Este projeto, estando dependente de recursos materiais e humanos, será implementado ao longo deste ano de forma faseada, de acordo com o respetivo projeto.

2. Assim, de uma forma genérica, e de acordo com o Regulamento do Arquivo Municipal de Vila Verde, ao Serviço Arquivo compete:

- a) Gerir na sua integridade os arquivos dos diferente órgãos e serviços da Câmara Municipal, independentemente da idade ou fase, forma ou suporte material dos documentos que os compõem;
- b) Recolher e tratar tecnicamente os arquivos e conjuntos documentais pertencentes a outras entidades do concelho de Vila Verde com interesse histórico, patrimonial, arquivístico e ou informativo, sempre que solicitado para esse efeito;
- c) Conceder apoio técnico-arquivístico àquelas entidades, a sua solicitação, nas diversas matérias que se prendem com a criação, organização, gestão documental, preservação e acesso aos seus arquivos;
- d) Facultar aos utilizadores certidões e cópias dos documentos de arquivo à sua guarda, salvo quando estiverem em causa limitações do direito de acesso às informações neles contidas ou a sua preservação, devendo, neste último caso, ser facultada a consulta, na medida do possível, de uma reprodução das espécies acauteladas;
- e) Fomentar o conhecimento dos acervos documentais, quer dos arquivos próprios, quer dos existentes no concelho, através do seu recenseamento e da elaboração dos respetivos guias, inventários e catálogos;
- f) Divulgar o património documental e recursos informativos do concelho, mediante a promoção de iniciativas culturais de natureza diversa;
- g) Executar tudo o mais que se encontrar relacionado com este serviço e for superiormente determinado.

Artigo 19.º

Serviço de Contabilidade

Ao Serviço de Contabilidade compete:

1. Lançar movimentos de caixa e organizar o arquivo das ordens de pagamento.
2. Processar a despesa fixa mensal, bem como despesas relativas às transferências para as freguesias.
3. Organizar a documentação comprovativa da despesa com transportes, refeições e prolongamento escolar.
4. Realizar o processamento do factoring.

5. Processar guias de receita para arrecadação de valores.
6. Conduzir a tramitação dos respetivos procedimentos administrativos.
7. Emitir certidões das importâncias entregues pela Câmara Municipal Vila Verde a outras entidades.
8. Manter atualizadas as contas-correntes de fornecedores.
9. Assegurar o atendimento ao público do respetivo serviço.

Artigo 20.º

Serviço de Aprovisionamento e Contratação Pública

1. Ao Serviço de Aprovisionamento e Contratação Pública compete:
 - a) Assegurar os procedimentos relacionados com contratação pública, designadamente quanto à aquisição de bens e serviços, bem como das empreitadas de obras públicas: publicações, disponibilização de procedimentos, comunicações e gestão da tramitação processual;
 - b) Efetuar pedidos de preços, cabimentos, compromissos, requisições internas e externas;
 - c) Proceder à junção da faturação às respetivas requisições e arquivo das mesmas;
 - d) Proceder ao lançamento contabilístico da faturação em programa informático;
 - e) Proceder à separação da faturação pelos serviços requisitantes para posterior confirmação do bem/serviço;
 - f) Processar ordens de pagamento a fornecedores e outras entidades;
 - g) Assegurar a gestão administrativa do material armazenado;
 - h) Prestar atendimento ao público e apoio à tesouraria.
2. Aos Assistentes Operacionais afetos ao bar compete:
 - a) Prestar assistência ao bar da Câmara Municipal de Vila Verde e zelar pelas respetivas instalações e equipamentos;
 - b) Entregar aos colaboradores os géneros alimentares por eles solicitados, mediante o recebimento das respetivas importâncias;
 - c) Entregar na tesouraria as importâncias recebidas;
 - d) Identificar os géneros alimentares em falta no bar, proceder à respetiva requisição, recebê-los dos fornecedores e guardá-los nos devidos locais.

Artigo 21.º

Serviço de Tesouraria

Ao Serviço de Tesouraria compete:

1. Arrecadar receitas virtuais e eventuais.
2. Efetuar a liquidação de despesas e cobrança de receitas, depois de devidamente autorizadas.
3. Promover a entrada e saída de fundos por operações de tesouraria.
4. Manter à sua guarda os fundos, valores e documentos pertencentes ao Município de Vila Verde.
5. Manter atualizada a conta corrente com instituições de crédito.
6. Registrar e entregar diariamente na Divisão de Administração e Finanças o diário de tesouraria, o resumo diário de tesouraria e a conta corrente de documentos.
7. Transferir diariamente para a Divisão de Administração e Finanças todos os documentos de despesa e de receita, anulações, guias de débito e outras escrituradas no respetivo diário de tesouraria e resumo diário de tesouraria.
8. Manter devidamente informado o Chefe da Divisão de Administração e Finanças sobre qualquer anomalia de tesouraria.
9. Executar outras tarefas que, no âmbito das suas atribuições, lhe sejam superiormente solicitadas.
10. Assegurar o atendimento ao público do respetivo serviço.

Artigo 22.º

Divisão de Educação e Promoção Social

1. A Divisão de Educação e Promoção Social tem como missão desenvolver estratégias de intervenção e assegurar o planeamento e gestão dos serviços e equipamentos educativos, coordenar e promover o desenvolvimento das atividades culturais, gerir os programas e projetos municipais nas áreas da intervenção social e assegurar a realização das políticas e dos programas municipais nas áreas do turismo, da juventude e do desenvolvimento desportivo, promovendo o desenvolvimento sustentado do Município de Vila Verde, nos princípios da equidade, da cultura democrática e da qualidade, numa lógica de proximidade com os munícipes e instituições.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Educação e Promoção Social compete:
 - a) Coordenar os Serviços de: Educação e Ação Social; Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística; Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela; Comissão de

- Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde; Relações Públicas e Comunicação; Apoio às Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas; e, Serviço de Qualificação e Inserção Profissional;
- b) Programar e executar tarefas de planeamento, administração e gestão educativa da rede escolar;
 - c) Articular com os estabelecimentos de ensino e com os organismos da tutela na implementação de ações de intervenção no território;
 - d) Gerir implementar as medidas de ação social escolar e os transportes escolares;
 - e) Promover ações de desenvolvimento educacional e de formação socioprofissional;
 - f) Encetar ações de desenvolvimento da educação de base e de formação de adultos;
 - g) Assegurar o cumprimento dos objetivos e ações enunciados na Carta Educativa Concelhia;
 - h) Implementar e executar programas de animação cultural no concelho;
 - i) Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelo conhecimento;
 - j) Promover ações que estimulem a criatividade, o diálogo e a diversidade cultural;
 - k) Efetuar e colaborar em ações de defesa, preservação e valorização do património histórico, paisagístico e urbanístico do Município de Vila Verde;
 - l) Divulgar e promover as potencialidades turísticas do Concelho;
 - m) Organizar feiras, exposições e outros certames que potenciem os recursos endógenos, o artesanato, a gastronomia, o património, a etnografia, os usos e costumes tradicionais;
 - n) Organizar e desenvolver produtos turísticos destinados a determinados grupos sociais e faixas etárias;
 - o) Garantir o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.

Artigo 23.º

Serviço de Educação e Ação Social

1. Ao Serviço de Educação e Ação Social, em particular no âmbito da educação compete:

- a) Assegurar a receção, estudo, análise e encaminhamento de solicitações dos munícipes na área socioeducativa;
- b) Executar tarefas de planeamento, administração e gestão educativa da rede escolar, no âmbito das competências municipais – diagnóstico e aquisição de mobiliário, equipamentos e materiais educativos; candidaturas à construção ou ampliação de edifícios escolares;
- c) Colaborar com estabelecimentos de ensino, oficiais e particulares, nas ações de incentivo e melhoria do sucesso escolar;
- d) Diagnosticar insuficiências económicas e sociais ao nível do ensino pré-escolar e do ensino básico, propondo medidas adequadas à sua resolução;
- e) Executar as atividades programadas na área da ação social escolar;
- f) Promover e apoiar ações de educação de base e fomento cultural destinadas a adultos;
- g) Promover e apoiar ações de desenvolvimento educacional e de formação socioprofissional;
- h) Promover ações no sentido da implementação das medidas previstas na Carta Educativa Concelhia;
- i) Garantir a implementação de Programas de índole socioeducativa que sejam assumidos pelo Município de Vila Verde no âmbito de competências próprias ou protocoladas com o Ministério da Educação, garantindo a elaboração das respetivas candidaturas anuais, o estabelecimento de protocolos com vista à sua boa execução e a sua gestão diária;
- j) Implementar e acompanhar o fornecimento de refeições no 1º ciclo, garantindo a elaboração de candidatura anual, o estabelecimento de protocolos e o envio trimestral de dados e correspondente recebimento de verbas;
- k) Implementar e acompanhar o desenvolvimento da componente de apoio à família no pré-escolar, articulando com os serviços centrais competentes, quer o envio de dados, quer a transferência de verbas;
- l) Elaborar e acompanhar a implementação dos protocolos de cooperação anual com os Agrupamentos de Escolas com vista à resolução de necessidades várias e acompanhamento de projetos educativos;
- m) Gerir, implementar e acompanhar todo o processo de atribuição de auxílios económicos no 1º ciclo do ensino básico;

- n) Acompanhar os Agrupamentos de Escolas, as escolas e jardins de infância no que respeita ao parque informático e ligações á Internet, nas escolas do 1º ciclo e jardins de infância;
 - o) Propor e/ou apoiar a implementação de projetos educativos e/ou ações, nas mais diversas áreas, a implementar nas escolas;
 - p) Operacionalizar e dinamizar a Plataforma de Gestão Escolar (PEA).
2. Os Assistentes Operacionais que se encontram a desempenhar funções nas instituições de apoio educativo integram este serviço, competindo-lhes:
- a) Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e dos jovens durante o período de funcionamento da escola, com vista a assegurar um bom ambiente educativo;
 - b) Exercer tarefas de atendimento e encaminhamento de utilizadores da escola e controlar entradas e saídas da escola;
 - c) Cooperar nas atividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola;
 - d) Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização dos espaços e das instalações, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo;
 - e) Exercer tarefas de apoio aos serviços de ação social escolar;
 - f) Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança ou o aluno a unidades de prestação de cuidados de saúde;
 - g) Estabelecer ligações telefónicas, prestar informações e receber e transmitir mensagens;
 - h) Zelar pela conservação dos equipamentos de comunicação;
 - i) Reproduzir documentos com utilização de equipamento próprio, assegurando a limpeza e manutenção do mesmo e efetuando pequenas reparações ou comunicando as avarias verificadas;
 - j) Assegurar o controlo de gestão de stocks necessários ao funcionamento da reprografia;
 - k) Efetuar, no interior e exterior, tarefas indispensáveis ao funcionamento dos serviços;
 - l) Exercer, quando necessário, tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento de laboratórios e bibliotecas escolares.

3. Ao Serviço de Educação e Ação Social, em particular no âmbito da ação social compete:

- a) Assegurar o cumprimento das atribuições do Município de Vila Verde no âmbito do sistema de ação social;
- b) Colaborar na deteção das carências da população em serviços de saúde, bem como em ações de promoção e profilaxia;
- c) Estudar e identificar as causas de marginalidade e delinquência, específicas ou de maior relevo na área do Município de Vila Verde, propondo as medidas adequadas com vista à sua eliminação;
- d) Desenvolver ações de apoio a grupos de indivíduos específicos, às famílias e à comunidade, no sentido de desenvolver o bem-estar social;
- e) Desenvolver e implementar ações de apoio à infância e terceira idade, de forma a melhorar o seu bem-estar;
- f) Colaborar na inventariação de necessidade de construção de equipamentos e instalações destinadas a apoiar a primeira infância, a terceira idade e os organismos juvenis;
- g) Colaborar, no âmbito da habitação social, no acompanhamento dos munícipes a realojar;
- h) Promover e acompanhar as atividades que visem, especificamente, categorias de munícipes aos quais se reconhecem necessidades particulares de apoio ou assistência;
- i) Realizar programas de ocupação de tempos livres;
- j) Concretizar as medidas definidas pela Câmara Municipal de Vila Verde no domínio da saúde;
- k) Promover o apoio às associações de caráter humanitário, filantrópico e de intervenção social, em particular as sedeadas no Concelho;
- l) Promover, no âmbito da rede social, a integração e coordenação das intervenções a nível concelhio;
- m) Promover a racionalidade na adequação das respostas/equipamentos, recursos e agentes às necessidades locais e induzir o diagnóstico e o planeamento participados;
- n) Colaborar com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens com vista ao desenvolvimento de ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovens;

- o) Promover e apoiar os projetos de fomento da habitação social e cooperativa;
- p) Colaborar nos projetos de autoconstrução apoiados pela Câmara Municipal;
- q) Propor as medidas adequadas em relação às habitações degradadas e/ ou clandestinas detetadas, sugerindo medidas convenientes;
- r) Propor os programas de ação tendentes à resolução dos problemas de habitação e colaborar com organismos congéneres e outros serviços municipais na resolução do problema habitacional do Concelho;
- s) Manter atualizado o cadastro das habitações sociais pertencentes ao Município de Vila Verde;
- t) Estudar e acompanhar a execução de programas de reconversão e renovação urbana, através de ações de alojamento e integração dos habitantes desalojados;
- u) Às Assistentes Operacionais afetas a este serviço compete essencialmente assegurar a limpeza e arranjo diário das instalações, mobiliário e equipamento da Casa Municipal da Cultura.

Artigo 24.º

Serviço de Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística

Ao Serviço de Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística compete:

1. Elaborar a realização continuada do inventário geral do património móvel, imóvel e intangível.
2. Promover o estudo e a investigação sobre o património cultural concelhio, fomentando o desenvolvimento de parcerias de âmbito local e nacional.
3. Conservar, valorizar, promover e difundir o património escrito, em especial o que concerne à história do Município de Vila Verde, contribuindo para reforçar a identidade cultural da região.
4. Conhecer e registar em diversos suportes o património etnofolclórico do concelho, nomeadamente dos grupos folclóricos, dos artesãos, das festas, feiras, romarias e usos e costumes.
5. Proceder à inventariação e classificação do património histórico-cultural (monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de interesse concelhio).
6. Emitir pareceres e elaborar programas para a conservação e recuperação do património.
7. Emitir pareceres no âmbito das intervenções em zonas históricas e classificadas.
8. Propor e estabelecer parcerias para a defesa e promoção do património histórico-cultural do Município de Vila Verde.

9. Promover e apoiar iniciativas das associações e instituições culturais do concelho.
10. Elaborar candidaturas a programas de valorização e preservação do património histórico-cultural.
11. Difundir e facilitar documentação e informação útil e atualizada, em diversos suportes sobre o património cultural concelhio com inclusão do património intangível.
12. Propor a aquisição ou implementação de novas infraestruturas e bens culturais.
13. Conceber e apoiar a execução de projetos museológicos.
14. Elaborar pareceres, recomendações e especificações técnicas de projeto, de materiais e de equipamentos, tendo em vista a adequada instalação e utilização de projetos museológicos.
15. Criar e organizar um centro de documentação promovendo o seu enriquecimento e divulgação.
16. Criar espaços de diálogo com as escolas, associações e outras instituições, procurando oferecer novas formas de olhar o património cultural.
17. Incentivar projetos de criação artística e de enriquecimento cultural.
18. Coordenar a atividade dos diversos serviços municipais, no sentido de uma ação concertada e coerente, visando a promoção das condições ambientais e gerais para o desenvolvimento turístico sustentável do Concelho.
19. Atualizar e organizar a informação do IRT – Inventário dos Recursos Turísticos do concelho de Vila Verde e promover a respetiva divulgação.
20. Coordenar o acolhimento de turistas e visitantes no posto de turismo municipal e promover o destino junto dos mesmos, dos profissionais e do público em geral, em articulação com as várias entidades privadas e públicas do setor.
21. Assegurar, em articulação com outros serviços municipais e entidades externas, uma gestão integrada e sistemática das áreas do concelho com vista à sua permanente qualificação como equipamento de uso coletivo e promoção turística.
22. Desenvolver e criar redes de trabalho ao nível local, regional, nacional e até internacional no âmbito da aplicação das políticas definidas para o desenvolvimento turístico e económico do Concelho.
23. Estudar e promover medidas de estímulo aos operadores hoteleiros, comerciais e industriais que se distingam pelo espírito de serviço público e pela adoção de práticas de qualidade que prestigiem e valorizem o Município de Vila Verde.

24. Disponibilizar e realizar estudos de mercado, com o objetivo de aumentar a competitividade da oferta turística, valorizar a atratividade do destino e proporcionar ao turista/visitante experiências únicas, que façam prolongar a sua estadia e repetir a visita.
25. Realizar e participar, em parceria com outros operadores no país e no estrangeiro, ações promocionais do Concelho, da região e das suas atividades económicas, colaborando neste domínio com o Serviço de Relações Públicas, Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas.
26. Organizar eventos e iniciativas de natureza turística e de lazer nas áreas - entre outras - do artesanato, restauração/gastronomia, turismo social, animação de espaços públicos e programas e circuitos turísticos temáticos (infância, adolescência e terceira idade) no Concelho de Vila Verde e colaborar nas que envolvam a representação exterior do Município.
27. Desenvolver estreitas relações com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, ao qual acresce o objetivo de criação de sinergias ao nível regional entre todos os municípios que compõe esta Região.
28. Realizar investigação nas áreas do turismo e do lazer locais e a recolha e tratamento de dados estatísticos acerca da procura turística.
29. Participar e integrar projetos, planos e iniciativas que interajam com o desenvolvimento do turismo local, regional e nacional.
30. Contribuir, em conjunto com os serviços da autarquia competentes, para a valorização, qualificação e dinamização do património histórico-cultural e natural do Concelho de Vila Verde.
31. Realizar estudos e projetos conducentes à definição e concretização das políticas do Município de Vila Verde na área do turismo.
32. Participar em ações de inspeção e licenciamento de estabelecimentos de restauração e bebidas.
33. Emitir pareceres com vista ao licenciamento dos empreendimentos de turismo em espaço rural.
34. Coordenar e superintender a atividade de outros profissionais do setor, se de tal for incumbido.
35. Analisar e prestar informação de interesse turístico.
36. Elaborar propostas de textos turísticos, mediante o levantamento de conteúdos e investigação bibliográfica.

37. Orientar e acompanhar processos de investimento nas suas fases de licenciamento e financiamento, prestando os esclarecimentos que o investidor, ou potencial investidor, necessite relativamente à modalidade e os corretos procedimentos legais.
38. Reunir com os promotores, onde se toma conhecimento das intenções de investimento.
39. Esclarecer sobre as possibilidades de investimento de financiamento, tentando aproximar a ideia de investimento dos requisitos legais de modo a viabilizar os projetos de investimento.
40. Criar e manter atualizado um cadastro de todos os empreendimentos turísticos, bem como do alojamento local.
41. Efetuar a receção e entrega de expediente e encomendas, prestar informações verbais ou telefónicas, expediente geral e arquivo de documentos, bem como efetuar a gestão material promocional em termos turísticos.
42. Desenvolver outras ações que se venham a entender essenciais para o desenvolvimento sustentável do turismo local.
43. Programar e organizar, em parceria com Associações Desportivas, Culturais e Recreativas do Concelho, ações de dinamização sócio-cultural, desportiva e de recreio e lazer.
44. Inventariar as necessidades das coletividades e dos equipamentos destinados à prática desportiva.
45. Analisar e prestar apoio às associações culturais e desportivas no desenvolvimento das suas atividades e projetos.
46. Promover o acesso de todos os cidadãos aos programas e atividades de índole desportiva e cultural.
47. Lançar campanhas de sensibilização para a prática do desporto de lazer.
48. Promover e apoiar atividades lúdico-recreativas adaptadas a certos grupos de risco (idosos, pessoas portadoras de deficiência ou com problemas de saúde).
49. Planear e desenvolver atividades de natureza desportiva no âmbito da ação escolar.
50. Elaborar e manter atualizado o cadastro das associações do Concelho.
51. Assegurar o regular funcionamento e manutenção dos equipamentos municipais (Complexo de Lazer de Vila Verde, Piscinas de Vila de Prado, Estádio Cruz do Reguengo e Estádio Municipal).

Artigo 25.º

Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela

1. À Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela compete:

- a) Propor a aplicação de critérios de organização e funcionamento do serviço.
- b) Manter adequados os ficheiros incluindo os de consulta pública.
- c) Estabelecer ligações com departamentos do Estado e outros organismos responsáveis pela leitura pública.
- d) Conceber e operacionalizar programas de animação cultural tendentes a promoverem o desenvolvimento do nível cultural das populações.
- e) Criar e fortalecer hábitos de leitura e desenvolver atividades que promovam o gosto pela mesma.
- f) Apoiar a educação individual, a autoformação e a educação formal a todos os níveis.
- g) Promover o conhecimento sobre a herança cultural e o apreço pelas artes, pelo conhecimento e pela inovação científica.
- h) Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural e fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural.
- i) Recolher, tratar, preservar e divulgar os fundos documentais de carácter local.
- j) Selecionar, classificar e indexar documentos sob a forma textual, sonora, visual ou outra, desenvolvendo e adaptando sistemas de tratamento automático ou manual, de acordo com as necessidades.
- k) Definir procedimentos de recuperação e exploração de informação.
- l) Promover ações de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes de informação primária, secundária e terciária.
- m) Dinamizar a utilização de equipamentos e suportes informáticos.
- n) Articular ações com a rede de Leitura Pública e propor o estabelecimento de parcerias com as autarquias e outras entidades.
- o) Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local.
- p) Apoiar e orientar os utilizadores no âmbito da disponibilização de documentos, da pesquisa de bibliografia e da gestão do circuito documental.
- q) Assegurar a gestão do expediente, arquivo de correspondência e outra documentação.
- r) Assegurar a gestão do SELESE (Serviço de Leitura em Suportes Especiais).

- s) Preparar e executar contos direcionados para a população concelhia do pré-escolar e 1.º Ciclo.
- 2. Às Assistentes Operacionais afetas à Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela compete, essencialmente, proceder à limpeza e manutenção diária da biblioteca, observando princípios de asseio e poupança e transportar, arrumar e armazenar o material necessário às atividades dos serviços da biblioteca.

Artigo 26.º

Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Vila Verde

À Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde compete:

- 1. Diagnosticar situações de risco/perigo.
- 2. Acompanhar os processos identificados como de perigo que integram, entre outras diligências: o contacto com as famílias; as visitas domiciliárias; os diversos atendimentos; as reuniões e/ou contactos com entidades que diretamente ou indiretamente possam ser envolvidas nos processos de Promoção e Proteção.
- 3. Estabelecer Acordos de Promoção e Proteção junto dos menores e a respetiva execução da medida aplicada.
- 4. Preparar relatórios sociais para o Tribunal de Família e Menores de Braga, bem como a comparência no tribunal sempre que solicitada.
- 5. Elaborar informações sociais e outras para as diversas entidades (CPCJ'S, escolas, tribunal, segurança social, centro de saúde, entre outros).
- 6. Participar nas reuniões da Comissão Restrita e Alargada.
- 7. Elaborar o relatório anual de atividades.
- 8. Proceder à dinamização de ações de formação parental junto das famílias com processo na CPCJ.
- 9. Sensibilizar e divulgar as ações da CPCJ no âmbito da promoção dos direitos das crianças e dos jovens.
- 10. Promover atividades junto das crianças/jovens do Concelho em parceria com várias entidades concelhias.
- 11. Prestar apoio às consultas de psicologia (encaminhamento de crianças/jovens; marcação de consultas).
- 12. Promover ações direcionadas especificamente para a infância, nomeadamente: divulgação dos direitos da criança; identificação e prevenção dos direitos da criança;

identificação e prevenção de situações maltratantes; divulgação da própria CPCJ e da sua função.

13. Desenvolver ações junto da população no sentido de prevenir situações de risco/perigo.

Artigo 27.º

Serviço de Relações Públicas e Comunicação

Ao Serviço de Relações Públicas e Comunicação compete:

1. Assegurar as funções de protocolo nas cerimónias e atos oficiais do Município de Vila Verde, bem como, as funções relacionadas com a prestação de serviços de receção/atendimento e das relações públicas.
2. Preparar, elaborar e divulgar publicações periódicas municipais de informação geral.
3. Assegurar as relações com os órgãos de comunicação social.
4. Recolher e promover a divulgação interna das matérias noticiosas de interesse para a Câmara Municipal.
5. Divulgar as atividades prosseguidas e promovidas pela Câmara Municipal, junto da comunicação social.
6. Apoiar o Gabinete de Apoio Pessoal do Presidente nas áreas das relações institucionais.
7. Organizar receções e outros eventos promocionais análogos.
8. Promover ações no âmbito da cooperação com outros Municípios ou agências de desenvolvimento.
9. Organizar as deslocações oficiais dos eleitos municipais e a receção e estada de convidados oficiais do Município de Vila Verde.
10. Providenciar e assegurar o hastear das bandeiras nos locais próprios nos dias e datas indicadas para o efeito.
11. Criar, executar e acompanhar todo o processo inerente à produção de materiais gráficos, como: plano de atividades, prestação de contas, publicações municipais, livros, cartazes, brochuras, panfletos, convites, campanhas de comunicação, logótipos, decoração de espaços e exposições.
12. Recolher, tratar e difundir informação turística.
13. Aconselhar a Câmara Municipal nas áreas de imagem e comunicação.
14. Promover a imagem pública dos serviços e instalações municipais e do espaço público em geral.

15. Recolher, tratar e produzir informação, bem como proceder à sua divulgação, através de iniciativas junto da comunicação social local, regional, nacional e internacional, com vista à difusão de informação municipal.
16. Produzir e difundir publicações e outros suportes de comunicação (impressos, audiovisuais e outros) de carácter informativo e ou de carácter promocional (cartazes, stands, exposições).

Artigo 28.º

Serviço de Apoio às Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas

Ao Serviço de Apoio às Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas compete:

1. Cooperar na preparação da saída para o estrangeiro de portugueses que desejem emigrar, prestando-lhes a informação e o apoio adequado.
2. Cooperar no acolhimento de imigrantes, prestando-lhes a informação e o apoio adequado.
3. Cooperar na prevenção de atividades ilícitas referentes à emigração.
4. Prestar apoio aos portugueses residentes no estrangeiro e seus familiares regressados temporária ou definitivamente a Portugal e facilitar o seu contacto com outros serviços.
5. Estabelecer os contactos com as cidades e vilas geminadas e desenvolver todos os processos administrativos relacionados com o processo de geminação.
6. Prestar assessoria na área das relações internacionais, nomeadamente promover, gerir e executar todas as iniciativas nascidas no âmbito dos protocolos de geminação.
7. Organizar o acompanhamento das comitivas do Município de Vila Verde em deslocações às vilas e cidades geminadas.
8. Prestar todo o apoio logístico e organizar iniciativas que envolvam a receção de comitivas provenientes das vilas e cidades geminadas.

Artigo 29.º

Serviço de Qualificação e Inserção Profissional

Ao Serviço de Qualificação e Inserção Profissional compete:

1. Proceder à inscrição de utentes na base de dados, como candidatos a emprego e/ou formação e manutenção constante da base dados (contactos, moradas, percurso profissional).
2. Apoiar empresários em processos relacionados com contratações e realização de estágios profissionais, entre outros.

3. Manter contactos com empresas visando a prospeção de ofertas de emprego.
4. Proceder à divulgação e apoio no encaminhamento para estágios profissionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).
5. Informar, seleccionar e encaminhar candidatos para Programas Ocupacionais.
6. Prestar apoio às escolas do concelho, designadamente no âmbito da informação/orientação profissional.
7. Efetuar contactos com entidades formadoras da região com vista à recolha e divulgação de oferta formativa, pesquisa de candidatos para emprego e/ou formação.
8. Efetuar uma pré-seleção e encaminhamento de candidatos para colocação em emprego e/ou formação, realização das entrevistas de pré-seleção e colaboração com empresas na realização de entrevistas.
9. Requisitar declarações para utentes do Centro de Emprego.
10. Dinamizar sessões coletivas de técnicas de procura de emprego.
11. Colaborar com o Centro de Emprego de Braga no desenvolvimento de ações de promoção do emprego e formação profissional.

Artigo 30.º

Divisão de Ambiente e Obras

1. A Divisão de Ambiente e Obras tem como missão promover a qualidade ambiental do concelho, conceber os meios e acionar as medidas de proteção do ambiente, da gestão e manutenção dos espaços verdes e a promoção da higiene pública e assegurar a manutenção, conservação e reabilitação dos edifícios e equipamentos municipais, designadamente os escolares, os culturais, os desportivos e de habitação social, bem como a conservação, manutenção e execução de vias e espaços públicos, mantendo em boas e regulares condições de utilização todo o património municipal.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Ambiente e Obras compete:
 - a) Coordenar os Serviços de: Apoio Técnico e Segurança no Trabalho; Agroflorestal; Higiene, Limpeza e Espaços Verdes; Construção; e, Logística;
 - b) Definir objetivos de atuação dos serviços e assegurar o cumprimento dos planos de atividades, os resultados obtidos e a eficiência dos serviços dependentes;
 - c) Promover a preservação da qualidade ambiental;
 - d) Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura que privilegie a sustentabilidade;

- e) Representar o órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;
- f) Participar na gestão do cemitério municipal e informar os processos de concessão de terrenos para sepulturas perpétuas e jazigos;
- g) Dirigir e informar processos no âmbito do regulamento geral do ruído;
- h) Dirigir processos de licenciamento de atividades diversas, previstas no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na parte referente a “Queimadas” e “Queima de Sobrantes de Exploração”;
- i) Proceder à requisição de explosivos, nos termos legais;
- j) Informar / conceder autorização prévia para utilização de fogo de artifício ou outros artefactos pirotécnicos;
- k) Planear a limpeza das praias fluviais e demais espaços públicos;
- l) Elaborar pareceres e informações sobre assuntos da competência da divisão;
- m) Cooperar com o Serviço de Atendimento e outros serviços nomeadamente no que concerne à prestação de esclarecimentos sobre os processos em instrução;
- n) Coordenar e organizar o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos;
- o) Promover a beneficiação dos arruamentos, estradas e caminhos municipais;
- p) Promover as ações necessárias à conservação e reparação de edifícios municipais ou sob a responsabilidade do Município, nomeadamente edifícios escolares;
- q) Organizar e manter atualizado o cadastro de máquinas e veículos pertencentes ao Município, colhendo os elementos necessários junto do responsável pelo parque de máquinas municipal;
- r) Organizar e manter atualizados todos os documentos relativos às máquinas e viaturas, nomeadamente livretes, títulos de propriedade e seguros;
- s) Manter informação atualizada sobre consumos de combustíveis lubrificantes, pneus e custos de reparação para posterior tratamento financeiro;
- t) Colaborar com as Juntas de Freguesia na realização de obras cuja execução for delegada nas mesmas, informando em conformidade os processos respeitantes à transferência das correspondentes dotações financeiras;
- u) Assegurar os processos de concursos para aquisição bens e serviços;
- v) Prestar apoio técnico nas obras a executar de beneficiação, manutenção e reparação de património municipal a levar a efeito por administração direta;

- w) Avaliar e prestar apoio técnico na beneficiação dos arruamentos, estradas e caminhos municipais;
- x) Organizar e manter atualizado o cadastro das existências pertencentes ao Município de Vila Verde, colhendo os elementos necessários junto dos responsáveis por cada setor;
- y) Manter informação atualizada sobre consumos, custos e necessidades para posterior tratamento financeiro;
- z) Colaborar com as Juntas de Freguesia na realização de obras cuja execução for delegada nas mesmas, informando em conformidade os processos respeitantes à transferência das correspondentes dotações financeiras;
- aa) Auxiliar na elaboração dos processos de concursos para aquisição bens, serviços e empreitadas;
- bb) Auxiliar as equipas operacionais na elaboração de registos, requisições e controlo de custos de obras por administração direta.

Artigo 31.º

Serviço de Apoio Técnico e Segurança no Trabalho

Ao Serviço de Apoio Técnico e Segurança no Trabalho compete:

1. Elaborar estudos e projetos de segurança no trabalho, nomeadamente planos de emergência interno, planos de segurança e saúde, planos de segurança contra incêndios e de medições de projeto.
2. Assegurar a coordenação de segurança em obra.
3. Aplicar princípios, modelos e técnicas de diagnóstico, planeamento, organização e avaliação da intervenção em segurança do trabalho.
4. Assegurar ao Município de Vila Verde a organização da documentação necessária ao desenvolvimento da prevenção e integração da prevenção no sistema de comunicação do Município.
5. Avaliar Riscos Profissionais e Controlo desses riscos; Avaliar a Segurança do Trabalho; Avaliar a Ergonomia dos postos de trabalho.
6. Colaborar nos processos de informação e formação dos trabalhadores e demais intervenientes nos locais de trabalho.
7. Elaborar estudos e projectos relativos à divisão na área da construção e redes hídricas.
8. Elaborar processos concursais para aquisição de bens e serviços bem como de empreitadas.

9. Elaborar mapas previsionais.
10. Elaborar mapas de medição.
11. Elaborar mapas de controlo de atividade.
12. Assegurar coordenação e de obra.
13. Fiscalizar obras.

Artigo 32.º

Serviço de Higiene, Limpeza e Espaços Verdes

1. No setor de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana compete:
 - a) Promover e coordenar os serviços de limpeza pública;
 - b) Fixar o itinerário para a recolha e transporte de lixo, para a varredura e lavagens das ruas, praças públicas e logradouros;
 - c) Promover a distribuição e colocação nas vias públicas de contentores de lixo;
 - d) Promover a colaboração dos utentes na limpeza e conservação dos escoadouros das águas pluviais;
 - e) Participar na gestão do cemitério municipal e feiras;
 - f) Informar processos relativos a pedidos de concessão de terrenos para sepulturas e de lugares de venda em feiras;
 - g) Assegurar a limpeza das grelhas das sarjetas da rede de drenagem de águas pluviais;
 - h) Promover o aumento de recolha seletiva de resíduos – aumento de ecopontos e participação em campanhas de sensibilização ambiental.
2. Os Assistentes Operacionais do setor de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana deverão:
 - a) Assegurar a recolha integral dos resíduos sólidos urbanos (RSU) nos circuitos definidos, no horário estabelecido;
 - b) Garantir a lavagem e desinfeção da viatura utilizada na recolha de RSU;
 - c) Cuidar do cemitério municipal no que se refere à limpeza do recinto e gestão de sepulturas: abertura e aterro de sepulturas, depósito e levantamento de restos mortais;
 - d) Assegurar a limpeza e asseio de toda a área afeta ao cemitério municipal;
 - e) Assegurar a limpeza dos espaços públicos – varredura e recolha de resíduos sólidos urbanos, e recolha de monstros;

- f) Assegurar a limpeza e desinfecção de contentores, papelarias e mobiliário urbano;
 - g) Assegurar a limpeza de sarjetas e outros órgãos de captação de águas pluviais.
3. No setor de Jardins compete:
- a) Colaborar com outros serviços municipais com vista à convergência de ações para a maximização da qualidade ambiental e turística do Concelho;
 - b) Promover a construção e manutenção dos espaços verdes do Município de Vila Verde, coordenando a execução de tarefas adequadas a cada local;
 - c) Colaborar na elaboração, acompanhamento e fiscalização de projetos de defesa da floresta contra incêndios e de desenvolvimento da agricultura concelhia, nomeadamente de infraestruturas florestais, silvicultura preventiva e valorização de regadios tradicionais;
 - d) Atuar preventivamente no levantamento e análise de situações de risco, elaboração e revisão dos planos municipais de proteção civil;
 - e) Organizar e manter viveiros das espécies mais utilizadas na região;
 - f) Promover o combate às pragas e doenças vegetais nos espaços verdes do Município;
 - g) Zelar pela conservação dos equipamentos a seu cargo e controlar a sua utilização.
4. Os Assistentes Operacionais do setor de Jardins deverão:
- a) Participar na construção e manutenção dos espaços verdes do Município de Vila Verde, mediante a execução de tarefas adequadas a cada local, nomeadamente preparação dos terrenos para as sementeiras e plantações, cortes de relva, adubações e tratamentos fitossanitários;
 - b) Executar podas das árvores e arbustos existentes nas ruas, parques, praças e demais locais sob responsabilidade do Município de Vila Verde, assegurando a total remoção dos materiais cortados, antes da saída do local;
 - c) Participar na manutenção dos sistemas de rega automática;
 - d) Fazer a manutenção de máquinas e equipamentos coletivos de trabalho.
5. Ao setor de limpeza e manutenção de vias municipais compete:
- a) Informar e/ou requisitar materiais e equipamentos para a execução dos trabalhos que lhe estão adstritos;
 - b) Proceder à limpeza e conservação de vias municipais – corte de vegetação herbívora e arbustiva de taludes e bermas de vias municipais, limpeza de bermas

e valetas, desobstrução aquedutos, sarjetas e de travessias em continuidade de valetas, proceder à carga dos entulhos para posterior transporte a vazadouro;

- c) Proceder à recolha e transporte a vazadouro dos entulhos resultantes da limpeza e conservação de vias municipais e efetuar a manutenção do respetivo trator;
- d) Colaborar com a proteção civil nas situações de emergência que tenham a ver com a segurança nas vias municipais.

Artigo 33.º

Serviço Agroflorestal

Ao Serviço Agroflorestal compete:

1. No setor agrícola:

- a) Apoiar aos agricultores em geral;
- b) Realizar atividades que contribuam para o desenvolvimento agrícola e rural do Concelho;
- c) Estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas para o desenvolvimento da sua atividade;
- d) Organizar sessões informativas sobre o setor e sobre os apoios comunitários;
- e) Colaborar na elaboração de candidaturas a fundos comunitários, nomeadamente de caminhos agrícolas e regadios tradicionais;
- f) Apoiar os agricultores para a elaboração de candidaturas a fundos comunitários e de projetos para que estes tenham o melhor enquadramento possível no ordenamento do território;
- g) Colaborar na organização de eventos relacionados com o setor agrícola;
- h) Colaborar na construção do site oficial do Município de Vila Verde na promoção do potencial agrícola do Concelho;
- i) Apoiar o desenvolvimento da agricultura biológica;
- j) Colaborar no desenvolvimento no concelho dos produtos locais como fator de promoção turística.

2. No setor florestal:

- a) Elaborar e atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio (DFCI);
- b) Centralizar informação relativa aos incêndios florestais (áreas ardidas e pontos de início);

- c) Relacionamento com as entidades públicas e privadas, de defesa da floresta contra incêndios (Estado, Municípios, associações de produtores);
 - d) Coadjuvar o Presidente da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio e do Centro Municipal de Operações de Emergência de Proteção Civil em reuniões e em situações de emergência, quando relacionados com incêndios florestais e, designadamente, na gestão dos meios municipais associados a DFCI e a combate de incêndios florestais;
 - e) Colaborar na construção e gestão de SIG's de DFCI;
 - f) Emissão de propostas e de pareceres no âmbito das medidas e ações de DFCI;
 - g) Participação de ações e treino no âmbito da DFCI, designadamente nas promovidas pela Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais;
 - h) Atuar preventivamente no levantamento e análise de situações de risco, colaborando na elaboração e revisão dos planos municipais de proteção civil;
 - i) Prestar informações em processos relativos ao licenciamento de queimadas e fiscalização da limpeza de matas;
 - j) Prestar colaboração na elaboração, acompanhamento e fiscalização de projetos Agroflorestais, objeto de candidaturas a fundos comunitários, referentes à proteção da floresta contra incêndios.
3. Os Assistentes Operacionais afetos ao setor florestal deverão promover ações de silvicultura preventiva, nomeadamente:
- a) Roçar mato junto às infraestruturas florestais municipais e em outras áreas municipais tidas por convenientes;
 - b) Proceder à beneficiação de infraestruturas florestais;
 - c) Reparar os caminhos florestais;
 - d) Promover ações de vigilância e apoiar o combate aos incêndios florestais;
 - e) Participar em outras ações de proteção civil quando assim for solicitado pelo CMPC.
4. No setor de promoção ambiental:
- a) Realizar medições acústicas e elaborar estudos de ruído ambiental que visem o licenciamento de atividades, a caracterização de paisagens sonoras e a resolução de problemas de poluição sonora;
 - b) Avaliar e dar resposta a queixas apresentadas pelos munícipes nas diversas áreas ambientais;

- c) Emitir pareceres técnicos na área do ambiente que visem o licenciamento de atividades ou a tomada de decisão de projetos;
 - d) Colaborar com as entidades oficiais no fornecimento de informação e na recolha de dados que respeitem ao ambiente;
 - e) Informar o serviço e/ou esclarecer devidamente os munícipes nas questões que lhe são solicitadas na área do ambiente, nomeadamente, no que respeita a resíduos, qualidade do ar, ruído, impacto ambiental e no licenciamento de atividades;
 - f) Propor ações e projetos no âmbito da conservação da natureza e da biodiversidade; da educação e sensibilização ambiental e; da promoção de divulgação do património natural do concelho, colaborando com entidades da área;
 - g) Promover a utilização de energias alternativas;
 - h) Intervir na área do ambiente no que respeita a resíduos, qualidade do ar, ruído e impacto ambiental, bem como colaborar com os serviços municipais de proteção civil.
5. No setor de Saúde Pública Veterinária e da Higiene e Segurança Alimentar:
- a) Inspeccionar a nível sanitário as carnes frescas em matadouros (normalmente de fraca capacidade), salas de desmancha, corte e desossa e em entrepostos frigoríficos (quando protocolado com as DGV);
 - b) Inspeccionar a nível sanitário os alimentos de origem animal comercializados em todas as feiras e mercados municipais; e em todas as freguesias do Município de Vila Verde;
 - c) Inspeccionar a higiene sanitária dos alimentos e das instalações onde se manipulam alimentos, em Escolas do Ensino Pré-Escolar e Básico e em cantinas, públicas e privadas;
 - d) Inspeccionar a nível sanitário os animais para efeitos de “Autoconsumo” (ex. suínos);
 - e) Inspeccionar os animais em montarias e as “Peças de Caça Selvagem” (maiores e menores), excetuando, quando se destinam a Autoconsumo;
 - f) Colaborar no licenciamento e controlo dos feirantes e vendedores ambulantes de alimentos de origem animal, nomeadamente em: quiosques, veículos, outras unidades amovíveis, bancas, entre outros;

- g) Colaborar no controlo e inspeção higio-sanitária dos veículos e das condições de transporte de produtos alimentares de origem animal;
 - h) Controlar a rotulagem dos géneros alimentícios de origem animal expostos à venda, nomeadamente quanto à origem;
 - i) Participar nos processos de licenciamento e controlo dos estabelecimentos industriais (indústrias do tipo 4) e comerciais (grossistas e retalhistas), com carácter obrigatório e vinculativo, e inspeção sanitária dos respetivos alimentos, onde se produzem, preparam, transformam, armazenam, transportam, vendam ou se coloquem de alguma forma à disposição do público consumidor, nomeadamente em estabelecimentos especializados ou não, de comércio a retalho de alimentos de origem animal, nomeadamente: talhos, peixarias, charcutarias, e outros;
 - j) Participar nos processos de licenciamento e controlo de estabelecimentos de fabrico para venda direta de produtos alimentares de origem animal (ex. queijarias e salsicharias) e venda direta anexa a talhos;
 - k) Participar nos processos de licenciamento (não obrigatório) dos estabelecimentos de restauração e bebidas;
 - l) Colaborar com os serviços de saúde concelhios e participar em ações de formação, informação e vulgarização junto da população, das regras gerais e específicas de Higiene Pública Veterinária e de Higiene, Salubridade e Segurança Alimentar em toda a cadeia alimentar, ou seja, “do prado ao prato”;
 - m) Executar peritagens médico veterinárias e a solicitar por parte das forças policiais e por determinação do Ministério Público ou por quaisquer outras Autoridades Judiciárias, no âmbito da inspeção sanitária e do controlo da higiene e segurança dos alimentos de origem animal;
 - n) Levantar autos de notícia e instauração de processos de contraordenação por infrações relacionadas com a Higiene e Segurança dos Géneros Alimentícios de Origem Animal;
 - o) Colaborar na elaboração de regulamentos ou posturas municipais, na área da Higiene e Segurança dos Alimentos de Origem Animal.
6. No setor de Higiene, Saúde e Sanidade Animal e do Bem-Estar Animal:
- a) Aplicar os regulamentos de saúde animal, em conformidade com os diplomas legais em vigor (nacionais e comunitários);
 - b) Dirigir e coordenar a nível técnico os Canis e Gatis Municipais;

- c) Coordenar a nível técnico as ações de recolha e captura de animais, no âmbito da salvaguarda das condições de saúde e de bem-estar animal;
- d) Executar medidas de profilaxia médica e sanitária determinadas oficialmente pela Autoridade Sanitária Veterinária Nacional Competente, quer em animais de companhia, quer em espécies de produção, incluindo as campanhas sanitárias de vacinação antirrábica e outras zoonoses e de identificação eletrónica de canídeos;
- e) Notificar quarentenas de animais suspeitos e sequestros sanitários de animais agressores de pessoas e animais;
- f) Avaliar as condições de alojamento e de bem-estar dos animais de companhia e de animais de espécies de produção, entre outros;
- g) Avaliar/inspecionar a nível higio-sanitário, as situações causadoras de Intranquilidade e Insalubridade provocadas por animais;
- h) Levantar autos de notícia e instauração de processos de contraordenação por infrações relacionadas com animais;
- i) Elaborar e remeter, nos prazos fixados, a informação relativa ao movimento Nosocronológico dos animais;
- j) Recensear animais e explorações agropecuárias, para efeitos de cadastro, na área do Município Vila Verde;
- k) Participar, com carácter obrigatório e vinculativo, nos processos de licenciamento e controlo de estabelecimentos comerciais para venda de animais e de alimentos para animais, bem como, de qualquer alojamento/hospedagem para animais de companhia (incluindo hotéis e centros de treino para animais) e dos Centros de Atendimento Médico Veterinários;
- l) Emitir pareceres técnicos e controlo higio-sanitário das condições das instalações e dos alojamento de animais de espécies pecuárias, e avaliação dos seus reflexos sobre, saúde e o bem-estar dos animais, bem como, sobre a saúde e a tranquilidade pública;
- m) Inspeccionar animais vivos, para avaliação de doenças infetocontagioso (microbianas e parasitárias) transmissíveis a outros animais e ao homem, e seus reflexos sobre a saúde pública e notificação de doenças de declaração obrigatória e tomada de medidas imediatas e urgentes de profilaxia, determinadas pela Autoridade Sanitária Veterinária Nacional, sempre que sejam detetados casos de doenças de carácter epizootico;

- n) Controlar e fiscalizar o estado sanitário feiras, mercados, exposições e concursos de animais, por ex. “Feiras e Mercados de Aves / Gripe das Aviária”;
- o) Controlar oficialmente as condições higio-sanitárias, de saúde e de bem-estar, dos animais alojados em circos, parques zoológicos ou outros;
- p) Executar peritagens médico veterinárias, solicitar as forças policiais e por determinação do Ministério Público ou por quaisquer outras Autoridades Judiciárias, quer na área da saúde, sanidade e bem-estar dos animais, quer na área da higiene e segurança da alimentação animal e humana e da saúde pública veterinária;
- q) Promover e executar ações de formação, informação e vulgarização junto da população sobre matérias relacionadas com animais e com a proteção da saúde e do bem-estar animal, bem como, sobre a proteção da saúde e tranquilidade pública e salvaguarda da segurança de pessoas, animais e bens, e ainda, sobre a salvaguarda e defesa do meio ambiente e das espécies animais protegidas ou em vias de extinção;
- r) Colaborar, em articulação com outros serviços da Câmara Municipal, na elaboração de regulamentos ou posturas municipais, na área da saúde e bem-estar animal e na área da higiene pública veterinária em matérias relacionadas com animais.

Artigo 34.º

Serviço de Construção

Para operacionalizar as suas atividades este serviço encontra-se organizado nas seguintes equipas operacionais:

1. Equipa de construção e carpintaria, à qual compete:
 - i) Informar e/ou requisitar materiais e equipamentos para a execução dos trabalhos que lhe estão adstritos;
 - j) Executar trabalhos de reparação de avarias em redes prediais de águas e esgotos pertença do Município de Vila Verde e executar trabalhos de pichelaria nas obras promovidas pelo Município por administração direta;
 - k) Executar trabalhos de carpintaria de limpos, quer seja para manutenção e reparação de equipamentos existentes, quer para edifícios novos – trabalhos em madeira (portas e janelas, soalhos, estruturas para coberturas, tetos falsos, armários, lambrins, rodapés e estruturas de apoio a atividades culturais);

- l) Executar trabalhos de pintura e de construção civil, quer seja para manutenção e reparação de equipamentos existentes, quer para edifícios novos;
 - m) Executar trabalhos de reparação, restauro, manutenção e conservação de edifícios do Município de Vila Verde, bem como ampliações e construção de novos edifícios por administração direta – corte, dobragem e montagem de ferro para estruturas de betão, execução de moldes, cofragens e escoramentos de estruturas de betão, assentamento de alvenaria e cantarias, assentamentos de ladrilhos, mosaicos e azulejos, execução de rebocos e areados, assentamento de telhados e muros de vedação de logradouros dos edifícios.
2. Equipa de estruturas, à qual compete:
- a) Informar e/ou requisitar materiais e equipamentos para a execução dos trabalhos que lhe estão adstritos;
 - b) Executar trabalhos de pedreiro, quer se trate de reparação conservação e manutenção de obras existentes, quer se trate de obras novas;
 - c) Executar muros em pedra seca e pedra argamassada, muros em betão ciclópico, em betão armado, ou em blocos de cimento;
 - d) Proceder ao assentamento de capeados;
 - e) Construir pontões em betão armado e passagens hidráulicas em betão.
3. Equipa de vias de comunicação, área de manutenção e betuminosos, à qual compete:
- a) Informar e/ou requisitar materiais e equipamentos para a execução dos trabalhos que lhe estão adstritos;
 - b) Executar trabalhos de pavimentação em massas asfálticas, quer se trate de reparação conservação e manutenção de obras existentes, quer se trate de obras novas;
 - c) Executar regas em asfalto para execução de pavimentos betuminosos e assegurar o regular aquecimento do asfalto;
 - d) Executar espalhamento de britas, e trabalhos acessórios para a pavimentação como aquedutos e sarjetas;
 - e) Executar trabalhos de reparação, conservação e manutenção de obras existentes em betuminoso – proceder ao tapamento de buracos e correções de depressões em pavimentos;
 - f) Executar trabalhos de natureza diversa como sejam elevação de tampas de saneamento e águas pluviais e tetos móveis de proteção às válvulas das redes existentes;

- g) Executar trabalhos de compactação com cilindro da caixa de fundação e pavimentos em betuminoso;
 - h) Proceder à regularização de plataforma e limpeza da via a pavimentar, espalhamento de britas e sua regularização, cobertura com gravilhas das regas betuminosas;
 - i) Assegurar o serviço de motorista para a equipa de reparação, conservação e manutenção de obras existentes em betuminoso, bem como assegurar a manutenção da respetiva viatura.
4. Equipa de vias de comunicação, área de manutenção e calçadas, à qual compete:
- a) Informar e/ou requisitar materiais e equipamentos para a execução dos trabalhos que lhe estão adstritos;
 - b) Executar pavimentações em calçada dos mais variados tipos, utilizando como material o granito, basalto, calcário e pedras artificiais de cimento hidráulico, bem como manutenção e reparação de pavimentos utilizando os referidos materiais;
 - c) Executar assentamento de guias, preparação de caixa para fundação de pavimento, drenagens de redes de águas pluviais, pré-instalação para rede enterrada de eletricidade e telefones.
5. Equipa de redes elétricas/IP, à qual compete:
- a) Assegurar a execução e exploração das infraestruturas elétricas e telefónicas mediante a inscrição pessoal na Direção Geral de Energia e ANACOM;
 - b) Gerir a iluminação pública e as despesas em Baixa Tensão das Instalações do Município de Vila Verde;
 - c) Executar de forma autónoma e no respeito das normas de higiene e segurança, a instalação elétrica de edificações, bem como o controlo, a colocação em serviço e a manutenção dos equipamentos elétricos;
 - d) Montar, desmontar e diagnosticar avarias, reparar e testar fontes ininterruptas de energia e equipamentos de calor;
 - e) Executar trabalhos de manutenção e quadros de distribuição de energia em baixa tensão.

Artigo 35.º

Serviço de Logística

Para operacionalizar as suas atividades este serviço encontra-se organizado nas seguintes equipas operacionais:

1. Equipa de máquinas e mecânica, à qual compete:
 - a) Assegurar o serviço de manutenção e revisão de viaturas do Município de Vila Verde;
 - b) Executar serviços com máquina rectro-escavadora procedendo a trabalhos de movimentos de terras, manobra de autobetoneira e outras máquinas especiais;
 - c) Proceder a pequenas reparações, substituição de peças e baterias e manutenção de algumas viaturas afetas ao parque de máquinas.
2. Equipa de gestão do estaleiro e viaturas, à qual compete:
 - a) Garantir a escala de serviços em termos de transportes de materiais e pessoal;
 - b) Garantir os serviços de despejo de fossas sépticas, coordenar o serviço de serralharia e assegurar os meios para guarda das instalações;
 - c) Conduzir o trator com cisterna para recolha de águas residuais de fossas sépticas e seu transporte para a ETAR e assegurar a manutenção primária da respetiva viatura;
 - d) Executar trabalhos de serralharia de pequena dimensão – grelhas para sarjetas, balizas, vedações em rede e ferro, grades, serviços de reparações na área de serralharia, pequenas estruturas metálicas para apoio a outros serviços promovidos pelo Município de Vila Verde;
 - e) Proceder a pequenas reparações de pinturas em veículos e colocação de sinais, mudanças de óleo, limpeza de viaturas e prestar apoio à execução de tarefas diversas na manutenção do parque de máquinas;
 - f) Efetuar a manutenção primária das viaturas pesadas de passageiros e de mercadorias;
 - g) Transportar materiais para as obras por administração direta e materiais sobrantes das obras para os estaleiros do Município de Vila Verde;
 - h) Transportar pessoas em serviços do Município de Vila Verde ou em serviços de instituições para os quais haja expressa autorização do executivo camarário;
 - i) Assegurar o transporte do Presidente de Câmara Municipal ou de outros colaboradores nas suas deslocações de serviço quer sejam de curto ou longo curso;

- j) Efetuar a vigilância e receção de viaturas.

Artigo 36.º

Divisão de Águas e Saneamento

1. A Divisão de Águas e Saneamento tem como missão garantir os serviços de abastecimento de água, de recolha de águas residuais e da gestão dos resíduos e dos respetivos sistemas de deposição.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Águas e Saneamento compete:
 - a) Coordenar os Serviços de: Secção Administrativa; Abastecimento de Água e Saneamento; Leitura de Consumos e Cobrança de Água; e, Análise da Água;
 - b) Emitir pareceres sobre projetos de infraestruturas de saneamento básico e abastecimento de água;
 - c) Emitir parecer sobre obras de urbanização, nomeadamente no que concerne às soluções propostas, compatibilidade com as redes existentes, eventual sobrecarga e, ainda, a fixação do valor da caução a prestarem de forma a garantir a sua execução;
 - d) Garantir a eficácia do fornecimento dos sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais;
 - e) Coordenar o serviço de distribuição de água e zelar pela qualidade da mesma junto dos consumidores;
 - f) Promover novas obras de abastecimento de água e saneamento de forma a aumentar os níveis de atendimento destes serviços à população e assegurar a manutenção de toda a rede;
 - g) Coordenar e organizar os processos dos consumidores de água e de utilizadores da rede de saneamento;
 - h) Coordenar o processamento de recibos e mapas relativos aos consumidores de água e utilizadores da rede de saneamento;
 - i) Garantir o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade;
 - j) Analisar e informar requerimentos e reclamações;
 - k) Elaborar o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para a rede pública de águas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, submetendo-o à aprovação do ERSAR;

- l) Comunicar ao ERSAR os resultados do PCQA, garantindo a reciprocidade de comunicações com o centro de saúde, relativamente ao controlo da qualidade das águas e poluição em geral;
- m) Informar o serviço e/ou esclarecer devidamente os munícipes nas questões que lhe são solicitadas na área de águas de consumo humano e águas residuais;
- n) Desenvolver iniciativas tendentes à conservação da qualidade da água;
- o) Proteger e valorizar o recurso água enquanto bem essencial à vida e valor económico concelhio;
- p) Potenciar o aproveitamento dos recursos hídricos numa perspetiva de fruição coletiva.

Artigo 37.º

Secção Administrativa

À Secção Administrativa compete:

- 1. Assegurar todo o expediente relativo às atribuições da divisão e respetivos serviços.
- 2. Prestar apoio à Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito.
- 3. Manter atualizados os registos relacionados com a gestão do cemitério municipal.
- 4. Organizar os processos dos consumidores de água e de utilizadores da rede de saneamento e do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos.
- 5. Processar recibos e mapas relativos aos consumidores de água e utilizadores da rede de saneamento.
- 6. Organizar contas correntes com os cobradores.
- 7. Elaborar as guias de débito dos recibos de água e saneamento não pagos dentro dos prazos legais e remetê-los à tesouraria.
- 8. Elaborar listas de consumidores que não efetuaram o pagamento das taxas de água ou saneamento nos prazos legais.
- 9. Fornecer os dados necessários para a cobrança das taxas de ligação e utilização da rede de esgotos.
- 10. Cooperar com o Serviço de Atendimento e outros serviços nomeadamente no que concerne à prestação de esclarecimentos sobre os processos em instrução.
- 11. Examinar e conferir elementos constantes dos processos, anotando faltas ou anomalias e providenciando pela sua correção e andamento, através de ofícios, informações ou notas, em conformidade com a legislação existente.
- 12. Reorganizar o arquivo dos processos de água e saneamento.

Artigo 38.º

Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento

Ao Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento compete:

1. Aplicar programas de operação / manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Águas), Reservatórios e Estações Elevatórias e de esgotos.
2. Promover ligações domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento quando requeridas.
3. Assegurar o abastecimento de água e recolha de águas residuais domésticas à população servida.
4. Promover novas obras de abastecimento de água e saneamento de forma a aumentar os níveis de prestação destes serviços à população.
5. Executar redes de recolha de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação, assentamento de tubagens e acessórios.
6. Executar tarefas de desobstrução, limpeza de coletores e caixas de visita, utilizando ferramentas adequadas.
7. Proceder à abertura de caboucos e valas, essencialmente destinadas à instalação de tubagens no subsolo, incluindo aterro dos mesmos, tendo em conta a compactação e referência sinalizadora.
8. Assegurar a limpeza dos terrenos e zelar pelas instalações da Estação de Tratamento de Água.
9. Proceder ao transporte de diversos materiais de acordo com as necessidades dos serviços, predominantemente materiais destinados ao abastecimento das obras em execução, colaborando, quando necessário, nas operações de carga e descarga, cuidando da limpeza e lubrificação do veículo.
10. Realizar operações de corte, maquinação e soldadura de tubagens para funcionamento em pressão, segundo medidas e projetos.

Artigo 39.º

Serviço de Leitura de Consumos e Cobrança de Água

Ao Serviço de Leitura de Consumos e Cobrança de Água compete:

1. Fazer a leitura de consumos de água em contadores, e efetuar cobrança da faturação.
2. Informar os serviços de factos anómalos (avarias de contadores, fugas).
3. Organizar e prestar contas das cobranças efetuadas.

4. Prestar assistência aos consumidores/utilizadores tendo em vista a plena satisfação dos clientes.
5. Organizar os processos dos clientes, elaborar ficheiros, fornecer os dados necessários à faturação de água e saneamento e organizar contas correntes.

Artigo 40.º

Serviço de Análise da Água

Ao Serviço de Análise da Água compete:

1. Recolher amostras de águas e efetuar análises no laboratório municipal.
2. Acompanhar as visitas dos técnicos dos laboratórios externos aos pontos de amostragem previstas no PCQA aprovado pelo ERSAR para cada ano.
3. Manter em bom estado de funcionamento o laboratório municipal.
4. Participar em operações de tratamento de captações públicas (limpeza e desinfecção).
5. Fazer a monitorização dos parâmetros Cloro residual livre e pH da água da rede pública.
6. Participar na vigilância analítica de praias fluviais nos parâmetros pH, Condutividade, Turvação, Cor, Cheiro, Coliformes Totais, Coliformes Fecais.
7. Apoiar todas as operações efetuadas pelo laboratório.

Artigo 41.º

Divisão de Urbanização e Edificação

1. A Divisão de Urbanização e Edificação tem como missão executar todas as funções de carácter administrativo relacionadas com as obras de urbanização e edificação, pondo em execução um modelo de atendimento suportado num sistema de informação adequado, em articulação com as áreas da qualidade e dos sistemas de informação, instruir e emitir pareceres sobre todas as pretensões no domínio dos loteamentos e dos processos de edificação das obras particulares e outras operações abrangidas por legislação específica, procurando garantir a qualidade arquitetónica e construtiva de edifícios ou conjuntos urbanos, zelando pela melhoria da gestão e ocupação do território municipal.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Urbanização e Edificação compete:
 - a) Coordenar os Serviços de: Secção Administrativa; Apreciação Liminar; Apreciação Técnica; e, Suporte à Gestão de Processos;

- b) Apreciar os pedidos de informação prévia sobre a viabilidade de operações urbanísticas, abrangidas pelo regime jurídico de urbanização e edificação;
- c) Apreciar os pedidos de realização de operações urbanísticas, abrangidas pelo regime jurídico de urbanização e edificação, sujeitos a controlo prévio nos termos da lei;
- d) Apreciar os pedidos de realização de operações urbanísticas, abrangidas pelo regime jurídico de urbanização e edificação, não sujeitos a controlo prévio nos termos da lei, quando tal se mostre necessário;
- e) Apreciar os pedidos de constituição de propriedade horizontal e a emissão dos respetivos certificados;
- f) Atribuir os números de polícia;
- g) Apreciar os pedidos de outras operações abrangidas por legislação específica nomeadamente, estabelecimentos de restauração e bebidas, estabelecimentos de comércio, estabelecimentos de armazenamento e abastecimento de combustíveis, empreendimentos turísticos, indústrias, recintos de espetáculos e divertimentos públicos, infraestruturas de suporte de instalações de radiocomunicações e respetivos acessórios;
- h) Gerir todos os procedimentos administrativos associados às operações urbanísticas atrás previstas;
- i) Fornecer medições e outros indicadores técnicos ao serviço municipal competente para a liquidação das taxas devidas por atos praticados pelos serviços da unidade;
- j) Exercer, em geral, as competências que a lei atribua ou venha a atribuir ao Município de Vila Verde relacionadas com as descritas nas alíneas anteriores;
- k) Garantir o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade;
- l) Elaborar pareceres tendentes à emissão de certidões de reconhecimento do interesse municipal que visem a instrução de procedimentos incluídas no âmbito do RJUE.

Artigo 42.º

Secção Administrativa

À Secção Administrativa compete:

1. Assegurar o expediente da divisão.

2. Prestar apoio à Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito.
3. Gestor de processos.
4. Proceder ao tratamento administrativo dos requerimentos para juntar a processos.
5. Produzir documentação nos processos (ofícios, convocatórias, alvarás, certidões).
6. Realizar a manutenção dos dados e estabelecer regras de utilização e manutenção para a aplicação de gestão de processos SPO em articulação com os outros serviços.
7. Manter a gestão de arquivo corrente pessoal.
8. Fazer o tratamento de dados para entidades externas (INE, Finanças, IMOPPI).
9. Fornecer os elementos solicitados por outros serviços com vista à emissão de parecer sobre pretensões dos particulares.
10. Cooperar com o atendimento ao público e com outros serviços, nomeadamente através de esclarecimentos sobre os processos em instrução.
11. Dar apoio administrativo à Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito na área relativa à urbanização e edificação.
12. Tramitação dos processos através das plataformas eletrónicas disponibilizadas pela administração central relativas aos procedimentos de licenciamento (SIRJUE, REAI e outras de uso obrigatório).
13. Realizar o transporte físico de processos a solicitação dos órgãos da DUE e executivo.
14. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos e requerimentos no âmbito do SGQ.

Artigo 43.º

Serviço de Apreciação Liminar

Ao Serviço de Apreciação Liminar compete:

1. Apreciar liminarmente os pedidos, através da validação dos elementos instrutórios.
2. Informar os pedidos de licenciamento e de emissão de alvarás das diferentes operações urbanísticas.
3. Prestar apoio a: medir áreas, aplicar taxas de acordo com as tabelas em vigor, atribuir numeração policial na área urbana de Vila Verde, auxiliar na aferição de áreas a constar dos alvarás de utilização.
4. Informar os pedidos relativos à atribuição de número de polícia e certidões de compropriedade.
5. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos e requerimentos no âmbito do SGQ.

Artigo 44.º

Serviço de Apreciação Técnica

Ao Serviço de Apreciação Técnica compete:

1. Efetuar apreciação técnica de processos.
2. Assumir a figura de “Gestor Processo” em processos de licenciamento industrial.
3. Interagir com a Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito no controlo de obras em execução no concelho, visando a qualidade da intervenção no território.
4. Tramitação dos processos através das plataformas eletrónicas disponibilizadas pela administração central relativas aos procedimentos de licenciamento (SIRJUE, REAI e outras de uso obrigatório).
5. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos e requerimentos no âmbito do SGQ.

Artigo 45.º

Serviço de Suporte à Gestão de Processos

Ao Serviço de Suporte à Gestão de Processos compete:

1. Enquadrar os diversos tipos de pedido e separar registos novos ou a juntar a processo.
2. Dar apoio na área administrativa à gestão dos processos.
3. Elaborar os relatórios da atividade desenvolvida na divisão e documentação de apoio no âmbito do SGQ.
4. Atualizar em função das alterações legislativas os diferentes requerimentos utilizados na divisão.
5. Proceder ao tratamento administrativo dos processos novos (encapar, etiquetar, numerar, introduzir no SPO e remeter ofício de abertura).
6. Distribuir para os gestores administrativos os requerimentos entrados, para junção a processo.
7. Realizar o transporte físico de processos a solicitação dos órgãos da Divisão de Urbanização e Edificação e executivo.

Artigo 46.º

Divisão de Projetos e Obras

No âmbito das suas atribuições compete à Divisão de Projetos e Obras:

1. Proceder à elaboração de estudos e projetos na área de edifícios, arranjos urbanísticos e vias de comunicação.

2. Acompanhar e fiscalizar a execução de empreitadas, assegurando o cumprimento das normas legais e regulamentares.
3. Elaborar documentos e informações que suportam o lançamento de procedimentos para contratação pública.
4. Elaborar projetos no âmbito do apoio social a famílias carenciadas.
5. Emitir parecer sobre processos enviados à divisão pelo executivo e/ou outras unidades orgânicas.
6. Emissão de certidões acometidas á unidade orgânica.
7. Elaborar candidaturas a programas nacionais e comunitários.
8. Fiscalização de obras em espaços públicos, promovidas por entidades externas ao município (por ex. EDP, EDP gás, Telecom).
9. Coordenar o Serviço de Topografia.

Artigo 47.º

Serviço de Topografia

Ao Serviço de Topografia compete:

1. Executar os levantamentos topográficos e do edificado necessários ao desenvolvimento de estudos e projetos a desenvolver pelo Município de Vila Verde.
2. Elaborar estudos e traçados de vias de comunicação.
3. Elaborar componentes gráficas de projetos de arquitetura e organizar o processo.
4. Reproduzir dossiers para concurso ou outro tipo de documentos.
5. Efetuar implantações de projetos.
6. Fazer verificação de alinhamentos, cotas de soleira e implantações por solicitação do executivo e ou outras unidades orgânicas.

Artigo 48.º

Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito

1. A Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito tem como missão garantir o controlo regular e preventivo através de ações de fiscalização de todas matérias que sejam de âmbito e competência municipal e a sensibilização de forma a criar as condições para uma construção de qualidade, bem como, elaborar e executar projetos de intervenção na área do trânsito, contribuindo para o seu ordenamento, e zelar pela contínua melhoria da funcionalidade do espaço urbano, com vista à mobilidade de pessoas e à acessibilidade motorizada no território municipal.

2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito compete:

- a) Coordenar os Serviços de: Fiscalização e Vistorias; e, Mobilidade e Trânsito;
- b) Informar os pedidos de redução de caução e efetuar as respetivas receções;
- c) Coordenar e realizar os diversos pedidos de vistoria em articulação com as entidades intervenientes no processo;
- d) Coordenar o processo de fiscalização, inspeção e gestão das obras licenciadas ou admitidas a comunicação prévia;
- e) Fiscalizar e fazer cumprir regulamentos, posturas e demais normas aplicáveis em matéria de higiene e limpeza pública, ocupação de bens do domínio público, publicidade, trânsito, sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, parques de sucata, exploração de massas minerais, vacarias, suiniculturas e recursos hídricos, e mercados e feiras, bem como as atividades diversas, previstas nas alíneas d), e) e f) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, republicado pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, nomeadamente: realização de acampamentos ocasionais; exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão; realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre;
- f) Promover o estudo e elaboração de posturas e regulamentos de trânsito, bem como, a respetiva aprovação;
- g) Implementar a sinalização necessária e prover a sua adequada conservação e manutenção;
- h) Participar todas as deficiências ou danos provocados nos sinais de trânsito;
- i) Informar pedidos de toponímia e de outros para colocação de placas indicativas ou informativas;
- j) Conceber e executar medidas de segurança e prevenção rodoviária;
- k) Colaborar com o Gabinete de Proteção Civil e outros, na esfera da respetiva competência e no âmbito das inerentes responsabilidades;
- l) Informar os processos relacionados com acidentes de viação e trânsito;
- m) Emitir certidões sobre obras de urbanização – infraestruturas concluídas ou prestação de caução;
- n) Emitir certidões de autorização de utilização;
- o) Informar assuntos relacionados com a fiscalização de estacionamento da área concessionada;

- p) Organizar e gerir os processos relativos ao licenciamento da publicidade.

Artigo 49.º

Serviço de Fiscalização e Vistorias

Ao Serviço de Fiscalização e Vistorias compete:

1. Informar os pedidos de autorização e alteração de utilização de todas as operações urbanísticas sujeitas a este procedimento.
2. Promover uma fiscalização sistemática do cumprimento das ações licenciadas ou autorizadas em todo o território municipal, com vista a impor o respeito pelos projetos aprovados, e garantir o respeito pelas normas regulamentares aplicáveis.
3. Promover a realização das vistorias e ações necessárias tendentes à resolução da situação de construções que ameacem ruína ou constituem perigo para a saúde e segurança das pessoas.
4. Informar sobre os pedidos de prorrogação de prazos de execução de obra respeitantes a operações urbanísticas.
5. Informar os averbamentos dos técnicos de obra e empreiteiro.
6. Informar pedidos de licença especial para obras inacabadas.
7. Verificar e analisar sobre comunicação de início dos trabalhos.
8. Controlar e informar os pedidos de inspeção periódica dos elevadores.
9. Verificar declarações de registo de atividade.
10. Detetar operações urbanísticas clandestinas (fiscalização preventiva).
11. Proceder aos embargos administrativos e promover a demolição de obras ilegais e não legalizáveis.
12. Executar mandados de notificação e elaborar autos de notícia e de embargo.
13. Informar exposições, queixas, reclamações ou outras petições apresentadas pelos munícipes (fiscalização reativa).
14. Fiscalizar o exercício das atividades económicas na área do Município de Vila Verde.
15. Prestar informações sobre publicidade, o seu licenciamento, isenção, alteração de titular, renovação, reativação ou cancelamento da licença e alteração da mensagem publicitária.
16. Informar pedidos de autorização de alargamento, redução, meras comunicações prévias e comunicações prévias com prazo de horários de funcionamento.
17. Fiscalizar quanto ao levantamento de estaleiro e à limpeza da área, remoção de materiais, entulhos e demais detritos que se hajam acumulado no decorrer da execução

- dos trabalhos e reparação de quaisquer estragos e deteriorações que possam ter sido causados em infraestruturas públicas ou noutros edifícios, quando concluídas as obras.
18. Fiscalizar a existência do livro de obra no local da execução dos trabalhos e a colocação de avisos de publicitação nos locais adequados, a que respeitam os pedidos ou alvarás de licenciamentos ou comunicação prévia das operações urbanísticas.
 19. Realizar vistorias para redução de caução, receção provisória e definitiva de obras de urbanização.
 20. Realizar vistorias para classificação de empreendimentos turísticos.
 21. Informar sobre pedidos de instalação, modificação e encerramento de comércio, serviços, estabelecimentos de restauração e bebidas, empreendimentos turísticos e postos de combustíveis.
 22. Informar e fiscalizar o cumprimento de todos os pedidos de ocupação do espaço público que impliquem a intervenção dos serviços desta divisão, nomeadamente com mensagens publicitárias, toldos e sanefas, vitrinas, quiosques, máquinas de venda de produtos, esplanadas, estrados, guarda-ventos, floreiras, expositores, arcas e máquinas de gelados, divertimentos públicos, recintos improvisados e itinerantes.
 23. Prestar informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais.
 24. Informar sobre a existência de anomalias nos pavimentos e passeios pertencentes às vias inclusas na zona de estacionamento concessionado.
 25. Informar os serviços sobre a sinalização de trânsito nas vias pertencentes à zona de estacionamento concessionada.
 26. Proceder à fiscalização do estacionamento condicionado no Concelho de Vila Verde.
 27. Garantir o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.

Artigo 50.º

Serviço de Mobilidade e Trânsito

Ao Serviço de Mobilidade e Trânsito compete:

1. Promover o estudo e elaboração de posturas e regulamentos de trânsito, bem como, a respetiva aprovação.
2. Implementar a sinalização necessária e prover a sua adequada conservação e manutenção.
3. Participar todas as deficiências ou danos provocados nos sinais de trânsito.

4. Informar sobre a colocação de placas toponímicas e de outras placas indicativas ou informativas.
5. Conceber e executar medidas de segurança e prevenção rodoviária.
6. Colaborar com o Gabinete de Proteção Civil e outros, na esfera da respetiva competência e no âmbito das inerentes responsabilidades.
7. Dar pareceres sobre infraestruturas viárias e de trânsito.
8. Informar os processos relacionados com acidentes de viação e trânsito.
9. Executar todas as tarefas inerentes à concretização da regulamentação de trânsito previamente aprovada.
10. Proceder à manutenção e conservação da sinalização existente.
11. Informar pedidos de ocupação de espaço público para colocação de betoneiras, tapumes, andaimes, amassadouros, contentores de resíduos de construção/demolição e gruas e outras atividades que necessitem da intervenção deste serviço.

Capítulo III

Unidades

Artigo 51.º

Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade

1. A Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade tem como missão criar o alinhamento estratégico, eclético, entre o executivo e os sistemas de informação, ferramentas e modelos de gestão que orientam a organização no sentido da melhoria contínua, do amadurecimento da organização e do combate ao desperdício e ineficiência.
2. No âmbito das suas atribuições, à Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade compete:
 - a) Coordenar os Serviços de: Apoio à Modernização Administrativa e Gestão Estratégica; Gestão de Sistemas de Informação; e, Infraestruturas e Plataformas Tecnológicas;
 - b) Apoiar na conceção, execução e avaliação de projetos financiados;
 - c) Prestar apoio à atividade económica: receção e encaminhamento de contatos prospetivos e serviço de intermediação entre a administração e investidores no Concelho.

Artigo 52.º

Serviço de Apoio à Modernização Administrativa e Gestão Estratégica

Ao Serviço de Apoio à Modernização Administrativa e Gestão Estratégica compete:

1. Promover as metodologias de gestão mais atuais e com maiores indicações de sucesso.
2. Constituir uma carteira de indicadores gerais para a organização em torno de vários modelos de gestão.
3. Promover de forma transversal a melhoria contínua, promovendo o conceito a todos os serviços.
4. Coordenar os esforços do Município de Vila Verde nas iniciativas de modernização administrativa.
5. Assegurar a gestão operacional do Sistema de Gestão da Qualidade, supervisionando todas as atividades desenvolvidas no âmbito dos processos nele contemplados de modo a garantir a sua execução e controlo.
6. Otimizar fluxos de trabalho através da reengenharia sistemática de processos, detetando constrangimentos e exceções.
7. Organizar a base de conhecimento partilhada pelos diversos serviços.
8. Avaliar a organização seguindo critérios de maturidade organizacional, eficiência, satisfação do cliente e eficácia do combate ao desperdício.

Artigo 53.º

Serviço de Gestão de Sistemas de Informação

Ao Serviço de Gestão de Sistemas de Informação compete:

1. Conceber e rever continuamente o plano estratégico de sistemas de informação com vista a consolidar sistemas eficientes, rentabilizando a sua utilização em contexto de trabalho.
2. Proceder à manutenção de aplicações, configuração e limpeza de dados.
3. Prestar suporte de primeira linha a utilizadores finais no âmbito dos sistemas informáticos.
4. Detetar anomalias e recolher pedidos de intervenção gerindo a relação com as entidades responsáveis pela manutenção de software.
5. Definir e publicar regras na utilização das aplicações que assegurem qualidade de dados, conformidade com os processos e métodos de trabalho e articulação entre vários serviços ou entidades.

6. Colaborar em ações de formação interna para disseminar boas práticas na exploração de aplicações.
7. Criar as especificações para sistemas e aplicações a desenvolver ou adquirir.
8. Desenvolver aplicações, estruturar e programar, quando viável, soluções ou complementos aos sistemas, dando preferência a metodologias ou ferramentas abertas.

Artigo 54.º

Serviço de Infraestruturas e Plataformas Tecnológicas

Ao Serviço de Infraestruturas e Plataformas Tecnológicas compete:

1. Garantir a conformidade da componente física da arquitetura de sistemas de informação gerindo o parque informático enquanto conjunto de computadores, impressoras, periféricos, sistemas de transmissão de dados e software base.
2. Manter a rede local de dados do Município de Vila Verde e ligações desta a outras redes, gerindo regras nos acessos e a necessária monitorização.
3. Atualizar configurações e pacotes de segurança que mantenham o funcionamento dos serviços com fiabilidade e eficiência.
4. Ser proactivo na deteção e purga de vírus informáticos e software malicioso.
5. Resolver falhas de sistema diagnosticando, reparando ou contactando fornecedores externos, substituindo caso necessário equipamentos ou peças
6. Instalar equipamentos, computadores e periféricos e respetivo software de base.
7. Criar e administrar bases de dados à escala departamental ou municipal.
8. Elaborar planos e executar procedimentos de segurança das aplicações informáticas.

Artigo 55.º

Unidade de Ordenamento do Território

1. A Unidade de Ordenamento do Território tem como missão elaborar, acompanhar e monitorizar planos municipais de ordenamento do território considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável do Município de Vila Verde bem como assegurar um sistema de informação geográfica que permita a disponibilização contínua e atualizada da informação sobre todo o território municipal.
2. No âmbito das suas atribuições, à Unidade de Ordenamento do Território compete:
 - s) Elaborar e / ou acompanhar os Planos Municipais de Ordenamento do Território com incidência na área geográfica do Município de Vila Verde;

- t) Assegurar o acompanhamento da elaboração de planos e estudos desenvolvidos por outras entidades externas ao Município de Vila Verde;
- u) Monitorizar os Planos Municipais de Ordenamento do Território;
- v) Assumir a responsabilidade pela estratégia de desenvolvimento de um Sistema de Informação Geográfica, competindo à divisão a recolha, tratamento e validação da informação;
- w) Modelar e aprovar os fluxos de informação cuja integração no SIG seja considerada útil pelas restantes unidades/serviços bem como propor modelos de acesso à informação de acordo com perfis, necessidades e níveis de segurança;
- x) Assegurar, em colaboração com outras unidades/serviços do Município de Vila Verde, o desenvolvimento e definição das plataformas a usar, desenho das bases de dados próprias do SIG, bem como dos processos de extração, transformação e carregamento de informação alfanumérica para integração com informação georeferenciada;
- y) Integrar equipas multidisciplinares para o desenvolvimento interno de software com vista a autonomizar o Município de Vila Verde na disponibilização de informação geográfica;
- z) Articular as opções, encargos e produto das atividades do SIG, com as outras unidades/serviços, em particular com a USIQ, de forma a garantir a coesão e consistência da estratégia global dos sistemas de informação bem como para rentabilizar o conhecimento e a capacidade técnica dos vários serviços;
- aa) Proceder, em colaboração com outras unidades orgânicas, à atualização do registo cadastral dos bens patrimoniais do Município de Vila Verde;
- bb) Enviar regularmente às entidades competentes neste domínio em formato digital ou papel, os elementos definidores das toponímias aprovadas das freguesias;
- cc) Elaborar pareceres sobre processos solicitados por outras unidades orgânicas, bem como sobre outros documentos e dossiers que lhe sejam enviados pelo executivo municipal;
- dd) Prestar atendimento técnico a munícipes e/ou entidades que procuram o Município de Vila Verde, na área do Planeamento e Ordenamento do Território;
- ee) Elaborar pareceres tendentes à emissão de certidões solicitadas por munícipes, na área do Planeamento e Ordenamento do Território;

- ff) Elaborar documentos e informações que suportam o lançamento de procedimentos para contratação pública;
- gg) Elaborar informações de avaliação de bens prediais com vista à sua aquisição pela Câmara Municipal de Vila Verde para fins diversos;
- hh) Elaborar pareceres, recomendações e outros documentos no âmbito das suas funções.

Artigo 56.º

Unidade de Inovação e Conhecimento

1. A Unidade de Inovação e Conhecimento tem como missão a gestão, conceção, planeamento e desenvolvimento de projetos inovadores no âmbito da Sociedade do Conhecimento e Inovação e a concretização de iniciativas e atividades em parceria com outras unidades orgânicas e entidades externas, que contribuam para o objetivo da modernidade, da inovação nas suas vertentes tecnológica, pública e social, para o fomento do desenvolvimento económico e social local bem como para a promoção da imagem do Município de Vila Verde.
2. No âmbito das suas atribuições, à Unidade de Inovação e Conhecimento compete:
 - a) Planear, gerir e coordenar a implementação e funcionamento da Casa do Conhecimento;
 - b) Gerir e supervisionar as instalações, equipamentos e equipa de trabalho da Casa do Conhecimento;
 - c) Articular e operacionalizar a parceria com a Universidade do Minho, o Centro de Computação Gráfica e outras instituições que contribuam para a sua missão;
 - d) Elaborar, gerir e executar o plano de atividades da Casa do Conhecimento com vista à prossecução dos objetivos estratégicos e operacionais, conforme definido no plano estratégico;
 - e) Garantir a atualização permanentemente do Plano Estratégico da Casa do Conhecimento;
 - f) Coordenar e controlar o desenvolvimento das atividades, garantindo o cumprimento dos objetivos propostos;
 - g) Elaborar relatórios sobre as atividades desenvolvidas;
 - h) Garantir o cumprimento do regulamento interno de funcionamento e utilização das instalações e dos recursos da Casa do Conhecimento;
 - i) Garantir a gestão da inovação no âmbito do projeto Casa do Conhecimento;

- j) Detetar e gerir apoios e financiamentos;
- k) Promover a prospeção, estabelecimento e manutenção de parcerias;
- l) Representar ao nível técnico o Município de Vila Verde no IEMinho, enquadrado por diretivas e orientações superiores, participando nas reuniões de Direção do IEMinho reportando superiormente as atividades desenvolvidas e as decisões e deliberações tomadas, acompanhando ao nível estratégico e operacional as suas atividades, contribuindo com orientações e propostas, enquadradas por diretivas e orientações superiores do executivo municipal, para o seu desenvolvimento estratégico e operacional;
- m) Planear, gerir e administrar a presença do Município de Vila Verde na Internet ao nível da gestão dos conteúdos e serviços on-line, particularmente ao nível do reforço dos mecanismos de auscultação e participação, em articulação com outras unidades orgânicas e de forma integrada com as iniciativas e projetos de modernização administrativa implementados ou a implementar.

ANEXO II

Sucessão das unidades orgânicas flexíveis e manutenção das comissões de serviço

No ano de 2014, são criadas as seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- Divisão de Águas e Saneamento;
- Unidade de Ordenamento do Território.

No ano de 2014, são mantidas as seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- Divisão de Recursos Humanos;
- Divisão Jurídica;
- Divisão Administração e Finanças;
- Divisão de Educação e Promoção Social;
- Divisão de Ambiente e Obras;
- Divisão de Urbanização e Edificação;
- Divisão de Projetos e Obras;
- Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito;
- Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade;
- Unidade de Inovação e Conhecimento.

Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, adaptada à administração local através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, são expressamente mantidas as comissões de serviço dos dirigentes das seguintes unidades orgânicas flexíveis: Divisão Jurídica; Divisão de Recursos Humanos; Divisão de Educação e Promoção Social; Divisão Administração e Finanças; Divisão de Ambiente e Obras; Divisão de Projetos e Obras; Divisão de Urbanização e Edificação; Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito; Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade.

ANEXO III

Regulamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

O presente regulamento estabelece os níveis de direção intermédia de 3.º grau do Município de Vila Verde, bem como as respetivas funções, competências, formas de recrutamento, seleção e estatuto remuneratório.

Artigo 2.º

Cargos de direção intermédia de 3.º grau

São cargos de direção intermédia de 3.º grau os que nos termos dos estatutos e regulamentos orgânicos do Município de Vila Verde correspondam a funções de direção, gestão, coordenação e controlo de serviços ou unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada.

Artigo 3.º

Missão

É missão do pessoal dirigente garantir a prossecução das atribuições cometidas ao respetivo serviço, assegurando o seu bom desempenho através da otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais e promovendo a satisfação dos destinatários da sua atividade, de acordo com a lei, as orientações contidas nos Planos Estratégicos de Investimento, dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e das Grandes Opções do Plano e as determinações recebidas do Presidente da Câmara Municipal ou Vereador.

Artigo 4.º

Princípios gerais de ética

Os titulares de cargos dirigentes intermédios de 3.º grau devem observar os valores e princípios fundamentais, designadamente os do serviço público, legalidade e justiça e imparcialidade, igualdade, colaboração e boa-fé, informação e qualidade, lealdade, integridade, competência e responsabilidade.

Artigo 5.º

Princípios de gestão

1. Os titulares dos cargos dirigentes intermédios de 3.º grau devem promover uma gestão orientada para resultados, de acordo com os objetivos anuais a atingir, definindo os recursos a utilizar e os programas a desenvolver, aplicando de forma sistemática mecanismos de controlo e avaliação dos resultados.
2. A atuação dos titulares de cargos dirigentes de 3.º grau deve ser orientada por critérios de qualidade, eficácia e eficiência, simplificação de procedimentos, cooperação, comunicação eficaz e aproximação ao cidadão.
3. Na sua atuação, o pessoal dirigente deve liderar, motivar e empenhar os seus funcionários para o esforço conjunto de melhorar e assegurar o bom desempenho e imagem do serviço.
4. Os titulares dos cargos dirigentes de 3.º grau devem adotar uma política de formação que contribua para a valorização profissional dos funcionários e para o reforço da eficiência no exercício das competências dos serviços no quadro das suas atribuições.

Artigo 6.º

Competências dos dirigentes intermédios de 3.º grau

1. Os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau exercem, na respetiva unidade orgânica, as seguintes competências:
 - a) Submeter a despacho do Presidente da Câmara Municipal ou Vereadores devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução;
 - b) Receber e fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente;
 - c) Propor ao Presidente da Câmara Municipal ou Vereadores tudo o que seja do interesse do órgão referido;
 - d) Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional e dos relatórios e contas;
 - e) Estudar os problemas de que sejam encarregados pelo Presidente da Câmara Municipal ou vereadores e propor as soluções adequadas;
 - f) Promover a execução das decisões do presidente e das deliberações do órgão executivo nas matérias que interessam à respetiva unidade orgânica que dirige.
2. Compete ainda aos titulares de cargos de direção de 3.º grau:

- a) Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos;
- b) Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar;
- c) Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência;
- d) Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos;
- e) Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários;
- f) Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os trabalhadores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar;
- g) Divulgar junto dos trabalhadores os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos trabalhadores;
- h) Proceder de forma objetiva à avaliação do mérito dos trabalhadores, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa;
- i) Identificar as necessidades de formação específica dos trabalhadores da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação;
- j) Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos trabalhadores da sua unidade orgânica;

- k) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.

Artigo 7.º

Recrutamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau

Os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau são recrutados, por procedimento concursal, nos termos do artigo seguinte, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam cumulativamente, os seguintes requisitos:

1. No mínimo formação superior graduada de licenciatura pré-Bolonha ou mestrado integrado pós-Bolonha;
2. Dois anos de experiência profissional em funções que seja exigível a formação referida na alínea anterior.

Artigo 8.º

Seleção e provimento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau

1. A seleção do titular do cargo será precedida de publicitação da vaga na Bolsa de Emprego Público disponível na internet e em órgão de imprensa de expansão nacional, com indicação, nomeadamente, da área de atuação, requisitos legais de provimento e perfil pretendido.
2. A escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço.
3. Os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.
4. O provimento nos cargos de direção intermédia de 3.º grau é feito por urgente conveniência de serviço a partir da data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente fixada.
5. O despacho de nomeação, devidamente fundamentado, é publicado no Diário da República juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

Artigo 9.º

Decisão da renovação da comissão de serviço de 3.º grau

É aplicável, com as devidas adaptações, à decisão sobre a renovação da comissão de serviço a que se refere o artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, o disposto no artigo 24.º do mesmo diploma.

Artigo 10.º

Cessação da comissão de serviço de 3.º grau

1. A comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes das câmaras municipais cessa, com as necessárias adaptações, nos termos do disposto no artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com exceção do disposto na subalínea ii) da alínea e) do seu n.º 1.
2. É aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 26.º e 26.º-A da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Artigo 11.º

Estatuto remuneratório dos dirigentes intermédios de 3.º grau

A remuneração dos dirigentes intermédios de 3.º grau é fixada na 6.ª posição remuneratória, da carreira geral de técnico superior, acrescida de subsídio de refeição igual ao da Administração Pública.

Artigo 12.º

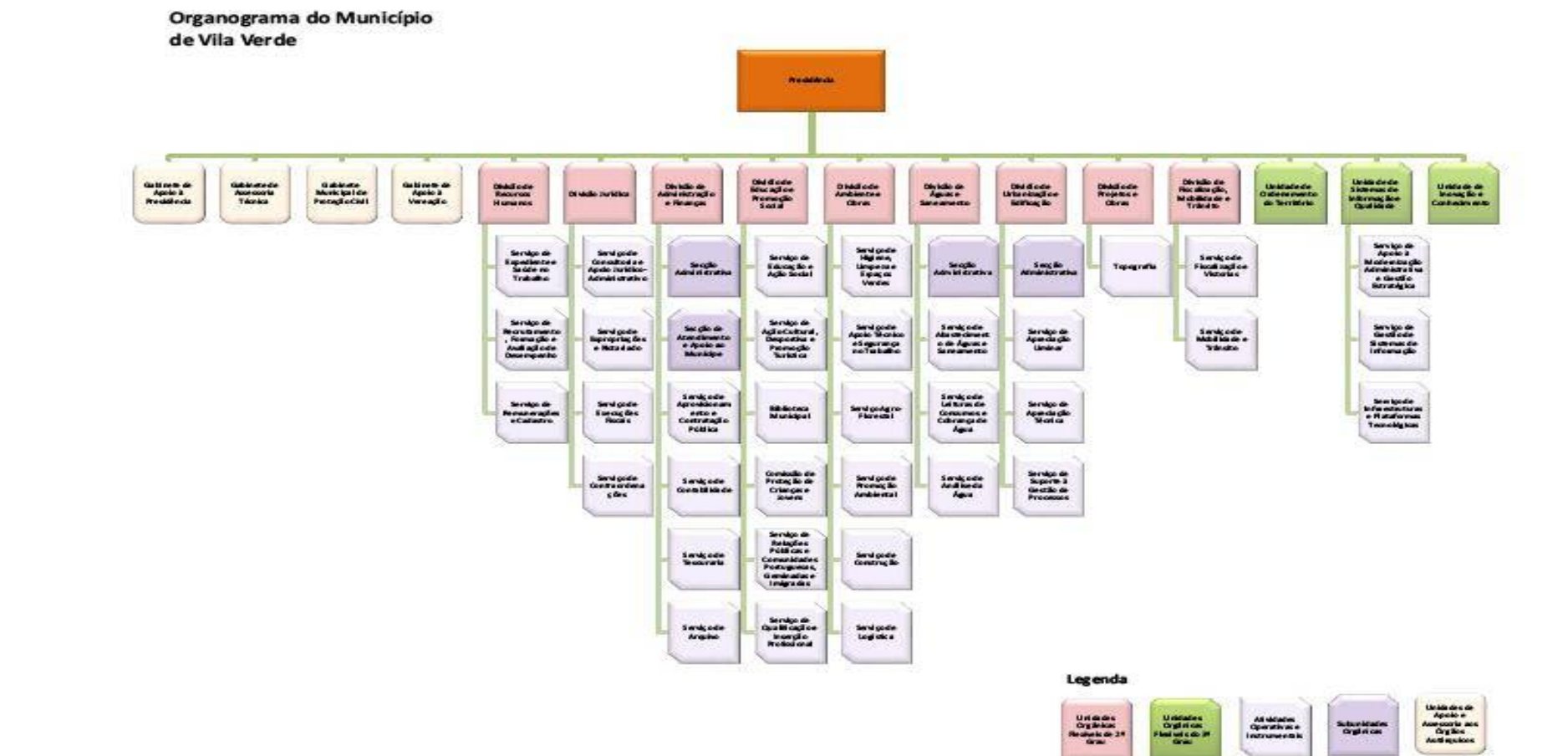
Responsabilidade dos dirigentes intermédios de 3.º grau

No exercício das suas funções, os titulares de cargos dirigentes são responsáveis civil, criminal, disciplinar e financeiramente nos termos da Lei e respeitantes estatutos.

Artigo 13.º

Apoio judiciário

Aos titulares de cargos dirigentes intermédios de 3.º grau do Município de Vila Verde é aplicável o regime de assistência e patrocínio judiciário previsto no Decreto-Lei n.º 148/2000, de 19 de julho e no Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro.



ANEXO V

Mapa de Pessoal para 2014

MUNICÍPIO DE VILA VERDE Mapa de Pessoal para 2014					
Atribuições / Competências / Actividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Postos de trabalho existentes	OBS	Postos de trabalho propostos para 2014
-	Direção Intermédia de 2.º grau (1)	-	8		1 CS
-	Direção Intermédia de 3.º grau (1)	-	1		1 CS
Gabinete de Assessoria Técnica					
art. 4.º	Técnico Superior	Engenharia Civil	2		
	Técnico Superior	Direito	1		
Gabinete Municipal de Protecção Civil					
art. 5.º					
Divisão de Recursos Humanos - art. 6.º					
Serviço de Expediente e Saúde no Trabalho - art. 7.º	Técnico Superior		1		
	Assistente Técnico		2		
Serviço de Recrutamento, Formação e Avaliação do Desempenho - art. 8.º	Técnico Superior	Recursos Humanos	1		
Serviço de Remunerações e Cadastro - art. 9.º	Técnico Superior	Administração Pública	1		
	Assistente Técnico		1		
Divisão Jurídica - art. 10.º					
Serviço de Consultadoria e Apoio Jurídico-Administrativo - art. 11.º	Técnico Superior	Direito	2		
Serviço de Expropriações e Notariado - art. 12.º	Assistente Técnico		1		
Serviço de Execuções Fiscais - art. 13.º	Assistente Técnico		2		
Serviço de Contraordenações - art. 14.º	Assistente Técnico		2		
Divisão de Administração e Finanças - art. 15.º					
Secção Administrativa - art. 16.º	Técnico Superior		1		
	Assistente Técnico		5		
Secção de Atendimento e Apoio ao Município - art. 17.º	Coordenador Técnico		1		
	Assistente Técnico	Recepção e Atendimento	1		
	Assistente Técnico		5		
	Assistente Operacional		6		
Serviço de Arquivo - art. 18.º	Técnico Superior	Ciências Documentais	1		

MUNICÍPIO DE VILA VERDE
Mapa de Pessoal para 2014

Serviço de Contabilidade - art. 19.º	Assistente Técnico	Topógrafo	1		
	Assistente Técnico		3		
	Técnico Superior	Gestão	1		
	Técnico Superior	Fiscalidade	1		
	Técnico Superior	Contabilidade e Finanças Públicas	1		
Serviço de Aproveitamento e Contratação Pública - art. 20.º	Assistente Técnico		1		
	Técnico Superior	Licenciatura e Especialização em Administração Pública	1		
	Assistente Técnico	Contabilidade	1		
	Assistente Técnico		2		
	Assistente Operacional		1		
Serviço de Tesouraria - art. 21.º	Assistente Técnico		2		
Divisão de Educação e Promoção Social - art. 22.º					
Serviço de Educação e Ação Social - art. 23.º	Técnico Superior	Educação	1		
	Técnico Superior	Sociologia	1		
	Técnico Superior	Serviço Social	1		
	Educadora Infância (2)		3		
	Assistente Técnico	Serviço Social	1		
	Assistente Técnico		2		
	Assistente Operacional		2		
	Assistente Operacional		22		
	(AO a desempenhar funções nos Agrupamentos Escolares)				
	Assistente Operacional		22		
Serviço de Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística - art. 24.º	Técnico Superior	História - Ramo Património	1		
	Técnico Superior	Desporto	1		
	Educadora Infância (2)		1		
	Assistente Técnico	Turismo	1		
	Assistente Técnico		5		
	Técnico Superior		1		
	Assistente Operacional		5		
	Técnico Superior	Relações Internacionais	1		
	Técnico Superior	Ciências Documentais	1		
	Educadora Infância (2)		4		
Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela - art. 25.º	Assistente Técnico	BAD/ Biblioteca e Documentação	4		

MUNICÍPIO DE VILA VERDE
Mapa de Pessoal para 2014

	Assistente Técnico	Museografia	1		
	Assistente Técnico		1		
	Assistente Operacional		1		
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - art. 26.º	Técnico Superior	Sociologia	1		
	Educadora Infância (2)		1		
Serviço de Relações Públicas e Comunicação - art. 27.º	Técnico Superior	Relações Públicas	2	1 exerce funções de Adjunto	
	Técnico Superior	Design	1		
	Técnico Superior	Turismo	1		
	Educadora Infância (2)		1		
Serviço de Apoio às Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas - art. 28.º	Educadora Infância (2)		1		
Serviço de Qualificação e Inserção Profissional - art. 29.º	Técnico Superior	Sociologia	1		
	Educadora Infância (2)		1		
Divisão de Ambiente e obras - art. 30.º					
Serviço de Apoio Técnico e Segurança no Trabalho - art. 31.º	Técnico Superior	Engenharia Civil	1		
	Técnico Superior	Higiene e Segurança no Trabalho			1 CTI
	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	1		
	Assistente Técnico		1		
Serviço de Higiene, Limpeza e Espaços Verdes - art. 32.º	Técnico Superior	Engenharia Agrária	1		
	Encarregado Geral Operacional		1	Coordena 1 equipa	
	Encarregado Operacional		2	1 coordena 1 equipa	
	Assistente Operacional		52	1 coordena 1 equipa	
Serviço Agro-Florestal - art. 33.º	Técnico Superior	Engenharia Florestal	1		
	Técnico Superior	Medicina Veterinária	1		
	Encarregado Operacional		1		
	Assistente Operacional		4	1 CTD; 3 CTI - a)	2 CTI
Serviço de Construção - art. 34.º	Técnico Superior		1	Coordena 1 equipa	
	Encarregado Geral Operacional		2	Coordena em 1 equipa cada	
	Encarregado Operacional		5	1 coordena 1 equipa	
	Assistente Técnico	Manutenção	1		
	Assistente Operacional		86	1 coordena 1 equipa; 9 CTI - b)	3 CTI

MUNICÍPIO DE VILA VERDE
Mapa de Pessoal para 2014

Serviço de Logística - art. 35.º	Encarregado Operacional		3	2 ocorrem 1 equipa cada	
	Assistente Operacional		20		
Divisão de Águas e Saneamento - art. 36.º					
Secção Administrativa - art. 37.º	Técnico Superior		1		
	Assistente Técnico		5		
Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento - art. 38.º	Técnico Superior	Engenharia Eletromecânica			1 CTI
	Encarregado Geral Operacional		1		
	Encarregado Operacional		1		
	Assistente Operacional		13		
Serviço de Leitura de Consumos e Cobrança de Água - art. 39.º	Assistente Operacional		7		
Serviço de Análise da Água - art. 40.º	Técnico Superior	Engenharia Ambiente	1		
	Assistente Técnico	Analista	1		
Divisão de Urbanização e Edificação - art. 41.º					
Secção Administrativa - art. 42.º	Assistente Técnico		5		
Serviço de Apreciação Liminar - art. 43.º	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	1		
	Assistente Técnico		1		
Serviço de Apreciação Técnica - art. 44.º	Técnico Superior	Engenharia Civil	1		
	Técnico Superior	Arquitetura			1 CTI
Serviço de Suporte à Gestão de Processos - art. 45.º	Assistente Técnico		1		
	Assistente Operacional		1		
Divisão de Projetos e Obras - art. 46.º					
	Técnico Superior	Engenharia Civil	3		1 CTI
	Técnico Superior	Arquitetura	2		1 CTI - c)
	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	1		
	Assistente Operacional		1		
Serviço de Topografia - art. 47.º	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	3		
	Assistente Técnico	Topografia			1 CTI
	Assistente Operacional		2	1 CTI - d)	
Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito - art. 48.º					
Serviço de Fiscalização e Vistorias - art. 49.º	Técnico Superior	Engenharia Civil	1		

MUNICÍPIO DE VILA VERDE
Mapa de Pessoal para 2014

	Técnico Superior		1		
	TP Fiscal Municipal Especialista Principal (2)		2		
	TP Fiscal Municipal Especialista (2)		1		
	TP Fiscal Municipal Principal (2)		1		
	TP Fiscal Municipal 2.ª Classe (2)	Curso específico CEFA	1		1 CTI
	Assistente Técnico		1		
	Assistente Operacional		2		
	AUX. Fiscal Obras (2)		1		
Serviço de Mobilidade e Trânsito - art. 50.º	Técnico Superior	Engenharia Ambiente	1		
Unidade de Sistemas de Informação e de Qualidade - art. 51.º					
Serviço de Apoio à Modernização Administrativa e Gestão Estratégica - art. 52.º	Técnico Superior	Administração Pública / conhecimentos Norma ISO 9001:2003	1		
Serviço Gestão de Sistemas de Informação - art. 53.º	Especialista de Informática, Grau 1 Nível 1 (2)	Informática	1		
	Técnico de Informática, Grau 1 Nível 1 (2)	Nível III - Informática	1		
Serviço de Infraestruturas e Plataformas Tecnológicas - art. 54.º	Técnico de Informática, Grau 2 Nível 2 (2)	Nível III - Informática	1		
Unidade de Ordenamento do Território - art. 55.º					
	Técnico Superior	Engenharia Civil	1	d)	
	Técnico Superior	Geografia	1		
	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	2		
Unidade de Inovação e Conhecimento - art. 56.º					
	Especialista de Informática, Grau 3 Nível 2 (2)	Engenharia Sistemas Informática	1		
total			388		14

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria			
Cargo/carreira/categoria	nº postos de trabalho	observações	postos trabalho propostos
Direção Intermédia de 2.º grau	8		1 CS
Direção Intermédia de 3.º grau	1		1 CS
Técnico superior área jurídica	3		
Técnico superior área fiscalidade	1		
Técnico superior área gestão	1		
Técnico superior área recursos humanos	1		
Técnico superior área educação	1		

MUNICÍPIO DE VILA VERDE
Mapa de Pessoal para 2014

Técnico superior área relações públicas	2	1 exerce funções de adjunta	
Técnico superior área design	1		
Técnico superior área turismo	1		
Técnico superior área engenharia civil	9	1 CTI - d)	1 CTI
Técnico superior área arquitectura	2		2 CTI (1 CTI - e)
Técnico superior área geografia	1		
Técnico superior área engenharia ambiente	2		
Técnico superior área engenharia agrária/agrónomo	1		
Técnico superior área engenharia florestal	1		
Técnico superior área ciências documentais	2		
Técnico superior área sociologia	3		
Técnico superior área serviço social	1		
Técnico superior área administração pública	2		
Técnico superior área história - ramo património	1		
Técnico superior área desporto	1		
Técnico superior área contabilidade e finanças públicas	1		
Técnico superior área Medicina Veterinária	1		
Técnico superior - com especialização em administração pública	1		
Técnico superior área relações internacionais	1		
Técnico superior área higiene e segurança no trabalho			1 CTI
Técnico superior área engenharia eletromecânica			1 CTI
Técnico superior	6	1 coordena 1 equipa	
Especialista de informática	2		
Técnico de informática	2		
Educadoras de infância	12		
Coordenador técnico	1		
Assistente técnico	47		
Assistente técnico área construção civil/desenho	8		
Assistente técnico área topografia	1		1 CTI
Assistente técnico área BAD/biblioteca e documentação	5		
Assistente técnico área museografia	1		
Assistente técnico área serviço social	1		
Assistente técnico área turismo	1		
Assistente técnico área contabilidade	1		
Assistente técnico área recepção e atendimento	1		

MUNICÍPIO DE VILA VERDE
Mapa de Pessoal para 2014

Assistente técnico área analista	1		
Assistente técnico área manutenção	1		
Técnico profissional fiscal municipal	5		1 CTI
Encarregado geral operacional	4	3 Coordenam 1 equipa cada	
Encarregado operacional	12	4 coordenam 1 equipa cada	
Fiscal de obras	1		
Assistente operacional	225	2 coordenam 1 equipa cada; 1 CTD; 3 CTI - n); 2 CTI - N; 1 CTI - d)	5 CTI
total		368	14

Legenda:

CS - comissão de serviço

CTI - contrato de trabalho por tempo indeterminado

CTD - contrato de trabalho por tempo determinado ou determinável

(1) diploma legal que criou o cargo - Lei n.º 49/2012, de 29/08 (diploma que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15/01, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30/08, 64-A/2008, de 31/12, 3-B/2010, de 28/04 e 64/2011, de 22/12)

(2) Carreiras que não constam do processo de transição e que mantêm a sua estrutura actual, aguardando futura regulamentação.

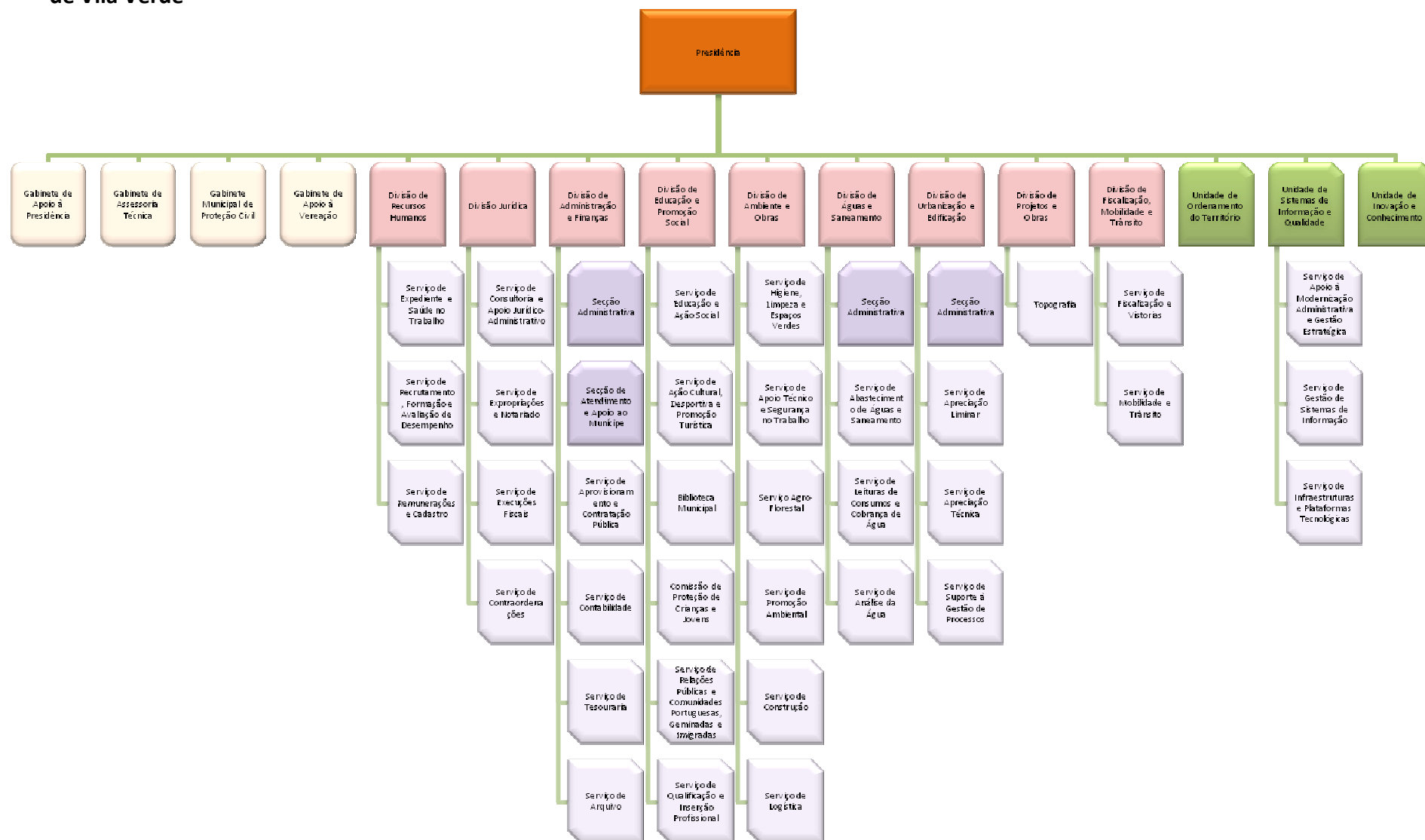
a) 3 lugares vagos existentes no Mapa de Pessoal 2013, cujo procedimento concursal se encontra a decorrer.

a) 9 lugares vagos existentes no Mapa de Pessoal 2013, cujo procedimento concursal se encontra a decorrer.

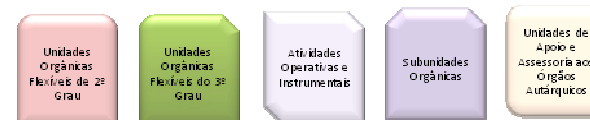
c) Regresso de um trabalhador que se encontra em comissão de serviço noutro organismo.

d) 1.ª alteração ao Mapa de pessoal 2013.

Organograma do Município de Vila Verde



Legenda



MUNICÍPIO DE VILA VERDE
Mapa de Pessoal para 2014

Atribuições / Competências / Actividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Postos de trabalho existentes	OBS	Postos de trabalho propostos para 2014
-	Direcção Intermédia de 2.º grau (1)	-	8		1 CS
-	Direcção Intermédia de 3.º grau (1)	-	1		1 CS
Gabinete de Assessoria Técnica					
art. 4.º	Técnico Superior	Engenharia Civil	2		
	Técnico Superior	Direito	1		
Gabinete Municipal de Protecção Civil					
art. 5.º					
Divisão de Recursos Humanos - art. 6.º					
Serviço de Expediente e Saúde no Trabalho - art. 7.º	Técnico Superior		1		
	Assistente Técnico		2		
Serviço de Recrutamento, Formação e Avaliação do Desempenho - art. 8.º	Técnico Superior	Recursos Humanos	1		
Serviço de Remunerações e Cadastro - art. 9.º	Técnico Superior	Administração Pública	1		
	Assistente Técnico		1		
Divisão Jurídica - art. 10.º					
Serviço de Consultadoria e Apoio Jurídico-Administrativo - art. 11.º	Técnico Superior	Direito	2		
Serviço de Expropriações e Notariado - art. 12.º	Assistente Técnico		1		
Serviço de Execuções Fiscais - art. 13.º	Assistente Técnico		2		
Serviço de Contraordenações - art. 14.º	Assistente Técnico		2		
Divisão de Administração e Finanças - art. 15.º					
Secção Administrativa - art. 16.º	Técnico Superior		1		
	Assistente Técnico		5		
Secção de Atendimento e Apoio ao Múncipe - art. 17.º	Coordenador Técnico		1		
	Assistente Técnico	Recepção e Atendimento	1		
	Assistente Técnico		5		
	Assistente Operacional		6		
Serviço de Arquivo - art. 18.º	Técnico Superior	Ciências Documentais	1		

MUNICÍPIO DE VILA VERDE

Mapa de Pessoal para 2014

Serviço de Contabilidade - art. 19.º	Assistente Técnico	Topógrafo	1		
	Assistente Técnico		3		
	Técnico Superior	Gestão	1		
	Técnico Superior	Fiscalidade	1		
	Técnico Superior	Contabilidade e Finanças Públicas	1		
Serviço de Aprovisionamento e Contratação Pública - art. 20.º	Assistente Técnico		1		
	Técnico Superior	Licenciatura e Especialização em Administração Pública	1		
	Assistente Técnico	Contabilidade	1		
	Assistente Técnico		2		
Serviço de Tesouraria - art. 21.º	Assistente Operacional		1		
	Assistente Técnico		2		
Divisão de Educação e Promoção Social - art. 22.º					
Serviço de Educação e Acção Social - art. 23.º	Assistente Técnico				
	Técnico Superior	Educação	1		
	Técnico Superior	Sociologia	1		
	Técnico Superior	Serviço Social	1		
	Educadora Infância (2)		3		
	Assistente Técnico	Serviço Social	1		
	Assistente Técnico		2		
	Assistente Operacional		2		
(AO a desempenharem funções nos Agrupamentos Escolares)	Assistente Operacional		22		
Serviço de Acção Cultural, Desportiva e Promoção Turística - art. 24.º	Assistente Operacional				
	Técnico Superior	História - Ramo Património	1		
	Técnico Superior	Desporto	1		
	Educadora Infância (2)		1		
	Assistente Técnico	Turismo	1		
	Assistente Técnico		5		
	Técnico Superior		1		
	Assistente Operacional		5		
Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela - art. 25.º	Técnico Superior	Relações Internacionais	1		
	Técnico Superior	Ciências Documentais	1		
	Educadora Infância (2)		4		
	Assistente Técnico	BAD / Biblioteca e Documentação	4		

MUNICÍPIO DE VILA VERDE

Mapa de Pessoal para 2014

	Assistente Técnico	Museografia	1		
	Assistente Técnico		1		
	Assistente Operacional		1		
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens - art. 26.º	Técnico Superior	Sociologia	1		
	Educadora Infância (2)		1		
Serviço de Relações Públicas e Comunicação - art. 27.º	Técnico Superior	Relações Públicas	2	1 exerce funções de Adjunta	
	Técnico Superior	Design	1		
	Técnico Superior	Turismo	1		
	Educadora Infância (2)		1		
Serviço de Apoio às Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas - art. 28.º	Educadora Infância (2)		1		
Serviço de Qualificação e Inserção Profissional - art. 29.º	Técnico Superior	Sociologia	1		
	Educadora Infância (2)		1		
Divisão de Ambiente e obras - art. 30.º					
Serviço de Apoio Técnico e Segurança no Trabalho - art. 31.º	Técnico Superior	Engenharia Civil	1		
	Técnico Superior	Higiene e Segurança no Trabalho			1 CTI
	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	1		
	Assistente Técnico		1		
Serviço de Higiene, Limpeza e Espaços Verdes - art. 32.º	Técnico Superior	Engenharia Agrária	1		
	Encarregado Geral Operacional		1	Coordena 1 equipa	
	Encarregado Operacional		2	1 coordena 1 equipa	
	Assistente Operacional		52	1 coordena 1 equipa	
Serviço Agro-Florestal - art. 33.º	Técnico Superior	Engenharia Florestal	1		
	Técnico Superior	Medicina Veterinária	1		
	Encarregado Operacional		1		
	Assistente Operacional		4	1 CTD; 3 CTI - a)	2 CTI
Serviço de Construção - art. 34.º	Técnico Superior		1	Coordena 1 equipa	
	Encarregado Geral Operacional		2	Coordenam 1 equipa cada	
	Encarregado Operacional		5	1 coordena 1 equipa	
	Assistente Técnico	Manutenção	1		
	Assistente Operacional		86	1 coordena 1 equipa; 9 CTI - b)	3 CTI

MUNICÍPIO DE VILA VERDE

Mapa de Pessoal para 2014

Serviço de Logística - art. 35.º	Encarregado Operacional		3	2 coordenam 1 equipa cada	
	Assistente Operacional		20		
Divisão de Águas e Saneamento - art. 36.º					
Secção Administrativa - art. 37.º	Técnico Superior		1		
	Assistente Técnico		5		
Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento - art. 38.º	Técnico Superior	Engenharia Eletromecânica			1 CTI
	Encarregado Geral Operacional		1		
	Encarregado Operacional		1		
	Assistente Operacional		13		
Serviço de Leitura de Consumos e Cobrança de Água - art. 39.º	Assistente Operacional		7		
Serviço de Análise da Água - art. 40.º	Técnico Superior	Engenharia Ambiente	1		
	Assistente Técnico	Analista	1		
Divisão de Urbanização e Edificação - art. 41.º					
Secção Administrativa - art. 42.º	Assistente Técnico		5		
Serviço de Apreciação Liminar - art. 43.º	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	1		
	Assistente Técnico		1		
Serviço de Apreciação Técnica - art. 44.º	Técnico Superior	Engenharia Civil	1		
	Técnico Superior	Arquitetura			1 CTI
Serviço de Suporte à Gestão de Processos - art. 45.º	Assistente Técnico		1		
	Assistente Operacional		1		
Divisão de Projetos e Obras - art. 46.º					
	Técnico Superior	Engenharia Civil	3		1 CTI
	Técnico Superior	Arquitetura	2		1 CTI - c)
	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	1		
	Assistente Operacional		1		
Serviço de Topografia - art. 47.º	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	3		
	Assistente Técnico	Topografia			1 CTI
	Assistente Operacional		2	1 CTI - d)	
Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito - art. 48.º					
Serviço de Fiscalização e Vistorias - art. 49.º	Técnico Superior	Engenharia Civil	1		

MUNICÍPIO DE VILA VERDE

Mapa de Pessoal para 2014

	Técnico Superior		1		
	TP Fiscal Municipal Especialista Principal (2)		2		
	TP Fiscal Municipal Especialista (2)		1		
	TP Fiscal Municipal Principal (2)		1		
	TP Fiscal Municipal 2.ª Classe (2)	Curso específico CEFA	1		1 CTI
	Assistente Técnico		1		
	Assistente Operacional		2		
	AUX. Fiscal Obras (2)		1		
Serviço de Mobilidade e Trânsito - art. 50.º	Técnico Superior	Engenharia Ambiente	1		
Unidade de Sistemas de Informação e de Qualidade - art. 51.º					
Serviço de Apoio à Modernização Administrativa e Gestão Estratégica - art. 52.º	Técnico Superior	Administração Pública / conhecimentos Norma ISO 9001:2000	1		
Serviço Gestão de Sistemas de Informação - art. 53.º	Especialista de Informática, Grau 1 Nível 1 (2)	Informática	1		
	Técnico de Informática, Grau 1 Nível 1 (2)	Nível III - Informática	1		
Serviço de Infraestruturas e Plataformas Tecnológicas - art. 54.º	Técnico de Informática, Grau 2 Nível 2 (2)	Nível III - Informática	1		
Unidade de Ordenamento do Território - art. 55.º					
	Técnico Superior	Engenharia Civil	1	d)	
	Técnico Superior	Geografia	1		
	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	2		
Unidade de Inovação e Conhecimento - art. 56.º					
	Especialista de Informática, Grau 3 Nível 2 (2)	Engenharia Sistemas Informática	1		

total

388

14

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria

Cargo/carreira/categoria	nº postos de trabalho	observações	postos trabalho propostos
Direcção Intermédia de 2.º grau	8		1 CS
Direcção Intermédia de 3.º grau	1		1 CS
Técnico superior área jurídica	3		
Técnico superior área fiscalidade	1		
Técnico superior área gestão	1		
Técnico superior área recursos humanos	1		
Técnico superior área educação	1		
Técnico superior área relações públicas	2	1 exerce funções de adjunta	

MUNICÍPIO DE VILA VERDE

Mapa de Pessoal para 2014

Técnico superior área design	1		
Técnico superior área turismo	1		
Técnico superior área engenharia civil	9	1 CTI - d)	1 CTI
Técnico superior área arquitectura	2		2 CTI (1 CTI - e))
Técnico superior área geografia	1		
Técnico superior área engenharia ambiente	2		
Técnico superior área engenharia agrária/agrónomo	1		
Técnico superior área engenharia florestal	1		
Técnico superior área ciências documentais	2		
Técnico superior área sociologia	3		
Técnico superior área serviço social	1		
Técnico superior área administração pública	2		
Técnico superior área história - ramo património	1		
Técnico superior área desporto	1		
Técnico superior área contabilidade e finanças públicas	1		
Técnico superior área Medicina Veterinária	1		
Técnico superior - com especialização em administração pública	1		
Técnico superior área relações internacionais	1		
Técnico superior área higiene e segurança no trabalho			1 CTI
Técnico superior área engenharia eletromecânica			1 CTI
Técnico superior	6	1 coordena 1 equipa	
Especialista de informática	2		
Técnico de informática	2		
Educadoras de infância	12		
Coordenador técnico	1		
Assistente técnico	47		
Assistente técnico área construção civil/desenho	8		
Assistente técnico área topografia	1		1 CTI
Assistente técnico área BAD/biblioteca e documentação	5		
Assistente técnico área museografia	1		
Assistente técnico área serviço social	1		
Assistente técnico área turismo	1		
Assistente técnico área contabilidade	1		
Assistente técnico área recepção e atendimento	1		
Assistente técnico área analista	1		
Assistente técnico área manutenção	1		

MUNICÍPIO DE VILA VERDE
Mapa de Pessoal para 2014

Técnico profissional fiscal municipal	5		1 CTI
Encarregado geral operacional	4	3 Coordenam 1 equipa cada	
Encarregado operacional	12	4 coordenam 1 equipa cada	
Fiscal de obras	1		
Assistente operacional	225	2 coordenam 1 equipa cada; 1 CTD; 3 CTI - a); 9 CTI - b); 1 CTI - d)	5 CTI
total		388	14

Legenda:

CS - comissão de serviço

CTI - contrato de trabalho por tempo indeterminado

CTD - contrato de trabalho por tempo determinado ou determinável

(1) diploma legal que criou o cargo - Lei n.º 49/2012, de 29/08 (diploma que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15/01, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30/08, 64-A/2008, de 31/12, 3-B/2010, de 28/04 e 64/2011, de 22/12)

(2) Carreiras que não constam do processo de transição e que mantêm a sua estrutura actual, aguardando futura regulamentação.

a) 3 lugares vagos existentes no Mapa de Pessoal 2013, cujo procedimento concursal se encontra a decorrer.

a) 9 lugares vagos existentes no Mapa de Pessoal 2013, cujo procedimento concursal se encontra a decorrer.

c) Regresso de um trabalhador que se encontra em comissão de serviço noutra organização.

d) 1.ª alteração ao Mapa de pessoal 2013.